

# ANAIIS

## 2024

### II SEMINÁRIO

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares  
transversais nas políticas  
sociais**

**QUESTÃO DA(S) JUVENTUDE(S)**



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

proex  
Universidade Estadual de Londrina  
Projetos de Extensão Cultural e Social



universidade  
sem fronteiras



## Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

### ANAIS DO II SEMINÁRIO: DIREITOS HUMANOS, ANTIRRACISMO E OLHARES TRANSVERSAIS NAS POLÍTICAS SOCIAIS (2024)

Evento presencial ocorrido nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2024  
Anais no formato PDF, publicado no Portal de Anais da Universidade Estadual  
de Londrina: <https://anais.uel.br/portal/index.php/juventudes>

#### COORDENADORA DO EVENTO E ORGANIZADORA DO ANAIS

Profa. Dra. Andréa Pires Rocha  
(Docente do Dep. De Serviço Social da UEL)

#### COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Prof. Dr. Roberth Miniguine Tavanti (Docente Dep. Psicologia - UELI)  
Prof. Dr. Kennedy Piau Ferreira (Docente – Dep. De Artes Visuais- UEL)  
Christian Machado Lima (Estudante de Ciências Sociais - Colaborador – AEX)  
Clara Maria De Carvalho (Recém-formada em Serviço Social – Bolsista USF)  
Douglas Castanho Mendes Ferreira (Estudante de Serviço Social -Bolsista USF)  
Flavia Bortoleto Gonçalves (Estudante de Psicologia - Bolsista USF)  
Geisy Silvério Ramos (Estudante de Artes - Bolsista USF)  
Gustavo Ruba De Lemos Pires (Estudante de Artes - Colaborador – AEX)  
Oyn Hyngrid Gonçalves Dos Santos (Estuante de Ciencias Sociais - Colaboradore – AEX)  
Isabelle Rodrigues Mira (Estudante de Serviço Social -Colaboradora – AEX)  
Ligia Maria Nascimento Braga (Estudante de Psicologia - Bolsista USF)  
Lucas Vinicius Carvalho Dos Santos (Colaborador externo)  
Maria Izabel Da Silva Alves (Estudante de Serviço Social -Colaboradora – AEX)  
Mariana Bortoti Da Fonseca (Estudante de Serviço Social - Bolsista USF)  
Marina Montini Da Silveira (Recém-formada em Serviço Socia – Bolsista USFI)  
Nathalia Rosa Costa Bolsista (Estudante de Serviço Social -Bolsista Inclusão Social )  
Samuel Claudio Ribeiro (Estudante de Serviço Social -Bolsista USF)  
Vanessa Carolina Prates Rocha (Estudante de Serviço Social -Bolsista USF)

#### COMISSÃO CIENTÍFICA DO EVENTO/ANAIS

Prof. Dr. José Francisco dos Santos (UFOB)  
Profa. Dra. Keila Pina Valenzuela (UNESPAR)  
Profa. Dra. Marleide Perrude (UEL)  
Profa. Dra. Margarida de Cassia Campos (UEL)  
Profa. Dra. Rita de Cassia Cavalcante Lima (UFRJ)  
Profa. Dr. Wagner Roberto do Amaral (UEL)  
Profa. Dra. Irandi Pereira (PROECA)

**Londrina/PR , Agosto de 2024**  
**Universidade Estadual de Londrina**

## II SEMINÁRIO

28, 29 e 30 de Agosto

2024

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direitos Humanos Antirracismo e Olhares Transversais  
nas Políticas Sociais (2. : 2024 : Londrina, PR)  
Anais II Seminário Direitos Humanos, Antirracismo  
e Olhares Transversais nas Políticas Sociais  
[livro eletrônico] : questão da(s) juventude(s) /  
[organização Andréa Pires Rocha]. -- 1. ed. --  
Londrina, PR : Ed. dos Autores, 2024.

PDF

Vários autores.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-22580-7

1. Antirracismo 2. Direitos humanos 3. Políticas  
sociais públicas 4. Temas transversais I. Rocha,  
Andréa Pires. II. Título.

24-238484

CDD-361.614

### Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos humanos : Bem-estar social 361.614

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
PROGRAMAÇÃO DETALHADA.....	13
EIXO 1- POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À INFÂNCIA E JUVENTUDE	
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DAS LENTES DA PENALIZAÇÃO DOS POBRES.....	15
Ana Lúcia Kraiewski Ana Patrícia Pires Nalesso	
REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS: AVANÇOS E DESAFIOS NAS AÇÕES DIRECIONADAS ÀS JUVENTUDES.....	27
Karla Gimenes Antiquera Carlos Olegna de Souza Guedes	
RELATO DE EXPERIÊNCIA - “MEU CABELO CRESPO”: RAP, IDENTIDADE E ANTIRRACISMO NA SALA DE AULA.....	39
Caio José Fontequê Gaspar Douglas Castanho Mendes Ferreira	
A INCLUSÃO PERVERSA DOS ADOLESCENTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM LONDRINA.....	45
Carlos Roberto de Oliveira Wagner Roberto do Amaral	
METODOLOGIAS DE ENSINO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “AMARELO” COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA QUESTÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL.....	55



## Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Jean Alexius  
Denise Fank de Almeida

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: PEDAGOGIA DA PRESENÇA E  
DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS ..... 65

Maria José dos Santos Vertuan

RELATO DE EXPERIÊNCIA, TERESA MENDES ..... 72

Teresa Mendes de Souza

EIXO 2: RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E TRANSVERSALIDADE  
RACISMO, CAPITALISMO E SEUS IMPACTOS NA VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL  
E AS PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL. .... 76

Caroliny de Souza do Nascimento Cardoso  
Andréa Pires Rocha

INTERSECCIONALIDADE ENTRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E  
TRANSVERSALIDADE: REFLEXÕES SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL RUMO À  
CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE INTEGRADORA..... 84

Ana Paula Moreira Silva  
Elaine Cristina Mateus-Santos

DIÁLOGOS COM MULHERES QUE INSPIRAM: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE GRUPO  
DE ESTUDOS..... 96

Flavia Fernandes Carvalhaes  
Marleide Rodrigues da Silva Perrude  
Marcelo Francisco de Araújo

A CAPOEIRA ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DE RESISTÊNCIA E EXPRESSÃO CULTURAL NO  
ENFRENTAMENTO AO RACISMO ESTRUTURAL ..... 110

Damon Santos

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Wagner Roberto do Amaral  
REFLEXÕES SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL NA REALIDADE VIVENCIADA PELAS  
PESSOAS NEGRAS EM SITUAÇÃO DE RUA..... 116

Karla Gimenes Antiquera Carlos  
Olegna de Souza Guedes

DE OPERÁRIO PERFEITO EVOLUÍRA PARA MÁQUINA PERFEITA”: REFLEXÕES SOBRE O  
TRABALHO INFANTIL A PARTIR DO CONTO “O HEREGE” DE JACK LONDON E DA ARTE  
FOTOGRAFICA DE UGUR GALLENKUS ..... 127

Leonardo Carvalho de Souza  
Yasmin Ciprandi Pego  
Ivan Ricardo de Melo  
Keila Pinna Valensuela

USO DE VIDEOGAMES PARA DISCUTIR A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL..... 139

Alexandre Junior Duarte Tsujioka

RELATO DE EXPERIÊNCIA – OS IMPACTOS E AS PERCEPÇÕES À PARTIR DA OBSERVAÇÃO  
NO PROJETO JUVENTUDES: DIREITOS HUMANOS E ANTIRACISMO ..... 143

Nathália Rosa Costa  
Andréa Pires Rocha

LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS E DAS POPULAÇÕES NEGRAS NO  
BRASIL: HISTÓRIAS INVISIBILIZADAS..... 150

Renata Pacheco Abreu  
Wagner Roberto do Amaral

O INGRESSO DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA  
E O PAPEL DE SUAS FAMÍLIAS..... 160

Ismael Giachini Frare  
Wagner Roberto do Amaral

## Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

### EIXO 3 - PRÁXIS DAS LUTAS E PROTAGONISMOS

VOZES DA RESISTÊNCIA: ÀS ESCRIVÊNCIAS DAS MULHERES DE LUTA DO VISTA BELA..... 173

Vanessa Carolina Prates Rocha  
Andrea Pires Rocha

A NECROPOLÍTICA RETRATADA NA PRIMEIRA TEMPORADA DO PODCAST “VOZES DA COMUNIDADE”..... 184

Isabely Mariana Ramos da Silva  
Reginaldo Moreira  
Eduardo Yuji Yamamoto

CLUBE DE LEITURA E SOCIOEDUCAÇÃO: A LETRA, O TOM E A VOZ DOS ADOLESCENTES PRIVADOS E RESTRITOS DE LIBERDADE..... 207

Amarildo de Paula Pereira  
Andressa Ferreira Candido  
Flávia Fernandes de Carvalhaes  
Thayane Carolina de Almeida Rodrigues

REFLEXÕES SOBRE CINEMA AFRICANO COMO MEIO PARA O FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO, REPARAÇÃO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA..... 216

Sara Vicelli de Carvalho  
Andréa Pires Rocha

MULHERES, JUVENTUDES E MEMÓRIAS: AS MARCAS AFETIVAS DA MILITÂNCIA..... 227

Débora Pedroza Morelato  
Bruna Koyama Germinara  
Sonia Regina Vargas Mansano

POR UMA PSICOLOGIA QUE RIMA E LUTA COM AS JUVENTUDES ..... 238

Ana Clara Totti  
Giovanna Kawana Lima

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Greiciely Soares dos Santos  
Ligia Maria Nascimento Braga  
Luma Fernandes Garcia da Silva  
Roberth Miniguine Tavanti  
Alejandra Astrid Leon Cedeno

### EIXO 4 - QUESTÃO DAS DROGAS, ENCARCERAMENTO E NECROPOLÍTICA

NECROPOLÍTICA: REFLEXOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS E NA CRIMINALIZAÇÃO DA ADOLESCENCIA..... 249

Carmen Sílvia Righetti Nóbile

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO NEGRO E A NECROPOLÍTICA NAS COMUNIDADES BRASILEIRAS..... 261

Natalia Mateus de Oliveira

RACISMO INSTITUCIONAL E REPRESSÃO ÀS DROGAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA..... 272

Miguel Nogueira Avelino

INFLUÊNCIA DA LEGALIZAÇÃO DA CANNABIS NA SOCIEDADE E NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA..... 278

Ana Julia dos Santos Benedito

CARTILHA SOBRE O USO DE SUBSTÂNCIAS EM CONTEXTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL INFANTOJUVENIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA ..... 285

Hewerton Gonçalves Pereira Rosa

POR UMA CONCEPÇÃO CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS ..... 298

Aline Pedrosa Fioravante

JUVENTUDE, ENCARCERAMENTO E AFETOS: UMA ANÁLISE SOBRE A PANDEMIA .... 307



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Felipe Almeida de Moura  
Sonia Regina Vargas Mansano

POTENCIALIDADE DE OFICINAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE  
LIBERDADE FEMININA..... 319

Jeniffer Seles de Oliveira  
Julia Sanches Lobato  
Emily Maria Costa  
Alícia Gomes dos Santos  
Margarida de Cássia Campos

O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA MULHERES ENCARCERADAS ..... 330

Sandra Barbosa de Souza  
Marleide Rodrigues da Silva Perrude

RELATO DE EXPERIÊNCIA - RACIONAIS MC'S E O DIÁLOGO COM A REALIDADE DO  
SISTEMA PRISIONA..... 339

Jorge Willian da Silva dos Santos  
Andréa Pires Rocha

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

### APRESENTAÇÃO

Então serra os punho sorria  
E jamais volte pra sua quebrada de mão e mente vazias  
(Emicida)

O “Seminário: Direitos Humanos, Antirracismo e Olhares Transversais nas Políticas Sociais” tem a defesa dos direitos humanos e a luta antirracista como temática central, abordando as políticas transversais a partir de olhares interseccionados. Na primeira edição, realizada em 2023, foi o encerramento das atividades da disciplina *Seminários Temáticos II*, ministrada pela Profa. Dra. Andréa Pires Rocha (Departamento de Serviço Social), e da disciplina *Comunicação Social*, ministrada pelo Prof. Dr. Régis Moreira (Departamento de Comunicação - CECA), ambas do 4º ano do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. O evento teve a defesa dos direitos humanos e a luta antirracista como debate central, abordando as políticas transversais a partir de olhares interseccionados, priorizando o debate sobre gênero, comunicação e anticapacitismo. Foi um evento local, voltado para estudantes e comunidade externa, sem financiamento.

Na segunda edição, tivemos a questão da(s) juventude(s) como enfoque prioritário, dialogando com o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa *Juventude(s), Identidade(s) e Vivências Juvenis: Miradas Sul-Sul a partir de Angola, Brasil e Moçambique*, vinculada à Bolsa Produtividade PQ-2 da coordenadora do evento. O seminário também foi uma das metas do Projeto de Extensão *Juventude(s), Direitos Humanos e Antirracismo: rumo à construção do Observatório Juventude(s) de Londrina e Região*, com bolsas financiadas pelo Programa Universidade Sem Fronteiras – USF no período de setembro de 2023 a agosto de 2024.

Esses projetos têm a questão das juventudes, identidades e protagonismo como reflexões importantes, somadas à urgência de consolidar a proteção social dos jovens, em resistência ao estabelecimento da necropolítica neoliberal, que provoca o juvenicídio, manifestado na precarização das vidas e na política de morte

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

instrumentalizada especialmente pela guerra às drogas. Portanto, o objetivo geral da edição do seminário foi tecer reflexões sobre a defesa e garantia dos direitos humanos e a práxis antirracista, como frentes essenciais para se pensar a transversalidade das políticas sociais. Para isso, debatemos a questão das juventudes a partir de determinantes interseccionados como classe, raça, gênero e território. Além disso, o evento buscou refletir sobre políticas públicas, direitos humanos e antirracismo, considerando os jovens como sujeitos de direitos.

O evento foi ampliado em relação ao primeiro, pois tivemos aporte financeiro da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), no valor de R\$ 5.000,00 reais, o que possibilitou a vinda de palestrantes externos com relevância no debate que envolve a questão das juventudes. A programação foi totalmente presencial e contou com as seguintes atividades:

- *Roda Protagonismo juvenil: os “cantos” da arte, da cultura, da militância e da resistência.* Nesta roda, lançamos o livro *As escrivências e o esperar das juventudes: o que nos faz sonhar?*
- *Mesa Juvenicídio, Racismo e Guerra às Drogas: desafios urgentes;*
- *Mesa Políticas públicas, Direitos Humanos e Antirracismo: jovens como sujeitos de direitos;*
- *Roda Resultados do projeto de Extensão “Juventude(s), direitos humanos e antirracismo: rumo ao observatório da juventude de Londrina e região”.* Nesta roda, foi lançado o livro *Poesia 043* do Menor NPR, importante ativista do movimento Hip Hop da cidade de Londrina.

Além disso, tivemos os minicursos:

- *Pedagogia das juventudes e educação inclusiva na construção de projetos de vida;*
- *Sementes para uma educação antirracista;*
- *Escrivências do esperar: estímulo à escrita a partir de Conceição Evaristo e Paulo Freire;*

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

- *Muito além da menina bonita do laço de fita: contação de história e antirracismo;*
- *Direito das pessoas com deficiência e a luta anticapacitista.*

Nesta edição, abrimos para o envio de trabalhos no formato de resumo expandido e relato de experiência, para os eixos: políticas públicas voltadas à infância e juventude; relações étnico-raciais, direitos humanos e transversalidade; práxis das lutas e protagonismos; questão das drogas, encarceramento e necropolítica. Recebemos 34 trabalhos, número considerado positivo, dada a natureza regional do seminário. Os grupos de trabalho propiciaram trocas e reflexões entre pesquisadores/as com experiência e iniciantes; estudantes de pós-graduação e graduação; ativistas de Londrina e região.

Os textos trazem reflexões importantes acerca da temática geral do seminário e foram organizados nestes anais a partir dos eixos, sendo publicados da forma que os recebemos. Portanto, são de total responsabilidade de seus autores e autoras. Por tudo isso, convidamos todas/todos/todes a lerem os textos, divulgarem, fazerem contato com as/os autores, pois só assim faremos crescer a luta antirracista e em defesa dos direitos humanos, valorizando as potências juvenis. Pois, como canta Emicida, na canção que colocamos na epígrafe dessa apresentação:

Quem costuma vir de onde eu sou  
Às vezes não tem motivos pra seguir  
Então levanta e anda, vai, levanta e anda  
Vai, levanta e anda  
Mas eu sei que vai, que o sonho te traz  
Coisas que te faz prosseguir  
Vai, levanta e anda, vai, levanta e anda  
Vai, levanta e anda, vai, levanta e anda  
Irmão, você não percebeu  
Que você é o único representante  
Do seu sonho na face da terra  
Se isso não fizer você correr, chapa  
Eu não sei o que vai  
(Emicida)



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## PROGRAMAÇÃO DETALHADA

Data	Horário	Mesa	Detalhes	Local
28/08/2024 (quarta a noite)	18h00 as 21h00	Roda Protagonismo juvenil: os “cantos” da arte, da cultura, da militância e da resistência	<ul style="list-style-type: none"> <li>Batalha de Rima do RU no NEAB</li> <li>Roda de atividades culturais e artísticas com protagonistas de Londrina e região                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Dj Damião</li> <li>Freestyle de Rua</li> <li>Menor NPR</li> </ul> </li> <li>Lançamento do ebook As escriturências do Esperançar das Juventudes com os/as autores/autoras recitando seus textos</li> </ul>	NEAB/ ANFITEATRO DO CESA
29/08/2024 (quinta manhã)	8h00 As 12h00	Juvenicídio, Racismo e Guerra às Drogas: desafios urgentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Daniela Ferrugem (UFRGS)</li> <li>Alisson Poças - CDHP – Londrina</li> <li>Conselho Permanente dos Direitos Humanos</li> <li>Andréa Pires Rocha (UEL)</li> </ul>	Anfiteatro do CESA – UEL
29/08/2024 (quinta a tarde)	14h00 as 17h00	Mini Cursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pedagogia das juventudes e educação inclusiva na construção de projetos de vida;</li> <li>Sementes para uma educação antirracista;</li> <li>Escriturências do esperançar: estímulo à escrita a partir de Conceição Evaristo e Paulo Freire;</li> <li>Muito além da menina bonita do laço de fita: contação de história e antirracismo;</li> <li>Direito das pessoas com deficiência e a luta anticapacitista.</li> </ul>	Salas do CESA - UEL
29/08/2024 (quinta a noite)	19h00 as 23h	Políticas públicas, Direitos Humanos e Antirracismo: jovens como sujeitos de direitos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aristênio Gomes (PPGH-UERJ - Org. Movimentos)</li> <li>Beatriz Batista Silva – Movimento Negro Unificado, Luta anticapacitista</li> <li>Kronun Kaigang, Jovem do Movimento Indígena</li> </ul>	Anfiteatro do CESA - UEL
30/08/2024 (sexta de manhã)	8 às 12h	Apresentação de trabalhos		Salas do CESA
30/08/2024	14h às 14h30	Lançamento do Livro Poesia 043	<ul style="list-style-type: none"> <li>Menor NPR</li> </ul>	Anfiteatro do CESA – UEL
30/08/2024 (sexta a tarde)	14h30 às 17h00	Resultados do projeto de Extensão “Juventude(s), direitos humanos e antirracismo: rumo ao observatório da juventude de Londrina e região”	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe do projeto</li> </ul>	Anfiteatro do CESA – UEL

### EIXO 1- POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À INFÂNCIA E JUVENTUDE

### A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DAS LENTES DA PENALIZAÇÃO DOS POBRES

#### Eixo: 1 - Políticas públicas voltadas à infância e juventude

Ana Lúcia Kraiewski<sup>1</sup>

Ana Patrícia Pires Nalesso<sup>2</sup>

#### RESUMO

A Política de Assistência Social se dirige a quem dela precisar; viabiliza o acesso da população pobre a direitos sociais, na mesma medida, contraditoriamente, efetiva processos de vigilância e controle social. A juventude pobre é um público prioritário da política em foco. Frente a isso este trabalho busca discutir a Política de Assistência Social a partir das lentes da penalização dos pobres com interface dos Direitos Humanos. Realizamos uma revisão de referências que permitiu apreender que nessa relação contraditória ao efetivar condicionalidades para garantir o acesso a direitos objetiva a penalização dos pobres causando fraturas na efetivação dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Assistência Social; penalização; pobreza.

#### ABSTRACT

The Social Assistance Policy is aimed at anyone who needs it; it enables the poor population's access to social rights, to the same extent, contradictorily, it implements processes of surveillance and social control. Poor youth are a priority audience for the policy in focus. In view of this, this work seeks to discuss Social Assistance Policy from the lens of penalizing the poor with a Human Rights interface. We carried out a review of references that allowed us to understand that in this contradictory relationship,

<sup>1</sup> Assistente Social na Prefeitura de Nova Esperança/PR. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social (UEL). Mestre em Ciências Sociais (UEM), aluciakr@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora Doutora, da Universidade Estadual de Londrina. Mestrado em Serviço Social: Prática Profissional e Política Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995) e doutorado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (2015), apatriciapn@uel.br

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

when implementem conditionalities to guarantee access to rights, the aim is to penalize the poor, causing fractures in the implementation of human rights.

**Keywords:** Social Assistance; penalty; poverty.

### 1. INTRODUÇÃO

*“Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes, é dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir” (Emicida – AmarElo)*

Dentro do contexto da sociedade burguesa não há senso de justiça social e sim uma justiça burguesa que é cega e que desemboca em um Estado Penal, sendo uma criação de uma configuração e discurso convincente em que essa formatação controla, onde nas entrelinhas é a forma como o Estado tem respondido as expressões da questão social que estão intrinsicamente ligadas na desigualdade social, trazendo desumanização, discriminações e opressões.

Neste trabalho buscamos discutir a Política de Assistência Social a partir das lentes da penalização dos pobres com interface dos Direitos Humanos Para tanto realizamos revisão de bibliográfica pelo tema, compreendendo que em especial a partir da Constituição de 1988 a assistência social teve um avanço significativo, começou a tomar forma de Política Pública mesmo dentro dos limites impostos pelo neoliberalismo, através das lutas e movimentos sociais teve conquistas que vem impactando positivamente a sociedade.

Nesta perspectiva de violência Institucional, a judicialização enquanto braço do Estado para punir no sistema penal estabelece uma relação de punição para os pobres, atingindo ainda mais a juventude. Ainda no âmbito institucional a Política de Assistência Social tem a tarefa da proteção social, porém traz consigo resquícios e intrinsicamente a ideia de penalização da pobreza com averiguações cadastrais, fiscalização dos



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

programas sociais, instrumentos punitivos que garantem as proteções sujeitos a um processo de vigilância social.

Iniciou-se a partir da Constituição Federal de 1988 uma nova fase para a garantia de proteção social, tomando forma a Seguridade Social e um novo rumo para a Política de Assistência Social que até este momento estava intimamente ligada a caridade, ajuda e tutela, ou seja, começo a partir de então tomar forma como uma Política Pública considerada direito do cidadão e dever do Estado. Podemos definir de maneira breve as três políticas da Seguridade Social através da Sposati (2009), sendo a: “previdência social tem significado, no Brasil, o exame de um seguro social, portanto, diretamente contributivo, quer pelos beneficiários para os quais presta assistência, quer para seus padrões e para o Estado.” (Sposati, 2009, p. 13)

No âmbito da saúde a autora define como:

A saúde só foi incluída e reconhecida como direito de todos pela CF/88. O texto constitucional propõe um Sistema Único de Saúde para todos os cidadãos e em todo o território nacional. Convive nesse modelo com o setor privado (individual ou coletivo) que oferece seguros – entre os quais as antigas mutualidades de base étnica ou profissional – ou serviços lucrativos de atenção individual para as saúdes clínica, hospitalar, terapêutica, laboratorial etc. (Sposati, 2009, p. 13)

E a Política de Assistência Social ainda se estruturando e desenhando seu papel perante a proteção social a autora coloca que:

A inclusão da assistência social significou, portanto, ampliação no campo dos direitos humanos e sociais e, como consequência, introduziu a exigência de a assistência social, como política, ser capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos do cidadão em seu raio de ação, tarefa, aliás, que ainda permanece em construção. (Sposati, 2009, p. 13 e 14)

É possível perceber no caso da Política de Assistência Social houve uma lacuna de cinco anos entre a CF88 e a LOAS, ou seja, já nos apresenta o quanto se retardou a implantação desta Política Pública e trazermos ainda para o Sistema Único de Assistência Social foram quinze anos para a formatação robusta ao menos nas regulamentações desta Política. Assim:

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), aprovada em 1993, cinco anos após a CF-88, estabeleceu a organização federativa da gestão da assistência social no âmbito do Estado brasileiro. Transformou o CNSS em Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), mas nada apontou quanto aos destinos da FLBA e da Funabem, como já o fizera a CF-88. Não existiam referências aos serviços socioassistenciais públicos ou às obrigações da assistência social em face do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Muros de isolamento, histórias fragmentadas e aparatos centralizados e autoritários mantinham-se. O baixo acúmulo de forças coletivas no âmbito da assistência social não se mostrou com força para alterar a tradição. (Sposati, 2018, p. 2319)

A Política de Assistência Social foi fortemente descentralizada aos municípios, sem o repasse de recurso e a devida qualificação dos gestores e trabalhadores desta Política Pública. Nesse processo é possível inferir que houve a permanência de práticas assistenciais históricas pautadas no favoritismo e , preconceitos, que acabam por reforçar práticas de da tutela e vigilância dos pobres. Por não expressar claramente o papel e o dever da Política de Assistência Social na CF88 abriu-se precedentes para a continuidade de uma lógica conservadora, em que no decorrer desses mais de 30 anos é combatida tais condutas através da luta de trabalhadores e usuários do SUAS, bem como o Conselho Nacional de assistência Social (CNAS) na construção de normativas que definem o objetivo da Política Pública de Assistência Social. Sposati nos diz que:

A assistência social, pelo texto constitucional, não foi expressamente vinculada a direitos do cidadão; essa condição lhe foi atribuída pelo seu pertencimento à Seguridade Social. Com competências pouco claras, quanto ao que lhe competia assegurar como dever, manteve forte vínculo com o ativismo pragmático, de cunhos pontual e emergencial, expresso por práticas aligeiradas próprias da política de atendimento. Tal modo de condução, por vez prevalente, entre entes federativos, distanciou-a do protagonismo de exercer a responsabilidade pela atenção social de uma dada demanda, em busca de padrões de resultados assentados na ética da dignidade humana e da cidadania. A aparente acidez desta anotação não invalida, ou desconhece, esforços que objetivam fazer transitar os limites herdados para o campo dos direitos sociais. A ambiguidade/omissão do texto da CF-88 terminou favorecendo a concepção de permanência de formas conservadoras avessas ao reconhecimento da proteção social como direito universalista de cidadania aos brasileiros. (Sposati, 2018, p. 2319)

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Para tanto apresentamos uma leitura prática do merecimento do benefício, ou seja, as condições necessárias, ou aos processos para alcançar os mesmos que em muitas vezes são contraditórios e que podem mais representar uma vigilância e punição.

Neste sentido trazendo a luz o sociólogo Wacquant e o conceito de incivilidade que num discurso dentro das políticas públicas pode trazer uma abordagem que tende a culpar os indivíduos por comportamentos que são reflexos de condições socioeconômicas adversas, como a falta de acesso aos serviços sociais. Este conceito vem muitas vezes tentar justificar e mobilizar o controle social sobre os pobres e desviar a atenção dos problemas estruturais que realmente afetam a sociedade, promovendo uma visão simplista e punitiva dos desafios sociais e em relação aos pobres.

**2. ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A INTERFACE COM OS DIREITOS HUMANOS**

Dentro da Política de Assistência Social existe o caráter de proteção de quem dela necessita em sua maioria são os pobres. Destacamos que a operacionalização da Política de Assistência Social se dá por meio de cadastros, atualmente o principal deles é o Cadastro Único que se tornou uma grande e importante base de dados das famílias brasileiras em especial as que se encontram em situação de risco social e/ou em situação de pobreza. É por meio do cadastro Único que benefícios sociais alcançam a população, ou seja, é considerado a porta de entrada dos programas sociais, com destaque ao Programa Bolsa Família que também é um programa de referência no país.

Uma das grandes barreiras encontradas no cadastro único é a qualidade em seu preenchimento, visto que, os entrevistadores e operadores do cadastro único são equipes que estão em contantes mudanças e muitas vezes vínculos empregatícios passageiros devido a questões de gestão municipal. Apesar da concessão de benefícios e programas sociais que visam a proteção, a ambiguidade desta questão se dá na averiguação contante que por exemplo esta subordinado o Cadastro Único, que por um

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

lado é auto declaratório e por outros está em constante averiguação e cruzamento de dados.

Sposati (2009) nos faz pensar como a assistência social é frequentemente subordinada a outras políticas, sendo usada como um mecanismo de controle social, ao invés de ser um meio de promoção da cidadania e da inclusão social. Ainda a precarização e fragmentação dos serviços oferecidos, resulta em uma política pública muitas vezes insuficiente e ineficaz.

À luz da autora Yasbek (2010) nos mostra como as práticas de assistência social, muitas vezes, podem reforçar estigmas e preconceitos em vez de efetivamente contribuir para a emancipação dos indivíduos e comunidades. Frente a isto entendemos oportuno o diálogo entre a Política de Assistência Social, análise de dados do Cadastro Único e os Direitos Humanos.

Pegamos como ilustração um dado do município de Nova Esperança/PR, pela possibilidade de trazer para contexto local análises de dados que podem contribuir com a discussão do tema proposto. O município de Londrina é considerado de grande porte de acordo com a classificação da Política Nacional de Assistência Social.

A relevância de estar analisando dados do município se faz, por sua vez, vislumbrando que é neste espaço geográfico que os programas e as políticas públicas pulsam, é no município que ocorre o atendimento direto a população usuária. O grande desafio posto aprofundarmos a discussão na interface da Assistência Social e os Direitos Humanos no que tange as tendências de criminalização da pobreza por meio das ações do Estado que se materializam diversas vezes na execução das políticas públicas em particular da assistência social.

Diante dos elementos da construção histórica do Brasil em especial o escravismo e assim se desdobrando também no atraso das elites burguesas, ditadura militar, fragilidade na democracia, ideário neoliberal desenharam o pano de fundo que nos ajudam a entender a penalização da pobreza.



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Seja na ausência ou nas contradições do Estado burguês neoliberal na construção das políticas públicas em especial as que vem atender essa população diretamente atingida pelos elementos históricos e a desigualdade social, percebemos o olhar higienista, repressão e violência institucional e ausência de políticas sociais que sejam universais e que promovam a proteção social. Contribuição de Loic Wacquant para a sociologia urbana e a compreensão da pobreza e da desigualdade social são fundamentais ainda mais quando fazemos o paralelo entre os Estados Unidos e o Brasil que muito se assemelham na penalização da pobreza.

Com base em Wacquant (2007) a hegemonia do pensamento neoliberal sobre segurança dos dois lados do Atlântico oculta o fato de que as sociedades contemporâneas dispõem de pelo menos três estratégias principais para tratar as condições e as condutas que julgam indesejáveis, ofensivas ou ameaçadoras. Primeiro socializá-las – agir no nível das estruturas – podemos trazer como exemplo dentro da assistência social brasileira é que as pessoas recebam os benefícios e se enquadrem em condições, participem de ações específicas e sempre atualizem seus dados para que não omitam informações.

Segundo a medicalização – drogadição, saúde mental, acaba definido como uma patologia individual; E por fim a penalização – não se trata de compreender uma situação de estresse individual nem de contrapor às engrenagens sociais, trazendo novamente para a assistência social o não cumprimento daquilo que é esperado pelo Estado pode levar a perda do benefício social, sempre individualizando o mérito de receber ou não determinado benefício ou serviço social.

Com o ideário da penalização da pobreza o Estado consegue maquiagem os problemas que estão atrelados a desigualdade social e assim aprofundando-as de tal maneira que convence as grandes massas através da mídia que as mazelas sociais estão sendo combatidas, não aprofundando a discussão muito menos trazendo para o âmbito coletivo. Neste âmbito Wacquant nos coloca que:

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

A penalização serve aqui como uma técnica para a invisibilização dos “problemas” sociais que o Estado, enquanto alavanca burocrática da vontade coletiva, não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os desejos humanos da sociedade de mercado. (Wacquant, 2007, p. 21)

Ao tratar como problema individual algo que é estrutural e que advém de consequências da desigualdade social como nos coloca o autor o discurso “que a gestão policial e carcerária é o remédio ótimo (ou o único) para a restauração sociomoral na cidade e não dispomos de nenhuma outra alternativa para conter os problemas sociais e mentais provocados pela fragmentação do trabalho assalariado e pela polarização do espaço urbano.” (Wacquant, 2007, p. 23)

O autor penetra nas entranhas do monstro, onde a punição da pobreza uma das perversões da nova ordem econômica é internalizar individualmente o fracasso da pobreza como responsabilidade pessoal, o que tange a mão-de-obra no sentido de aceitar cabisbaixa o emprego precário e sem direitos. Como nos Estados Unidos a prisão brasileira traz as marcas da escravidão.

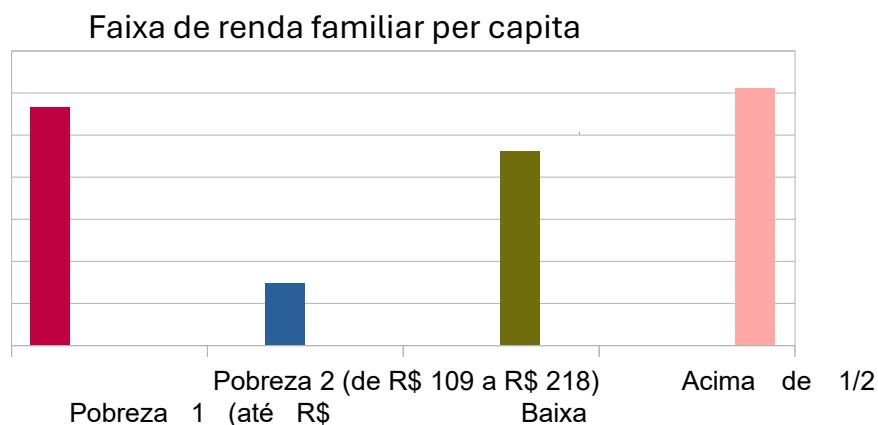
Segundo Wacquant (2003, p. 12) “composta por vestígios do gueto negro e pelo aparato carcerário, ao qual o gueto ligou-se por uma relação estreita de simbiose estrutural e de suplência funcional”. Os guetos aparecem como alternativa de controle da grande migração negra do Sul para as cidades do Norte em paralelo as favelas do Rio de Janeiro são atiradas a criminalização pelas estratégias de sobrevivência do comércio varejista de drogas.

Desta maneira, o sistema carcerário se expande rapidamente, com foco desproporcional em indivíduos negros e de baixa renda. O encarceramento agrava a pobreza, levando a maiores dificuldades de reinserção social e econômica. Sendo esta questão totalmente articulada? A reflexão dada por Wacquant: “A “guerra às drogas” contribuiu para o aumento exponencial da população carcerária, com foco desproporcional nos negros e nos guetos. Ou seria uma de suas confissões não confessadas?” (Wacquant, 2003, p. 30)

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Efeito colateral diante de todo este contexto se dá no ataque aos programas sociais que são os primeiros a serem atingidos com poucos ou nulos recursos financeiros para serem robustos na universalização da proteção social e que muitas vezes com intenções intrínsecas também servem para punir ou vigiar a pobreza. A crescente privatização dos serviços públicos, como prisões e assistência social, transformou a pobreza em um lucrativo negócio. O impacto dos programas dentro da política de Assistência Social na vida das pessoas mais vulneráveis ainda não é o suficiente para combater as desigualdades sociais e trazer um caráter de proteção universal.

Os dados são oriundos da base do Cadastro Único através da plataforma pública do Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico disponível pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e refletem o número de pessoas cadastradas no CadÚnico. Seleccionamos um dado para análise:



Fonte: Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico.

Elaborado pelas autoras.

Em relação ao dado de faixa de renda familiar per capita percebe-se que a coleta de dados das pessoas em situação de pobreza está sendo alcançada, mas ainda há uma busca considerável pelo cadastro de pessoas com a renda per capita maior que meio salário mínimo nos mostrando que os programas ainda precisam ser expandidos, visto que se há uma procura do público que não é considerado pobre pelos critérios da Política

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

de Assistência Social reflete que a sobrevivência ainda é muito difícil de ser alcançada com o valor do salário mínimo.

Vários critérios e em especial de renda que são focalizados nos mais pobres fazendo com que as pessoas se cadastrem e não consigam acessar os programas do governo. Diferentes rendas acessam o cadastro, pois, o salário não é suficiente para a sobrevivência, como foi apontado pela autora Yasbek (2010) a pobreza não pode ser vista apenas como um problema econômico, mas como uma questão social complexa que envolve múltiplas dimensões, incluindo a exclusão social, a falta de acesso a direitos básicos, e a marginalização das populações vulneráveis. Diante disso que acabam sendo os mais pobres que acessam as proteções dentro da política de assistência social o que ainda por todo contexto histórico desta política a forma que foi constituída e a estrutura neoliberal que vivemos gera um preconceito em relação a eles fazendo com que características de vigilância e controle façam parte deste organismo.

Desta forma, é possível compreender que os programas ainda não atingem a universalização e não conseguem promover ainda a total proteção social, e que muito provavelmente um dos principais dificultados desta expansão são os recursos destinados a esta política pública, transferindo para a penalização da miséria a “resolução” do problema. Como nos aponta o referencial teórico:

A penalização serve aqui como uma técnica para a invisibilização dos “problemas” sociais que o Estado, enquanto alavanca burocrática da vontade coletiva, não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os desejos humanos da sociedade de mercado. (Wacquant, 2003, p. 21)

A disputa pelo fundo público traz à tona a privatização de serviços públicos, tais como a gestão das cadeias, revelando o interesse do lucro que se transforma tal criminalização.

### **3. CONSIDERAÇÕES**

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Buscamos no decorrer do trabalho discutir a Política de Assistência Social a partir das lentes da penalização dos pobres com interface dos Direitos Humanos. Percebemos que dentro dos limites do Estado neoliberal a Política de assistência avançou significativamente a partir da Constituição Federal de 1988 e trouxe possibilidades de ações protetivas, porém, como ainda em sua contradição capturada pelo ideário da burguesia pode acarretar em sua contradição um caráter punitivo do pobre.

Tal cenário social que desumaniza a população preta e pobre sendo fruto das ações e o papel do Estado dentro do contexto neoliberal, alimentado pela necessidade da classe burguesa em dominar e explorar a classe oprimida sem que está consiga se manifestar, conforme coloca Lênin:

(...) o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável entre as classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (Lenin, 1983, p. 09).

É importante continuar debatendo sobre a Política de Assistência Social e entender que ela está em construção e que dentro da sua contradição atende as necessidades dos mais pobres, mas também pode punir estabelecendo critérios que podem excluir e também estigmatizar cedendo os estereótipos e discursos utilizados pela classe dominante e que gera preconceitos.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec. 1983.

SPOSATI, A. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.23, n.7, p.2315-2325, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/5SMZzhGjWn5wHHsQvy649qL/>>. Acesso em: 25 de julho de 2024.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

WACQUANT, Lôic. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. 3. ed. rev. e ampl. 2. Reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2003. Editora Ática – São Paulo/SP – 1989.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: Concepções fundantes *in* Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

Disponível em:  
[extension://efaidnbmnnnibpcajpcgltclefindmkaj/https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/concepcao\\_gestao\\_protecaosocial.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf). Acesso em: 30 de julho de 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço social e pobreza. Revista Katálisis, Florianópolis, v.13, n

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS: AVANÇOS E DESAFIOS NAS AÇÕES DIRECIONADAS ÀS JUVENTUDES

Eixo1: Políticas públicas voltadas à infância e juventude

Karla Gimenes Antiquera Carlos <sup>1</sup>

Olegna de Souza Guedes<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo apresenta breves reflexões sobre as políticas sociais, bem como registra a relação existente entre o sistema capitalista e a ampliação das desigualdades sociais e o reflexo de tal realidade na condução da política pública de juventudes. Ademais, aborda os avanços e desafios nas ações direcionadas aos jovens. Observou-se que a execução da política de juventudes é marcada por avanços e retrocessos, atualmente, houve a retomada das ações direcionadas ao fortalecimento dos espaços voltados ao controle social, tal realidade se mostra positiva, visto que a participação social se apresenta essencial para o aprimoramento da política de juventudes.

**Palavras-chave:** política social; juventudes; desafios; sociabilidade capitalista.

### ABSTRACT

The present study presents brief reflections on social policies, as well as recording the relationship between the capitalist system and the expansion of social inequalities and the reflection of this reality in the conduct of public youth policy. Furthermore, it addresses advances and challenges in actions aimed at young people. It was observed that the implementation of the youth policy is marked by advances and setbacks. Currently, there has been a resumption of actions aimed at strengthening spaces aimed at

<sup>1</sup> Assistente Social, Estatutária (Analista de Promotoria I), Mestranda em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina –UEL [karlagac2023@gmail.com](mailto:karlagac2023@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social, docente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL, Bolsista PQ.1 do CNPQ

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

social control, this reality appears to be positive, given that social participation is essential for the improvement of youth policy.

**Keywords:** social policy; youth; challenges; capitalist sociability.

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com Pereira (2016) a política social refere-se às medidas efetivadas pelo Estado e demandadas pela sociedade como direitos devidos para suprir necessidades sociais e para promoção do bem-estar dos cidadãos, seja prevenindo contingências relacionadas ao trabalho e inseguranças sociais, ou combatendo-as quando instaladas.

Com base no disposto por Behring e Boschetti verifica-se que as políticas sociais e o estabelecimento de padrões de proteção social são desdobramentos /respostas e formas de enfrentamento às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo.

Segundo Cavaignac e Maeda (2019), o capitalismo produz compulsoriamente a questão social, a qual se manifesta de formas distintas e são provenientes desse modo de organização social.

Iamamoto (2012) afirma que a questão social é indissociável do modelo de organização da sociedade vigente, posto que o desenvolvimento das forças produtivas amplia e intensifica as relações de desigualdade social. Cabe destacar, que a questão social abarca o conjunto de expressões das desigualdades sociais resultantes das relações estabelecidas na sociedade capitalista, aponta-se que os processos históricos aprofundam as contradições sociais, de modo que na atualidade, a questão social se apresenta com nova roupagem, sendo impensável sem a intermediação do Estado.

Vale mencionar aqui, algumas considerações sobre o processo histórico que marcou a execução das políticas sociais no país, no que tange a temática em destaque Behring e Boschetti (2016) indicam que a execução da política social no Brasil ocorre em período distinto da efetivação das ações nesse âmbito pelos países

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

de capitalismo central. Ademais, conforme as respectivas autoras, a questão social só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de leis direcionadas ao mundo do trabalho. Cabe destacar ainda que, segundo Behring e Boschetti (2016), os direitos sociais no Brasil se mostram provenientes da luta de classes e expressam a correlação de forças predominantes.

Monari e Hora (2015) indicam que os anos de 1980 e 1990 foram anos adversos para as políticas sociais e se constituíram um terreno fértil para a entrada do ideário neoliberal no Brasil, tal realidade alterou os sistemas de proteção social, redirecionando a intervenção do Estado em relação à questão social, a qual se torna direcionada ao apelo à filantropia, à solidariedade da sociedade civil e à execução de programas seletivos e focalizados de combate à pobreza e à mercantilização dos serviços sociais.

De acordo com Iamamoto (2012) a contra- reforma do Estado nos distintos níveis de poder marca a ideia da privatização, da redução da responsabilidade pública no trato das necessidades sociais das grandes majorias, em favor da mercantilização, realidade que rompe com os padrões de direitos universais, ocasionando uma profunda radicalização da questão social.

Raichelis (2017) aponta que as políticas sociais buscam garantir as condições adequadas ao funcionamento da força de trabalho direcionada para expansão do capital e concomitantemente ainda que de modo parcial e insuficiente, atuam junto às necessidades sociais coletivas e individuais provenientes dos processos de reprodução social.

Apesar de apresentar um caráter contraditório, tais políticas possibilitam o acesso aos direitos conquistados pelas lutas históricas da classe trabalhadora, porém, na atualidade, elas se distanciam da perspectiva de universalização, sendo transformadas em mercadoria, tal realidade se expressa através da precarização dos serviços de saúde, educação e da valorização dos serviços privados.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Verifica-se, nesse contexto, que as lutas coletivas e causas comuns são desprezadas, o individualismo se fortalece e cresce o receio de tudo o que é público e coletivo. O mercado passa a ocupar a vida social em sua totalidade, abarcando a esfera social, econômica, política, cultural, de modo que os projetos democráticos desmoronam, sendo substituídos por políticas públicas que, em geral, são planejadas para ampliar o lucro e o poder das grandes empresas privadas (Pereira 2020).

A autora em destaque aponta ainda que as bandeiras de partidos e dirigentes políticos em diferentes países capitalistas, centrais e periféricos tem se sustentado pelos princípios da nova direita, os quais abarcam a ênfase no indivíduo, a crença no poder sem limites de um mercado racional e a defesa de um Estado mínimo nas ações direcionadas à oferta de políticas sociais, mas máximo na regulação moral da sociedade.

Ante ao cenário exposto, entende-se como importante refletir, quais são os impactos de tal realidade para a população jovem, assim, o presente estudo apresentará breves reflexões sobre a execução das políticas sociais, de modo a destacar alguns avanços e desafios para efetivação de políticas sociais direcionadas às juventudes.

**2. REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS AVANÇOS E DESAFIOS NAS AÇÕES DIRECIONADAS ÀS JUVENTUDES**

De acordo com Cavalcante (2010), a compreensão da gênese da política social e sua função na sociabilidade capitalista possibilita maior entendimento dos processos que envolvem a construção da política pública de juventude.

A respectiva autora, apoiada em Faleiros (2020), menciona que, com base na teoria social Marxista, as políticas sociais são apreendidas com base na Visão do materialismo histórico e dialético, de modo que tais políticas são compreendidas como fruto do processo e das relações contraditórias entre o Estado e a sociedade



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

civil. Cabe mencionar aqui as considerações apresentadas por Cavalcante sobre a relação existente entre a política social e a questão social (2010, p. 22).

As políticas sociais representam uma das formas de enfrentamento da Questão social, cuja gênese é inerente ao sistema capitalista. Nesse sistema, há uma relação contraditória entre capital/trabalho, ou seja; toda riqueza material que é produzida pelos trabalhadores é apropriada pela burguesia gerando desigualdades sociais. Essa situação só será questionada quando trabalhadores passam a ter consciência de classe em si e começam a se organizar e a reivindicar mudanças no sistema capitalista.

Com base ainda no disposto pela respectiva autora, registra-se que as políticas sociais representam interesses antagônicos e conflitantes, de modo que os sujeitos envolvidos tanto ganham como perdem.

Tendo em mente as contradições que envolvem a execução das políticas públicas, cabe mencionar aqui que entre 1950 e 1980 as políticas públicas de juventudes nos países latino-americanos eram direcionadas para ampliação da educação e do uso do tempo livre. Especificamente entre os anos de 1970 e 1985 as políticas eram voltadas ao controle social do movimento estudantil e movimento contra as ditaduras no continente, setores que contavam com a mobilização de jovens. Entre 1985 e 1990 o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito eram o foco das ações destinadas ao público jovem. Já entre 1990 e 2000 o foco das políticas passa a ser a inserção laboral dos jovens em situação de vulnerabilidade social (Abramovay e Castro 2015 apud Abad 2003, citado por Sposito e Carrano 2003).

O relatório denominado “Evidências sobre as Políticas Federais de Juventude no Brasil: Mapeamento dos Investimentos de 2012 a 2020” documento publicado pelo Conselho Nacional de Juventude – CONJUVÉ, emitido no ano de 2021, afirma que a partir do ano de 2000 ocorreram marcos importantes para a política de juventude no Brasil, sendo importante destacar aqui a criação do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVÉ e da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ no ano de 2005, bem como a realização de Conferências Nacionais da Juventude nos anos de 2008, 2011 e 2015.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

O documento indica, ainda, que a promulgação do Estatuto da Juventude, no ano de 2013, também representa um importante avanço, posto que a população entre 15 e 29 anos passa a ser reconhecida como sujeitos de direitos cujas necessidades devem ser atendidas por políticas públicas.

A regulamentação do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), instituído pela Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013, e regulamentado nos termos do Decreto n.º 9.306, de 15 de março de 2019 o qual prevê, entre outras questões, a divulgação das iniciativas do governo federal voltadas à juventude e a realização de Conferências da Juventude a cada quatro anos, também, se constitui um marco importante para a política de juventudes segundo o relatório em destaque.

Compreende-se que além do conhecimento sobre os fundamentos das políticas sociais na sociabilidade vigente e dos avanços alcançados ao longo dos anos na efetivação da política de juventudes, para aprofundar as reflexões sobre as ações voltadas aos jovens, se mostra importante ter em mente a diversidade desse público. Nesse contexto, registra-se que a compreensão do conceito atribuído ao termo juventude varia e vai se referir ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento da vida (Gonçalves e Fava, 2024 apud Abramo, 2005; Pais, 2009).

Abramovay e Castro (2015) indicam que não há somente uma juventude, mas juventudes que vivenciam distintas oportunidades, dificuldades e facilidades. Ademais, segundo Cavalcanti (2010) não existe uma única juventude nas sociedades modernas, mas várias, determinadas pela classe social, pelo gênero, etnia, localidade. A respectiva autora acrescenta ainda que diante do pressuposto de que a sociedade capitalista estabelece um modelo ideal e único de juventude, tal realidade deve ser enfrentada através do desenvolvimento de ações que permitam que a sociedade reconheça que não existe apenas uma juventude, mas várias, as quais possuem o direito de acessar os serviços públicos e os bens produzidos pela sociedade.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Diante do exposto, verifica-se que o reconhecimento da existência de várias juventudes, se constitui um importante desafio ao se pensar nas políticas públicas voltadas ao respectivo público, para além, vale marcar aqui, que no decorrer dos anos outros desafios se mostraram presentes na execução da política em discussão, assim, destaca-se que segundo o relatório denominado “Evidências sobre as políticas federais de Juventude no Brasil: Mapeamento dos Investimentos de 2012 a 2020”, a Secretaria Nacional da Juventude - SNJ, um dos principais órgãos responsáveis pelo desenvolvimento dessa política, em sua criação apresentava um perfil de proximidade com os movimentos sociais e com a sociedade civil organizada, porém, a partir do ano de 2015, passou a apresentar um perfil mais burocrático e administrativo se apresentando mais distante da sociedade civil. Tal realidade se mostrou resultado das alterações ocorridas na estrutura da administração federal. Ademais, a partir do governo Bolsonaro a respectiva Secretaria passou a compor o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o qual apresentava perfil conservador, afastado de movimentos sociais de juventude.

Ainda no que tange aos reflexos do governo Bolsonaro junto à execução da política de juventudes, cabe registrar aqui que Cavalcante e Teixeira (2023) apontam que a 4ª Conferência Nacional de Juventude – com o tema “Novas Perspectivas para a Juventude” foi convocada no mês de agosto de 2019, contudo, o Decreto n. 9.974, de 16 de agosto de 2019 que convocou a realização da respectiva conferência centralizou a presidência desse evento junto as representantes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, excluindo o CONJUVE10, que era integrado, em parte, pela sociedade civil se constituindo espaço de participação e de controle social. Ademais, segundo o site oficial da presidência da república<sup>3</sup> essa

<sup>3</sup> <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/07/presidente-lulaconvoca-a-4a-conferencia-nacional-de-juventude-para-dezembro>

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

conferência foi adiada para o ano de 2020 e, por fim, acabou não sendo realizada na gestão do governo em destaque.

As considerações expostas, evidenciam a fragilização dos órgãos que integram a política de juventudes e dos espaços de participação e controle social, cabe indicar aqui, que tal realidade se apresenta como uma das características dos governos neoliberais, se constituindo uma marca do governo Bolsonaro, sendo retratada por Pereira (2020, p.33):

Desde os primeiros meses do governo Bolsonaro, vários conselhos e outros órgãos colegiados foram extintos, sofreram redução drástica de participantes, em especial dos membros da sociedade civil; foram impedidos de convocar suas conferências nacionais; tiveram vagas de determinadas categorias profissionais extintas, como médicos, assistentes sociais, psicólogos, educadores e juristas; ou experimentaram a proibição da publicização dos seus debates sem autorização prévia do governo.

Com base ainda no disposto pela autora, no período em destaque tais instâncias lutaram para sobrevivência e funcionamento adequados conforme previsto em lei, porém, o cenário exposto gerou insegurança para todos os beneficiários e possíveis beneficiários de políticas sociais. Assim, verifica-se que os retrocessos vivenciados no governo em destaque não se constituíram uma especificidade das ações voltadas para as juventudes, abarcando diversas políticas públicas.

Retomando-se as considerações referentes a política de juventudes e o posicionamento adotado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro durante seu governo, cabe salientar que segundo Gonçalves e Fava (2024) em diversas falas sobre a juventude o presidente em questão, demonstrou traços da política neoliberal implementada em seu governo, culpabilizando os próprios jovens pelo desemprego crescente, eximindo o governo de formular e fortalecer políticas públicas destinadas ao público em tela. As respectivas autoras indicam, ainda, uma manifestação realizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro que reforça a postura neoliberal do respectivo governo na implantação das políticas públicas, conforme segue:



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Em conversa com apoiadores no palácio da Alvorada em 2022, Bolsonaro afirmou que quem cria empregos é a iniciativa privada e não o governo, e, portanto, os jovens “deveriam correr atrás”. Para o então presidente, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) teria doutrinado os jovens a culparem o governo pelas altas taxas de desemprego (Gonçalves e Fava 2024, p.17)

Vale marcar aqui, que apesar do governo em discussão não reconhecer seu papel no enfrentamento do desemprego, tal realidade se mostra crescente, impactando significativamente os jovens, conforme indica Gonçalves e Fava (2024), ao mencionarem as informações dispostas no estudo realizado pelo IPEA a partir de dados da PNAD e do IBGE, o qual demonstra que entre os anos de 2013 e 2020, as taxas de desemprego para os jovens se acentuam mais do que para os adultos em períodos recessivos e que os efeitos desse período, tendem a perdurar muitos anos.

Registra-se que o desemprego se apresenta como uma das expressões da questão social vivenciadas pelos jovens, porém, a violência, a gravidez precoce, o consumo de drogas, também, se constituem questões que afetam esse público e que que interferem na percepção construída sobre os jovens e no desenho das políticas públicas de juventudes Guerra e Cruz (2023).

Cabe mencionar que apesar da relevância dos reflexos das expressões da questão social em destaque na realidade dos jovens, vale demarcar aqui, que a proposta desse estudo não visa aprofundar o debate sobre a temática em questão.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, diante das considerações expostas nesse estudo, vale registrar que mesmo diante dos desafios expostos para efetivação da política de juventudes, com a vitória de Lula, houve a revogação do Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e colocava limitações para os colegiados no âmbito da administração pública, tal ação se apresentou como uma conquista no campo democrático Cavalcante e Teixeira (2023).



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Ademais, de acordo com Gonçalves e Fava (2024) no final do ano de 2023, durante o mandato presidencial do governo Luiz Inácio Lula da Silva foi realizada a 4ª Conferência Nacional da Juventude, cujo tema “Reconstruir o presente, construir o futuro: desenvolvimento, direitos, participação e bem viver”, a conferência simbolizou o retorno do diálogo entre o governo federal e a sociedade civil e a participação cidadã. Avalia-se como positiva a retomada das ações direcionadas ao fortalecimento dos espaços voltados ao controle social, visto que a participação social se apresenta essencial para o aprimoramento da política de juventudes.

**4. REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. Cadernos Adenauer XVI, nº1. 2015. Disponível em [https://flacso.org.br/files/2015/08/MAbramovay\\_kas.pdf](https://flacso.org.br/files/2015/08/MAbramovay_kas.pdf). Acesso em: 29 jul.2024

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016.

CAVALCANTE, I.G. Juventude em pauta: o processo de construção da política de juventude em Sergipe – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2010.

CAVALCANTE, M.A. M; TEIXEIRA, S. M. Juventudes e os retrocessos políticosociais da Nova Direita no Brasil. Textos & Contextos Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 114, jan.-dez. 2023 e-ISSN: 1677-9509. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/43600/28180> Acesso: 28 jul. 2024

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

CAVAIGNAC, M. D; MAEDA, A. N. O trabalho do assistente social e a efetivação de direitos sociais. Libertas on Line DOI: <https://doi.org/10.34019/19808518.2019.v19.27777> Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/27777/18975>.

Acesso: 28 abr. 2024

CONJUVE. Conselho Nacional da Juventude. Relatório: evidências sobre as políticas federais de juventude no Brasil: mapeamento dos investimentos de 2012 a 2020. Instituto Cíclica, 2021.

GUERRA, E.T; CRUZ, M.C.M.T Intersectorialidade e políticas públicas para as juventudes: Contribuições de Produções Acadêmicas. Cadernos Gestão Pública e Cidadania FGV EAESP.2023. Disponível em

<https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/84619/83311> Acesso em 26 jul.2024

GONÇALVES, R.T; FAVA, A.C.P Políticas Públicas para a Juventude no Brasil – Um Balanço a partir da Implementação do Estatuto da Juventude (2013-2023) . Revista Foco [Curitiba (PR)] v.17.n.5|e4975| p.01-28 |2024. Disponível em <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4975/3682> Acesso em 26 jul.2024

IAMAMOTO, M.V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. Atribuições Privativas Do/A Assistente Social em questão. Brasília, DF: CFESS, 2012, p. 33 – 74 <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>

MORANI, C. N. S; HORA, S. S. O Serviço Social no âmbito das políticas sociais: discutindo as tensões entre projeto profissional e trabalho assalariado. O Social em Questão - Ano XVIII - nº 34 – 2015, p. 351 – 366. Disponível em:

[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_34\\_17\\_Morani\\_Hora.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_17_Morani_Hora.pdf)

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

PEREIRA, C. P. Sobre o arcabouço teórico ou pano de fundo explicativo. In: PEREIRA, C. P. Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, C. P. Nova Direita, corporocracia e política social. In: PEREIRA, P. A. P. (org.). Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social. São Paulo: Cortez:Politiza, 2020.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2017, p. 25 -65

### RELATO DE EXPERIÊNCIA - “MEU CABELO CRESPO”: RAP, IDENTIDADE E ANTIRRACISMO NA SALA DE AULA

Eixo 1- Políticas públicas voltadas à infância e juventude;

Caio José Fontequê Gaspar<sup>1</sup>  
Douglas Castanho Mendes Ferreira<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência da aula “Meu Cabelo Crespo” de uma das aulas aplicadas na oficina de Rap e Literatura na Escola Municipal Zumbi dos Palmares. A aula tem como principal objetivo trabalhar a auto estima negra e o racismo, a partir da música “Cabelo Crespo”, que tem como principal tema a exaltação, valorização e reflexão da beleza e da cultura negra.

**Palavras-chave:** Racismo; Autoestima; Rap; Literatura; Resistência.

#### ABSTRACT

This article aims to reflect on the experience of the class "Meu Cabelo Crespo," one of the lessons conducted in the Rap and Literature workshop at Escola Municipal Zumbi dos Palmares. The class primarily focuses on fostering Black self-esteem and addressing racism through the song "Cabelo Crespo," which centers on the celebration, appreciation, and reflection of Black beauty and culture.

**Keywords ou Palavras chave:** Racism; Self-esteem; Rap; Literature; Resistance.

## 1. INTRODUÇÃO

A utilização do rap em sala de aula é justificada pela sua relevância como ferramenta pedagógica, capaz de enriquecer o ensino e fomentar uma educação crítica e antirracista. A música, em especial o rap, desempenha um papel significativo na

<sup>1</sup> Educador Social, Mestrando em literatura pela UEL, caio.jose.gaspar@uel.br.

<sup>2</sup> Educador Social; Graduando em Serviço social pela UEL; douglas.castanho@uel.br

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

educação, contribuindo para o "desenvolvimento psicomotor, socioafetivo, cognitivo e linguístico, além de ser um recurso de ensino facilitador" (Napolitano, 2002). No Brasil, o rap tem se consolidado como uma forma de expressão que traduz as experiências das comunidades periféricas, abordando de maneira contundente temas como racismo, violência policial e desigualdades sociais, questões que são cruciais para a compreensão crítica da sociedade (Fernandes; Martins; Oliveira, 2010).

Além disso, o rap, como destaca Andrade (2018), carrega um tom "revolucionário", expressando as dificuldades enfrentadas por negros e moradores de favelas, o que o torna um poderoso dispositivo de denúncia social e racial. Ao ser inserido no ambiente escolar, o rap possibilita que os alunos se conectem com suas próprias vivências e culturas, promovendo uma "efetiva consciência corporal" e ampliando o entendimento dos processos históricos de forma significativa (Napolitano, 2002).

Portanto, a incorporação do rap no currículo escolar não apenas enriquece a aprendizagem, mas também cumpre um papel vital na construção de uma educação que valoriza e dá voz a grupos historicamente marginalizados, como ressaltam Fernandes, Martins e Oliveira (2010) ao abordarem as três fases distintas do rap nacional. Essa estratégia pedagógica fortalece o desenvolvimento de uma consciência crítica nos alunos, capacitando-os a se tornarem cidadãos mais informados e socialmente engajados.

É nesse sentido e com esse objetivo que foi proposta oficina de Rap Literatura desenvolvida pela Associação CORRE Cultural - Associação de Arte e Cultura de Londrina, a oficina ocorre desde 2018 no bairro da União da Vitória e desde 2019 é ministrada na escola Escola Municipal Zumbi dos Palmares em horário regular das turmas, e tem como público alvo as turmas de 3º, 4º e 5º ano. O projeto conta com o patrocínio e investimento público através da Bolsa de estudos do Programa de Incentivo à Cultura- PROMIC, nos anos de 2019, 2020 e 2023.

A oficina tem como objetivo trabalhar com crianças e adolescentes o Rap como expressão cultural e como ferramenta de aproximação e incentivo a produção artística e



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

literatura. Realizando o incentivo ao consumo do Rap como forma de cultura, política e expressão da realidade negra e periférica, e também explorando a sua dimensão literária, como rimas, construção de texto, expressão pela forma escrita e falada. Entendendo que o Rap além de forma de expressão cultural pode aproximar os jovens da literatura.

Desta maneira foi selecionado para o relato de experiência a aula da Oficina intitulada como “Meu Cabelo Crespo”, referência direta a música trabalhada na aula “Meu Cabelo Crespo” do trapper AKA Rasta. A música pertence ao subgênero do Rap: Trap; e possui como principal objetivo refletir sobre o cabelo crespo e como a população negra tem a sua alta estima minada por não ter o cabelo e pele nos formatos e tons do padrão de beleza hegemônico na sociedade brasileira, padrão de cor de pele e de cabelo pertencentes à branquitude. Assim trabalhando os temas : Racismo, padrão de beleza e Rap como expoente anti racista.

Desenvolvendo junto com as crianças e adolescentes a reflexão sobre a escravidão como determinante para formação político histórica do Brasil; a discussão sobre o racismo e suas manifestações no cotidiano; a diversidade e riqueza da cultura e beleza africana e afro brasileira; e reconhecer o rap e a cultura (de rua) hip hop como instrumento de denúncia e luta contra o racismo.

A seguir descreveremos como proposta pedagógica a atividade realizada em turmas de 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, localizada no bairro União da Vitória em Londrina, Paraná, na qual a música “Meu Cabelo Crespo”, do rapper AKA Rasta foi utilizada como ferramenta para discussão de temas como o racismo, padrão de beleza e empoderamento do corpo negro.

## **2. METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO**

Iniciamos a aula apresentando a música “Cabelo Crespo”, do rapper Aka Rasta, fornecendo elementos (como dados biográficos do artista - que é de Curitiba - e retomada das aulas anteriores) para que os alunos se disponham a uma escuta

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

atenciosa e qualificada. Após ouvirmos a música algumas vezes, incitamos a discussão sobre diversidade e padrão de beleza a partir de perguntas norteadoras como: (a) gostaram da música?; (b) qual parte lhes chamou mais atenção? (c) qual o tema da música?; (d) quais os penteados que são citados na música? (e) vocês conhecem Wakanda? Porque o cantor cita essa referência?...

Após discussão com base nos cometários feito pelos alunos que contribuem com seu ponto de vista e impressões pessoais, iniciamos uma exposição sobre a história da escravidão e racismo no Brasil, destacando pontos como a noção de que a África é um continente e possui uma vastidão de povos e culturas, a crueldade das viagens em navios negreiros e a separação de povos e famílias, a farsa da abolição da escravatura, as manifestações e arranjos do racismo no Brasil atualmente, como padrão de beleza e violência policial, assim como o próprio preconceito com o rap e cultura de rua por serem advindas da cultura preta. É interessante pontuar que a discussão sobre o tema desenvolve um espaço propício para troca de experiências entre os próprios alunos e os mediadores da atividade, estabelecendo um vínculo em que os discentes fiquem confortáveis para exporem suas próprias vivências em relação ao racismo e padrão de beleza, o que nos dá a oportunidade de desconstruir algumas práticas de cunho racista que ainda persistem dentro do ambiente escolar e mais ainda fora dele.

Após a audição da música e a discussão dos temas relacionados propomos uma atividade artística, o que promove o desenvolvimento de outras habilidades motoras e criativas e mobiliza a atenção de alunos que se interessam mais pela pintura e desenho do que pela música propriamente dita. A atividade consiste em imprimir o material que consta em anexo (5.2), distribuir para os alunos divididos em grupos de 2 a 4 integrantes, e utilizando materiais como tinta, barbante, algodão etc. pedir que os alunos completem o desenho com o cabelo e demais características do rosto humano. Buscando explorar e associar o visual e textura dos materiais utilizados e os conhecimentos compartilhados durante a preleção.

A seguir uma imagem de alguns dos trabalhos artísticos realizados:



Imagem 1: Resultado dos trabalhos realizados durante a aplicação da oficina. Fonte: Própria.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS OBTIDOS

A realização da atividade se mostrou eficaz no sentido de utilizar o rap, um gênero musical que está presente na vida de alunos de escolas periféricas, como ferramenta fomentadora de uma discussão acerca de temas relacionados ao racismo e a cultura negra. A música é de fácil compreensão e se utiliza de métodos poéticos como rimas, métrica e refrão, o que facilita a memorização e internalização de seu conteúdo. A participação dos alunos na discussão foi satisfatória, muitos se dispuseram a compartilhar experiências e realizaram questionamentos que dialogam com os temas abordados. Interessante notar que muitos alunos se sentiram contemplados pela letra da música e se identificaram com o sujeito que celebra sua aparência e cultura negra, nas aulas posteriores foi comum ouvir os alunos cantarolando o refrão da música e se

sentindo orgulhosos ao cantá-la o que demonstra uma fruição considerável do conteúdo da aula.

A atividade artística visual realizada também se revelou uma boa estratégia para que os alunos se expressem e se vejam em sua própria expressão, era comum em atividades de desenho anteriores que mesmo os alunos negros realizassem desenhos em que os personagens possuíam a pele clara e o cabelo liso, a partir dessa atividade pudemos notar que houve uma nova abordagem dos alunos quanto a caracterização de suas produções visuais. Dessa forma podemos concluir que a atividade proposta foi benéfica e apresentou resultados satisfatórios em todas as turmas que foi aplicada, o que demonstra a eficácia da utilização do rap não só como ferramenta pedagógica, mas também como forma de discutir o racismo e promover práticas antirracistas.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Loren Tessy. **O rap nacional: origens, velha escola e a nova escola.** Das Amazônias. Revista Docente de História da UFAC. V1. Nº 1, 2018.

FERNANDES, Ana Claudia Florindo; MARTINS, Raquel; OLIVEIRA, Rosângela Paulino de. **Rap nacional: a juventude negra e a experiência poético-musical em sala de aula.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 64, p. 183-200, ago. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **História & música** – história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.



### A INCLUSÃO PERVERSA DOS ADOLESCENTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM LONDRINA

**Eixo:** 1 - Políticas públicas voltadas à infância e juventude;

Carlos Roberto de Oliveira<sup>1</sup>

Wagner Roberto do Amaral<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente artigo é um recorte da pesquisa realizada durante Programa de Pós – graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, onde sistematizamos e analisamos as compreensões dos adolescentes de 15 a 17 anos acerca de seu ingresso e permanência na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa exploratória-descritiva, tendo como instrumento de coleta de dados o questionário semiestruturado e entrevista autobiográfica. Para a análise dos dados foi empregada a análise do conteúdo. Ao longo desse artigo refletimos sobre a violência institucional, como um das causas que levam os adolescentes a se matricularem na EJA.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Políticas educacionais; Adolescentes na EJA; violência da escola.

#### ABSTRACT

This article is an excerpt from the research carried out during the Postgraduate Program in Social Work at the State University of

<sup>1</sup> Mestre em Políticas Sociais e Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina, assistente social e professor pelo Município de Londrina

<sup>2</sup> Professor associado da Universidade Estadual de Londrina. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Educação Superior para Povos Indígena no Brasil e na América Latina. wramaral@uel.br.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Londrina, where we systematized and analyzed the understandings of adolescents aged 15 to 17 regarding their entry and permanence in the Youth Education modality Adults. This was an exploratory-descriptive qualitative research using a semi-structured questionnaire and autobiographical interview as a data collection instrument. Content analysis was used to analyze the data. Throughout this article we reflect on violence.

**Keywords:** EJA; Educational policies; International capital; Adolescents in EJA; School violence.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar parte dos resultados da pesquisa realizada durante o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, *stricto sensu*, a nível de mestrado. A pesquisa é fruto da inquietação desse pesquisador, observando o seu cotidiano profissional enquanto educador na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e como assistente pela Prefeitura Municipal de Londrina. Ao longo de minha atuação profissional como educador e assistente social, incomodou a naturalização do encaminhamento de adolescentes para Educação de Jovens e Adultos (EJA), em especial das escolas estaduais. Uma vez que esses adolescentes são encaminhados para a EJA o olhar da direção da escola e da rede de proteção à criança e adolescente,<sup>3</sup> deixa de existir focando suas prioridades apenas aos educandos matriculados no ensino fundamental II e médio regular<sup>4</sup>.

<sup>3</sup>Ver mais em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/rede-socioassistencial-e-intersectorial/rede-socioassistencial-e-intersectorial-2?start=1>

<sup>4</sup> Utilizamos aqui a palavra regular para reportar à educação destinada para crianças e adolescentes que estão dentro da idade que o Estado considera apropriada para série, muitas vezes utilizada no dia a dia pelos educadores e gestores. A EJA não é irregular; é uma modalidade de ensino regularizada na Lei de Diretrizes e Bases Nacional, inserida no campo do direito subjetivo da educação, conforme a Constituição Federal de 1988, destinada para jovens e adultos que não tiveram acesso na idade considerada pelo Estado apropriada. A expressão Ensino Regular é a denominação encontrada na legislação para designar a oferta nas redes públicas ou sistema de ensino com faixas-etárias estabelecidas como obrigatórias.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

A presente pesquisa foi realizada com adolescentes de 15 a 17 anos, que se matricularam no Colégio Estadual Professora Rina Maria Francovig no ano de 2022. A referida escola é a única que oferece Ensino Fundamental II e Ensino Médio na modalidade EJA, sendo localizada na região Sul de Londrina/Paraná, região onde também é trabalha o pesquisador, como assistente social. Durante a pesquisa se buscou sistematizar e analisar as compreensões dos adolescentes (de 15 a 17 anos) acerca de seu ingresso e permanência na modalidade de Educação de Jovens e Adultos refletindo sobre a trajetória dos adolescentes participantes até chegarem na EJA, a partir de seus olhares. A pesquisa que foi realizada é de natureza quantitativa e qualitativa; se utilizou como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada, sendo entrevistados sete adolescentes, quatro do sexo feminino e três sexo masculino (MINAYO, 2009).

O debate da presença de adolescentes na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) inicia nos anos de 1990 e se acentua nos anos 2.000. Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apontam que 16% desse grupo etário, no Brasil, estão fora da escola; destes, 52% não completaram o ensino fundamental. Esses adolescentes estão sendo negligenciados há muito tempo e no cenário da EJA, sendo sujeitos marcados pelo abandono ou pela negação do direito ao acesso à escola. Uma vez encaminhado para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, não possuem a garantia da oferta, pois essa modalidade se encontra constantemente ameaçada principalmente após o grande desmonte de investimento durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (SINPRO, 2020).

Para atender o objetivo deste trabalho estaremos num primeiro momento discorrendo sobre as categorias adolescência e juventude, em sequência será apresentado um breve histórico da educação no Brasil e no Paraná, e num terceiro momento os motivos que levaram os adolescentes abandonarem o ensino regular, focando a maior parte da discussão no debate da violência institucional como uma das

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

causas contribuíram para a evasão dos educandos no ensino regular e se matricularem cheguem na EJA<sup>5</sup>.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Adolescências e juventudes: categorias socios-históricas

Conceituar juventude e adolescência é uma tarefa extremamente difícil atualmente, haja vista que existe uma sobreposição de significações e diversas formas de expressão que são construídas em cada sociedade, em diferentes tempos e espaços, por condições culturais, históricas e socioeconômicas distintas, que passam a moldar diferentes maneiras de ser jovem (EVANGELISTA, 2012). Segundo CEPAL e OIJ<sup>6</sup> (2004, p. 290-291 apud LEON, 2005, p.13), a categorização de juventude e adolescência é diferente do ponto de vista legal em cada país, pois

no campo das políticas de adolescência e juventude, nos países ibero-americanos verifica-se uma grande diferença nas faixas etárias utilizadas. Por exemplo, entre 7 e 8 anos em El Salvador; entre 12 e 26 na Colômbia; entre 12 e 35 na Costa Rica; entre 12 e 29 no México; entre 14 e 30 na Argentina; entre 15 e 24 na Bolívia, Equador, Peru, República Dominicana; entre 15 e 25 na Guatemala e Portugal; entre 15 e 29 no Chile, Cuba, Espanha, Panamá e Paraguai; entre os 18 e 30 na Nicarágua; e em Honduras, a população jovem corresponde aos menores de 25 anos.

As categorias adolescência e juventude são construções históricas, sociais, culturais da sociedade contemporânea, estando em processo de permanente mudança e têm se constituído de debates nas políticas sociais, que se sobrepõem umas às outras

<sup>5</sup> Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN nº9394/96) a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de Ensino da Educação básica, um direito subjetivo de todo cidadão e cidadã, sendo destinados àqueles que não puderam efetuar os estudos na idade considerada pelo Estado como regular, devendo ser ofertada regularmente, gratuita, garantindo aos trabalhadores condições de acesso e permanência.

<sup>6</sup> OIJ (Organismo Internacional de juventude para Ibero-américa). Disponível em: <https://oij.org/category/acciones/>

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

não havendo consenso nos marcos legais que regem as diferentes políticas públicas (LEON, 2005). A definição de ambas as categorias pode ser desenvolvida a partir de diferentes pontos objetivos e subjetivos, muitas vezes ligados à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade.

Devemos levar em consideração, ao analisá-las, as mudanças ocorridas nas últimas décadas com o avanço das novas tecnologias, como também os diferentes níveis de acesso tecnológico, de informações, a classe social e o território onde estão inseridos esses adolescentes e jovens. Esses sujeitos vivem em territórios diferentes, culturas diferentes, tempos e histórias diferentes, possuem vivências diferentes, suas realidades materiais são diferentes e têm diferentes tempo de maturação biológica e psicológica. Tais singularidades impedem de resumir a explicação dessas duas categorias só pela dimensão biológica ou evolutiva humana (LEON, 2005, p.6). Adolescentes e jovens se destacam pela diversidade de identidade prevalecendo muitas vezes “uma visão dualista e maniqueísta (responsável-irresponsável, esperança-medo, futuro, irreverente)” e quando oriundos da classe subalterna são “associados como uma ameaça social, à criminalidade” (EVANGELISTA, 2012, p. 23).

A presença da faixa etária de 15 a 17 anos no Estatuto da Juventude e as ações governamentais, pautando esse grupo etário como sendo jovens e não adolescentes, podem ocasionar prejuízos para esse grupo, desconsiderando as particularidades enquanto sujeitos em desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento e a proteção integral acabam sendo negados, abrindo possibilidade de legalização do trabalho<sup>7</sup> e até a redução da idade penal<sup>8</sup>, debate que durante o governo de Jair Messias Bolsonaro foi pauta na Câmara de Deputados e no Senado Brasileiro.

Muitas das legislações brasileiras (Estatuto da Criança, Estatuto do Idoso, Estatuto da Juventude, etc.) pautam-se a partir da categoria etária, mesmo concordando

<sup>7</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/11/12/bolsonaristas-tentam-aprovar-na-camara-reducao-de-idade-para-trabalhar.htm>

<sup>8</sup> Disponível em : <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/27/reducao-da-maioridade-penal-gera-controversias-em-debate-na-ccj>



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

com os autores do risco do enrijecimento ou de negar o processo histórico de construção sócio-histórico, faz-se necessário delimitar a adolescência dentro da faixa etária dos 12 aos 18 anos incompletos, conforme pauta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Acredita-se que tendo como parâmetro as definições que o ECA considera como criança e adolescente, pode o Estado estruturar políticas de proteção à criança e ao adolescente, sem o risco de sobrepor e fragmentar ações das diversas secretarias nas diferentes instâncias governamentais, principalmente em relação aos adolescentes de 15 a 17 anos, que ainda parecem invisíveis às políticas públicas, dentre elas, a de educação, pois os adolescentes acabam camuflados estatisticamente na categoria jovem e suas desproteções, uma vez presentes na EJA são ignoradas.

**2.2 Uma breve abordagem da história da educação no Brasil e no Paraná**

[...] a escola republicana não exclui; ela acolhe sem distinção todos os alunos de uma faixa etária, para o bem deles. Porém, se ela não exclui, ela expulsa os que dela não conseguem se integrar. Esses/as não integra dos/ as são aqueles/as que não apresentam as características necessárias que os configuram como aptos/as para a empregabilidade

Os adolescentes presentes na Educação de Jovens e Adultos, historicamente foram tratados pelo Estado, como refugos do sistema educacional, pessoas alguma anormalidade em relação ao demais que deram sequência aos estudos, dentro do tempo esperado pelo Estado. A história da educação no Paraná mostra grande interferência de questões políticas e ideológicas de âmbito nacional e internacional, somadas as peculiaridades políticas regionais, mantendo um sistema dual de ensino de herança colonialista: educação elementar e profissionalizante para pobres e secundária e superior para ricos. (RUCKSTADTER; RUCKSTADTE, 2022)

Desde a década de 1980, ocorre forte alinhamento da política educacional paranaense ao projeto econômico e ideológico do neoliberalismo, aumentando assim o abismo da oferta de educação entre os filhos oriundos da classe subalternizada em



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

relação aos da classe burguesa e nas duas primeiras décadas do terceiro milênio que se ocorre o ápice do empresariamento da educação paranaense e o desmonte da Educação de Jovens e Adultos no estado do Paraná (FARIAS, CHILANTE E AVANZINI, 2021). Os conceitos de produtividade, eficácia e excelência passam a conduzir a gestão pública e a defasagem idade-série torna-se um indicador para avaliação da política educacional, gerando competição entre escolas.

O conservadorismo histórico presente nesse Estado, se materializa com o projeto ideológico e econômico do Governador Carlos Roberto Mass, que no final de 2022,o, lança o Projeto Parceiro da Escola<sup>9</sup>, que nada mais é do que a entrega de 27 escolas estaduais para as mãos do empresariado, e a expansão das escolas cívico visando impor a pauta conservadora, atender os interesses do empresariado. (ROMUALDO DA SILVA,2023) e atrelado com esses projetos se encontra fechamento de turmas de EJA (CALDAS, 2023). Aos adolescentes que se encontram em defasagem idade série, as ações governamentais centram-se na implantação de uma política de aceleração, via programas de correção de fluxo, encaminhamento compulsório para a EJA, priorização dos exames de certificação em massa, como o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), evitando assim qualquer questionamento social e econômico presentes na vida desses adolescentes pobres, pretos e pardos, na sua maioria, tratados como refugos da política educacional paranaense.

### **2.3 A violência institucional e a evasão escola**

Os participantes da pesquisa residem na região sul de Londrina, que é uma das regiões de Londrina, com alto índice de pobreza, onde a maioria da população sobrevive com renda de 0 a meio salário-mínimo. Os mesmos foram matriculados no Colégio

<sup>9</sup> Disponível em : [https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/sites/parana-educacao/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-10/edital\\_credenciamento\\_02-2022-preduc.pdf](https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/sites/parana-educacao/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/edital_credenciamento_02-2022-preduc.pdf)

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Estadual Rina Maraia Francovig no ano de 2022 e não deram sequência novamente nos estudos. Este colégio é o único na região sul de Londrina, que oferece essa modalidade de ensino, ao qual são encaminhados os adolescentes.

A pesquisa apontou que muitos desses adolescentes quando frequentavam o ensino regular vivenciaram a violência institucional, ora de forma direta ou indireta, sendo expulsos, tendo acesso à matrícula negado, foram vítimas e autores de violência verbal, ora por omissão, aceitando *bullying* dentro da escola como um dos fatores que os levaram a deixar a frequentar o ensino regular, conforme demonstra as falas abaixo:

[...] Nem precisou me transferir, já falaram você some daqui, a gente não quer você aqui [...] eu era proibida de assistir a aula da ..., nunca eu tinha aula de português,(entrevistada 2) [...] daí no sexto começou bullying [...] tal daí continuou até que teve um tempo que tive vontade de parar [...] eu era bastante esquentadinho, já fui expulso duas vezes. (entrevistado 7) [...]. Minha mãe estava doente e daí a minha vó foi, ela não queria aceitar, fiquei um ano sem estudar por causa dela, porque ela não quis fazer a minha matrícula. (entrevistada 3)

Os relatos apontam para uma escola hierarquizada, denunciam clara violação dos direitos da criança e do adolescente.<sup>10</sup>, se torna um lugar moralizante, onde se busca distinguir os bons e os maus. A violência institucional identificada na pesquisa como uma das causas do abandono escolar no ensino regular como sendo algo isolado, específico dessa ou daquela escola, pois pesquisas realizadas por Conceição (2014); Ferreira (2015); Lemos (2017); Barrios (2018) e Silva (2019) demonstraram que a presença dos adolescentes e jovens na EJA tem ligação direta com a exclusão escolar. A exclusão ocorre por meio de expulsão, transferência compulsória para a EJA, omissão, violência verbal, por parte daqueles que deveriam proteger.

### 3. CONSIDERAÇÕES

<sup>10</sup> Segundo o art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8060/90), “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 12/10/2023

O Estado se mostra negligente e violento para com esses adolescentes se valem de mecanismos de legalizados exclusão e outros se encontram nas entranhas da cultura institucional e de forma sorrateira vão expulsando os indesejados.

Os entrevistados da pesquisa denunciam que a violência institucional, é um elemento de que causa o abandono da escola pelos mesmos. As falas apontaram para abuso de poder, violência institucional e omissão por parte do Estado diante de outras desproteções.

Assim, a universalização garantida pelos marcos legais, como a Constituição Federal Brasileira de 1988 e a doutrina de proteção integral presente no Estatuto da Criança e do Adolescente não está sendo cumprida, ficando esse grupo etário no limbo, como se seus direitos constitucionais estivessem suspensos e uma vez na Educação de Jovens e adultos aumenta a sua invisibilidade. Diante disso, se faz necessário o olhar crítico de todos os profissionais da educação e das demais políticas sociais, para que não reforcem, essas ações perversas, mascarada de inclusão, executada pelo Estado Neoliberal.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

EVANGELISTA, Mauro Gleisson de Castro. A violência na escola como um sintoma do mal-estar juvenil e institucional na pós-modernidade: a voz do (c)ente. 2012. viii, 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10881>. Acesso em: 01/05/2022

FARIAS, Adriana Medeiros; CHILANTE, Edinéia Navarro; AVANZINI, Claudinéia Maria Vischi. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PARANÁ: DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E ESTADUAIS AO ALINHAMENTO À BNCC. e-Mosaicos, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 324-338, set. 2021. ISSN 2316-9303. Disponível em: <https://www.e->

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

[publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/58204](http://publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/58204). doi:<https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2021.58204>. Acesso em: 18/12/2022.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e Juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005. 40 p. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/247.pdf>. Acesso em: 25/01/2023

LONDRINA. Prefeitura Municipal de Londrina. Secretária Municipal de Assistência Social: **Caracterização da Juventude Londrinense**. Londrina, maio/2014. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/diretoria-de-gestao-do-sistema-municipal-de-assistencia-social/gerencia-de-gestao-de-informacao/publicacoes-1/22009-caracterizacao-juventude/file> Acesso em: 27/08/2023.

LONDRINA. Prefeitura Municipal de Londrina. Secretaria Municipal de Londrina: **Diagnóstico Socioterritorial** 2022. Londrina, 2022. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/menu-oculto-assistencia/organograma-assistencia> Acesso: 27/08/2023

RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. A educação escolar secundária no Norte Pioneiro do Paraná: a criação de Ginásios entre os anos de 1938 e 1961. **Rev. Diálogo Edu.** Curitiba, n.73, abr./jun., 2022. (p. 624-648). Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28946>. Acesso em: 22/12/2022

### METODOLOGIAS DE ENSINO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “AMARELO” COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA QUESTÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

Eixo 1: Políticas Públicas voltadas à infância e juventude.

Jean Alexius<sup>1</sup>

Denise Fank de Almeida<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre as metodologias de ensino no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, analisando o documentário “amarelo” como ferramenta de ensino na questão da identidade étnico-racial. O SCFV possui caráter protetivo, proativo e preventivo, almejando prevenir e proteger seus usuários de riscos de violações de direitos e contribuir para fortalecimentos dos vínculos familiares e comunitários no território. A metodologia de ensino do educador é fundamental para o alcance desse objetivo. O documentário AmarElo possui potencial como conteúdo de ensino e valorização da identidade negra para adolescentes inseridos no SCFV.

**Palavras-chave:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Rap; AmarElo; Metodologia de ensino; Identidade étnico-racial.

#### ABSTRACT OU RESUMEN

This article aims to reflect on teaching methodologies within the Socialization and Bond Strengthening Service (SBSS) by analyzing the documentary “AmarElo” as a teaching tool for exploring ethnic-racial identity. The SCFV is designed to be protective, proactive, and preventive, striving to safeguard its participants from the risk of rights violations and to strengthen family and community bonds within the territory. The educator's teaching methodology is crucial to achieving these goals. The documentary AmarElo has significant potential as educational content that values and promotes Black identity among adolescents involved in the SCFV.

**Keywords:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Rap; AmarElo; Teaching Methodology; Ethnic-Racial Identity.

<sup>1</sup> Educador Social, Mestrando em Serviço Social e Política Social no PPGSER-UEL

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Serviço Social da UEL



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

### 1. INTRODUÇÃO

Ensinar não é transferir conhecimento, mas  
criar as possibilidades para a sua própria  
produção ou a sua construção.  
Paulo Freire. Pedagogia da Autonomia, 1996.

A escolha do tema "Metodologias de Ensino no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Análise do Documentário 'AmarElo' como Ferramenta de Ensino na Questão da Identidade Étnico-Racial" surge da necessidade urgente de abordar a identidade racial entre adolescentes em um contexto de crescente distanciamento de suas raízes étnico-raciais.

Em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades e pelo legado histórico da escravidão, a construção de uma identidade étnico-racial sólida torna-se essencial para o empoderamento de jovens negros e pardos. Contudo, observa-se que muitos adolescentes enfrentam dificuldades em se reconhecer e valorizar suas próprias origens raciais, o que pode levar a um afastamento de sua identidade e à perpetuação de estereótipos racistas.

Este resumo problematiza essa questão, abordando uma metodologia de ensino desenvolvida em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em que pode contribuir para a construção de uma identidade racial positiva e consciente entre os adolescentes. O documentário *AmarElo - É Tudo Pra Ontem*, dirigido por Emicida, será utilizado como ferramenta pedagógica central, dada sua capacidade de resgatar e celebrar a cultura negra, promovendo reflexões sobre a história e a contribuição dos negros no Brasil.

Para tanto, a forma de explicitar essa experiência se deu por meio deste relato de experiência. Os aspectos abordados neste estudo apresentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, explorando sua estrutura e objetivo no contexto educacional. Uma análise crítica do documentário *AmarElo* como um recurso pedagógico poderoso na discussão da identidade étnico-racial.

Os procedimentos metodológicos empregados para avaliar a eficácia dessa abordagem no fortalecimento da identidade racial entre os adolescentes atendidos pela Casa Acolhedora Mãe e Senhora de Todos os Povos da cidade de Londrina-PR. Assim, busca-se não apenas entender a relevância dessas metodologias, mas também propor estratégias educativas que possam ser replicadas em outros contextos similares.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

Neste prenúncio discorreremos sobre o SCFV, serviço onde pode-se fazer uso de inúmeras metodologias de trabalho e atividades. Aqui utilizamos a manifestação do rap como instrumento de ensino por meio do documentário AmarElo do rapper Emicida, que potencializa as marcas históricas da luta do povo negro no Brasil e evidencia o apagamento de seus feitos realizados pela elite branca, buscando então reacender as conquistas negras em nosso país, assim como fortalecer a identidade étnico-racial.

O rap, portanto, pode ser uma das metodologias de ensino para adolescentes inserido no SCFV de Londrina-PR, em específico na instituição Casa Acolhedora Mãe e Senhora de Todos os Povos.

### **2.1 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**

À Política de Assistência Social no Brasil compete oferecer proteção social por meio de serviços direcionados a atender diferentes famílias no enfrentamento a vulnerabilidade social e prevenção de riscos. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é caracterizado dentro dessa política, em específico na oferta de proteção social básica atrelado ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), possuindo instalações por todas as regiões do país.

O SCFV possui um caráter protetivo, proativo e preventivo, almejando prevenir e proteger seus usuários de riscos de violações de direitos e contribuir para fortalecimentos dos vínculos familiares e comunitários no território (BRASIL, 2009).

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Ao ser analisado o trabalho e constatado a importância desse serviço, o SCFV ainda é recente dentro das políticas públicas do Brasil. Foi em 2009, que passou a ser regulamentado pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nº109/2009, e reorganizado quatro anos após por meio da Resolução nº01/2013.

O objetivo do SCFV perpassa pela formação e integração participativa dos sujeitos em diferentes estruturas da sociedade, evidenciando o protagonismo desde a infância até a vida adulta.

### 2.2 AmarElo – É tudo pra ontem

Para Roque (2023), o rap atua como contracultura da modernidade, sendo um ritmo musical fruto do Atlântico Negro. É nesse sentido que o rap é resultado assim como os movimentos sociais, de instabilidades políticas. Além do próprio rap, outros ritmos como o jazz, blues, rock, soul, reggae, o funk e claro, o samba, serviram como fontes de enfrentamentos ao racismo e vulnerabilidades condicionadas por uma elite branca ao povo negro.

De acordo com Gilroy (2012) a música é importante para proclamar vínculos, é uma expressão artística que almeja o indivíduo o estado de liberdade das crueldades impostas pelo racismo.

No Brasil o rap tem sua gênese na década de 1980 nas periferias com influência direta do samba e do hip-hop, incorporando seu caráter pela luta dos direitos do povo negro. Desde que o rap se tornou uma forma de expressão e luta, grandes representantes do gênero se manifestaram por meio do ritmo musical, tais como Thayde e Dj Hum, Racionais Mc's, Facção Central, Sabotagem, entre outros que tornaram o rap popular nas décadas de 80 e 90.

Após esse período, o rap assim como os movimentos sociais passaram por transformações de acordo com a sociedade brasileira. Atualmente nomes como Criolo, Djonga e Emicida se destacam no cenário nacional como fontes de crítica ao sistema

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

capitalista, violência policial e ao racismo no Brasil. Justamente sobre esse último representante citado e uma de suas produções que esta metodologia de ensino presente neste relato de experiência foi fundada.

Emicida é um rapper brasileiro de São Paulo, ao qual construiu sua trajetória no rap com uma “pegada” voltada a juventude e fortalecimento da identidade negra de seus irmãos e irmãs negras. Emicida (2020, [15:48]) “A minha missão, cada vez que eu pegar uma caneta e um microfone, é devolver a alma de cada um dos meus irmãos e das minhas irmãs que sentiu que um dia não teve uma.”

É justamente com esse viés que ele desenvolve o álbum *AmarElo*, que futuramente viria a se tornar documentário da plataforma de *streaming* Netflix.

Nas palavras de Roque (2009, p.30):

Simbolicamente, após anos, no exato dia 27 de novembro de 2019, o Salão de Espetáculos do *Theatro* Municipal de São Paulo seria ocupado novamente, e, assim como em 1922, a elite paulistana seria sobrepujada pela cor do Brasil. O documentário *AmarElo* é derivado de um álbum de mesmo nome, seu ponto de partida é um trecho de *Paulicéia Desvairada*, de Mário de Andrade, seu modernista favorito e um velho ditado lorubá.

Não é por acaso que *Theatro* Municipal de São Paulo é escolhido com palco, é com por meio de sua imponência que o rapper coloca e reforça como pauta a importância de reconhecer no passado o que está acontecendo no presente, e para isso, é preciso contextualizar as ações.

Buscando alcançar a juventude da realidade dos adolescentes de periferia e, é com esse intuito que o planejamento pedagógico de ensino quanto as questões étnico-raciais, em específico a luta pelo reconhecimento e história do povo negro no Brasil e valorização da identidade racial, evidenciado por meio do documentário *AmarElo* com uma abordagem contemporânea explorando o rap e suas manifestações, foi escolhido como procedimento didático.

### 2.3 Procedimento metodológico

O SCFV possui como uma de suas mais importantes intenções integrar a diversidade e pluralidade, evidenciando o protagonismo social de crianças, adolescentes, jovens e adultos, por meio de práticas que estimulem o pensamento crítico quanto a realidade em que vivem.

Tem-se como fundamental o planejamento em toda ação educativa, é nesse processo que se permeia o objetivo, atividades, materiais e avaliação, sempre em um completo sistema retroalimentativo, em que após o fim de um, inicia-se outro levando em conta o processo anterior e os sujeitos almejados no processo ensino aprendizagem, neste e em todos os casos, os educandos.

Esse relato de experiência perpassa no ano de 2024 dentro da Casa Acolhedora Senhora de Todos os Povos, um SCFV localizado na região oeste da cidade de Londrina-PR. Ocorreu durante minha permanência neste espaço de aprendizagem de educação não formal ocupando o cargo de Educador Social.

Todo planejamento realizado dentro do SCFV deve ser considerado antemão os eixos norteadores do serviço como a convivência social, direito de ser e participação, para que assim situações sejam criadas para que de fato sejam coincidentes com a realidade dos educandos (BRASIL, 2016).

O ato de planejar é envolto por um processo constante de reflexão, tomada de decisão sobre o ensino, de estimativas do processo e avaliação para concluir se o objetivo almejado de fato foi alcançado.

Em um processo em que primeiro deve-se considerar os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, o que neste relato são adolescentes de 12 a 15 anos inseridos na Casa Acolhedora Mãe e Senhora de Todos os Povos, configurado como um SCFV da cidade de Londrina-PR. Em seguida, uma análise da realidade vivenciada por esses adolescentes para seguir na elaboração de um plano de ensino.



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

As atividades propostas foram desenvolvidas em um período de dois meses, com um encontro semanal de 3 horas por semana, culminando em oito encontros. A princípio o conhecimento de mundo dos educandos foi levado em discussão, qual conhecimento possuíam sobre conceitos de identidade e em como se viam e identificavam. Em seguida levando suas diferentes manifestações de gênero e étnico-racial.

Após rodas de conversas sobre o assunto, tivemos atividades em que o rap foi inserido como metodologia de ensino, no qual trouxe da minha vivência músicas que compõem meu dia a dia. Dando vez para que eles propusessem em outro encontro, músicas desse gênero que eles conheciam para serem ouvidas e discutidas em grupo.

O próximo passo foi a inserção do documentário AmarElo do rapper Emicida. Antemão foi realizado uma conversa com o grupo quanto o que conheciam sobre filmes, curtas metragens e documentários, assim como suas diferenças. Para que fossem familiarizados com o enredo do material estudado, uma vez que em relatos foi possível perceber que poucos conheciam documentários e seu significado.

Em seguida, assistir o documentário AmarElo foi fonte de conteúdo. Após o término do documentário, os encontros seguintes foram direcionados a ouvir as impressões e conclusões dos educandos quanto ao que presenciaram em atividade.

A partir dos relatos, percebi que o marcante para eles foram as personalidades mencionadas durante o documentário. Tebas, Leci Brandão, Mariele Franco, entre outras foram citadas por eles na roda de conversa. Levando em consideração essa aproximação e curiosidade dos educandos para com essas personalidades, desenvolvi com eles nos encontros seguintes atividades artísticas e de pesquisa que evidenciassem a cultura negra, a importância do documentário para identidade étnico-racial e valorização das conquistas e lutas do povo negro no Brasil. Ao fim, realizamos uma avaliação em grupo relacionando os fatos mencionados no documentário com a realidade vivenciada por eles, buscando fontes de inspiração e valorização da identidade pessoal e racial.

Ao fim, avalio como positivo esse processo de ensino/aprendizagem desenvolvida com adolescentes. Pois na atualidade é incontestável a influência de fatores externos na

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

vida desses sujeitos, direcionando seus comportamentos e pensamentos, mais ainda como veem o mundo e sua realidade. O meio em que vivem, o que consomem, informação desenfreada e bombardeada diariamente por meio das redes sociais, que em sua maioria desinteressadas com a realidade das minorias, pode causar um afastamento desses adolescentes da realidade e sua identidade (BRASIL, 2016).

Além destes aspectos, acreditamos ainda que o processo ensino aprendizagem deve aproveitar em seu processo uso de ferramentas lúdicas e /ou que fazem parte da vivência dos sujeitos, para torná-lo mais leve e interessante possibilitando o alcance dos objetivos propostos.

### 3. CONSIDERAÇÕES

O SCFV possui amplo trabalho no que diz respeito a proteção social básica de seus usuários, o acompanhamento de educandos e suas famílias se torna crucial para os objetivos de fortalecimento de vínculo entre eles e as pessoas pertencentes ao território, assim como a formação cidadã e crítica dos educandos quanto ao reconhecimento e enfrentamento das vulnerabilidades de suas realidades.

Em meio a esse trabalho desenvolvido dentro da política pública de assistência social, está a atuação do educador. Sendo esse o mediador do conhecimento e o educando, possibilitando situações de diálogo, reconhecimento de resolução de conflitos, participação social, valorização das diferenças, reconhecimento das diversas identidades e de direitos e deveres.

Toda atividade planejada deve contribuir de forma crítica na realidade desses educandos. Para Severo (2017) o SCFV pode contribuir na construção de um trabalho comunitário importante e complexo para melhoria de vida dos educandos, suas famílias e comunidade, colaborando diretamente no enfrentamento as vulnerabilidades sociais.

Frente a esse importante papel, as manifestações sociais podem ser elencadas como conteúdos primordiais de ensino dentro da educação não formal, como no caso

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

SCFV, diferentemente da escola onde se há um aprisionamento hierárquico de disciplinas que elencam conteúdos como centrais em detrimento daqueles periféricos. Sendo esses conteúdos importantes para a análise desses adolescentes quanto a sua realidade e construção de um pensamento crítico.

A escolha do rap, assim como ao documentário *AmarElo* foram estratégias desenvolvidas para o alcance de adolescentes de 12 a 15 anos inseridos na Casa Acolhedora Mãe e Senhora de Todos os Povos, no seu reconhecimento e valorização da identidade pessoal e étnico-racial. Abordando a visão crítica quanto a construção da sociedade brasileira as custas de apagamento histórico de conquistas e lutas de povo negro, possibilitando indagações e um olhar de (re)construção para a comunidade em que esses educandos vivem.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: <http://www.gov.br/cidadania/pt-br/assuntos/assistencia-social/politica-nacional-de-assistencia-social>. Acesso em: 15 ago. 2024.

EMICIDA. *AmarElo - É tudo pra ontem*. [EMICIDA]. Produção: **Laboratório Fantasma**. São Paulo: Netflix, 2020. 90 minutos.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência**. São Paulo: Editora 34, 2012.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: **Paz e Terra**, 1996.

ROQUE, Christian Silveira. **Tudo que nóiz tem é nóiz: rap como construção de identidade coletiva negra em amarelo, de Emicida**. 2023. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em:

## II SEMINÁRIO

28, 29 e 30 de Agosto

2024

Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais

file:///C:/Users/joand/Desktop/Semin%C3%A1rio%20Servi%C3%A7o%20Social/Amar  
elo.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

SEVERO, J. L. R. L. O horizonte da pedagogia social: uma perspectiva de aproximação conceitual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 2122-2137, 2017



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: PEDAGOGIA DA PRESENÇA E DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS

### Eixo: 1 - Políticas públicas voltadas à infância e juventude

Maria José dos Santos Vertuan<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo propõe refletir sobre a literatura relacionada à educação em tempo integral, Pedagogia da Presença e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais. Adota-se como eixo fundamental, a discussão sobre a educação em tempo integral, ofertada no Brasil, a partir do Programa Mais Educação - PME, do Ministério da Educação. Age como suporte básico para a defesa da educação como materializadora dos Direitos Humanos. Pondera-se, então, sobre as relações entre a Doutrina de Proteção e a Educação Escolar para conjecturar sobre como a educação e o amparo social podem se consubstanciar na formação do educando.

**Palavras-chave:** Educação em Tempo Integral; Pedagogia da Presença; Habilidades Socioemocionais.

### ABSTRACT

This article proposes a reflection on the literature related to full-time education, Pedagogy of Presence and the development of socio-emotional skills. The fundamental axis is the discussion about full-time education, offered in Brazil, through the Mais Educação Program - PME, of the Ministry of Education. It acts as basic support for the defense of education as a materializer of Human Rights. We then consider the relationships between the Protection Doctrine and School Education to conjecture about

<sup>1</sup> educadora, musicista e escritora. Graduada em Letras ( UNOESTE), pós graduada em Didática e Metodologia de Ensino, Psicopedagogia e Novas Tecnologias no Ensino de Música, Mestre em Educação (UNOESTE) e Doutoranda em Educação( FUNIBER). [maria.vertuan@escola.pr.gov.br](mailto:maria.vertuan@escola.pr.gov.br)



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

how education and social support can be embodied in the education of the student.

**Keywords:** Full-Time Education; Presence Pedagogy; Socio-emotional Skills.

### 1. INTRODUÇÃO

Quando se fala em educação integral e em escola de tempo integral, tem-se como referência o grande educador Anísio Teixeira. Influenciado pelo aforismo educacional de John Dewey, do qual foi aluno na Universidade de Columbia em Nova Iorque, distribuiu os ideais da “Escola Nova” em contraposição à “Escola Clássica”, no intuito de avaliar o processo educacional a própria vida e a preparação para a sua existência e uma escola que pudesse se aproximar da realidade social dos educandos (ESPÍRITO SANTO, 2020).

A Educação em Tempo Integral, veio para “promover a permanência do educando na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, reforçando o aproveitamento escolar, a autoestima e o sentimento de pertencimento”. Sendo assim, defende-se aqui, que tal permanência no espaço escolar precisa ser qualitativa e não quantitativa, ou seja, o aumento dessas horas apenas produzirá resultados eficazes e satisfatórios, se não houver o esgotamento dos alunos (FREITAS, GALTER; 2007; ZANARDI, 2016).

De acordo com o estudo de Gonçalves (2006), o conceito mais tradicional empregado para definir o que é, e de fato, a educação em tempo integral, considera que o sujeito aprendiz deve ser compreendido de forma multidimensional, e sendo assim, não se deve focar, apenas, na dimensão cognitiva do aluno, o que implica em entender que esse indivíduo é um sujeito corpóreo, e então, é um ser que precisa de afeto bem como está inserido em um contexto que o emerge em relações diversas e complexas, o que faz com que se deva entender esse educando de forma biológica, psicológica e social ao mesmo tempo. É preciso que o educando, se sinta pertencente aquele lugar, aquela escola para que ele possa se aperfeiçoar nas horas a mais que irá permanecer na

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

escola. É dessa forma que de fato a educação em tempo integral, fará sentido e será eficiente (MENEZES, 2012; GONÇALVES, 2006; ZANARDI, 2016).

Ao se falar em Pedagogia da Presença, pretende-se esclarecer o quanto ela se faz presente na vida do aluno. Pois ela, pode proporcionar ao educando empatia, pertencimento, respeito, confiança, responsabilidade, autonomia e criatividade. Ao conseguir contribuir com todos esses fatores, estará desenvolvendo habilidades socioemocionais e capacitando para que ele se torne um protagonista. Ser protagonista é respeitar a diversidade de ideias e as diferentes visões sobre um mesmo tema, aprender a observar o que está à sua volta, expressar-se de maneira clara, oralmente e por escrito, aprendendo também a se autoavaliar, identificando aprendizagens adquiridas (TIBURSKI, 2018).

## **2. METODOLOGIA**

Ao se considerar a necessidade de conscientização das comunidades locais sobre o novo enfoque da educação, agora mais cooperativa, que constrói ações mais efetivas, é preciso verificar que todos são capazes de contribuir para a realização da Educação em Tempo Integral. É bom que sejam observados os seguintes pontos: Garantia do ingresso e da permanência dos estudantes no ensino regular de maneira consciente e responsável; Apoio pedagógico especializado; Capacitação continuada aos profissionais; Diminuição do número de estudantes em sala, quando necessário; Convênios de cooperação técnica; Parcerias com instituições e/ou escolas de educação em tempo integral, para trocas de experiências e sugestões; Previsão e provisão de profissionais habilitados para atendimento aos estudantes, principalmente os educadores que atenderão os alunos no período da tarde por trabalharem disciplinas diversificadas.

A BNCC, não trata de escola em tempo integral, ela trata de educação integral, sendo assim, faz-se necessário um engajamento muito maior por parte de todos que fazem parte da comunidade escolar. Constitui para o projeto escolar, a formação

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

acadêmica de excelência; a formação para os desafios do séc. XXI e a formação para a vida. Defende-se que os currículos voltados a Educação em Tempo Integral, a partir do momento em que houver a integração entre ambas as partes, os alunos conseguirão aprimorar e aperfeiçoar as suas habilidades e, dessa forma, o aprendizado será mais significativo e eficiente (SILVA, 2018; RODRIGUES, 2016; TRAVERSINI, 2010).

Defende-se que os currículos voltados a Educação em Tempo Integral não se tratam, apenas, de um processo de aumento de conteúdos e disciplinas que já são ofertados no horário regular. Assim como, as metodologias utilizadas, devem proporcionar aos educandos, satisfação, alegria e contentamento em estar na escola. Se não for assim, possivelmente os alunos ficarão angustiados e esgotados por ficarem tanto tempo na escola. Agindo dessa forma os alunos estarão cada vez menos receptivos e dispostos a aprender, sobretudo em razão do esgotamento físico e mental (SILVA, 2018; RODRIGUES, 2016; TRAVERSINI, 2010).

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O termo Pedagogia da Presença, é considerado novo para alguns, mas par profissionais que atuam em Escolas de Tempo Integral, já possuem um certo conhecimento e percebe a importância na educação. A Pedagogia da Presença, tem como fundamento o pertencimento, o se sentir parte, ou seja, o educando precisa se sentir acolhido. É um princípio que está presente em todas as ações de toda a equipe escolar, por meio de ações participativas e afirmativas em todo o cotidiano da escola. Efetivamente esse princípio se dá por meio do estabelecer de vínculos de consideração, afeto, respeito e reciprocidade entre os estudantes e os educadores (SEDU/ES, 2018).

No período pandêmico, a realização dessa pedagogia ficou difícil, já que o próprio nome diz presença. No entanto, a equipe escolar, usou outras maneiras para se fazer presente na vida de seus estudantes. Pequenos gestos e ações, podem fazer toda a diferença na vida do educando. É importante lembrar que esse pode ser um momento no qual as redes sociais da escola podem ser aproveitadas e amplamente utilizadas,

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

fazendo postagens que tenham a intenção de aproximar os alunos, incentivando o desenvolvimento das habilidades acadêmicas e socioemocionais.

A Pedagogia da Presença, segundo alguns educadores, é definida como uma abordagem pedagógica que enfatiza a presença do professor na sala de aula. Isto é, o professor está sempre próximo ao aluno, acolhendo-o e apoiando-o em seu processo de aprendizagem. O professor sempre fica próximo do educando a fim de favorecer seu aprendizado. Na prática, os alunos têm liberdade para conversar, sugerir e participar do aprendizado (CALANDRO; LEDO; GONÇALVES, 2021).

As habilidades socioemocionais, são competências que representam o modo como se lida com as emoções pessoais e com as das outras pessoas, evidenciando a forma como do relacionamento em sociedade. Sendo que, conseguir desenvolver essas habilidades são fundamentais para a formação intelectual e social do educando.

Elas são fundamentais para o desenvolvimento humano, pois contribui significativamente para o sucesso educacional. Ao cultivar essas habilidades, o educando adquire uma base sólida para interações saudáveis, tomadas de decisões conscientes e também, para o enfrentamento dos desafios do dia a dia, promovendo um equilíbrio entre competência técnica e domínio próprio (BRASIL, 2018).

A BNCC, direciona um conjunto de aprendizagens essenciais, reforça a importância de trabalhar as habilidades desde cedo na educação. Essa análise aborda algumas competências para direcionar o ensino básico, com foco na inteligência emocional, para a evolução pessoal do educando.

#### 4. CONCLUSÕES

É possível afirmar que a Educação em Tempo Integral denota uma ação educativa que envolve volumes variados e abarcantes da formação dos educandos. Os vínculos entre instrução escolar, índole, cultura e valores sociais, instauração de cidadania e concepção para o trabalho, constituíram, em determinadas ocasiões insatisfatórias e induziram ao desenvolvimento de sugestões de educação integral. A



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

educação invoca a reflexão a propósito da educação integral e de tempo integral faz-se imperativa diante das transformações estruturais que temos na sociedade.

No Programa Mais Educação, nos mostra a chance de os educandos, poderem usufruir de um tempo maior na escola, onde, junto com os movimentos culturais, os conhecimentos artísticos, os entretenimentos, e a educação científica, poderão alcançar a construção de uma técnica cidadã mais equitativa, mais satisfatória e aparelhada para a aquisição de ciências onde poderá alargar suas potencialidades (LECLERC; MOLL, 2012).

**5. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio>. Acesso em 14 abr. 2024.

CALANDRO, Eduardo; LEDO, Jordélio Siles; GONÇALVES, Rafael. Pedagogia da presença: saber estar, saber sentir, saber servir do catequista (Pedagogia Catequética). São Paulo: Paulus, 2021.

ESPÍRITO SANTO, Sandra Aparecida Cruz do. Educação em tempo integral: O que é e como aparece na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 01, Vol. 02, pp. 101-114. Janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-em-tempo-integral>. Acesso em 12 abr. 2024.

FREITAS, C. R. de; GALTER, M. I. Reflexões sobre a educação em tempo integral no decorrer do século XX. Educere & Amp; Educare, v. 2, n. 3, p. 123-138, 2007.

GONÇALVES, A. S. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. Cadernos Cenpec, n. 2, p. 129-135, 2006.

LECLERC, G. de. F. E; MOLL, J. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral. Educar em Revista, n. 45, p. 91-110, 2012.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

MENEZES, J. S. S. Educação em tempo integral: direito e financiamento. Educar em Revista, n. 45, p. 137-152, 2012.

SEDU/ES. Secretaria da Educação do Espírito Santo. Projeto Pedagógico, Programa Escola Viva. 2018. Disponível em:

<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20-%20PROGRAMA%20ESCOLA%20VIVA-.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SILVA, M. C. G. A educação integral na escola de tempo integral: as condições históricas, os pressupostos filosóficos e a construção social da política de Educação Integral como direito no Brasil. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

TIBURSKI, Raquel. Competência Socioemocionais na Educação Infantil. Diário Escola. 18/04/2018. Disponível em: <https://diarioescola.com.br/competencias-socioemocionais/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

TRAVERSINI, C. S. O desafio de articular a Educação Integral e Integrada com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), parecer sobre o texto preliminar da consulta pública. 2010. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatoriosanaliticos/Clarice\\_Saete\\_Traversini.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatoriosanaliticos/Clarice_Saete_Traversini.pdf). Acesso em: 12 abr. 2024.

ZANARDI, T. A. da. C. Educação integral, tempo integral e Paulo Freire: os desafios da articulação conhecimento-tempo-território. Revista e-Curriculum, v. 14, n. 1, p. 82-107, 2016.

### RELATO DE EXPERIÊNCIA, TERESA MENDES

Eixo1: Políticas públicas voltadas à infância e juventude

Teresa Mendes de Souza<sup>1</sup>

#### RESUMO

Este relato de experiência aborda a importância de políticas públicas antirracistas e inclusivas voltadas à infância e juventude, destacando os desafios enfrentados por jovens negros e periféricos. A falta de compreensão da realidade desses jovens por educadores e a estrutura racista nos espaços de poder são problematizadas. Considerações sobre o protagonismo juvenil, o juvenicídio e a necessidade de uma abordagem mais sensível às diversidades são apresentadas. O relato vem da vivência de uma mulher preta, periférica e ativista, que busca promover mudanças sociais.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Racismo; Protagonismo juvenil; Inclusão; Juventude.

#### ABSTRACT

This experience report addresses the importance of anti-racist and inclusive public policies aimed at childhood and youth, highlighting the challenges faced by black and peripheral youth. The lack of understanding of these young people's realities by educators and the racist structure in power spaces are problematized. Considerations on youth protagonism, juvenile killing, and the need for a more sensitive approach to diversities are presented. The report comes from the experience of a black woman, from the periphery and an activist, who seeks to promote social change.

**Keywords:** Public policies; Racism; Youth protagonism; Inclusion; Youth.

### 1. INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Artesã, artista, antirracista

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

"Eu sou porque nós somos." – Um princípio africano que ressalta a interconexão entre os seres humanos e a importância da coletividade.

A escolha do tema deste relato se dá pela urgência em discutir as políticas públicas voltadas à infância e juventude, especialmente no contexto da população negra e periférica. A realidade enfrentada por esses jovens é marcada por diversas problematizações, como o juvenicídio, o racismo estrutural e a marginalização em ambientes educacionais. Neste texto, abordarei as experiências que vivenciei como mulher preta e artesã ativa no movimento social, refletindo sobre os desafios que encontramos na busca por políticas que verdadeiramente nos contemplem.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Desafios das Políticas Públicas**

O tempo contemporâneo traz à tona a necessidade urgente de implementar políticas sociais que sejam antirracistas e inclusivas. A resistência que encontramos vem principalmente das pessoas que ocupam espaços de poder e perpetuam práticas racistas. Para um jovem periférico que chega à universidade, por exemplo, é comum se deparar com uma estrutura que não reconhece seu conhecimento e suas vivências.

### **2.2 Racismo na Educação**

Na educação básica, muitos alunos negros enfrentam situações desafiadoras ao encontrar educadores que não compreendem suas realidades. Há um exemplo claro: um aluno negro pode ser tratado com desrespeito devido a preconceitos arraigados, o que impacta diretamente sua autoestima e desempenho escolar. Essa dinâmica revela uma falta de preparo para lidar com as diversidades culturais presentes na sala de aula.

### **2.3 Protagonismo Juvenil**

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

É fundamental promover o protagonismo juvenil entre jovens negros e periféricos. Quando esses jovens são empoderados para contar suas histórias e reivindicar seus direitos, eles se tornam agentes de mudança em suas comunidades. As oficinas propostas no seminário sobre direitos humanos refletem essa necessidade de dar voz aos jovens.

### 3. CONSIDERAÇÕES

Este relato nos leva a refletir sobre a importância de construir um futuro onde políticas públicas sejam verdadeiramente inclusivas. A luta contra o racismo deve ser contínua e envolver todos os setores da sociedade. Sugiro caminhos na forma de pesquisa participativa com jovens da periferia para entender melhor suas realidades e necessidades específicas.

### EIXO 2: RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E TRANSVERSALIDADE



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## RACISMO, CAPITALISMO E SEUS IMPACTOS NA VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL E AS PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL.

Caroliny de Souza do Nascimento Cardoso <sup>1</sup>

Andréa Pires Rocha<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente resumo, almeja refletir sobre os impactos negativos do racismo na vida da população negra no Brasil, o lugar de inferiorização e marginalização que lhe foi colocado após a diáspora do povo negro de africa, deste modo, buscando sempre evidenciar as contribuições, desafios e demandas do serviço social frente ao racismo e suas nuances atrelado ao capitalismo, bem como, contribuições e ações do serviço social, que possam influenciar positivamente a vida das pessoas negras e o acesso a bens e serviços e legitimar a fundamentalidade das políticas publicas no precário e racista cenário Brasileiro.

**Palavras-chave:** Racismo; Capitalismo; População Negra; Serviço Social.

### ABSTRACT

This summary aims to reflect on the negative impacts of racism on the lives of the black population in Brazil, the place of inferiorization and marginalization that was placed on it after the

<sup>1</sup> Assistente social no município de Florai/PR. Doutoranda em Serviço social, pelo Programa de PósGraduação em Serviço Social e Política Social- UEL. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC/ UEM). Graduada em Serviço Social pela FAFIPA/PR, especialista em gestão em serviço social, responsabilidade social e sustentabilidade e neuropedagogia na educação. [carolinysn\\_ss@hotmail.com](mailto:carolinysn_ss@hotmail.com) – [caroliny.cardoso@uel.br](mailto:caroliny.cardoso@uel.br)

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social e docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), atuando na graduação e na pós-graduação. Líder do Grupo CNPQ Aquilombando a Universidade, coordenadora de projetos de pesquisa e extensão. Bolsista CNPQ –PQ2 -E-mail: [andrearocha@uel.br](mailto:andrearocha@uel.br).

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

diaspora of the black people of Africa, in this way, always seeking to highlight the contributions, challenges and demands of social work in the face of racism and its nuances linked to capitalism. as well as contributions and actions of social work, which can positively influence the lives of black people and access to goods and services and legitimize the fundamentality of public policies in the precarious and racist Brazilian scenario.

**Keywords:** Racism; Capitalism; Black Population; Social services.

### 1. INTRODUÇÃO

*"Ser negro no Brasil é, pois, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá em baixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta."*

*(Trecho do artigo "Ser negro no Brasil hoje", publicado pelo geógrafo Milton Santos na Folha de S. Paulo, em 2000).*

O presente resumo, almeja refletir sobre os impactos negativos do racismo na vida da população negra no Brasil, o lugar de inferiorização e marginalização que lhe foi colocado após a diáspora do povo negro de africa, deste modo, buscando sempre evidenciar as contribuições, desafios e demandas do serviço social frente ao racismo e suas nuances atrelado ao capitalismo, bem como, contribuições e ações do serviço social, que possam influenciar positivamente a vida das pessoas negras e o acesso a bens e serviços e legitimar a fundamentalidade das políticas públicas no precário e racista cenário Brasileiro.

Neste sentido, utilizaremos das contribuições e reflexões, bem como das leituras trazidas pela disciplina de Direitos Humanos: Tensões e Resistências, do curso de pós graduação em Política Social e Serviço Social, da Universidade Estadual de Londrina- UEL, ministrada no primeiro semestre do ano de 2024, pela minha orientadora a Professora Dra. Andréa Pires Rocha.

## **2. RACISMO E A SOBERANIA DA BRANQUITUDE**

O longo processo de marginalização do povo negro, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade marcada pela soberania racial e capitalista, acabou por determinar aos negros, à condição de ser mais discriminado e explorado da população brasileira. Partindo de uma perspectiva histórica e cultural, é importante reconhecer segundo Lélia Gonzalez, 2020, que,

o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negro-africana. A África é o continente “obscuro”, sem uma história própria (Hegel); por isso a Razão é branca, enquanto a Emoção é negra. Assim, dada a sua “natureza sub-humana”, a exploração socioeconômica dos amefricanos por todo o continente é considerada “natural”. Gonzalez, 2020, p. 123)

Podemos assim, conjecturar milhares de críticas ao racismo estrutural e à maneira como ele constrói e perpetua uma hierarquia racial e cultural. Essa hierarquia coloca a falsa "superioridade" branca ocidental em oposição à "inferioridade" negro-africana, justificando historicamente a exploração e desumanização da população negra.

O racismo não apenas discrimina com base na cor da pele, mas também constrói uma hierarquia que valoriza as culturas ocidentais brancas como superiores. Isso é uma construção social que tem raízes profundas no colonialismo e no imperialismo. A referência a Hegel sugere que o filósofo alemão, considerava a África como um continente "obscuro", sem uma história própria ou contribuição significativa para o desenvolvimento da humanidade.

Essa visão eurocêntrica nega a complexidade e a riqueza das culturas africanas, desvalorizando-as em comparação com a história europeia. A dicotomia entre razão e emoção, onde a razão é atribuída aos brancos e a emoção aos negros, é uma forma de desumanizar os africanos e negros. Essa dicotomia é usada para justificar a subjugação

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

e a exploração, sugerindo que as pessoas negras são incapazes de racionalidade e, portanto, estão destinadas a serem governadas pelos brancos.

O fato de que a exploração socioeconômica da população negra é "natural" baseia-se nessa hierarquia racial construída. Isso tem sido usado historicamente para justificar a escravidão, o colonialismo e a segregação racial, perpetuando a desigualdade e a injustiça social. Afinal, “raça é a maneira como a classe é vivida,” conforme nos ensina a brilhante Angela Davis.

Lélia, consegue com um parágrafo nos proporcionar subsídios para contextualizarmos milhares de problemáticas, de quão cruel, perverso e criminoso se faz o racismo. A autora, durante todo seu livro, deixa claro como esse tipo de pensamento é profundamente problemático e perigoso, pois sustenta sistemas de opressão que têm impactos devastadores sobre milhões de pessoas.

Deste modo, é essencial demonstrar como a crítica a essas ideias é crucial para desconstruir o racismo estrutural e promover a igualdade e a justiça social. Além disso, é importante destacar como é necessário que estudiosos, comunidade política, sociedade civil e ativistas necessitam de intensificar os trabalhos para revalorizar as culturas africanas, planejar, elaborar e executar políticas públicas, potencializar as contribuições da história e luta do povo negro para a humanidade e desafiar as narrativas eurocêntricas que perpetuam a desigualdade racial. A luta contra o racismo envolve a desconstrução dessas hierarquias e a promoção de uma visão mais justa e equitativa da humanidade, onde todas as culturas e povos são valorizados e respeitados.

Contudo, é fato que o serviço social pode contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde a população negra tenha oportunidades reais de participar plenamente do sistema econômico e social.

**2.1 Por um Serviço Social antirracista na prática**

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

O sistema de produção capitalista, que se consolidou no Brasil após a abolição da escravidão, não incluiu os ex-escravos na economia formal de maneira significativa. Em vez disso, eles foram empurrados para a periferia, tanto física quanto economicamente.

Refletindo sobre o lugar da população negra no Brasil, Gonzalez, 2020 nos traz que, não é por acaso que a população negra acabou por ser “atirada na periferia do sistema de produção” que se instalou no país, um modo de produção capitalista, e a população negra, os trabalhadores negros, vão constituir uma “espécie de exército de reserva ou até mesmo a população marginal crescente, que só tem acesso em termos de trabalho à periferia do sistema”. (p.248)

A marginalização da população negra no Brasil é um reflexo direto das estruturas históricas e sociais enraizadas no racismo e na exploração econômica. Esta marginalização se manifesta de várias maneiras, incluindo a exclusão econômica, a segregação espacial e a discriminação sistêmica. E neste sentido, Gonzalez, 2020 diz que:

Vamos constatar que esse negro vive nas regiões rurais, no campo ele vive nas regiões mais pobres, e a concentração da população negra brasileira se dá justamente nas regiões ditas menos desenvolvidas, fundamentalmente no Nordeste do país, enquanto que a concentração da população branca se dá nas regiões ditas desenvolvidas. Quer dizer, temos uma divisão racial do espaço não só no nível do país, mas também no nível das entidades, no nível do campo e no nível, evidentemente, da própria estrutura social, como já dissemos anteriormente. O Brasil está estruturado também numa perspectiva racial. (GONZALEZ, 2020, p. 248)

Neste sentido, é essencial que o assistente social, tenha compreensão de todas as questões trazidas até o momento, para que tenha mecanismos para enfrentar as desigualdades raciais. O serviço social deve adotar uma abordagem proativa e multissetorial que se concentre em ações antirracistas e no empoderamento comunitário. Isso envolve a coordenação de esforços em diferentes áreas e níveis, desde a base comunitária até as políticas públicas nacionais. O serviço social tem um papel crucial na promoção de práticas antirracistas, abordando desigualdades e injustiças



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

sociais que afetam indivíduos e comunidades racializadas. Neste sentido, a prática antirracista no serviço social envolve diversas ações e abordagens, existem muitas questões e pontos a serem trabalhados e potencializados para uma qualificação na prática profissional.

Deste modo, refletimos como essenciais a capacitação profissional e treinamento contínuo para assistentes sociais, principalmente sobre questões de racismo, discriminação racial e preconceito. Isso inclui a compreensão das dinâmicas históricas e estruturais do racismo. São importantes também, campanhas de conscientização e promoção de campanhas para conscientização do público sobre racismo e suas consequências, incentivando a necessidade de atitudes e comportamentos antirracistas.

Assim sendo, é fundamental a defesa intransigente de políticas antirracistas, lutando sempre por políticas públicas que promovam a igualdade racial, como ações afirmativas, reforma do sistema de justiça criminal e políticas educacionais inclusivas. A participação ativa em conselhos, comitês e fóruns que discutem e promovem questões de igualdade racial, também é considerado uma excelente forma de participação na luta antirracista.

Se faz essencial também, o fornecimento de apoio e recursos para indivíduos e comunidades afetadas pelo racismo, ajudando-os a navegar por sistemas e acessar serviços essenciais. Facilitação de grupos de apoio e espaços seguros onde pessoas racializadas possam compartilhar experiências e estratégias de enfrentamento. Condução de pesquisas que envolvam diretamente comunidades racializadas, documentando suas experiências e necessidades.

Neste sentido, a publicação e disseminação de estudos e relatórios que destacam as disparidades raciais e propõem soluções baseadas em evidências. Colaboração com profissionais de diferentes áreas (educação, saúde, justiça) para desenvolver abordagens integradas e eficazes contra o racismo. Trabalhar com ONGs e movimentos sociais que lutam contra o racismo, ampliando o alcance e impacto das iniciativas.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Estimulando sempre uma reflexão contínua sobre práticas pessoais e institucionais que podem perpetuar o racismo, buscando constantemente aprimorar as abordagens antirracistas.

**3. CONSIDERAÇÕES**

Contudo, podemos revisitar brevemente a trajetória do lugar da população negra no Brasil, bem como todas as formas de violência, invisibilização, precarização e falta de acesso que afetam sua vida cotidianamente até a contemporaneidade. Assim também, a essencialidade de políticas que intervenham nessa realidade e de como as práticas profissionais podem qualificar e interferir positivamente na vida da pessoa negra.

Contudo, refletimos que a adoção de uma abordagem proativa e multissetorial no serviço social é essencial para enfrentar as desigualdades raciais e promover a justiça social. Ao focar em ações antirracistas e no empoderamento comunitário, os assistentes sociais podem contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todas as pessoas tenham mais oportunidades de desenvolvimento e bem-estar.

Entretanto, embora a prática antirracista no serviço social seja um compromisso contínuo e multifacetado, que exige esforços coordenados e uma abordagem interseccional para enfrentar as raízes e manifestações do racismo na sociedade, é importante destacar que o profissional sozinho, sem políticas públicas, governantes conscientes sem condições dignas de trabalho que lhe garantam todos os subsídios, não conseguirá executar minimamente as suas atribuições profissionais e demandas pertinentes, portanto essa luta é coletiva e diária, que requer estrutura, planejamento e investimento para além da teoria, se faz necessário a prática.

**4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## II SEMINÁRIO

28, 29 e 30 de Agosto

2024

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

GONZALÉZ, L. **Por um Feminismo afro-latino-americano: ensaios e intervenções e diálogos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROCHA, A. P. **Direitos Humanos e os Determinantes da Colonialidade: Racismo, Colonialismo e Capitalismo**. Revista Serviço Social em Debate, v. 4, n. 1, 2021, p. 5-23

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 373 p



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## INTERSECCIONALIDADE ENTRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E TRANSVERSALIDADE: REFLEXÕES SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL RUMO À CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE INTEGRADORA

Eixo 2 - Relações étnico raciais, direitos humanos e transversalidade

Ana Paula Moreira Silva<sup>1</sup>  
Elaine Cristina Mateus-Santos<sup>2</sup>

### RESUMO

No contexto da nova pequena burguesia, há uma apropriação das demandas burguesas, como uma negação do racismo, levando a uma invisibilidade sobre o racismo estrutural. Este estudo se propõe a investigar as representações que marginalizam o negro e indígena, desconstruindo discursos discriminatórios. A pesquisa, baseada em metodologia documental e bibliográfica, busca ampliar o debate acadêmico e sugerir formas de combater a exclusão social. Conclui-se que, na realidade, a maioria dos negros se encontra na classe baixa, alvo de discriminação pela nova pequena burguesia, perpetuando a desigualdade e a exclusão social.

**Palavras-chave:** Racismo estrutural; Étnico-racial; Desigualdade Social; Interccionalidade; Direitos humanos.

### ABSTRACT

<sup>1</sup> Especialista em Antropologia Forense. Especialista em Ciências Políticas e Gestão Pública. Especialista em Sociologia do Trabalho e Exclusão Social. Especialista em Autismo. Graduada em Ciências Sociais. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4078-8199> lattes: <http://lattes.cnpq.br/2710850532485868> E-mail: [ana.paula.moreira0@uel.br](mailto:ana.paula.moreira0@uel.br)

<sup>2</sup> Professora da Educação Básica e do Ensino Superior. Estudante especial do doutorado e Mestre em Educação pelo Programa de Doutorado e Mestrado *Stricto Sensu* em Educação pela Universidade Estadual de Londrina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2481-0916> lattes: <https://lattes.cnpq.br/3922580716359530>. E-mail: [lainemateus7@gmail.com](mailto:lainemateus7@gmail.com)

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

In the context of the new petty bourgeoisie, there is an appropriation of bourgeois demands, such as a denial of racism, leading to a leading to invisibility of structural racism. This study aims to investigate the representations that marginalize black and indigenous people, deconstructing discriminatory discourses. The research, based on documentary and bibliographic methodology, seeks to expand the academic debate and suggest ways to combat social exclusion. It is concluded that, in reality, the majority of black people are in the lower class, the target of discrimination by the new petty bourgeoisie, perpetuating inequality and social exclusion.

**Keywords:** Structural racism; Ethnic-racial; Social Inequality; Interactionality; Human rights.

## 1. INTRODUÇÃO

“A maior barreira à igualdade racial é a negação da existência do racismo estrutural, que perpetua a desigualdade social. Reconhecer e respeitar a humanidade dos corpos negros e indígenas é um passo essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente igual” (hooks<sup>3</sup>, 2018, pág. 75).

A história da colonização e escravidão deixou marcas profundas e duradouras na sociedade contemporânea, impactando de maneira significativa as relações raciais e a percepção do negro e indígena como sujeitos de direitos plenos. Conforme a análise metódica de Fanon (1961), o racismo oprime e desumaniza, colocando em questão não apenas a igualdade de direitos, mas a própria humanidade dos indivíduos discriminados.

Por conseguinte, no contexto brasileiro, onde a miscigenação sempre foi apresentada como um símbolo de harmonia racial, a realidade da negação da identidade e da humanidade dos indivíduos não brancos se mantém presente, permeando as

<sup>3</sup> Pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins para homenagear sua avó materna. O nome escolhido, escrito forma minúscula, é um posicionamento político da recusa egóica intelectual. hooks queria que prestássemos atenção em suas obras, em suas palavras e não em sua pessoa (Caruso, 2021).



estruturas sociais e institucionais. A ideologia da democracia racial obscurece as desigualdades e as violências cotidianas vivenciadas por negros e indígenas, reforçando a subalternização desses grupos como discutido por Munanga (2002); Guimarães (2001).

A colonização europeia impôs padrões estéticos e culturais eurocêntricos, que resultaram em processos de embranquecimento e apagamento das raízes e culturas dos negros e indígenas. A questão do embranquecimento forçado, a violência sistemática contra mulheres negras e indígenas, além da constante desvalorização do negro e indígena como seres humanos têm sido temas constantes de estudo e reflexão (Carneiro, 2003). A violência sexual contra mulheres negras e indígenas, muitas vezes invisibilizada e negligenciada, revela as intersecções entre gênero, raça e classe (Almeida, 2012).

De acordo com a análise de Carneiro (2003), a interseccionalidade das opressões vivenciadas por mulheres negras e indígenas evidencia a complexidade das hierarquias sociais que as mantêm marginalizadas e vulneráveis. A objetificação e o estereótipo que perpetuam a inferiorização desses grupos étnico-raciais são manifestações da estrutura de poder que hierarquiza as identidades e legitima a violência (Fahs, 2019).

Sob essa perspectiva esta pesquisa tem como objetivo investigar criticamente as representações e práticas que perpetuam a marginalização e subalternização do negro e indígena. Dessa maneira, almeja contribuir na ampliação do debate acadêmico e propor caminhos para a desconstrução de discursos e práticas discriminatórias.

## **2. OS DESAFIOS DA REPRESENTATIVIDADE NEGRA: EXPLORANDO AS DINÂMICAS DO MOVIMENTO NEGRO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

A questão da representatividade negra emerge como um tema central e premente no contexto social e político do Brasil contemporâneo. Este estudo propõe uma análise aprofundada das dinâmicas do Movimento Negro, desde suas origens históricas até suas

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

articulações atuais, com o intuito de compreender as lutas, desafios e conquistas desse importante parcela da sociedade.

Ao longo da história do país, o Movimento Negro tem desempenhado um papel fundamental na resistência e na busca por igualdade e justiça para a população afrodescendente (Florestan, 1965). Por meio de manifestações, mobilizações e reivindicações, o Movimento Negro se tornou um agente de transformação social, combatendo o racismo estrutural e promovendo a valorização da cultura e da identidade negra (Diwan, 2007).

O movimento negro tem suas raízes históricas no período da escravidão, manifestando-se inicialmente como um ato de resistência. De acordo com o argumento de Santos (2016), o surgimento do movimento negro pode ser identificado nas estratégias de fuga dos escravizados em direção aos quilombos, representando uma forma ativa de rebelião contra a opressão e a exploração vivenciadas sob o regime escravocrata. Essa resistência ganhou contornos mais organizados ao longo do tempo, culminando na articulação de movimentos e associações que buscavam a emancipação e a valorização da população negra (Thomas, 1974; Poulantzas, 1968).

No transcorrer dos séculos XIX e XX, surgiram publicações e revistas externas para a comunidade negra, que desempenharam um papel crucial na divulgação de informações, debates e reflexões sobre a realidade e as demandas da população afrodescendente. Segundo contribuições as significativas de Almeida (2012), essas revistas serviram como espaços de expressão e resistência, abordando questões sociais, culturais e políticas relevantes para a comunidade negra, preenchendo lacunas deixadas pela mídia dominante e promovendo a visibilidade e o fortalecimento da identidade negra.

Neste panorama, observa-se que o movimento negro não apenas emerge de um passado de lutas e resistência, mas também se mantém vivo e atuante, buscando a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo estrutural e a garantia de direitos e oportunidades para a população negra, em um contexto de afirmação e reivindicação de sua plena cidadania e dignidade.

A partir da década de 1870, emergiram intensas discussões sobre a forja de uma identidade nacional no Brasil, delineando um cenário marcado pela busca por um suposto alinhamento racial e cultural com os padrões europeus vigentes (Fahs, 2019). As autoridades governamentais abraçaram a narrativa do "embranquecimento" da

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

população afrodescendente como estratégia para um projeto de modernização e desenvolvimento nacional (Machado, 2012). Tal abordagem, embasada em preços eugênicos, visava, conforme a análise meticulosa de Thomas (1974), "europeizar" a composição étnica do país, esposando a crença na superioridade da suposta branquitude.

A proposta de embranquecimento encontrou eco nas proposições da comissão publicada por João Batista de Lacerda, então Diretor do prestigioso Museu Nacional do Rio de Janeiro. Contudo, as aspirações de uma transformação demográfica e racial substancial não se concretizaram conforme planejado, e a narrativa do embranquecimento progressivamente desmoronou-se a partir dos anos 1930. Surgiu, então, a construção ideológica da "democracia racial", ecoada por Freyre em sua obra emblemática "Casa Grande e Senzala" (1933), a qual sugeriu a existência de uma suposta harmonia étnico-racial no país, baseada na alegada mestiçagem e miscigenação generalizada da sociedade brasileira.

Contrariamente à visão utópica do mito da democracia racial, de acordo com Florestan (1965), uma realidade revelou marcantes disparidades socioeconômicas e oportunidades desiguais entre os diversos estratos étnicosociais da população. Indígenas, pobres, afrodescendentes, mestiços e demais segmentos minoritários enfrentaram – e ainda enfrentam – obstáculos estruturais que os colocam em desvantagens em relação aos indivíduos brancos pertencentes às camadas socialmente mais privilegiadas.

Diante das considerações, torna-se patente o debate entre a narrativa do embranquecimento e a realidade das disparidades étnico-sociais que permeiam a sociedade brasileira. A transição da idealização da democracia racial para a crua visualização das desigualdades estruturais representa um desafio substancial em nossa compreensão e abordagem das questões raciais.

Nesse contexto, os próximos segmentos deste estudo se dedicarão a uma análise aprofundada dos complexos que discutem os direitos humanos pertinentes aos negros

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

e mulatos, oferecendo uma análise consistente e abrangente sobre um tema de relevância e atualidade inegáveis em nosso contexto histórico e contemporâneo.

## 2.1 Direitos humanos, identidade e igualdade: a importância para negros e mulatos na construção de uma sociedade inclusiva

Os direitos humanos são fundamentais para garantir a igualdade e a dignidade de todos os indivíduos, independentemente de sua origem étnica ou racial. No contexto dos negros e mulatos, historicamente marginalizados e oprimidos, a luta por direitos humanos se torna ainda mais relevante. A conquista e a efetivação desses direitos envolvem não apenas a garantia legal, mas também a transformação de estruturas discriminatórias e a promoção de políticas públicas que combatam as desigualdades raciais.

A valorização da identidade, cultura e história dos negros e mulatos são aspectos essenciais para o reconhecimento de seus direitos humanos (Gomes, 2005). Isso inclui o combate ao racismo, a promoção da equidade de oportunidades, o acesso igualitário à educação, saúde e trabalho digno, bem como a representatividade e participação política desses grupos na sociedade (Almeida, 2012).

A conscientização sobre a importância dos direitos humanos para negros e mulatos é fundamental para avançar na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a diversidade é valorizada e respeitada (Florestan, 1965). É por meio do respeito à humanidade e à dignidade de todas as pessoas, sem discriminação de raça ou cor, que podemos promover uma sociedade verdadeiramente igualitária e democrática (Machado, 2018).

Neste sentido, a garantia e promoção dos direitos humanos para negros e mulatos é uma questão central para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária (Diwan, 2007). A instituição do Estado Novo marcou um momento crucial na história do Brasil, abrindo caminho para a emergência de movimentos negros que passaram a reivindicar maior espaço e reconhecimento na sociedade (Guimarães, 2001). Conforme



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

os fundamentos teóricos de destaque por Dussel (2009), com o apoio das lideranças dos Estados Unidos, esses movimentos ganharam força e voz, ressaltando a importância da luta pela igualdade racial e social.

Nos anos 70 e 80, foram realizadas manifestações significativas que trouxeram à tona uma consciência mais aguçada e reconhecimento para a população negra (Machado, 2018). Segundo contribuições as significativas de Santos (2016), o decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que distribuiu um grupo de trabalho interministerial voltado para a valorização da população negra, simbolizou um marco nesse processo de busca por equidade e inclusão.

Entretanto, somente após a realização da Conferência de Durban, na África, é que o Brasil passou a evidenciar uma preocupação mais eficaz e comprometida com as questões relacionadas à população negra (Milios e Economakis, 2005). A implementação de leis que tipificam o racismo e a injúria racial como crimes inafiançáveis, juntamente com a adoção de políticas de cotas para o acesso à educação superior, suscitou debates e controvérsias que mobilizaram vestibulandos, juristas e a sociedade em geral.

A discussão acalorada em torno das cotas universitárias revela divergências de pensamento, com reflexões sobre possíveis inconstitucionalidades apontadas por Guimarães (2001) e apoio de setores defensores da manutenção do status quo. Esta complexa temática evidencia as nuances e desafios presentes na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, equitativa e comprometida com os direitos humanos de todos os cidadãos.

A construção social das classes e de suas relações de poder no contexto das relações de produção representa um ponto crucial na análise das estruturas sociais contemporâneas. De acordo com a erudição de Marx (1867), as relações de produção desempenham um papel primordial na definição das classes sociais, evidenciando as dinâmicas de apropriação e exploração que permeiam a sociedade.



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

No âmbito da classe média, emerge uma instância ideológica de identidades que merece atenção e reflexão. Conforme discutido por Machado (2012), apesar de estar conectado ao modo de produção em muitos aspectos, a classe média muitas vezes não se reconhece como parte do proletariado, aproximando-se, em vez disso, de uma visão relacionada à classe burguesa. Essa tendência pode ser observada em manifestações e movimentos nos quais a classe média, ao reivindicar direitos, acaba fortalecendo a burguesia, gerando um ciclo de manutenção do status quo e desequilíbrio de poder.

A trama ideológica tecida pelo Estado burguês contribui para a ilusão de pertencimento à classe dominante entre os indivíduos da classe média. A nova pequena burguesia, inserida de forma particular no contexto dos trabalhadores assalariados, muitas vezes desempenha funções de gestão e supervisão, mantendo-se em uma posição controlada em relação às classes dominantes e dominadas Milios e Economakis (2005).

No entanto, é relevante observar que a influência ideológica não se restringe apenas às questões econômicas, mas se estende também às reflexões sobre classe e raça. Em uma sociedade marcada pela persistência do racismo estrutural, a relação entre raça, classe e poder se torna evidente, especialmente no contexto dos negros. A desigualdade racial arraigada na sociedade reforça estereótipos e associações parceiras que tendem a vincular os negros à escravidão e às camadas desfavorecidas.

Nesse cenário, a classe média se encontra numa encruzilhada ideológica, fundamentada na crença meritocrática e na ênfase ao mérito individual como fator determinante de sucesso. Essa perspectiva, embora sustentada pela ideia de igualdade de oportunidades, muitas vezes ignora as heranças escravizadas e estruturais que influenciam as condições atuais de ascensão social, ressaltando a complexidade e os desafios na compreensão das dinâmicas de classes e raças na sociedade contemporânea.

A meritocracia, conceito fundamentalmente enraizado na tessitura social contemporânea, tem sido objeto de frequentes críticas por sua tendência à

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

desvalorização do movimento negro e pela perpetuação das desigualdades historicamente arraigadas. Sob a égide do sistema capitalista, que, ao fortalecer estruturas historicamente vinculadas à escravidão, impõe obstáculos consideráveis aos negros, como tensões limitadas e condições laborais desfavoráveis, evidenciando de forma contundente as disparidades profundas geradas pelo modelo vigente.

Nesse contexto, a implementação de cotas, conquista emblemática do movimento negro, ganha relevância central. As políticas de cotas, após sua instituição, suscitam conflitos e debates acalorados, desencadeando questionamentos sobre a eficácia e a equidade desse mecanismo. É digno de nota que a resistência às cotas, para além da oposição da camada dominante, encontra-se na classe média, que, permeada pela sua própria ideologia, muitas vezes se opõe a essa medida com argumentos fundamentados na meritocracia e na competição.

A arquitetura do Estado burguês, forjada ao longo do tempo, molda a percepção da classe média, muitas vezes obscurecendo sua própria realidade e impedindo a análise crítica do sistema no qual estão inseridas. Essa dinâmica acarreta uma ilusão de ascensão social e associação com a burguesia, levando-os a engajar-se em causas que, de maneira paradoxal, acabam por favorecer os interesses das elites, em detrimento dos seus próprios.

A engenhosidade de uma vida plena e as ilusões tecidas pelo capitalismo e pela ideologia meritocrática fomentam a concepção da classe média negra sobre um sistema que proporcionou oportunidades igualitárias. O mito da democracia racial, reiterado sobretudo por membros da classe média negra, mascara as desigualdades estruturais raciais, concebendo artificialmente a sensação de equidade de oportunidades e condições no âmbito social.

Nessa premissa, as ponderações de Duarte Pereira acerca da implementação da ditadura do proletariado como caminho para a abolição das classes confrontam-se com a realidade intrincada de uma sociedade fragmentada não apenas por índices econômicos, mas também por determinantes raciais. A falta de controle dessa divisão

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

racial intrínseca ao proletariado suscita dúvidas pertinentes à eficácia de um sistema que, ao instituir uma ditadura do proletariado, poderia inadvertidamente acentuar as divisões existentes.

Essas considerações nos instigam não apenas a analisar as estruturas sociais e econômicas vigentes, mas também a compreender as engrenagens reticentes entre raça, classe e poder, desafiando paradigmas e incitando-nos a uma reflexão crítica e abrangente sobre as dinâmicas societárias contemporâneas.

**3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da classe média revela uma dinâmica singular na sociedade contemporânea, oscilando entre os estratos dos dominados e dominantes, e, em um plano ideológico, auto atribuindo-se um papel de domínio. Neste contexto, a questão racial adquire uma relevância inescapável, pois, considerando a visão ideológica vigente, a situação dos negros se configura como duplamente subjugada. Os negros, muitas vezes, encontram-se aprisionados pela dualidade da subjugação, seja pela classe capitalista dominante que tende a relegá-los a ocupações de menor prestígio e remunerações, seja pelo poder opressor das estruturas supremacistas, classistas, racistas e ideológicas.

Contemplar a abolição das classes torna-se uma tarefa complexa e desafiadora, especialmente diante das divisões intrincadas presentes em cada estrato social. A perpetuação da supremacia de qualquer classe suscita, na minha perspectiva, o risco iminente de dar origem a novas fragmentações de poder e estratificação social, mergulhando em um ciclo infundável no qual a união e a concórdia parecem distantes. Desta forma, é perceptível como um ciclo perpetuado sem fim à vista, a menos que haja uma reversão do olhar, colocando o foco primeiramente nas pessoas e em seus direitos humanos, buscando, de alguma forma, promover a coesão dos indivíduos dentro de suas

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

respectivas camadas sociais, antes de se aventurar em perspectivas de erradicação das mesmas.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. **Mídia Negra e Identidade: O Papel das Revistas Afrodescendentes no Brasil**. Editora Z. 2012

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições. 2003.

CARUSO, G. O vazio deixado pelas referências que se vão – Ou: perdemos bell hooks. **FGV Direito**. 2021. Disponível em: < <https://direitorio.fgv.br/noticia/o-vazio-deixadopelas-referencias-que-se-vao-ou-perdemos-bellhooks#:~:text=bell%20hooks%2C%20assim%20mesmo%2C%20em,e%20n%C3%A3o%20em%20sua%20pessoa>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

DIWAN, P. **Raça pura: uma história de eugenia no Brasil e no mundo**. Editora Contexto, 2007.

DUSSEL, H. **Vinte teses sobre política**. Durham, Carolina do Norte: Duke University Press. 2009.

FAHS, A. C. S. **Como surgiu o movimento negro?**, Politize, 2019.

FANON, F. (1961). **Peles negras, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Factor. 1961.

FLORESTAN, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. Livraria Pioneira Editora. 1965.

GOMES, A. **Abolição da Escravidão no Brasil: Avanços e Desafios**. Editora Y. 2005.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34. 2001.

MACHADO, E. (2012). **Notas para uma tipologia classista dos 'movimentos sociais'**. Dados, vol. 62, não. 1, pág. 87-110. 2012.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

MACHADO, E. Notas para uma tipologia classista de movimentos sociais. Crítica Marxista, nº 46, 2018.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Editora Boitempo. 1867.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. **Por uma razão decolonial**: Desafios ético-epistemológicos à cosmovisão moderna. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 18(1), 81-98. 2018.

MILIOS, J; ECONOMAKIS, G. **Classe operária e aulas médias**: situação de classe e posição de classe (Uma abordagem crítica da teoria de aulas de Nicos Poulantzas). Crítica Marxista, nº 32, 2011, Campinas.

MILIOS, J; ECONOMAKIS, G. **Da 'nova pequena burguesia' aos 'novos campeassinatos'**: Rumo a uma análise da 'nova' pequena burguesia", Capital & Class, vol. 29, n.º 2, pág. 61-92. 2005.

MUNANGA, K. **Redescobrir a história**: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Cortez Editora. 2002.

POULANTZAS, N. **Poder político e de classe social**. Campinas: Ed. Unicamp; 1968.

SANTOS, B. de S. **A não-neutralidade do Direito**: para uma compreensão do papel do direito na realização da justiça. Editora Coimbra. 2016.

SANTOS, G. **Resistência e Luta**: O Movimento Negro no Brasil. Editora X. 2016.

THOMAS E. S. **Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Imprensa da Universidade Duke. 1974.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## DIÁLOGOS COM MULHERES QUE INSPIRAM: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE GRUPO DE ESTUDOS

Eixo 2 - Relações étnico raciais, direitos humanos e transversalidade;

Flavia Fernandes Carvalhaes<sup>1</sup>

Marleide Rodrigues da Silva Perrude<sup>2</sup>

Marcelo Francisco de Araújo<sup>3</sup>

### RESUMO

São relatadas as ações do grupo de estudos “Mulheres que inspiram”, que visa criar e ampliar espaços de diálogo sobre as trajetórias e obras de mulheres latino-americanas e caribenhas e compreender teoricamente as categorias de gênero, raça, etnia e classe a partir de uma perspectiva interseccional e intercultural. A idealização da proposta do grupo de estudos baseia-se inicialmente no desconforto com a baixa circulação de obras de mulheres negras e indígenas no cenário acadêmico brasileiro, o que, necessariamente, reflete um evidente e histórico processo de colonialidade do conhecimento, bem como formas de que o racismo estrutural está articulado no país. Espera-se que o “grupo de estudos sobre mulheres inspiradoras” fortaleça os debates étnico-raciais e as ações de combate ao racismo no Ensino Superior.

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais; interseccionalidade; Interculturalidade e literatura.

### RESUMEN

<sup>1</sup> Psicóloga, Docente da Universidade Estadual de Londrina, doutora em Psicologia – [fcarvalhaes@uel.br](mailto:fcarvalhaes@uel.br)

<sup>2</sup> Pedagoga, Docente da Universidade Estadual de Londrina, Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, doutora em educação - [perrude@uel.br](mailto:perrude@uel.br)

<sup>3</sup> Docente no Ensino Fundamental - [profmarcelofaraujo@gmail.com](mailto:profmarcelofaraujo@gmail.com)

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Se reportan las acciones del grupo de estudio “Mujeres que inspiran”, que tiene como objetivo crear y ampliar espacios de diálogo sobre las trayectorias y obras de mujeres latinoamericanas y caribeñas y comprender teóricamente las categorías de género, raza, etnia y clase desde una perspectiva interseccional e intercultural. La idealización de la propuesta del grupo de estudio parte inicialmente del malestar por la poca circulación de obras de mujeres negras e indígenas en el escenario académico brasileño, lo que, necesariamente, refleja un evidente e histórico proceso de colonialidad del conocimiento, así como formas en que El racismo estructural está articulado en el país. Se espera que el

“grupo de estudio sobre mujeres inspiradoras” fortalezca los debates y acciones étnicoraciales para combatir el racismo en la Educación Superior.

Palabras clave: Relaciones étnico-raciales; interseccionalidad; Interculturalidad y literatura.

## 1 INTRODUÇÃO

Estive atenta  
Sempre gostei de ouvir histórias As  
que me contaram em silêncio ouvi  
com o corpo  
Como se pudesse sentir o fogo da lágrima quente que  
queima o olho do outro ao meu  
(Sabrina Thais Dias da Silva)<sup>4</sup>.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Estadual de Londrina - NEAB/UEL, em parceria com a Comissão Universidade para os indígenas - CUIA/UEL, projeto de pesquisa e extensão Entretons e o projeto de extensão Tecendo Redes, reuniu pesquisadores, docentes e estudantes para promover debates das trajetórias e obras de mulheres negras e indígenas latino-americanas.

<sup>4</sup> Trecho de poesia escrita pela pesquisadora negra de iniciação científica Sabrina Thais Dias da Silva, no processo de investigação de parte da obra literária de Conceição Evaristo.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

O NEAB é um espaço que desenvolve estudos, oficinas, conferências, edições e publicações sócio-históricas e pedagógicas sobre estudos afro-brasileiros e africanos. De modos interdisciplinar, interseccional e intercultural visa subsidiar a produção de conhecimentos e ações para o combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação étnico-racial; disseminar a realidade afro-brasileira por meio do ensino, pesquisa e extensão; promover e incentivar o estudo e a pesquisa das populações africanas e impulsionar as relações científicas, culturais e artísticas, em âmbito nacional e estrangeiro.

A CUIA é uma coordenação colegiada que tem o objetivo de contribuir nos processos de inserção e permanência de estudantes indígenas na universidade. O projeto de pesquisa e extensão Entretons tem por objetivo analisar de modo interseccional as construções de gênero e o projeto de extensão Tecendo redes para a Educação das Relações étnico-raciais promove a formação continuada em Educação das Relações Étnico-Raciais.

As inquietações que resultaram na proposição do grupo de estudos se articulam a partir da consideração sobre a importância da valorização da produção de saberes locais; a garantia de justiça epistêmica, tendo em vista que saberes indígenas e afro-diaspóricos vêm sendo sistematicamente subalternizados nos regimes de colonialidade do saber; bem como a necessidade de aprofundamento dos debates sobre questões étnico-raciais. Assim, provocados por esses desassossegos, buscou-se em parceria criar um espaço de diálogos sobre a trajetória de mulheres negras e indígenas.

A realização do “grupo de estudos sobre mulheres que inspiram” parte, portanto, do incômodo com os históricos processos de invisibilização das histórias e produções de mulheres negras e indígenas no cenário acadêmico brasileiro. Assim, a proposta do grupo encontra inspiração e alicerce em conhecimentos que se articulam desde as epistemologias do sul, mais especificamente no contexto latino-americano, sendo estes sistematicamente invisibilizados nos processos de colonialidade do saber (Quijano, 2005).

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Destacamos, em especial, três noções conceituais, que denominamos oferendas analíticas, que se apresentaram como transversais nos debates teóricos e diálogos, a saber: interculturalidade, interdisciplinaridade e interseccionalidade. Tais pilares (oferendas) se articulam em convergência pois têm como princípio a construção de lugares de enunciação que se articulam em diálogo entre saberes, dos modos plural, pluriversal e atento às diferenças culturais, desestabilizando categorias binárias edificadas no sistema mundo colonial (Akotierene, 2019; Walsh, 2017).

A seguir será explanado parte das ações do grupo e outras reflexões que vislumbram ofertar novos questionamentos e caminhos para o fortalecimento do trabalho e luta antirracista no ensino superior.

**2. Diálogos desde o sul: saberes construídos em roda**

O grupo de estudo, inicialmente, nasce no contexto pandêmico da COVID 19, em que um grupo de mulheres promoveu encontros remotos (via meet) com o objetivo de fortalecer as relações socio-afetivas de pesquisadoras e militantes do movimento negro. Naquele momento, selecionou-se para debate a obra de Carolina Maria de Jesus “Quarto de Despejo”. Foram promovidos encontros quinzenais que proporcionaram inúmeras reflexões sobre as trajetórias das mulheres leitoras e o diálogo dessas com parte da obra de Carolina Maria de Jesus. A leitura da obra conduziu essas mulheres a questionarem seus próprios processos formativos acadêmicos marcados pelo silenciamento e invisibilização de narrativas de mulheres negras e indígenas.

Partimos, então, do entendimento de que há fronteiras delimitadas nos regimes de colonialidade do saber (Quijano, 2005) que dividem os saberes considerados acadêmicos, oficiais e superiores e os “Outros” situados como menores, subalternos, folclóricos. O referido grupo de estudos tem o intuito de desestabilizar e desobedecer a esses processos classificatórios construídos em aliança com racionalidades brancas, eurocêntricas e masculinas. Assim, reivindicamos alianças com as línguas insubmissas

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

mestizas propostas pela pesquisadora Glória Anzaldúa (2005) para que vozes femininas negras e indígenas sejam ouvidas.

Consideramos, ainda, a importância dos “saberes localizados” (Haraway, 1995), mais especificamente latino-americanos, como pistas para a produção de conhecimentos desde o sul e em roda e que considere as experiências de mulheres negras e indígenas. Nesta direção, buscamos alicerce também em Glória Anzaldúa (2000), que nos convoca a questionar a abstração e o aprendizado acadêmico: “Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor” (p. 235).

Então, a partir da constatação das injustiças epistêmicas nos processos educacionais, de uma consciência *mestiza* que entende a importância de desobedecer e valorizar saberes locais, bem como (principalmente) do mergulho na obra de Carolina de Jesus, foi criado o “Grupo de estudos de mulheres que inspiram” no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. Destaca-se, ainda, que a criação do grupo também foi inspirada na alegria da organização coletiva das comemorações do dia 25 de julho, Dia Nacional de Tereza de Benguela e o Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha<sup>5</sup>.

A criação do grupo de estudos em julho de 2022, deu continuidade ao diálogo com e sobre trajetórias de mulheres negras e indígenas latino-americana caribenhas, visando compreender teoricamente as categorias de gênero, raça e classe numa perspectiva interdisciplinar, interseccional e intercultural.

O trabalho teve início com a seleção de obras essenciais e introdutórias do debate racial, tais como: introdução ao pensamento de Lélia Gonzalez, por meio da leitura do artigo “A categoria político-cultural de amefricanidade” e Neusa Santos Souza

---

<sup>5</sup> Tereza de Benguela foi uma líder do quilombo Quariterê. Viveu no século XVIII no Vale do Guaporé, no Mato Grosso. Tereza de Benguela uniu negros, brancos e indígenas para defender o território onde viviam, resistindo à escravidão por mais de 20 anos.



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

e o estudo da obra “Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”.

Nestes estudos introdutórios problematizamos os processos de colonização e colonialidade que forjaram a noção de raça como dispositivo para “justificar” processos de classificação, hierarquização, subalternização e escravização de corpos e mentes, considerando, sobretudo, os efeitos psicossociais dessas ficções políticas.

Em paralelo, articulamos diálogos mensais virtuais com mulheres que inspiram de diferentes localidades, como: Luana Tolentino<sup>6</sup>, Bruna Moura<sup>7</sup> - Ochy Curiel<sup>8</sup> e Carolina Bezerra<sup>9</sup>. Os diálogos com essas mulheres que inspiram nos instigaram a continuar o grupo de estudos no ano de 2023, selecionando coletivamente literaturas de mulheres negras e indígenas. Entre fevereiro e setembro de 2023 mergulhamos no estudo das obras indígenas, por meio do estudo de parte das obras das ativistas, professoras e poetas Márcia Kambeba<sup>10</sup> e Eliane Potiguara<sup>11</sup>.

No processo de estudos de obras de mulheres indígenas que inspiram, convidamos a estudante da UEL ava-guarani de psicologia Ana Lúcia Ortiz para estar conosco. Os diálogos com Ana, bem como com parte da obra de Márcia Kambeba e Eliane Potiguara, nos convidou a conhecer outras cosmologias e modos de produção de conhecimento que se constroem em aliança com a floresta, com a espiritualidade, entre outros elementos. Neste percurso também nos deparamos com o debate sobre as

---

<sup>6</sup> Mestra em Educação, professores de história e autora do livro “Outra educação é possível: feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula”;

<sup>7</sup> Psicóloga e coordenadora da Associação Cultural Ciranda da Paz;

<sup>8</sup> Teórica feminista, cantora, assistente social e antropóloga social afro-dominicana;

<sup>9</sup> Doutora e Mestre em Educação pela USP, professora do Departamento de Ciências Humanas do Colégio de Aplicação João XXIII e pesquisadora sobre o jongo, os batuques de terreiro, comunidades quilombolas, relações étnico-raciais, religiosidades afro-brasileiras, violência de gênero, interseccionalidade e direitos humanos.

<sup>10</sup> KAMBEBA, Márcia Wayna Kambeb. Saberes da Floresta. São Paulo: Jandaíra: 2020 POTIGUARA, Eliane. Metade Cara, Metade Máscara. Rio de Janeiro: Grumín: 2019.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

constantes violências sofridas pelos povos indígenas no Brasil, em destaque as mulheres.

Neste caminho que se faz enquanto caminha, tendências e interesses foram se solidificando, ou seja, o desejo em estudar autoras mulheres, brasileiras, racializadas. Vozes tão ricas quanto todas as outras, mas que trazem questões plurais, bem como novas abordagens que implicam em incômodos que historicamente doeram, mas que encontraram poucos lugares coletivos de tradução, circulação e escuta. Logo, no diálogo com essas mulheres, bem como com suas trajetórias e obras, nos vemos imersos desde julho de 2022 em saberes que nos convidam a repensar perspectivas de mundo, de produção acadêmica e de nossas próprias existências racializadas.

Os encontros do grupo de estudos reverberaram no desejo de seguirmos caminhando coletivamente em outras paisagens epistêmicas, apreciando a biodiversidade que uma floresta apresenta. Assim, decidimos que no ano de 2024 os estudos teriam como referência, como sul, obras literárias de mulheres negras e indígenas, destacadas a seguir: Conceição Evaristo<sup>11</sup>, Teresa Cárdenas<sup>12</sup>, Maria Firmana dos Reis<sup>13</sup>, Maria Carolina de Jesus<sup>14</sup>.

Entendemos que no processo de desestabilização dos regimes coloniais de poder, os contos, as crônicas e as poesias são modos de resistência. A seguir descrevemos algumas considerações, ainda, que provisórias, do percurso vivido até então.

## **2. Costurando saberes e afetos: considerações provisórias**

<sup>11</sup> EVARISTO, C. Olhos d'água. In: EVARISTO, C. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016, p. 11-13.

<sup>12</sup> CÁRDENAS, Teresa. Cartas para a minha mãe. 3. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2010

<sup>13</sup> REIS, Maria Firmina dos. Úrsula e outras obras [recurso eletrônico] / Maria Firmina dos Reis. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

<sup>14</sup> JESUS, Maria Carolina de. Diário de Bitita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Na tentativa de partilhar aprendizados e considerações provisórias da experiência vivenciada no grupo de estudos desde julho de 2022, recorremos a Marcia Kambeba, que nos ensina sobre os diferentes biomas (saberes) que compõem as paisagens brasileiras. Nesta diversidade, aprendemos, ainda que de modo pontual, com o povo Omágua/Kambeba (que nasceu de uma gota d'água, que tinha outras duas gotas dentro ao deslizar pela folha da samaumeira e cair em um lago gerou o primeiro homem e mulher) sobre a importância das árvores e das águas:

O banho no rio é sagrado  
Ainda no colo a criança aprende a nadar  
Percebe que a água é vida  
E dela precisa cuidar. (KAMBEBA, 2020, p, 32)

Nesta relação que o corpo se expande transcende aldeias, vai além das florestas e encontra a sociedade circundante. É um contato marcado pelo óbvio das diferenças, mas que compõem um cenário de conflito. Desde o fascínio desrespeitoso que a sociedade circundante classifica como “exótico”, ainda que estejam aqui há muitos séculos, até as tentativas de apagamento.

Estas condições marcam a escrita em todas as suas camadas. São literaturas que precisam ser apreciadas e seus sentidos inferidos considerando nossas limitações. Elementos que, às vezes, ficam em segundo plano como: prefácios, capas, dedicatórias e outros, mas, aos olhos atentos, contribuem para construção de sentidos mais amplos. Como na dedicatória do livro: Metade Cara, Metade Máscara:

Dedicatória  
À minha avó falecida Maria de Lourdes, que, no início do século XX, teve seu pai desaparecido por ação colonizadora no estado da Paraíba. Suas quatro filhas indígenas, ainda adolescentes, migraram compulsoriamente dessas terras, sacrificando-se, como outras mulheres indígenas anônimas, pela construção de um momento novo na luta dos povos indígenas brasileiros. (POTIGUARA, 2019, p, 6).

Ler esta dedicatória é sentir um pouco da angústia da escritora. Toda esta carga em uma simples dedicatória em um livro com este título é perceber as marcas das

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

tentativas de apagamento. Nós, enquanto leitores, cujos olhos não foram educados para ver a riqueza na diversidade, poderíamos até não chegar ao final do livro, mas, antes do sumário já sabemos da dor e da luta desta mulher. Trata-se de uma escrita única, um estilo singular que nossos olhos, tão voltados para o norte global, ainda não aprenderam a ler. Constatamos essa dificuldade de ver nos vários momentos de silêncio durante as leituras. Sabemos o quão empobrecido são nossos olhos quando ao redor da mesa no NEAB/Uel eles se encontraram e gritaram um desconforto que não traduzimos em palavras. Suspiramos.

Buscamos mais ar, mais palavras, mais experiências. Tudo isso atravessa nosso modo de agir acadêmico. Somos graduandos, mestrands e doutores dedicando tempo para ouvir outras vozes. Pedagogos, historiadores, assistentes sociais, psicólogos, advogados compartilhando leituras, enriquecendo experiências, reinventando nossas corporalidades. Acho que Lélia Gonzalez diria que estamos “pretuguesando” e “indiginesando”. Como a criança que balbucia antes de falar, estamos nos expondo a esses novos olhares ancestrais. Experimentando algo que é tão íntimo, tão particular, tão único e, ao mesmo tempo tão comum como batidas do coração.

A voz de minha filha  
recolhe em si a fala e  
o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha se fará  
ouvir a ressonância O eco da  
vida-liberdade.  
(CONCEIÇÃO, 2021, p. 24)

Partilhamos esperanças. Não a esperança vazia, imediatista. Temos olhos no futuro. Dialogamos com pessoas que plantam para as próximas gerações. São saberes da floresta, são vozes ancestrais. Pessoas que de tanto serem apagadas, silenciadas, atacadas, oprimidas, enterradas viraram sementes. Por isso convivemos com Úrsula, a filha de Maria Firmina dos Reis que ainda em 1860 já caminhava por entre a elite intelectual do Maranhão. Um romance cujos personagens brancos como Úrsula e



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Tancredo são planos, sem profundidade. Apenas boas pessoas. Já os personagens negros como Túlio e Suzana são redondos, são complexos, são humanos. Possuem bondade, solidariedade, empatia, força, mas também angústias, raiva, decepções. Acertam e erram. Que mão, se não a mão negra, poderia escrever humanidades de um povo escravizado enquanto ainda o eram.

— Túlio, – continuou – não sabes quanto sofro quando recordo-me de que a nossa querida menina vai tão breve ficar só no mundo! Só, Túlio! Quem a acompanhará? Quem poderá consolá-la! Eu? Não. Pouco poderei demorarme neste mundo. Meu filho, acho bom que não te vás. Que te adianta trocares um cativo por outro! E sabes tu se aí o encontrarás melhor? Olha, chamar-te-ão, talvez, ingrato, e eu não terei uma palavra para defender-te. (REIS, 1860,p. 69)

São termos como: bondade, revolta, gratidão, reconhecimento, reparação sendo discutidos por pessoas que haviam sido espoliados de tudo, até do conceito de liberdade, geração após geração. Hoje, nestas leituras, é este vocabulário que precisa ser reconstruído. São palavras que perderam seu significado porque quem falava não ouvia, quem ouvia ia falar em outros espaços. São séculos de uma comunicação desencontrada. Quando Tancredo comprou a alforria de Túlio em reconhecimento por ter-lhe salvo a vida, acreditou que este foi o gesto maior de agradecimento. Dar a liberdade ao cativo.

Fica evidente que o termo “liberdade” não tem o mesmo significado para Tancredo e Suzana. Túlio, não questionou que por ter salvado a vida de um homem recebeu em troca aquilo que ele tinha nos bolsos. Em outro cenário, com outras condições sociais, em outro momento histórico Tancredo ficaria grato para o resto da vida a Túlio. Não há dinheiro que pague uma vida. Em um mundo mais justo teríamos o primeiro branco cativo de um negro em terras americanas (cativo no sentido de Antoine de Saint Exupéry, aquele do Pequeno Príncipe). Não havia espaço para questionar: Liberdade, e agora?

A criança Carolina Maria de Jesus, no Diário de Bitita, talvez respondesse: quero ter condições de comer cocada, pé-de-moleque, batata frita com bife para o resto da vida. Talvez ela faria bailes durante o dia para que crianças pudessem ir. Nunca



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

saberemos. O que tenho certeza é que ela perguntaria o que é “alforria”, o que é “liberdade” de uma forma que os adultos, aqueles que julgam fazer bondades não teriam como não responder.

Questionar é um dos aspectos da liberdade.

À noite eu olhava o céu. Mirava as estrelas e pensava: “Será que as estrelas falam? Será que elas dançam aos sábados? Sábado hei de olhar para ver se elas estão dançando. No céu deve ter estrela mulher e estrela homem. Será que as estrelas mulheres brigam por causa dos homens? Será que o céu é só onde estou vendo?” (JESUS, 1986, p. 14).

Se as respostas a estas perguntas lhe parecem óbvias, talvez você faça parte das pessoas que falam nos espaços de poder século após século. Se a definição de alforriar te contenta talvez não tenha sentido o vazio quando um problema é remediado e não resolvido. Se a amplidão da palavra liberdade não te causa desamparo, solidão é porque o mundo todo é seu. Do contrário, por que pensar sobre estrelas? Afinal de contas elas não passam de enfeites de teto na casa grande. Apenas para aqueles que dormem ao relento elas se movem, brilham mais ou menos. Apenas para aqueles que estão soltos no meio do nada, tendo apenas nadas as estrelas são companhia. Será que existem estrelas homens e mulheres? Será que elas brigam? Quem são estes seres de luz que, sem me conhecer, ninam meu sono e estão sempre comigo?

São vidas que vieram antes de nós. Pessoas que viveram experiências que vivemos, estamos vivendo ou nunca viveremos, mas que justifica muitos dos nossos hábitos. São cotidianos atravessados pelo simbólico. Como você coloca o arroz e o feijão no prato? Quando se planta o feijão e tem que fazer uma viagem de um dia para buscar o arroz, este fica por cima, é especial. Não falamos de arroz, mas o quão longe dos confortos que ajudaram a construir, populações inteiras tiveram que ir para recomeçar a construir seu lar.

São experiências que precisam ser vistas com olhos que vão além do bom e do mau. São vidas que precisam ser degustadas, desfrutadas, revividas, sentidas novamente (a palavra “ressentir”, se distanciou muito do sentido original) como fazemos

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

com as angústias de Dante na Divina Comédia, descobrir novos mundos ou novas formas de estar no mundo como fazemos com Alice no País das Maravilhas, parar palavra por palavra para descobrir os sentimentos como O Pequeno Príncipe faz.

Experiências que estão nestes livros, escritos por Maria Firmina dos Reis contemporânea de Gonçalves Dias; Carolina Maria de Jesus que viu o mesmo sol que Antoine de Saint-Exupéry; conviver um pouco mais com Conceição Evaristo que ainda está entre nós. Não cabe aqui valorar as literaturas. Dizer que este é melhor que aquele. O que cabe em um projeto que reúne formações tão diferentes, pessoas com interesses tão distintos reconhecer que temos uma caminhada na qual conhecemos Dante Alighieri sem estar na Itália, Antoine de Saint-Exupéry sem estar na França e Lewis Carroll sem pisar no Reino Unido.

Agora, ler mulheres pretas e indígenas não é uma questão de reparação histórica. Tem mais haver com autorreconhecimento. O NEAB/UEL com o projeto Mulheres Que Inspiram é este espaço para se tirar os sapatos e colocar os pés no chão. É o lugar para sentir a nossa terra e descobrir que se ampliarmos o passado descobriremos que somos ecos de algo muito maior.

Até este momento, enquanto caminhamos o caminho foi tecido. Reconhecemos que este caminho aponta para o sul global. As mulheres que inspiraram o nome do projeto são a nossa pedra angular. Se vamos mais para o passado visitar as literaturas, se ficamos no presente explorando as novidades da contemporaneidade, se vamos nos dividir para aprofundar e escrever, se vamos nos unir para fortalecer, conviver e compartilhar é algo que os novos passos vão dizer. A certeza que fica é que este projeto perdurará.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Relatou-se nesse texto as ações do grupo de estudos “Mulheres que inspiram” que tem o objetivo de criar e ampliar espaços de diálogos sobre as trajetórias e obras de

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

mulheres latinoamericana e caribenhas e compreender teoricamente as categorias de gênero, raça, etnia e classe numa perspectiva interseccional e intercultural.

Apostamos que a realização do grupo de estudos na sede do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) da UEL fortalece o debate étnico-racial entre docentes, discentes e funcionários. Os evidentes processos de colonialidade do saber que impregnam a produção científica e formação no Brasil implicam na articulação de conhecimentos majoritariamente eurocentrados e estadunidenses.

Logo, a articulação de um grupo de estudos sobre mulheres negras e indígenas de referência no país e América Latina se articula como um modo de resistência na Universidade, pois parte da valorização de saberes locais engendrados em epistemologias afrodiaspóricas e indígenas, bem como na produção interdisciplinar crítica e posicionada.

## REFERÊNCIAS

AKOTIEREME, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro. Poén, 2019

ANZALDÚA, G. La consciencia de la mestiza. Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n. 3, 2005.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, p. 229-236, 2000.

CÁRDENAS, T. **Cartas para a minha mãe**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2010

KAMBEBA, M. (2020). **Saberes da floresta**. São Paulo: Jandaíra

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em: Lander, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas** (pp. 117-142). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, pp. 7-41, 1995.

## II SEMINÁRIO

28, 29 e 30 de Agosto

2024

Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais

WALSH, C. Entrevista com Catherine Walsh. Em: Tubino et al. Pluralidades. **Revista para el debate intercultural**, v. 5, n. 6, pp. 43-64, 2017.

EVARISTO, Co. **Poemas da Recordação e Outros Movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2021



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## A CAPOEIRA ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DE RESISTÊNCIA E EXPRESSÃO CULTURAL NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO ESTRUTURAL

**Eixo2:** Relações étnico raciais, direitos humanos e transversalidade;

Damon Santos<sup>1</sup>

Wagner Roberto do Amaral<sup>2</sup>

### RESUMO

A pesquisa que ora se apresentamos tem como objeto a capoeira enquanto manifestação de resistência e expressão cultural ao racismo estrutural, com relação à construção de possibilidades de resistir e lutar. Refere-se a uma pesquisa qualitativa, exploratória e que realizada por meio de análise documental, revisão bibliográfica e pesquisa empírica com mestres/as de capoeira em Londrina. Pretendemos evidenciar a origem/gênese da capoeira, a resistência os povos afrobrasileiros tendo a capoeira como expressão cultural e política enquanto resistência em Londrina/PR.

**Palavras-chave:** Capoeira; Resistencia; Expressão Cultural; Racismo; Antirracismo.

### ABSTRACT

The research presented here has as its object capoeira as a manifestation of resistance and cultural expression against structural racism, in relation to the construction of possibilities to resist and fight. It refers to a qualitative, exploratory research that was carried out through documentary analysis, bibliographic

<sup>1</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação (PPG) em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Comunicação e Cultura Política pela (UEL). E-mail: damon.maculele@uel.br.

<sup>2</sup> Professor associado da Universidade Estadual de Londrina. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Educação Superior para Povos Indígena no Brasil e na América Latina. wramaral@uel.br.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

review and empirical research with capoeira masters in Londrina. We intend to highlight the origin/genesis of capoeira, the resistance of the Afro-Brazilian peoples having capoeira as a cultural and political expression as resistance in Londrina/PR.

**Keywords:** Capoeira; Resistance; Cultural Expression; Racism; Anti-Racism.

## 1. INTRODUÇÃO

Terreiro vai pegar fogo, terreiro vai pegar fogo, lá na casa da senzala terreiro vai pegar fogo. (SANTOS JUNIOR, 2024)

O racismo no Brasil, resultado da escravização e das desigualdades históricas, permanece como uma estrutura central das desigualdades sociais atuais. Dados estatísticos indicam que homens e mulheres negras recebem salários significativamente menores que seus pares não negros, evidenciando disparidades econômicas persistentes. O estigma associado a negros em áreas socialmente mais vulneráveis acentua essas desigualdades.

A capoeira, surgida com a chegada de africanos ao Brasil, emergiu como uma forma de resistência contra a opressão racial. Este estudo explora a capoeira como uma manifestação e expressão cultural de resistência ao racismo estrutural e destaca a importância de ações afirmativas na educação superior. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, pretende examinar a origem da capoeira, sua relevância na luta antirracista, e as contribuições dos capoeiristas e povos originários, enfatizando a necessidade de reflexão e ação contra a desigualdade racial.

## 2. SOBRE RACISMO ESTRUTURAL

O racismo estrutural, segundo Souza (2020), é um sistema integrado que perpetua a desigualdade racial, refletindo a exclusão de grupos socialmente mais vulneráveis em diversas instituições sociais (p. 45). Davis (2016, p. 92) complementa

essa visão ao afirmar que “o racismo não é um fenômeno isolado, mas sim um elemento central nas instituições sociais e políticas”.

Di Angelo (2018, p. 134) reforça essa perspectiva ao descrever como o racismo estrutural opera invisivelmente, muitas vezes não sendo reconhecido por aqueles que não são diretamente afetados.

### **2.1 Sobre Capoeira como resistência**

Segundo Mestre Bimba (2010), “a capoeira é mais que uma luta; é uma forma de resistência e um símbolo da nossa resistência contra a opressão” (p. 58). Moura (2015) destaca que “a capoeira, enquanto expressão cultural, continua sendo uma forma de resistência, afirmando a identidade e dignidade dos negros brasileiros” (p. 112). Saldanha (2019) acrescenta que “o jogo da capoeira não é apenas um confronto físico, mas uma prática social que desafia e resiste às estruturas de opressão e marginalização” (p. 77).

### **2.2 Capoeira como forma de manifestação cultural**

A capoeira é uma manifestação cultural rica e complexa, que vai além de um simples jogo ou luta. Ela é uma forma de resistência e de afirmação da identidade afro-brasileira, carregando consigo valores históricos e culturais que se perpetuam até os dias de hoje.

## **3. RESISTÊNCIA E IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA**

Segundo Oliveira (2018), a capoeira “se desenvolve como uma prática de resistência e de manutenção das tradições culturais dos africanos e seus descendentes no Brasil, especialmente em um contexto de opressão e exclusão social” (p. 34). Esse

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

autor destaca a importância da capoeira como um instrumento de resistência cultural que permite a fortalecimento da identidade afro-brasileira.

Para Almeida (2020) "a capoeira é uma forma de arte que integra luta, música, dança e jogo, sendo uma expressão de liberdade que se manifesta de maneira única em cada roda" (p. 56). Esse autor enfatiza a natureza multifacetada da capoeira, que combina elementos diversos para criar uma prática rica e significativa.

Em um estudo recente, Silva (2021) afirma que "a capoeira, ao ser inserida em contextos educacionais, tem o potencial de promover transformações sociais, ao proporcionar aos praticantes uma compreensão mais profunda das questões relacionadas à cultura, identidade e resistência" (p. 78). Silva argumenta que a capoeira pode ser um poderoso instrumento educacional, capaz de provocar mudanças positivas na sociedade.

Conforme relata Santos (2019), "a capoeira é uma expressão corporal que, através do jogo, do movimento e da música, permite uma conexão profunda com as raízes da cultura popular brasileira" (p. 92). Santos destaca como a capoeira se mantém relevante na contemporaneidade, sendo uma manifestação viva da cultura popular.

Essas citações destacam como a capoeira é vista por estudiosos contemporâneos, que a consideram uma manifestação cultural de resistência, arte, educação e expressão corporal, profundamente enraizada na história e cultura afro-brasileira.

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

A capoeira, como forma de manifestação cultural e resistência, revela-se uma prática profundamente enraizada na história e identidade afro-brasileira. Ao longo deste estudo, foi possível compreender como essa arte, surgida em um contexto de opressão racial, não apenas preserva tradições culturais, mas também atua como um instrumento

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

de resistência contra as desigualdades estruturais que ainda permeiam a sociedade brasileira. A capoeira, através de suas multifacetadas expressões, integra elementos de luta, dança, música e jogo, configurando-se como um símbolo de liberdade e identidade.

A análise dos aspectos históricos e sociais da capoeira evidencia sua relevância na luta antirracista, reforçando a importância de sua valorização e inserção em diferentes contextos educacionais, principalmente considerando as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 as quais orientam para a obrigatoriedade de conteúdos sobre história e cultura africana, afro-brasileira e indígena pelos sistemas de educação. A literatura revisada demonstra que a capoeira tem o potencial de provocar transformações sociais significativas, ao promover uma compreensão mais profunda das questões relacionadas à cultura, identidade e resistência. Além disso, ao conectar os praticantes com as raízes da cultura popular brasileira, a capoeira reafirma-se como uma manifestação viva e relevante na contemporaneidade.

Espera-se que este estudo contribua para uma maior orientação sobre a importância da capoeira como uma manifestação de resistência cultural e social. Ao destacar o papel da capoeira na luta contra o racismo estrutural, este trabalho sugere que políticas públicas e ações afirmativas voltadas para a promoção da capoeira em ambientes educacionais e comunitários podem ser eficazes na redução das desigualdades raciais.

Além disso, a pesquisa pode incentivar a criação de espaços de reflexão e diálogo sobre a valorização da cultura afro-brasileira, promovendo o reconhecimento e a fortalecimento das tradições culturais dos afrodescendentes. Outro possível resultado é a ampliação do debate sobre a inclusão da capoeira como disciplina ou atividade extracurricular nas escolas, como uma forma de educação antirracista e de promoção da igualdade social.

Por fim, este estudo poderá servir como base para futuras pesquisas que explorem a capoeira sob diferentes perspectivas, como a sua relação com outras manifestações culturais afro-brasileiras e seu impacto em comunidades socialmente

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

mais vulneráveis. Ao colocar em evidência a capoeira como um patrimônio cultural imaterial, espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento e a disseminação dessa prática, reafirmando seu valor como uma forma de resistência e expressão cultural no Brasil contemporâneo.

### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. **Capoeira: Arte, Luta e Cultura Afro-Brasileira**. Editora Ponto de Cultura. Ano 2020.
- BIMBA, M. **Capoeira: resistência e liberdade**. Salvador: Editora GHI, 2010.
- DAVIS, A. **A beleza de ser negro**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2016.
- DIANGELO, R. **O que é racismo estrutural**. Porto Alegre: Editora DEF, 2018.
- MOURA, C. E. M. **Capoeira e identidade**. Belo Horizonte: Editora JKL, 2015.
- OLIVEIRA, J. (2018). **Capoeira e Resistência Cultural: Uma Análise Histórica**. Editora Afro-Brasil.
- SALDANHA, R. **A prática da capoeira como resistência**. Recife: Editora MNO, 2019.
- SANTOS JUNIOR, Damon Francisco dos. **O terreiro vai pegar fogo**. 2024.
- SANTOS, P. **Capoeira e Cultura Popular: Expressão e Identidade Brasileira**. Editora Cultura Viva. Ano 2019.
- SOUZA, S. M. D. **O racismo estrutural no Brasil**. São Paulo: Editora XYZ, 2020.
- SANTOS, P. **Capoeira e Cultura Popular: Expressão e Identidade Brasileira**. Editora Cultura Viva. Ano 2019.
- SILVA, M. **Educação e Capoeira: Transformação Social através da Cultura**. Editora Raízes. Ana 2021.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## REFLEXÕES SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL NA REALIDADE VIVENCIADA PELAS PESSOAS NEGRAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Eixo: Relações étnico raciais, direitos humanos e transversalidade

Karla Gimenes Antiquera Carlos <sup>1</sup>

Olegna de Souza Guedes<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo apresenta a discussão sobre o racismo estrutural e realidade vivenciada pelas pessoas negras em situação de rua. Assim, aborda o processo de exclusão social vivenciado pelas pessoas negras, desde a formação da sociedade brasileira até os dias atuais. Ademais, a partir dos dados que indicam que a população em situação de rua é composta por um quantitativo significativo de pessoas negras e diante da ausência de estudos que abordam diretamente os reflexos da relação existente entre a realidade vivenciada por esse público e o racismo estrutural presente na sociabilidade vigente, entendeu-se como pertinente a realização dessa discussão.

**Palavras-chave:** racismo estrutural; pessoas em situação de rua; direitos humanos.

### ABSTRACT

This study presents a discussion about structural racism and the reality experienced by black people living on the streets. Also, it addresses the process of social exclusion experienced by black people, from the formation of Brazilian society to the present day. Additionally, based on data that indicate that the homeless population is made up of a significant number of black people and given the lack of studies that directly address the consequences of the relationship between the reality experienced by this population

<sup>1</sup> Assistente Social, Estatutária (Analista de Promotoria I), Mestranda em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina –UEL karlagac2023@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social, docente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL, Bolsista PQ.1 do CNPQ

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

and the structural racism present, In the current sociability, it was considered pertinent to carry out this discussion.

**Keywords:** structural racism; homeless people; human rights.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre os reflexos do racismo estrutural na realidade vivenciada atualmente pelas pessoas negras em situação de rua, grupo composto por um significativo número de pessoas que sofre os reflexos da colonização e do regime escravocrata.

De acordo com o Oliveira (2017) o capitalismo brasileiro foi estabelecido a partir da subalternização dos povos indígenas e dos escravos negros. Nessa mesma direção de raciocínio, Rocha (2021a) aponta que determinados grupos sociais, se deparam com diversas barreiras para acessar o mercado de trabalho, as pessoas negras integram esse grupo, visto que passado mais de 130 anos da chamada abolição da escravidão, permanecem nas mesmas condições de miserabilidade do final do século XIX, início do século XX, de modo que seguem compondo a maior parcela da população em situação de rua.

Tal realidade é expressa pelo documento “População em situação de rua - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal” (2023), doravante denominado como “Diagnóstico”, o qual afirma que no ano de 2022, havia 236.400 pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), ou seja, 1 em cada 1.000 pessoas no Brasil estava vivendo em situação de rua.

Tratando especificamente do perfil apresentado pela população em situação de rua, o documento em tela indica a prevalência de pessoas do sexo masculino cadastradas no Cadastro Único sendo 87%, ademais, menciona que 55% dessa população possui entre 30 e 49 anos, sendo pessoas negras 68%, tal quantitativo corresponde a 51% de pessoas pardas e 17% pretas. Ao considerar o quesito raça ou

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

cor, informa que a população negra representa 93% das pessoas em situação de rua nos estados da Bahia e do Amazonas.

Ainda com base no disposto por Rocha (2021a), vale destacar aqui, que as pesquisas censitárias apresentam resultados semelhantes em várias categorias ao abordar o perfil da população em situação de rua, realidade que indica que apesar da heterogeneidade dessa população, as características relacionadas ao gênero masculino, ao baixo nível de escolaridade e a realização de alguma atividade remunerada são predominantes nas pessoas negras que têm as ruas da cidade como espaço de moradia.

Esses dados demonstram a face do racismo estrutural e institucional na sociedade brasileira que impacta a vida de pessoas negras em todos os aspectos e principalmente nas que se encontram em situação de rua, posto que o racismo, o preconceito são elementos que promovem a exclusão e integram o histórico da vida dessa população que se mostra invisível e que não possui acesso aos direitos básicos para sobrevivência. (Rocha 2021a)

Diante das informações expostas, acredita-se que o aprofundamento das reflexões sobre as implicações do racismo estrutural na realidade das pessoas em situação de rua permite desvendar os desdobramentos que contribuem para a permanência destas pessoas nessa condição, e para ampliação desse fenômeno no dias atuais, em específico tratando-se de pessoas negras.

Ademais, vale enfatizar aqui, que o interesse em estudar essa temática partiu da construção da minha Dissertação de Mestrado, intitulada “Reflexões sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo”, estudo o qual permitiu verificar que existem obras que abordam a violação de direitos vivenciada pelas pessoas negras ao longo da história.

Porém, observou-se a ausência de estudos que apresentam de forma mais aprofundada a reflexão sobre as implicações do racismo estrutural na realidade vivenciada pelas pessoas negras em situação de rua. Vale registrar que segundo Rocha (2021a), essa discussão não se encontra contemplada nas pesquisas realizadas no Brasil.

A respectiva autora afirma ainda que ao analisar o estudo de Sicari (2018), observou que a partir de um levantamento realizado das dissertações e teses, entre 2006 e 2016, que tratam sobre pessoas em situação de rua, não havia estudos que abordassem diretamente as questões étnico-raciais e racismo.

Assim, esclarece-se aqui que o presente texto abordará algumas reflexões sobre as implicações do racismo estrutural na realidade vivenciada pelas pessoas negras em situação de rua, por sua vez, vale demarcar aqui, que a proposta desse estudo não visa aprofundar o debate sobre a temática em questão, a qual se mostra bastante complexa, mas espera-se que as considerações expostas possibilite o interesse dos leitores em ampliar as discussões sobre o tema em destaque.

## **2. REFLEXOS DO RACISMO ESTRUTURAL NA REALIDADE VIVENCIADA PELAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Ao refletir sobre o processo histórico do nosso país, é possível observar que o fenômeno pessoa em situação de rua retrata um modelo de sociedade desigual, realidade expressa desde o período colonial, marcado pela exploração dos escravizados negros e indígenas.

No processo de colonização do Brasil houve a utilização da mão de obra escrava, tanto de pessoas indígenas quanto de pessoas negras, provenientes do continente africano, sendo direcionada a explorar os recursos naturais em proveito do comércio europeu.

Cagin (2024) aponta que o processo de colonização brasileira possui íntima ligação com o período de acumulação primitiva do capital na Europa, sendo sustentado

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

pelo primeiro regime de trabalho pré-industrial. Em sua obra o respectivo autor menciona que a partir do século XVI, entre os anos de 1500 e 1822 Portugal estabelece um sistema de banimento de determinados grupos sociais, o qual se articula com o processo de povoamento do território brasileiro. Tal prática é abordada como sendo a “desinfestação do reino” português, expulsando aqueles considerados indesejados e reconhecidos como responsáveis pelos conflitos sociais do país. Esse grupo era integrado, especialmente por homens e mulheres pobres, que haviam sido condenados pelos “tribunais civis ou pela inquisição”, diante dos crimes cometidos em solo português.

Rocha (2021a, apud Bernardino – Costa; Grosfoguel, 2016) aponta que a partir do colonialismo, a civilização europeia se autoderminou como a mais desenvolvida e superior aos demais e passou a compreender como obrigação moral civilizar os povos considerados primitivos, a despeito da vontade destes. A autora afirma ainda, que no século XVI com a conquista das Américas ocorreu o apogeu dos impérios espanhol e português, e a subalternização dos povos não brancos: povos originários e povos africanos aprisionados em seus territórios e escravizados nas Américas. De acordo com a respectiva autora raça e identidade racial se estabeleceram como instrumentos de classificação básica da população. Isso se expressou, numa associação da branquitude social com os postos de mando da administração colonial (Rocha 2021 a, apud Quijano, 2005, p.117).

Cabe destacar que a autora acrescenta que os povos africanos e originários das Américas, subordinados à dominação colonial tiveram sua identidade subtraídas. Com base em Mbembe (2014) a autora em discussão indica que os povos africanos passam a ser considerados inferiores, bestializados e descredenciados do ponto de vista do conhecimento e da humanidade.

Esse período foi propício para legitimação da ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade dos colonizadores sobre os colonizados. Ademais, Rocha (2021a) indica que não tem como pensar na objetivação do capitalismo, inclusive o



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

capitalismo mundial, sem o processo de escravização, ou seja, da subordinação do trabalhador africano através do trabalho compulsório nas Américas, e ao mesmo tempo, o tráfico de africanos, e o saque de riquezas desses territórios, enquanto elementos fundamentais para inserção e consolidação do capitalismo.

No que tange a realidade das pessoas negras diante do desenvolvimento do capitalismo Reis (2014) indica que na sociedade de classes que nascia no país a partir do capitalismo, por um longo período essa população ficou excluída da participação política e social.

Ademais, segundo Rocha (2021a) o dia seguinte à abolição inconclusa da escravatura ocorrida em 1888, as pessoas negras foram levadas a viver nas ruas. A autora indica que estudos referentes à população em situação de rua começam a surgir a partir de 1980, com o crescimento dessa população, devido ao aprofundamento do desemprego com a crise do capital e as mudanças no mundo do trabalho e com a sua desregulamentação.

Rocha (2021a) afirma ainda, que a ausência de uma política de inserção social e econômica da população negra contribuiu para que grande parte de pessoas negras libertas passasse a ter a rua como espaço de vivência. Vale acrescentar ainda que a autora indica que a dissolução do Regime Escravocrata ocorreu no Brasil sem preparar os antigos agentes de trabalho escravo para o novo regime de organização da vida e do trabalho (Rocha 2021 apud Fernandes, 2008, p.29).

Diante do exposto, verifica-se que a necessidade de retomada do processo histórico vivenciado pelas pessoas negras, para melhor compreensão da realidade vivenciada atualmente por essa população. Nesse sentido, aponta-se que Rocha (2021b) apoiada em Grosfoguel (2019, p. 59), menciona que o conceito de colonialidade “estabelece que o racismo é um princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade”, de modo que o racismo:

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

[...]organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores [...] e outras formas de seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc. abaixo da linha do humano) (GROSFOGUEL, 2019, p. 59).

A autora acrescenta ainda que a categoria colonialidade nos auxilia a compreender as relações de dominação que se expressam em diferentes esferas da vida social.

Diante das considerações expostas nesse texto, cabe registrar aqui, que as reflexões sobre a realidade das pessoas negras em situação de rua devem abarcar ainda a invisibilidade desse público frente ao planejamento e gestão das políticas sociais, visto que no cotidiano, o acesso aos direitos básicos para sobrevivência no contexto social vigente se mostra algo distante. Tal realidade se apresenta perceptível quando lembramos que o direito à habitação é previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e na Constituição Federal (Brasil, 1988), alcançando o mesmo grau de importância do direito à vida, realidade que impacta diretamente à personalidade e a esfera moral e material das pessoas, nesse sentido não é possível pensar em dignidade sem o acesso a moradia digna conforme indica (Cagin 2024 apud Rangel; Silva, 2009).

Cabe apontar aqui ainda, que as discussões que tratam da realidade das pessoas em situação de rua devem se basear nos significados atribuídos pelos indivíduos ao se pensar na ausência de moradia. Nesse contexto, vale mencionar que segundo (Cagin 2024 apud Brasil, 2022, p.16) a moradia significa o meio para alcance de um estágio civilizatório mínimo e indispensável para o alcance de uma vida humana digna, uma vez que “do ponto de vista ideal”, tem a função de transmitir “segurança e preservação dos riscos da vida pública nas ruas das cidades”.

O respectivo autor acrescenta ainda que a existência de pessoas em situação de rua nos centros urbanos reflete o processo de desigualdade e exclusão social advindo de uma lógica global que pressupõe a ocupação privada do solo e do espaço através do

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

pagamento de determinada quantia de dinheiro, desse modo, os espaços públicos das cidades passam a servir como forma de moradia provisória, que às vezes, podem durar para sempre, para os indivíduos que não possuem condições econômicas suficientes para comprar (alugar ou arrendar) o seu pedaço de espaço ou que não encontram outras alternativas para sobrevivência.

Com base ainda no disposto pelo autor em destaque, verifica-se que o modelo de política habitacional no Brasil é baseado no financiamento da moradia, apresentando-se ineficiente e insuficiente, visto que exclui parcela significativa da população que não possui condições econômicas para aquisição de uma casa própria, ou para o pagamento do aluguel, situação que leva muitas pessoas a utilizar as ruas como espaço de moradia e sobrevivência.

Retomando-se a discussão da habitação como um direito, vale mencionar aqui que Valensuela (2020) afirma que os direitos são um produto histórico, fundamentado no modo como os sujeitos se organizam coletivamente para enfrentar os conflitos gerados pelas relações sociais burguesas. Rocha (2021b) aponta que racismo, violência e exploração confirmam que a concepção burguesa dos Direitos Humanos é uma abstração liberal, utilizada ideologicamente para camuflar os impactos da opressão. Ademais, a autora indica que apesar de todas as modificações sócio históricas, ainda existem resistências quanto ao reconhecimento dos direitos das pessoas negras e indígenas. Com base em (Fernandes, 1972; Moura, 2019), a autora em discussão acrescenta que no processo de urbanização a população africana e afro-brasileira foi excluída das relações sociais de trabalho na sociedade dividida em classes, assim é possível verificar que tal situação permanece até os dias atuais. Nesse contexto, a autora em discussão indica que a existência de leis e normativas nacionais/internacionais que versam sobre os Direitos Humanos, via de regra, permanecem no campo da retórica.

Vale demarcar aqui, que durante as primeiras décadas do século XX, junto ao advento do processo de industrialização urbana inicia-se as primeiras demandas por

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

habitação, porém, diante desse cenário o Estado não atuou como executor de políticas, mas como regulador (Cagin 2024). O autor em destaque salienta que o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à habitação se apresenta um fenômeno complexo, visto que a questão habitacional passa a ser altamente mercadorizada.

De modo geral, compreende-se que as políticas públicas não se constituem ações neutras, mas reproduzem discursos ideológicos presentes na realidade social da sociedade capitalista, e se materializam de forma contraditória no âmbito da reprodução do capital e garantia de direitos (Nunes 2019, Scherer apud, 2015, p. 186), realidade que demanda reflexões, em especial, considerando a organização vigente para as políticas públicas direcionadas a habitação e a realidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua, em especial, as pessoas negras.

### 3. **CONSIDERAÇÕES**

Tendo em mente os desafios existentes para garantia dos direitos básicos à população em situação de rua, em especial, das pessoas negras que se encontram nessa condição, vale citar aqui o desposto por Rocha (2021b), segundo a respectiva autora, os princípios burgueses da liberdade, igualdade, segurança e propriedade foram negados em especial aos indígenas e negros e também a classe trabalhadora no geral. Nesse sentido, a autora destaca que é impossível pensarmos sobre Direitos Humanos sem considerarmos que suas contradições decorrem de sua natureza burguesa, bem como do lugar que ocupa na persistência da colonialidade. Ademais, a respectiva autora acrescenta que ao analisarmos o sistema capitalista e suas contradições, é preciso observarmos como o racismo estrutural o subsidia, sendo presente nas relações sociais contemporâneas em esferas distintas.

Outra questão que se mostra relevante destacar aqui, trata-se do aumento de pessoas em situação de rua posteriormente à pandemia de Covid-19, conforme aponta Natalino (2024), o qual indica que tal cenário causou um aumento significativo de pessoas em situação de rua, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a emitir, em



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

25 de julho de 2023, uma medida cautelar em resposta à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976. Tal medida torna obrigatória a observância das diretrizes da Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPR), promulgada pelo Decreto no 7.053/2009, por todos os entes federados, e determina uma série de ações a serem adotadas pelos poderes públicos. Entre as ações proposta nessa medida, destaca-se a elaboração, pelo Executivo Federal, de um plano de ação e monitoramento para a efetiva implementação da PNPR, a elaboração de um diagnóstico atual da população em situação de rua PSR, com identificação do perfil, da procedência e de suas principais necessidades, entre outros elementos para amparar a construção de políticas públicas voltadas ao segmento; e a criação de instrumentos de diagnóstico permanentes da PSR. Considerando a atuação destacada acima, entende-se que a partir da atuação dos entes federados junto à realização do diagnóstico da PSR, será possível a obtenção de maiores informações sobre a realidade das pessoas em situação de rua, em especial das pessoas negras que se encontram nessa condição.

Ademais, acredita-se que a realização de novos estudos que sejam direcionados para discussão da questão étnico racial e a realidade da PSR possibilitem maior visibilidade para a realidade das pessoas negras que se encontram nessas condições, assim, se mostra importante que as pesquisas sobre esse tema sejam incentivadas no contexto acadêmico.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. População em situação de rua - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília.ago.2023.38p.

CAGIN, J. G. A população em situação de rua, sua relação com a falta de moradia e o model Housing First (Moradia Primeiro) como alternativa de política pública. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual Paulista (UNESP) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca. 2024. 177p.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

NATALINO, M. A C. A população em situação de rua nos números do Cadastro Único. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).2024. 57p.

NUNES, S. R. Como a população de rua está contemplada no processo de Vigilância Socioassistencial? Tese (Doutorado em Serviço Social e Políticas Sociais) - Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

OLIVEIRA, L.M.F. O Alcance da proteção social à população em situação de rua: a fuga do paradigma do direito. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social,2017.

REIS, M.S. Centro de Referência Especializado para a população em situação de rua (Centro POP) de Londrina (PR): Uma análise a partir da perspectiva do usuário. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de PósGraduação em Serviço Social e Política Social, 2014.

ROCHA, A.P. Direitos Humanos e os Determinantes da Colonialidade: Racismo, Colonialismo e Capitalismo. Revista Serviço Social em Debate, v.4, n.1,2021b. p.523.

ROCHA, V. Racismo Estrutural: trajetórias de vida de pessoas negras em situação de rua na cidade de Santos/SP. Dissertação (mestrado pós-graduação em Serviço Social e Política Sociais – Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos. 2021a.154p.

VALENSUELA, K.P. O Acesso ao Direito e à Justiça na perspectiva dos Direitos Humanos: Respostas do Estado do Paraná às Demandas Sociais de Crianças e Adolescentes. (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de PósGraduação em Serviço Social e Política Social, 2020.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais****DE OPERÁRIO PERFEITO EVOLUÍRA PARA MÁQUINA PERFEITA”: REFLEXÕES  
SOBRE O TRABALHO INFANTIL A PARTIR DO CONTO “O HEREGE” DE JACK LONDON  
E DA ARTE FOTOGRÁFICA DE UGUR GALLENKUS****Eixo 2:** Relações étnico raciais, direitos humanos e transversalidadeLeonardo Carvalho de Souza<sup>1</sup>Yasmin Ciprandi Pego<sup>2</sup>Ivan Ricardo de Melo<sup>3</sup>Keila Pinna Valensuela<sup>4</sup>**RESUMO**

A infância e a adolescência são momentos da vida nos quais crianças e adolescentes precisam de cuidados e estímulos. Contudo, diferentes problemáticas causam implicações negativas no desenvolvimento desse público, um deles é o trabalho infantil, considerado nesse texto, no qual refletimos sobre tal questão a partir de obras de Jack London e de Ugur Gallenkus, a partir das quais trazemos as categorias classe, raça, gênero, território e etnia como chaves de leitura dessa forma de violação, por meio da pesquisa bibliográfica orientada pela teoria social crítica inferimos

<sup>1</sup> Pedagogo. É docente no Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus de Ivaiporã. Doutorando em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Franca-SP. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para a Infância e Adolescência (GEPIA) da Unesp. E do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP) da Unespar. E-mail: leonardo.souza@ifpr.edu.br

<sup>2</sup> Assistente Social. Cursa Especialização em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Infância e Juventude pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR). É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação na Sociabilidade do Capital (GEPTESC) e do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP). E-mail: yasminsocial@gmail.com

<sup>3</sup> Assistente Social. Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Diversidade - GPED/UNESPAR CNPq, na linha de pesquisa "Educação Especial e Inclusiva". E do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas - GTPP/UNESPAR CNPq – Campus Paranavaí-PR. E-mail: irmelo1978@gmail.com

<sup>4</sup> Docente do curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) campus Paranavaí. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) de Paranavaí e do Núcleo de Educação para Relações de Gênero e Sexualidade (NERG). Membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP). E-mail: keila.pinna@unespar.edu.br

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

que o trabalho infantil é uma prática que precisa ser prevenida e combatida.

**Palavras-chave:** arte; trabalho infantil; infâncias; adolescências.

### ABSTRACT

Childhood and adolescence are times in life when children and adolescents need care and stimulation. However, different problems have negative implications for the development of this group, one of which is child labor, considered in this text, in which we reflect on this issue based on the works of Jack London and Ugur Gallenkus, from which we bring the categories of class, race, gender, territory and ethnicity as keys to reading this form of violation. Through bibliographic research guided by critical social theory, we infer that child labor is a practice that needs to be prevented and combated.

**Keywords:** art; child labor; childhood; adolescence.

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho infantil é uma problemática social gritante que se reitera e se perpetua na sociabilidade capitalista, mesmo que existam avanços em legislações, programas, projetos e serviços voltados à erradicação dessa prática e na proteção e promoção das infâncias, adolescências e juventudes. Ainda nos deparamos com o trabalho infantil como um desafio contemporâneo e cotidiano de todos que se comprometem com os direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens (Fortunato, 2018).

Há inúmeras formas de pensar sobre os prejuízos implicados pelo trabalho infantil, nesse texto, apresentamos reflexões elaboradas a partir de duas obras de arte: a saber, o conto “O Herege” de Jack London e da arte fotográfica de Ugur Gallenkus<sup>5</sup>, entendemos que as referidas obras promovem a denúncia de problemáticas relacionadas ao trabalho infantil e ao mesmo tempo, sensibilizam sobre a temática – ao

<sup>5</sup> Todas as imagens utilizadas podem ser encontradas no perfil do artista no Instagram, no seguinte link: <https://www.instagram.com/ugurgallen/>. Acesso em: ago. 2024.

passo que, contribuem para estimular a compreensão crítica sobre essa questão – direcionando para a formação humana daqueles se apropriam das referidas obras de arte.

Em termos teóricos, nos guiamos pela teoria social crítica, a qual sugere que a utilização da arte como conteúdo reflexivo é pertinente e se conecta com teses de Lukács (2010) quando destaca que a verdadeira arte tem potencial de captar momentos essenciais da humanidade.

**A verdadeira arte visa ao maior aprofundamento e à máxima abrangência na captação da vida em sua totalidade omnicomprensiva.** A verdadeira arte, portanto, sempre se aprofunda na busca daqueles momentos mais essenciais que se acham ocultos sob a superfície dos fenômenos (Lukács, 2010, p. 26, grifo nosso).

Nesse sentido, adotamos a teoria social crítica para orientar as reflexões aqui tecidas e as categorias de classe, raça, gênero, etnia e território como meios de pensar o trabalho infantil. Em relação a organização do texto, debatemos inicialmente o conto “O Herege” de Jack London. E na segunda parte, tratamos sobre a arte fotográfica de Ugur Gallenkus, trazendo as categorias anunciadas.

## 2. “O HEREGE” DE JACK LONDON: A PRESENÇA DE MARCADORES DE CLASSE, GÊNERO E TERRITÓRIO COMO NUCLEADORES DO TRABALHO INFANTIL

A obra “O Herege” de Jack London apresenta o cotidiano de Johnny, um adolescente de 12 anos, oriundo de uma família sem pai e que contribui com o sustento de sua família. O conto apresenta a miséria e dificuldades econômicas, situações de fome, entre outras, que o levam ao trabalho infantil em uma rotina extenuante, exaustiva e degradante numa fábrica insalubre de tecelagem, na qual o jovem se submete a 10 horas de trabalho por dia, recebendo valores ínfimos pela venda de sua força de trabalho. No percurso do conto, é possível captar como se manifesta o processo de captura da subjetividade, diluição da capacidade de prospecção e como toda a situação vai



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

moldando o Johnny, a ponto de podermos o comparar com uma máquina, o trecho apresentado no título de nosso texto, evidencia isso:

As bobinas de Johnny giravam com toda a força, mas ele não se impressionou com o elogio indireto. Há tempos... mas isso fora há muito, muito tempo. **Seu rosto apático permaneceu inexpressivo ao ouvir ser apontado como um exemplo brilhante.** Era o operário perfeito. Sabia disso. Já lhe tinham dito muitas vezes. Era um lugar comum e parecia já não significar nada para ele. **De operário perfeito evoluiu para máquina perfeita.** Quando o trabalho saía mal, acontecia com ele o que acontece com a máquina: era devido a defeito de material. Teria sido tão impossível a um molde perfeito de pregos cortar pregos imperfeitos, como ele cometer um erro (London, 2009, p. 85, grifos nossos).

O conto embora contextualizado em um momento após a Revolução Industrial, no século XIX, permite analogias e traçar paralelos interessantes com os casos de trabalho infantil que identificamos atualmente (Fortunato, 2018).

É possível pensar sobre as implicações do pertencimento de Johnny à **classe trabalhadora**, pois o mesmo é explorado cotidianamente na indústria, não tendo meios para a reprodução social da vida. O mesmo depende da venda de sua força de trabalho, mas ao longo do texto fica evidente que ele e sua família se reproduzem de forma precária. Em uma fala de sua mãe quando a mesma diz: “- **Bem que gostaria de não morar tão longe** - disse ela ao sentar-se. - Faço o que posso. Você bem sabe. Mas um dólar de renda faz tanta diferença” (London, 2009, p. 83, grifo nosso).

Desse modo, percebemos mais um fator de precarização da vida de Johnny e sua família, que é o de território, sendo muito comum que as famílias da classe trabalhadora residam em localidades mais afastadas dos centros urbanos e por vezes, do trabalho e de equipamentos das políticas públicas importantes ao atendimento desse público (Koga, 2011).

Complementarmente, Lessa (2016) explica que o âmbito do trabalho e das **relações de classe** dele decorrentes como pertinentes para entendermos a sociedade e seu funcionamento, sendo que também denuncia que no estamento do capitalismo é



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

comum que **a classe que vive do trabalho** tenha dificuldades para a reprodução de suas vidas, muitas vezes, **a classe trabalhadora** não acessa bens sociais básicos, como “educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência social” entre outros direitos (Brasil, 1988).

Sobre a fome e a insegurança alimentar as quais à família era submetida, o trecho a seguir é ilustrativo:

Além do pão, havia um pequeno pedaço de carne de porco, fria. A mãe tornou a encher sua xícara de café. Quando estava acabando o pão, ficou à espera de mais. Ela percebeu, o olhar inquiridor. - **Não seja egoísta, Johnny. Já teve sua ração.** Seus irmãos e irmãs são menores que você (London, 2009, p. 83, grifo nosso).

Ademais, outro elemento pertinente para se pensar sobre a caracterização de classe social é o tempo, pois morar longe do trabalho, das políticas públicas e a própria dinâmica de trabalho faz com que os sujeitos da classe trabalhadora disponham de pouco tempo livre e pouco tempo para formação, lazer, descanso, etc. No conto, isso fica presente quando ao sair para trabalhar, “As estrelas ainda não tinham começado a empalidecer no firmamento, e a cidade estava mergulhada na escuridão”. Sendo que Johnny saía cedo e retornava tarde, sempre exaurido pelo processo de venda de sua força de trabalho.

Outra categoria relevante é a de **gênero**, pois a mãe de Johnny, criava os filhos sozinha, fato que sugere para o abandono paterno e complementarmente, a de adoecimento das mulheres em decorrência de jornadas extensas de trabalho, atividades domésticas e de cuidado (Horst; Miotto, 2017). Uma das passagens indica que a mãe de Johnny teve o parto no ambiente de trabalho:

Doze anos atrás, houvera uma agitação na sala dos teares daquela mesma fábrica. A mãe de Johnny desmaiara. Estenderam-na no chão, no meio das máquinas que guinchavam. Chamaram duas mulheres idosas dos teares. O capataz assistiu. **E, poucos minutos depois, havia na sala dos teares mais uma alma, além das que tinham entrado pela porta. Era Johnny, nascido**

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

com o martelar e o estrépito dos teares nos ouvidos, inspirando à primeira respiração o ar quente e úmido, carregado de fiapos em suspensão. Tossira, logo nesse dia, para libertar os pulmões dos fiapos; e, pela mesma razão, nunca mais deixara de tossir (London, 2019, p. 86, grifo nosso).

Em nossos tempos, pode parecer absurdo uma mulher ter o parto de uma criança dentro do ambiente de trabalho como no conto, mas é preciso refletir, que por vezes, a licença maternidade é insipiente para oferta aos cuidados das crianças, sendo de quatro meses no setor privado e seis no setor público, conforme a legislação. O tempo de licença-maternidade deveria ser ampliado, bem como é uma demanda que fosse garantido mais tempo aos pais, o que facilitaria na garantia da rede de apoio (Horst; Miotto, 2017).

O conto sugere para a reflexão da falta de rede de apoio primária, que é aquela ofertada pela família, mas obviamente, não por incapacidade da família e sim por precarizações às quais a família é submetida. Não podemos defender o familismo, que é a hiper responsabilização das famílias e que isenta o Estado e a comunidade dos cuidados e proteção de crianças e adolescentes. Também se percebe ausência da rede secundária composta por serviços, projetos, programas ou semelhantes ofertados a fim de atender as famílias.

O familismo é entendido por Horst e Miotto (2017) como:

um padrão de interrelação reinante na sociedade, em que no nível macrossocial, **na organização dos sistemas de proteção social, a família é colocada como instituição provedora central de bem-estar**. No nível micro social, uma rede de mulheres (mães, avós, vizinhas...) respondem pelo trabalho familiar, especialmente pelo cuidado dos dependentes (Horst; Miotto, 2017, p. 231, grifo nosso).

Em resumo, portanto, é possível entender que o conto “O Herege” permite reflexões que indicam a condição de pertencimento à classe trabalhadora, a desigualdade de gênero e a desproteção de algumas famílias como fatores estimulantes ao trabalho infantil, bem como as questões de território como pertinentes para se pensar no trabalho infantil e nos prejuízos que o mesmo implica na vida das pessoas.

### **3. A ARTE FOTOGRÁFICA DE UGUR GALLENKUS: REFLEXÕES SOBRE CLASSE, RAÇA E ETNIA COMO FATORES ESTIMULANTES AO TRABALHO INFANTIL**

Ugur Gallenkus é um artista turco de 33 anos, especialista em colar imagens impactantes que retratam públicos vulnerabilizados por determinados contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. Especialmente, crianças e adolescentes em situações antagônicas, ou seja, tal artista permite que a gente pense em como é preciso falar em infâncias, adolescências e juventudes sempre no plural, indicando que há múltiplas desigualdades e aspectos da diversidade humana que inviabilizam de falarmos em homogeneidade desses momentos da vida. Ademais, é preciso ir além de aspectos estritamente etários, pois condições de classe, raça, gênero, etnia e território podem ser diferenciadores e por vezes, reprodutores de hierarquias e desigualdades abissais.

A exemplo da questão de raça e gênero no âmbito do trabalho infantil, cabe citar os dados do IBGE (2023), os quais apontam que a taxa de pretos ou pardos em trabalho infantil nesse ano era de 66,3% e tinham rendimento médio inferior as crianças e adolescentes brancos, outrossim, as estatísticas de gênero também permitem fazer algumas análises, uma vez que as meninas também recebiam remuneração inferior aos meninos. A obra de Ugur Gallenkus ficou muito conhecida nos últimos anos, e em nosso caso, contribui com a denúncia do trabalho infantil como forma de violação que degrada e prejudica crianças, adolescentes e jovens. Ademais, a referida obra contribui para pensarmos as várias desigualdades promovidas pela lei geral de acumulação capitalista.

Nesse sentido, é prudente por meio da arte mencionada, questionarmos, quais são as crianças e adolescentes que trabalham? Quais são as juventudes submetidas ao trabalho precoce? Em diferentes imagens<sup>6</sup>, como na 1, apresentada a seguir, que registra algo que está na literatura sobre a problemática, que é a presença de crianças e

<sup>6</sup> Todas as imagens utilizadas podem ser encontradas no perfil do artista no Instagram, no seguinte link: <https://www.instagram.com/ugurgallen/>. Acesso em: ago. 2024.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

adolescentes oriundos de famílias empobrecidas como público mais recorrente em situações de trabalho infantil e, inclusive, em suas piores formas (Fortunato, 2018). Ademais, é preciso dizer que o fator etnia também aparece na obra de Ugur Gallenkus, pois as situações de trabalho infantil apresentadas são presentes em sua maioria nos países de capitalismo periférico, ou seja, economia, cultura e etnia precisam ser consideradas para compreender e prevenir o trabalho infantil.

Imagem 1



Fonte: Ugur Gallenkus, 2022.

Contrariamente, tem se percebido que classes médias e mais abastadas, e pessoas que vivem em países de capitalismo central são menos submetidas ao trabalho infantil, ou seja, acesso a renda e educação são fatores que possibilitam protelar a entrada no mundo do trabalho e faz com que determinados grupos gozem de privilégios em melhores vagas e cargos melhor remunerados. Na mesma órbita social, crianças e adolescentes que são da classe trabalhadora e começam a trabalhar precocemente, têm dificuldades de continuar nos estudos e acabam por se perpetuar em empregos precários e com baixa remuneração (Fortunato, 2018).

A imagem 2, a seguir, registra tal disparidade.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Imagem 2



Fonte: Ugur Gallenkus, 2021.

O discurso ideológico do empreendedorismo é mais uma temática recorrente nos dias atuais, sendo muitas vezes, utilizado para justificar e naturalizar o trabalho infantil (Moreira; Moreira, 2021). Nesse sentido, é muito pertinente criticar o trabalho infantil, especialmente, porque essa é uma forma de exploração de crianças e adolescentes e uma forma de violência (Fortunato, 2018). Em que pese esse fato, muitas vezes, outras violações aos direitos infantojuvenis são cometidas devido as desproteções a que tal público é submetido, como a violência física e psicológica, por vezes, relacionadas. Como se indica na imagem 3, a seguir.

Imagem 3





# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Fonte: Ugur Gallenkus, 2022.

Além do mercado de trabalho, que no capitalismo opera em grande medida guiado pela busca do lucro e da acumulação, contextos de guerra também promovem desproteções e violações de direitos infantojuvenis como na imagem 4, que permite comparar as condições de um menino vivendo em contexto de guerra e outro que pode brincar com liberdade e acesso à segurança, ou seja, vivenciam às infâncias de modos diferentes. No Brasil, podemos mencionar a criminalidade, que também afeta crianças e adolescentes, dificultando que vivenciem esse momento de suas vidas com direitos e proteção integral (Brasil, 1988, 1990; Scherer et al. 2022).

Imagem 4



Fonte: Ugur Gallenkus, 2021.

Em síntese, a obra de Ugur Gallenkus é ácida em seu sentido crítico e possibilita que infâncias, adolescências e juventudes sejam pensadas no plural, e que sejam consideradas as desigualdades e hierarquias, as quais são submetidas em várias partes do mundo, especialmente no trabalho infantil, por meio do qual estão expostas a vários riscos e extrema periculosidade (Fortunato, 2018). Nos cabe, portanto, atuar na direção da prevenção e combate ao trabalho infantil em todos os âmbitos e espaços possíveis, para que crianças possam se desenvolver com direitos e proteção, pois como cantam

Emicida & Drik Barbosa<sup>7</sup>: “Se tem muita pressão não desenvolve a semente [...] Crianças não têm trabalho, não/Apenas não ao trabalho infantil”.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meios das discussões realizadas, é possível inferir que o trabalho infantil gera inúmeros prejuízos tanto para as crianças, adolescentes e jovens envolvidos quanto para a sociedade como um todo. Crianças e adolescentes que trabalham desde cedo são privados de sua infância, adolescência e educação adequadas ao desenvolvimento pleno. Isso resulta em impactos negativos na saúde física e mental, como no aumento de riscos de lesões, doenças e estresse psicológico. Além disso, a falta de educação formal e de qualificação prejudica a existência de oportunidades futuras dessas crianças e adolescentes, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade social (Lessa, 2016; Fortunato, 2018).

A prevenção do trabalho infantil requer um esforço coletivo que envolve famílias, governos, empresas e sociedade civil. Investir em políticas públicas que garantam acesso à educação de qualidade e programas de assistência social é essencial para manter crianças e adolescentes nas escolas e fora do mercado de trabalho, sendo permitido somente, quando se trata de trabalho protegido. Campanhas de sensibilização sobre os riscos e prejuízos do trabalho infantil são pertinentes. Além disso, a fiscalização rigorosa e a punição de empresas que utilizam mão de obra infantil são medidas necessárias para erradicar essa prática e proteger os direitos infantojuvenis (Fortunato, 2018).

#### **5. REFERÊNCIAS:**

---

<sup>7</sup> **Sementes** Emicida & Drik Barbosa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C7l0AB--l3c>. Acesso em: ago. 2024.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: ago. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. ECA. Brasília, DF. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: ago. 2024.

HOST, C. H. M; MIOTO, R. C. Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo? **Em Pauta**, Rio de Janeiro. 2º Semestre de 2017, n. 40, v. 15, p. 228 – 246. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32749>. Acesso em: nov. 2023.

FORTUNATO, S. A. de O. **Infância, educação e trabalho**: o (des)enrolar das políticas públicas para a erradicação do trabalho infantil no Brasil. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

IBGE. **De 2019 para 2022, trabalho infantil aumentou no país**. IBGE, 2023.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/38700-de-2019-para-2022-trabalho-infantil-aumentou-no-pais>. Acesso em: ago 2024.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUKÁCS, G. Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels. In: MARX, K; ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura**. Expressão Popular. São Paulo, 2010.

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho na ontologia de Lukács. 3. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

MOREIRA, H. Alves; MOREIRA, R. B. da R. **A exploração do trabalho infantil no empreendedorismo**. PPGD- UNESC, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/download/7509/6364/19691>. Acesso em: ago 2024.

SCHERER, G. A. (Org.). **Juvenicídio, território e políticas públicas**: rastros de sangue na cidade de Porto Alegre. 1 ed. Porto Alegre: CirKula, 2022.

### USO DE VIDEOGAMES PARA DISCUTIR A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

**Eixo:** 2 - Relações étnico raciais, direitos humanos e transversalidade;

Alexandre Junior Duarte Tsujioka<sup>1</sup>

#### RESUMO

Atualmente, os videogames têm ganhado bastante notoriedade, seja por suas mecânicas, aparência ou temática, entre essas temáticas, uma com potencial para ser abordada é a étnico-racial, com diversas possibilidades de discussões sobre o tema a partir dessa mídia. Uma função em alguns jogos que jogador se expresse acerca disso é a tela de construção de personagem, que possibilita que o jogador se expresse a partir do personagem do jogo. A partir dessa mecânica, refletir possibilidades de existência que quebrem paradigmas, e estimule uma auto expressão sincera, interseccional, e que respeite a pluralidade de identidades.

**Palavras-chave:** Identidade; Interseccionalidade; Videogame; Étnico-racial.

#### ABSTRACT

Currently, video games have gained a lot of notoriety, whether due to their mechanics, appearance or themes. Among these themes, one with the potential to be addressed is ethnic-racial, with several possibilities for discussions on the topic using this media. A function in some games that allows the player to express themselves about this is the character construction screen, which allows the player to express themselves using the game character. Based on this mechanics, reflect possibilities of existence that

<sup>1</sup> Graduado em Artes Visuais pela UEL, colaborador do NEAB

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

break paradigms, and encourage sincere, intersectional self-expression that respects the plurality of identities.

**Keywords ou Palabras clave:** Identity; Intersectionality; Video game; Ethnic-racial.

## 1. INTRODUÇÃO

Hey (hey) I am not my hair I am not this skin I am not your expectations, no (hey) I am not my hair I am not this skin I am the soul that lives within I Am Not My Hair Canção de India.  
Ari

O tema a seguir foi escolhido devido à crescente popularização de videogames, e a possível relevância que essa mídia pode ter com os jovens e consumidores da mesma. Em grupos de discussões em plataformas de conversa online, me veio a percepção de quão preconceituosa é a comunidade assídua de jogadores, muitas vezes por desconhecimento sobre temáticas sociais, portanto, a proposta deste trabalho é apresentar possibilidades de discussão sobre interseccionalidade, e transversalidade a partir do jogo *The Sims 4*, abordando a função de criação de personagens do mesmo, para propiciar debates sobre como performar a si mesmo.

## 2. AUTO EXPRESSÃO EM THE SIMS 4

O jogo *The Sims 4* é um jogo de simulador de vida, que possibilita montar um personagem, ter uma casa, emprego e constituir uma família, tornando possível ser da forma como você quiser, dentro de opções programadas pela equipe de desenvolvedores. Isso torna a experiência muito rica e diversa, possibilitando diferentes estilos de vida, concepção de família, e construção de personagens de múltiplas representações étnico-raciais. Essa transversalidade permite a normalização de identidades com vários atravessamentos, como de gênero, orientação sexual,



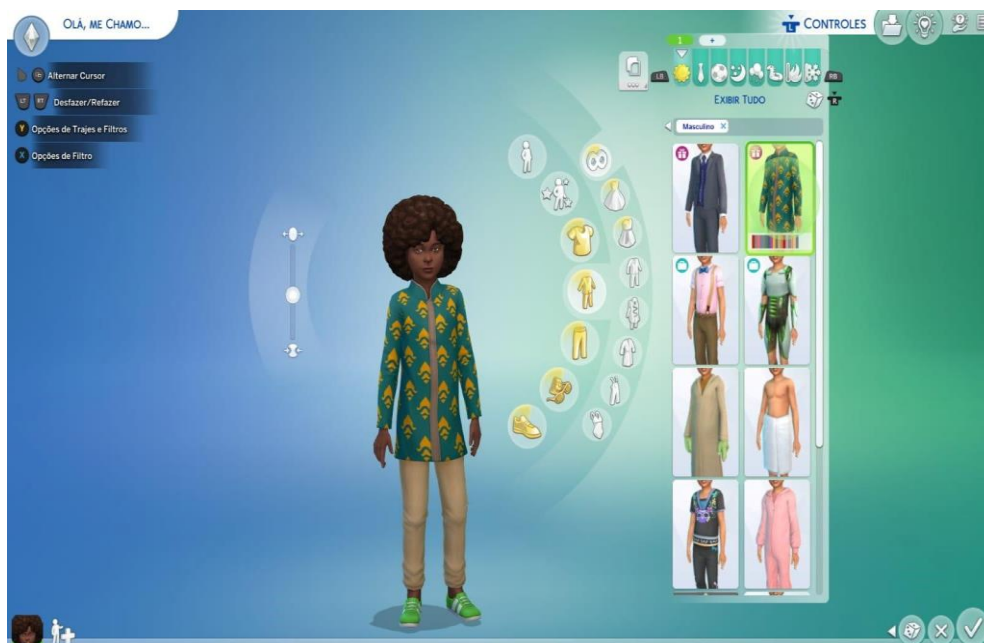
## II SEMINÁRIO

28, 29 e 30 de Agosto

2024

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

composições familiares, deficiências, etc. O processo de construção é pensar a interseccionalidade, assim como apontado por Lélia Gonzalez, e passa por um processo lúdico de identificação com o objeto.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais



### 3. CONSIDERAÇÕES

A partir do pensamento de Frantz Fanon em *Pele Negra Máscaras Brancas*, é possível refletir sobre como nos embranquecem(os) quando jogamos, e como essas novas mídias - Arlindo Machado - têm influenciado na nossa percepção de identidade.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FANON, Frantz. *Pele Negra. Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Ed. Fator, 1983.

GONZALES, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244

MACHADO, Arlindo. *Arte e Mídia*. Editora Zahar, 2007

**RELATO DE EXPERIÊNCIA –  
OS IMPACTOS E AS PERCEPÇÕES À PARTIR DA OBSERVAÇÃO NO PROJETO  
JUVENTUDES: DIREITOS HUMANOS E ANTIRACISMO**

**Eixo 2:** Relações étnico raciais, direitos humanos e transversalidade

Nathália Rosa Costa <sup>1</sup>

Andréa Pires Rocha <sup>2</sup>

### RESUMO

Este relato de experiência explora as adversidades enfrentadas pela população negra nas periferias brasileiras, intensificadas pelo racismo estrutural e pelo pensamento neoliberal. A experiência com o coletivo Villa Afro, do colégio CECM Francisco Villanueva, revelou como jovens negros utilizam a dança e o aprendizado mútuo como estratégias de resistência. O projeto extensionista destacou os desafios pessoais da autora ao conciliar trabalho acadêmico e informal, evidenciando a importância da educação colaborativa e das práticas culturais na luta antirracista e na defesa dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos, Antirracismo e Educação.

### ABSTRACT

This experience report explores the adversities faced by the Black population in Brazilian peripheries, exacerbated by structural racism and neoliberal thinking. The experience with the Villa Afro

<sup>1</sup> Estudante, Motoqueira e Dançarina, graduanda em Bacharelado em Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina, e-mail: nathalia.rosa.costa@uel.br.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social e docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), atuando na graduação e na pós-graduação. Líder do Grupo CNPQ Aquilombando a Universidade, coordenadora de projetos de pesquisa e extensão. Bolsista CNPQ –PQ2 -E-mail: andrearochoa@uel.br.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

collective from the CECM Francisco Villanueva school revealed how Black youth use dance and mutual learning as strategies of resistance. The extension project highlighted the author's personal challenges in balancing academic and informal work, emphasizing the importance of collaborative education and cultural practices in the fight against racism and the defense of human rights.

**Keywords:** Human Rights, Anti-Racism and Education.

### 1. INTRODUÇÃO

*“É necessário sempre acreditar que o sonho é possível  
Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível  
Que o tempo ruim vai passar, é só uma fase  
Que o sofrimento alimenta mais a sua coragem.”  
(Racionais Mc's - A vida é desafio.)*

As variantes que englobam a sociedade moderna, são determinadas por sujeitos diversificados a partir da subjetividade individual que, partindo desta perspectiva, se faz a composição da cidadania brasileira. As multiculturas que atravessam o cotidiano na vida dos jovens de periferia se entrelaçam a partir de seus interesses, atrações e, principalmente, seus territórios de vivência. Partindo deste princípio, no desenvolvimento deste relato de experiência, visto deixar evidente a partir de minhas participações e observações empíricas, a resultante construtiva acadêmica e profissional que agregaram no meu processo formativo, resultando em priorizar a importância da luta antirracista e pela efetivação dos Direitos Humanos.

O resumo trará um relato de experiência sobre os aspectos a partir do campo da observação e da participação da autora no Projeto de Extensão: “Juventude(s), Direitos Humanos e Antirracismo: rumo a construção do Observatório da(s) Juventude(s) de Londrina e região” da Universidade Estadual de Londrina, irá descrever em como os atravessamentos que impedem a juventude periférica de



acessar espaços e à garantia de direitos, não impedem de perder o esperar de viver.

## **2. RESISTÊNCIAS E ESPERANÇAR: AS EXPERIÊNCIAS NO CONTEXTO DA LUTA ANTIRACISTA À PARTIR DAS POTÊNCIAS OBSERVADAS**

São desumanas as condições em periferias pelo Brasil, compostas em sua maioria por pessoas negras que historicamente vem sendo excluídas e não contam com acesso à proteção social. É também a população negra que mais sofre com a violência em suas diferentes expressões, resultante do chamado racismo estrutural entendido como “decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares[...]” (ALMEIDA, 2018, p. 38).

Os fatos históricos advindos de uma era pós escravocrata, visto que, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, não deram oportunidade para a juventude e pessoas negras estarem inseridas em espaços de poder. Além disso, nos dias atuais é visível que a precarização da vida da classe trabalhadora é um fato que vem se agravando na sociedade atual, principalmente pela crise econômica do modo de produção capitalista em que um salário-mínimo não sustenta uma família unipessoal, muito menos famílias compostas por crianças e adolescentes, que necessitam de uma maior demanda financeira. Elementos resultantes da implementação da política neoliberal da década de 1990, pois “no neoliberalismo as políticas sociais são desmontadas e as políticas penais fortalecidas” (ROCHA, 2013, p. 564). Ou seja, a população mais atingida pelos desmontes neoliberais tem classe social, tem raça, tem cor e tem lugar de habitação.

Partindo destes contextos históricos da realidade brasileira, os estudantes do coletivo Villa Afro, do colégio CECM Francisco Villanueva, da cidade de



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Rolândia/PR, composto em sua maioria por jovens negres, me chamaram muita a atenção na forma como se organizam, em que além de propagar movimentações cotidianas da luta antirracista nos espaços ocupados pelo grupo social, me chamaram muito a atenção no planejamento dos jovens em aprenderem uns com os outros, a partir de suas trocas de informação e das construções das belas coreografias que apresentaram na arte da dança.

Assim como nós, colaboradores do projeto, tivemos a oportunidade de estarmos aprendendo em cada oficina com cada participante e entre nós mesmos. pois segundo o autor Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, onde foi um dos autores principais utilizado na Oficina resultando na promoção da participação ativa de todos e a troca de conhecimentos entre as diversas atividades propostas.

As oficinas realizadas pelo decorrer do ano estando, inserida como colaboradora e participante no projeto extensionista, que consistiam em realizar uma dinâmica à partir da escrita criativa, que fizessem com que os participantes escrevessem à partir da perspectiva da Escrivivência, da autora Conceição Evaristo, onde cada um escrevia o mundo que enfrenta refletindo, no final da dinâmica, após descrever sobre seus sentimentos à partir da realidade subjetiva do participante, descreveria o que lhes inspiravam sob a ótica do “Esperançar”, do filósofo Paulo Freire, onde poeticamente detalha:

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Ocupar estes espaços, me proporcionam uma riqueza de conhecimentos e conteúdos adquiridos, abrangendo um olhar mais sensível e delineado da garra da juventude negra periférica, em querer viver, como traz ao final da música, utilizada como elemento de instrumento nas oficinas compostas e percorridas pelo Projeto Juventudes: *Escrevivência do Esperançar*, à partir do último trecho final da música “Favela Vive 5” em que diz:

“Porque a favela quer viver  
A favela quer viver  
A favela quer viver  
Mas a burguesia não se importa”.

(Leci Brandão - Favela vive 5)

As dificuldades encontradas no decorrer do projeto, partiram da minha integralidade nas limitações postas da realidade do estudante trabalhadora em se desdobrar para dar conciliar o trabalho acadêmico com o trabalho no campo da informalidade nos primórdios da uberização, sendo eu uma das poucas mulheres motoqueiras da cidade de Londrina, foi o maior eixo que me atravessou, visto os desgastes físico e psicológicos resultantes da vida árdua de ser uma mulher negra, totalmente independente financeiramente tendo que articular a vida acadêmica com a vida real, sem apoio de renda capital.

Um dos marcos que me afetaram positivamente no coletivo Villa Afro, foi na capacidade dos jovens, em seus processos subjetivos de aprendizagem, nas suas forças de querer aprender e conquistar espaços de poder, o que resulta em

[...] estratégias de enfrentamento da discriminação e da exclusão social estão vinculadas às experiências vividas pelos jovens assim como às especificidades históricas do racismo e dos mecanismos de exclusão vividos [...]” (Weller, 2007, p. 167).

Ou seja, reflete o coletivo como uma estratégia de enfrentamento da luta antirracista, o que ficou muito nítido para mim, pois segundo a autora Weller:

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Um outro tipo de estratégia para o enfrentamento do racismo e outras formas de discriminação presente em alguns grupos de rap consiste na discussão dessa temática no campo estético-político, através das apresentações em público e d trabalho social e educacional realizado na comunidade. (2007, p. 167)

Podendo substituir o rap, neste contexto, pelo movimento cultural artístico e organizado a partir dos primórdios da dança no coletivo, promovendo um enriquecimento no fortalecimento de vínculos entre esses jovens, potencializando e incentivando a juventude futura contra o racismo e a opressão.

### 3. CONSIDERAÇÕES

No decorrer do projeto extensionista coordenado pela professora Andréa Pires Rocha, que também orienta meu Trabalho de Conclusão de Curso, tive a oportunidade de vivenciar uma experiência enriquecedora tanto em termos pessoais quanto profissionais. Participar ativamente deste projeto me permitiu conhecer, aprofundar e fortalecer meu compromisso com os princípios que norteiam o Serviço Social, a luta antirracista e pelo fortalecimento dos Direitos Humanos.

O envolvimento com as diversas pessoas e coletivos que participaram deste projeto ampliou minha compreensão das questões relacionadas ao racismo, ao movimento negro, à desigualdade de gênero e às lutas sociais.

Com a formação teórica adquirida, estou cada vez mais consciente da necessidade de uma prática cotidiana fundamentada na constante busca por conhecimento. Dessa forma, almejo continuar engajada na construção de lutas coletivas que enfatizam e defendem os Direitos Humanos, reconhecendo que o conhecimento é dinâmico e que minha atuação deve ser sempre pautada pela ética, pela justiça social e por uma possível transformação da realidade atual.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Tendo o projeto enriquecido meu ver e aporte teórico, estarei sempre na luta antirracista, no feminismo negro, em movimentos sociais, de rua e organizados, acerca do conhecimento particular e profissional, visto que o conhecimento nunca será limitado, buscando cotidianamente como resultante desta magnífica experiência, em sempre buscar aprimorar o aprendizado sobre questões antirracistas e engajar na construção das lutas coletivas acerca de enfatizar e lutar pelos Direitos Humanos.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural*. 2019.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

WELLER, Wivian. *Leituras em rede: gênero e preconceito*. São Paulo: Editora Mulheres, 2007.

ROCHA, Andréa Pires. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 115, p. 561-580, jul./set. 2013.

### LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS E DAS POPULAÇÕES NEGRAS NO BRASIL: HISTÓRIAS INVISIBILIZADAS

#### EIXO 2 - RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E TRANSVERSALIDADE

Renata Pacheco Abreu<sup>1</sup>  
Wagner Roberto do Amaral<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente texto apresenta elementos históricos que destacam que a escravização e subjugação dos povos indígenas e negros aos processos de colonização não ocorreu de forma pacífica, sem lutas e resistências no cenário brasileiro. Problematisa-se também o fato destas narrativas serem ainda pouco contadas pelos livros escolares e universitários, mesmo com registros contundentes sobre tais lutas e resistências, deixando assim, afastados da formação de crianças, adolescentes e jovens, a história do próprio país. Destaca-se a importância de realização de estudos que ultrapassem o colonialismo e reconheçam a importância dos povos indígenas e populações negras na formação do Brasil.

**Palavras-chave:** resistência indígena; resistência negra; escravidão.

#### ABSTRACT

This text presents historical elements that highlight that the process of enslavement and subjugation of indigenous and black people to the

<sup>1</sup> Assistente social no Instituto Federal do Paraná – Campus Londrina, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Serviço Social e Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. renata.abreu.as@gmail.com.

<sup>2</sup> Assistente social, docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Mestre e Doutor em Educação. Membro da Comissão Universidade para Indígenas da UEL e do Paraná. wramaral@uel.br.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

white man did not occur peacefully, without struggles and resistance in the Brazilian scenario. It is also problematic that these stories are still little told in books school and university students, even with compelling records about such struggles and resistance, thus leaving the history of the country itself far from the education of children, adolescents and young people. The importance of carrying out studies that go beyond colonialism and recognize the importance of indigenous and black people for the formation of Brazil is highlighted.

**Keywords:** indigenous resistance; black resistance; slavery.

### 1. INTRODUÇÃO

*[...] Quando você chegou aqui,  
Nesse chão, nessa terra,  
Eu já estava aqui  
E você com a mentira no  
olhar e o ódio no coração  
Me roubou, me escravizou  
E me matou  
E depois disso me jogou na  
miséria e me fez acreditar que ali  
era o meu lugar Então eu sonhei,  
Sonhei com Nhanderu, sonhei  
com meus encantados  
E de lá, lá da terra dos sonhos renasci  
Renasci, não como aquele que você  
roubou, escravizou e matou. Mas sim como  
um guerreiro,  
Guerreiro Guarani,  
Guarani Nhandewa  
Guerreiro como Ajuricaba, Angelo kretã  
Cacique Veron, Marçal Tupã'i [...] (trecho  
do poema de Elon Lucas Jacintho,  
estudante universitário indígena)*

A história dos povos indígenas e populações negras no Brasil, resguardadas suas particularidades, entrecruzam-se de diversas formas. As histórias mais contadas revelam-se nos fatos relacionados à sua escravização, em suas facetas mais cruéis e

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

desumanas, na assimilação<sup>3</sup>, na aculturação<sup>4</sup> e em uma suposta necessidade de civilização destes “selvagens”.

O que essas histórias mascaram é a importância destes povos para a formação do Brasil, além de fazerem parecer que os processos de colonização ocorreram sem dificuldades, sem resistência. Por vezes, depara-se com abordagens romantizadas sobre a relação entre não indígenas e “índios” e entre brancos e negros.

Pacheco e Freire (2006) destacam que a história sempre é contada como a história da colonização, englobando a transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um cenário não europeu, constituindo-se, a partir daí, a origem do marco territorial. Despreza-se, assim, os povos indígenas que já ali viviam com seus costumes, culturas, tradições e formas de organização social, econômica e territorial. São marcados “pelo acidental, pelo exótico e pelo passageiro, como se a existência de indígenas fosse algo inteiramente fortuito, um obstáculo que logo veio a ser superado e, com o passar do tempo, chegou a ser minimizado e quase inteiramente esquecido.” (Pacheco e Freire, op. cit., p. 17)

Citando Césaire, Pacheco e Freire (2006) ressaltam que, ao falar da população negra escravizada, o poeta evidencia a sua presença na civilização que o nega, mas que foi construída justamente sobre a sua existência e o seu trabalho. Essa significativa reflexão também abrange os povos indígenas, que tem sua importância na formação do Brasil, apesar de sua presença ter sido invisibilizada.

Sobre o período histórico tratado neste texto, Césaire (1978) destaca que a essência do colonialismo é um regime de exploração desenfreada de grandes massas humanas que tem origem na violência e só por ela se sustenta. O autor alerta ainda que

<sup>3</sup> Moura (1988) destaca que a política assimilacionista apresentava-se como a “solução ideal para neutralizar a resistência cultural, social e política nas colônias” (p. 42). Cabral apud Moura (1988) ressalta que a “pretensa teoria da assimilação progressiva das populações nativas era uma tentativa de negar a cultura do povo em questão.” (p. 42)

<sup>4</sup> Conceito utilizado para denominar o contato entre as culturas entendidas como civilizadoras (colonizadores) e povos dominados, portadores de uma cultura primitiva, exótica (colonizados) (Moura, 1988).

a colonização não foi evangelização, filantropia, recuo das fronteiras da ignorância, doença ou tirania. A colonização foi comércio, interesse mercantil, tendo por base relações de dominação e submissão, onde o colonizador era o criado da metrópole e os povos indígenas e as populações negras, os instrumentos de produção. Destaca que, de todo o colonialismo, não resulta um só valor humano, sendo capaz de desumanizar o homem mais civilizado, pois o colonizador vê o outro como animal e transforma-se em animal.

Neste texto, pretende-se apontar alguns elementos históricos que destacam que o processo de escravização e subjugação dos povos indígenas e negros à sociedade não indígena envolvente não se deu de forma pacífica, sem lutas e resistências significativas no cenário brasileiro. Baseando-se em estudos de Moura (1988), problematiza-se também o fato destas histórias serem ainda pouco contadas pelos livros escolares e universitários, mesmo com registros contundentes sobre tais lutas e resistências, deixando assim, afastados da formação de crianças, adolescentes e jovens, a história do próprio país.

## **2. BREVE RESGATE SOBRE LUTAS E RESISTÊNCIAS DE POVOS INDÍGENAS E DAS POPULAÇÕES NEGRAS ESCRAVIZADAS NO BRASIL**

É comum a ideia de que a história da colonização no Brasil resume-se à escravização das populações negras e ao massacre e extermínio dos povos indígenas. O que é contado na escola é a “descoberta” do Brasil pelos portugueses, seguida do estranho e exótico contato com o “índio”, que maravilhado com os apetrechos trazidos pelos colonizadores, oferece seus recursos naturais em troca dos objetos “mágicos” trazidas do continente europeu. A população negra, sequestrada e escravizada, não tem sua história justamente contada. Desconsiderase e elimina-se toda a história do sujeito roubado de sua família, retirado de sua comunidade e de seu território, submetem-no a

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

condições desumanas e a todo tipo de tortura. A ideia passada é que todo este cenário é construído sem resistências, que o colonizador não encontrou dificuldades para submeter indígenas e negros ao trabalho forçado e a outras atrocidades.

A seguir, serão destacados contextos e fatos históricos que contestam e derruem este pensamento. A partir dos estudos de Pacheco e Freire (2006) e Moura (1988) será demonstrada a impertinência de tais análises.

### **2.1 Resistência indígena no período colonial**

Desde o primeiro contato dos povos indígenas com os invasores coloniais houve resistência por parte dos que já viviam aqui. Cada povo indígena reagiu à sua maneira, incluindo alianças entre aldeias consideradas inimigas para o combate à colonização.

Segundo o etnólogo Curt Nimuendaju (apud Pacheco e Freire, 2006) cerca de 1400 povos indígenas viviam no Brasil no momento de sua invasão pelos portugueses.

As descrições geográficas e culturais da vida desses povos elaboradas pelos cronistas coloniais contêm inúmeras limitações. Frequentemente se equivocavam na identificação das populações, e pouco compreendiam como os índios se rearticulavam para fazer frente ao projeto colonial português. (OLIVEIRA, 1987 apud PACHECO e FREIRE, 2006, p. 21)

Pacheco e Freire (2006) apontam que na história desse contato entre indígenas e colonizadores, houve inúmeras iniciativas de lideranças indígenas em defesa dos interesses de seus povos registradas em documentos oficiais e relatos de cronistas da época. Segue abaixo, trecho de discurso de ancião indígena, questionando as iniciativas de colonizadores franceses, no início do século XVII:

Depois da chegada dos Paí, plantastes cruces como os peró. Começais agora a instruir e batizar tal qual êles fizeram; dizeis que não podeis tomar nossas filhas senão por espôsas e após terem sido batizadas. O mesmo diziam os peró. Como êstes, vós não queréis escravos, a princípio; agora os pedis e os quereis como êles no fim. Não creio, entretanto, que tenhais o mesmo fito que os peró; aliás, isso não me atemoriza, pois velho como estou nada mais temo. Digo apenas

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

simplesmente o que vi com meus olhos (D'Abbeville, 1975:115-116) (PACHECO e FREIRE, *ibid.*, p. 52)

Tanto houve resistência que, diante da incapacidade dos portugueses em subjugar alguns grupos indígenas, nomearam, de forma genérica, os “índios” hostis como “Tapuios”. Pacheco e Freire (2006) destacam que tal identidade ocultava as iniciativas indígenas, os processos socioculturais intertribais de aliança ou conflito com colonizadores.

As resistências dos povos indígenas foram registradas no litoral no séc. XVI e também entre povos localizados nos sertões, no interior do Brasil e na Amazônia a partir do séc. XVII.

Para exemplificar a resistência indígena à colonização, descreve-se a seguir, com base na pesquisa realizada por Pacheco e Freire (2006), a Revolta de Ajuricaba, ocorrida no século XVII, no Vale do Rio Negro, na Amazônia, região de intensa presença indígena.

Na disputa pelas drogas do sertão<sup>5</sup> no século XVII, os portugueses avançaram sobre a região do Vale do Rio Negro. Utilizavam mão-de-obra indígena para a coleta dos produtos, visavam à expansão das fronteiras territoriais do império e à comercialização escravos indígenas. Nesta região, vivia o povo Manao, povo guerreiro de língua Aruák que dominava outros povos indígenas da região. Huiuebene, liderança indígena pertencente ao povo Manao que mantinha vínculos comerciais com os portugueses foi morto por estes devido a desentendimentos comerciais. Os Manao decidiram vingar Huiuebene. O filho dele, guerreiro Ajuricaba, comandou ataques aos portugueses através de emboscadas.

Portugal ampliou os recursos militares para o Rio Negro, enviando uma expedição militar com forte artilharia para bombardear as aldeias indígenas. Cálculos oficiais identificam mais de 40 mil indígenas mortos, além do extermínio do povo Manao.

<sup>5</sup> No mundo amazônico colonial, o termo “drogas” remete a uma série de produtos da floresta, notadamente o cacau, o cravo do Maranhão, a salsaparrilha e o óleo de copaíba. (Chambouleyron, 2023).



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Aprisionado com centenas de outros indígenas do povo Manao, Ajuricaba rebelou-se a caminho da prisão em Belém, morrendo afogado ao se atirar no rio Negro para escapar dos portugueses. Ajuricaba tornou-se um mito da Amazônia, presente ainda hoje na memória do povo.

### 2.2 Resistência negra no período da escravidão

A sociedade escravista brasileira era composta essencialmente de duas classes: escravos e senhores de escravos. Moura (1988) destaca que o que caracteriza o período do escravismo é a luta do escravo contra o aparelho do Estado, sendo esta estrutura montada prioritariamente para reprimir a luta entre os escravos e a classe senhorial. Para o autor, este aspecto é subestimado pela maioria dos estudos brasileiros sobre o negro no Brasil, estudos que ele chama de uma literatura de acomodação, que não enxerga o negro escravo como agente social dinâmico e criador de mecanismos de resistência e negação da sociedade então vigente.

E é, por um lado, exatamente este eixo contraditório e decisório para a mudança social que é subestimado pela maioria dos sociólogos e historiadores do Brasil, os quais se comprazem em descrever detalhes, em pesquisar minudências, exotismos, encontrar analogias, fugindo, desta forma, à tentativa de se analisar de maneira mais abrangente e científica as características, os graus de importância social, econômica, cultural e política dessas lutas. (MOURA, 1988, p. 22)

Moura (1988) ressalta que há um atraso teórico importante na análise e interpretação do sistema escravista no Brasil, principalmente, de suas particularidades, tais como a longa duração do escravismo (quase 400 anos), as transformações técnicas, sociais na economia mundial, da qual o Brasil era dependente e persistência de relações escravistas juntamente à uma modernização. Há também particularidades regionais, como diferentes níveis de prosperidade ou decadência da região de acordo com o

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

mercado internacional e particularidades na condição do escravo (escravo de ganho, doméstico, da mineração), que não modifica em nada a sua situação de posse do senhor.

E é a partir da compreensão deste nível extremo de dominação e alienação de um ser humano por outro que poderemos compreender os níveis e conteúdo social, político e psicológico da insurgência negra durante o período escravista no Brasil e as suas particularidades históricas. (MOURA, 1998, p. 220)

O que não se conta, ou se conta sem considerar a real dimensão nos fatos ocorridos, é que durante todo o período do sistema escravista brasileiro, houve revolta, houve resistência e lutas que trouxeram desgastes significativos para a sociedade então vigente, abrangendo as dimensões econômicas, políticas e psicológicas (Moura, 1988). E é justamente em momentos em que o escravismo atinge seu auge que ocorre o maior número de revoltas e rebeliões. Por consequência, paira um temor entre a classe senhorial – a chamada síndrome do medo (Moura, 1988) - que, então, promulga de leis mais repressoras contra os escravos negros.

É exatamente nesse período que vai da Colônia até meados do Segundo Império que as revoltas de escravos, assumindo diversas formas, contestam e desgastam mais violentamente o sistema. A quilombagem é uma constante nacional e acontece nesse período de forma muito violenta. (MOURA, 1988, p. 235)

A quilombagem representa um grande exemplo de resistência do escravo negro no Brasil. Segundo Silva (2014), tratava-se de um fenômeno nacional, gerador de desgaste do sistema escravista em seu centro, pois atingia em diversos níveis as forças produtivas do escravismo, além de constituir-se em outra forma de organização social, econômica e política, demonstrando que outra forma de sociabilidade era possível. Por isso mesmo era vista pela sociedade escravista como um grande “perigo”.

O maior representante da quilombagem no Brasil foi o Quilombo dos Palmares, cuja origem de seu nome está relacionada à região em que foi construído, onde havia muitas palmeiras, de muita utilidade para a população que ali vivia, seja como alimento

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

ou construção de casas. Quilombo dos Palmares foi o maior quilombo da América Latina, chegando a reunir 20 mil habitantes. Localizado em Alagoas, na região da Serra da Barriga.

A vida no Quilombo dos Palmares girava em torno da segurança, já que era alvo constante de portugueses que desejavam sua destruição. Palmares constituía-se da junção de vários pequenos assentamentos de escravos fugidos (mocambos), mas também viviam indígenas e outros segmentos marginalizados da sociedade. Os dois grandes líderes de Palmares foram Ganga Zumba e Zumbi. Considera-se o fim de Palmares o ano de 1694, mas a resistência quilombola na região seguiu pelos anos seguintes.

### **3. CONSIDERAÇÕES**

Buscou-se neste breve texto demonstrar que a história do Brasil vai além daquelas narradas pelos livros escolares, podendo até ser diferente daquelas oficialmente conhecidas. Fato é que a história do nosso país foi escrita pelo colonizador e continua perpetuando-se através de estudos e pesquisas impregnadas de viéses de colonialidade.

Mas, assim como os relatos de histórias de resistências trazidos neste texto, a luta dos povos indígenas e dos negros no Brasil não se encerrou. Agora na condição de cidadãos, não mais de escravos. Porém, ainda continuam lutando pela existência de seus corpos, de suas culturas, de suas comunidades e de seus territórios. São resistências que hoje se exemplificam na luta por demarcação de terras indígenas, por acesso à educação e ao trabalho, por políticas de ações afirmativas e tantos outros direitos que lhe são negados cotidianamente.

Por fim, destaca-se a importância de realização de estudos sobre a questão indígena e a questão do negro que ultrapassem o místico, o exótico, o folclórico. Defende-

se a realização de estudos que ressaltem estes sujeitos da história do Brasil com a devida importância que tiveram a formação econômica, social e política do Brasil.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÉSAIRE, A. Discurso sobre o Colonialismo. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHAMBOULEYRON. Rafael. As drogas do Sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988. OLIVEIRA, João P. e FREIRE, Carlos A. da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Coleção Educação Para Todos. Ministério da Educação. Brasília, 2006.

SILVA, Daniel Neves. Quilombo de Palmares. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/quilombo-dos-palmares.htm>>. Acesso em: 29 de jun de 2024.

SILVA, Eduardo M. da. Quilombos, quilombagem e resistência social. Revista Educação Pública. Ed. V, v. 14, Ed. 17. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2014. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/17/quilombosquilombagem-e-resistecircncia-social>>. Acesso em: 29 de jun de 2024.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## O INGRESSO DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA E O PAPEL DE SUAS FAMÍLIAS

Eixo 2: Relações étnico raciais, direitos humanos e transversalidade

Ismael Giachini Frare<sup>1</sup>  
Wagner Roberto do Amaral<sup>2</sup>

### RESUMO

O texto apresenta resultados de pesquisa visando compreender o papel das famílias indígenas no ingresso de seus estudantes na Universidade Estadual de Londrina, no âmbito da política estadual de educação superior indígena no Paraná. Tal política estadual foi pioneira no país e a pesquisa mapeou o ingresso de estudantes por grupos familiares indígenas, analisando as influências e os impactos nas políticas afirmativas para os povos indígenas, problematizando as condições de igualdade de condições de acesso ou mesmo, a geração de maiores ou multiplicadas desigualdades.

**Palavras-chave:** Educação superior indígena; Ações afirmativas; Família extensa; Acadêmicos indígenas.

### ABSTRACT

The text presents research results aiming to understand the role of indigenous families in the admission of their students to the State University of Londrina, within the scope of the state policy on indigenous higher education in Paraná. This state policy was a pioneer in the country and the research mapped the entry of students by indigenous family groups, analyzing the influences and impacts on affirmative policies for indigenous peoples, problematizing the conditions of equal access conditions or even the generation of greater or multiplied inequalities.

<sup>1</sup> Assistente Social, especialista em Juventude no Mundo Contemporâneo, mestrando bolsista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. e-mail: ismael.giachini@uel.br.

<sup>2</sup> Assistente social, docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Mestre e Doutor em Educação. Membro da Comissão Universidade para Indígenas da UEL e do Paraná. wramaral@uel.br.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

**Keywords:** Indigenous higher education; Affirmative actions; Extended family; Indigenous academics.

## 1. INTRODUÇÃO

*Gostaria de explicar essas coisas aos brancos,  
para eles poderem saber. Davi Kopenawa)*

Ao tratarmos dos povos indígenas é preciso assinalar a grande diferença entre aqueles milhões de povos nativos que habitavam as terras conhecidas hoje como Brasil, desde milênios anteriores à invasão portuguesa e os povos denominados indígenas que, atualmente, são 0,83% dos habitantes brasileiros, totalizando 1.693.535 pessoas, de acordo com o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Luciano (2006, p. 17) aponta que essa redução do contingente demográfico já evidencia que “muitas coisas ruins as atingiram [...] entre escravização, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes”.

Oliveira e Freire (2006) relatam que o imaginário colonial era profundamente ambíguo e negativo sobre os povos indígenas, derivadas de visões de mundo que davam um sentido humanitário e religioso ao “empreendimento colonial” (econômico, político e militar). A ideia de superioridade cristã em relação aos nativos ‘degenerados’ sentenciava a mudança dos costumes e valores dos nativos, para que fossem integrados ao trabalho colonial, por meio de ‘guerras justas’ e da escravização. Esse processo de escravização e de pedagogia moral e religiosa aplicada pelos invasores europeus não se deu sem resistência de cada povo indígena, a partir do seu próprio dinamismo e criatividade<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Pacheco de Oliveira (1999) afirma ser um equívoco a ideia de cultura originária ou autóctone, isenta ou neutra de mácula da presença de instituições coloniais, que busca retirar as coletividades indígenas de um amplo esquema dos estágios evolutivos da humanidade e passando a situá-las na contemporaneidade e em um tempo histórico múltiplo e diferenciado.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

O processo de colonização do Brasil envolvia uma política indigenista que tinha por finalidade a fragmentação da população nativa em dois grupos polarizados, os aliados e os inimigos de Portugal (OLIVEIRA; FREIRE, 2006), redesenhando as relações no decorrer dos diferentes contextos históricos nacionais, continuamente mediadas pela expropriação, usurpação e exploração de seus territórios tradicionais.

A descaracterização eugênica das populações indígenas foi a aposta dos intentos colonialistas nos períodos Colonial, Imperial e Republicano, como estratégia de amansar, miscigenar e converter como trabalhadores nacionais, de modo homogêneo, visando construir simbolicamente a noção de “povo brasileiro” e de um ideário de democracia racial. Assim foi constituída a expressão genérica, simbólica e perversa: “índio brasileiro” (AMARAL, 2020, p. 184).

Compreende-se assim que os indígenas não são representantes de uma única cultura que resiste e é refratária às históricas transformações sociais e culturais. Ao contrário, são pertencentes a diversos grupos étnicos que sofreram modificações históricas atravessadas pelos constantes e intensos contatos com as sociedades não indígenas, principalmente no contexto do desenvolvimento capitalista.

Segundo Luciano (2006), essa diversidade étnica e sociocultural que os povos indígenas possuíam e ainda possuem, representa uma poderosa arma na luta e defesa de seus direitos nos tempos atuais, além de fortalecerem e manterem afirmativamente o orgulho de pertencerem a uma cultura própria e de serem originários deste território.

Para isso, é fundamental compreendermos que, dentre os 305 povos indígenas que habitam o território brasileiro, e 274 línguas indígenas faladas, o que denota a ampla diversidade étnico-linguística desses povos, três deles habitam o estado do Paraná: os povos Kaingang, Guarani e Xeta (IBGE, 2022). Os dois primeiros têm ocupado um número significativo de vagas nas Universidades Estaduais paranaenses ofertadas por meio dos vestibulares específicos. Com mais de vinte anos de regulamentação da Política de Educação Superior Indígena para as Universidades Estaduais do Paraná, ocorrida por

meio da Lei Estadual nº 13.134/2001, observa-se a necessidade de análises sobre os impactos das políticas afirmativas no interior das comunidades indígenas beneficiadas<sup>4</sup>.

## **2. O INGRESSO E PERMANÊNCIA DE INDÍGENAS NA UEL E A CARACTERIZAÇÃO DESSES ESTUDANTES POR GRUPO FAMILIAR**

A UEL torna-se uma das principais opções dos candidatos aos Vestibulares dos Povos Indígenas do Paraná, que moram em terras indígenas do norte paranaense pela proximidade geográfica existente. Segundo dados sistematizados pela CUIA/UEL, dos 42 estudantes indígenas matriculados no ano de 2024, somente seis deles pertencem a terras indígenas mais distantes de Londrina (em torno de 500km de distância) sendo que 36 deles pertencem a territórios indígenas num raio de até 80km de distância. Do total de matriculados, 67% residem em Londrina, tendo que arcar com custos para viver no espaço urbano, para além de despesas na universidade.

O ingresso de estudantes indígenas na educação superior no Paraná, mais especificamente na UEL, possibilitou a formação de profissionais indígenas nas mais variadas áreas, aptos a ocuparem postos de trabalho que foram historicamente ocupados por não indígenas. Faz-se necessário, portanto, articular reflexões sobre a caracterização dos estudantes indígenas com o objetivo de compreender o papel das famílias no ingresso dos estudantes indígenas nesta instituição de ensino superior.

Primeiramente, para que pudéssemos estabelecer as relações sociais familiares, utilizamos do recurso de filtragem próprio, para identificar os sobrenomes que

---

<sup>4</sup> Esta pesquisa, enquanto um trabalho de conclusão do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), está vinculada e se apresenta como um recorte do projeto de pesquisa “Os circuitos de trabalho indígena na educação e as trajetórias dos profissionais indígenas”. Seu desenvolvimento se deu através de dois momentos metodológicos sendo: revisão bibliográfica; e levantamento, sistematização e análise de dados documentais.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

se repetiam na lista de estudantes indígenas matriculados na UEL entre 2002 e 2023, disponibilizado para esta pesquisa pela CUIA local.

A fim de alcançar o nosso objetivo, necessitamos que a averiguação fosse realizada conjuntamente com uma indígena que tivesse a apreensão das relações de parentesco entre cada um dos acadêmicos indígenas da UEL e as famílias extensas que moram nas terras indígenas de pertencimento desses estudantes. Assim sendo, contamos com a participação de uma pesquisadora indígena da UEL, coautora deste texto, que se prontificou a contribuir para esta pesquisa, indicando as relações existentes entre os estudantes indígenas com o mesmo sobrenome, ou não, listados entre os matriculados em cursos de graduação da UEL, formando os grupos que compõem esses pertencimentos familiares.

A análise dos registros documentais da UEL, indicam que foram matriculados nesta instituição, no período letivo de 2002 a 2023, o total de 136 estudantes indígenas, sendo que oito desses estudantes ingressaram por transferência externa, prevalecendo a totalidade de Kaingang e Guarani entre os ingressantes matriculados.

Na UEL, desse universo de indígenas matriculados e distribuídos entre essas etnias, ao longo de duas décadas, formaram-se 25 profissionais indígenas nas mais diversas áreas, a saber: um em Medicina Veterinária, três em Serviço Social, um em Direito, dois em Odontologia, quatro em Jornalismo, sete em Medicina, um em Educação Física, um em Design Gráfico, um em Artes Visuais, uma em Pedagogia, uma em Geografia, dois em Ciências Sociais. Outros 47 estudantes indígenas evadiram ou desistiram dos cursos em que estavam matriculados na UEL e 28 que voltaram a se vincular em outro curso da UEL ou em outra IES estadual. Cabe destacar a significativa redução dos índices de evasão de estudantes indígenas na UEL após a criação do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica de Estudantes Indígenas nesta instituição no ano de 2014 (AMARAL; KASEKER, 2024).

Entre a lista de estudantes indígenas matriculados na UEL, foram identificados 40 estudantes, do universo de 136 matriculados de 2002 a 2023, que possuem



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

parentesco com outros matriculados nesta mesma IES. Outra característica é que estes 40 estudantes se vinculam a 10 famílias, sendo elas sete famílias Kaingang das terras indígenas Apucarantina, São Jerônimo, Barão de Antonina e Mococa, e três famílias Guarani das terras indígenas Laranjinha, Posto Velho e Pinhalzinho, todas elas localizadas na região norte do Paraná.

O objetivo nesta etapa da pesquisa foi organizar a análise de cada uma dessas famílias que se destacam considerando que, desta forma, encontrássemos outras nuances de similaridades ou diferenças ou ainda ausência de dados. Ao nos debruçarmos no aprofundamento sobre essa realidade de correlações, tornou-se fundamental a compreensão do contexto sócio-histórico que marcaram essas famílias, bem como as influências estatais e privadas, em que se pode notar relações singulares nas trajetórias dos anciões dessas famílias extensas.

Ou seja, ao averiguar quem são os sujeitos dessas famílias, detectamos similaridades na trajetória daqueles que são os avós, pais ou tios dos estudantes indígenas da UEL, egressos e/ou matriculados atualmente. Isto porque, das 10 famílias identificadas, oito possuem pessoas que são ou já foram servidores da FUNAI e duas famílias possuem pessoas que trabalham ou trabalharam para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Evidenciamos que todas essas famílias exercem considerável liderança dentro das suas terras indígenas. Tal constatação, corrobora com a tese de Amaral (2010) que já identificava que alguns núcleos familiares acessam mais a universidade. Segundo ele, comumente, esses núcleos familiares são compostos por indígenas que, em outros contextos, foram servidores de órgãos públicos, acumulando intercâmbios, negociações e interações com o poder público e com o universo urbano.

Em relação ao contexto sócio-histórico, um fato a ser destacado é que, no propósito de estabelecer ações que envolvessem um bilinguismo meramente instrumental, na década de 1970, a FUNAI estabeleceu convênios com o *Summer Institute of Linguistics* (SIL), uma missão evangélica americana de linguistas norteamericanos e europeus que visavam o desenvolvimento de pesquisas para o



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

registro de línguas indígenas, preparação de material de alfabetização nas línguas maternas e de material de leitura, treinamento de pessoal docente e de autores indígenas. Traduziam o Novo Testamento para povos com línguas ágrafas, como estratégia de conversão cristã, mesmo que esta finalidade, muitas vezes, tivesse sido por eles ocultada (COLBY; DENNETT, 1998; AMARAL, 2010).

No estado do Paraná, o SIL influenciou mormente através do enraizamento da Missão do Cristianismo Decidido, desenvolvendo formação de professores e lideranças indígenas evangélicas, muitos destes, atualmente, exercem cargos nas terras indígenas e foram estudantes indígenas universitários. Constatamos em nossa pesquisa que várias dessas lideranças, pais ou parentes dos indígenas matriculados na UEL, foram levados ao Rio Grande do Sul, na década de 1970, para aprenderem a língua Kaingang escrita na Escola Clara Camarão, como era conhecida.

A linguista alemã Ursula Wiesemann (1999), quem grafou a língua Kaingang, relata a ação pioneira desenvolvida por meio de uma ação consensuada e autorizada pelo Governo Militar através do seu órgão indigenista na região sul do país, mediante a criação do Centro de Treinamento Profissional Clara Camarão, sediado no Rio Grande do Sul, envolvendo jovens Kaingang de toda a região.

Outrossim, Suess (1980) evidencia que este forte caráter civilizatório da iniciativa, marcado pela atuação dos linguistas missionários do SIL, dentre outras posturas autoritárias do Governo Militar, despertaram a crítica de diversos antropólogos, linguistas, pesquisadores e educadores. Já na década de 1970, estes profissionais produzem reflexões sobre a construção de uma nova identidade indígena e sobre um novo parâmetro de educação escolar indígena no Brasil (SILVA; AZEVEDO, 1995). Segundo Tommasino (1997, p.119), “o bilinguismo dos missionários está voltado para o domínio da língua indígena como forma de se territorializarem no universo do *outro* e, “de dentro”, levarem aos indígenas o acesso à Bíblia, traduzida em língua nativa.”

Ainda que a educação escolar indígena tenha sido reconhecida como modalidade específica da educação básica no país desde 1996, Tommasino (2003) infere

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

que, ainda em nossos dias, prevalece em grande medida o caráter civilizatório das escolas indígenas. Tal situação constitui-se um impasse de complexa resolução, pois vê-se que as escolas impostas pelos europeus, tiveram o objetivo de incorporar na América Latina o seu domínio econômico, político e cultural.

Podemos analisar, portanto, que algumas relações sociais têm se alterado nas sociabilidades indígenas pela ampliação das formas do desenvolvimento capitalista dentro de terras indígenas, por meio de alteração nas relações de força de trabalho e distribuição das riquezas produzidas de modo coletivo. Tommasino expressa a diferença existente entre a organização social na sociedade capitalista e nas sociedades indígenas.

[...] quando produzimos, somos alienados de nossa produção e nos reduzimos à força de trabalho, isto é, somos coisificados; quem somos como pessoa, não interessa ao sistema, interessa, sim, apenas o que cada um de nós representa como força-de-trabalho. Os indígenas, ao contrário, ao produzirem, realizam-se como sujeitos de sua produção. O produto da caça deverá ser repartido conforme as regras estabelecidas culturalmente. Dentro dessa organização social, todos têm acesso aos produtos da caça, coleta e agricultura, sejam eles crianças, adultos ou velhos. Isso porque, pelas regras da reciprocidade parental, todos são ligados por direitos e obrigações. Na sociedade capitalista, a distribuição da produção é regida pelo mercado e, como a sociedade é dividida em classes sociais, o acesso aos bens depende do potencial aquisitivo de cada trabalhador (TOMMASINO, 2003, p. 77).

François Dubet (2001) ao cunhar o conceito de desigualdades multiplicadas, refere-se a um processo complexo em que as desigualdades sociais se manifestam de maneira paradoxal. Segundo Dubet, tal conceito descreve a multiplicação das desigualdades em diferentes níveis e formas na sociedade contemporânea. As desigualdades podem se reduzir em alguns aspectos, mas se transformam em níveis estratificados, ao mesmo tempo em que aumentam em outras áreas, gerando fragmentações no mercado e estabilizando privilégios para certos grupos. Esse fenômeno implica uma reconfiguração das desigualdades, criando novas formas de segregação e tutela, afetando especialmente grupos vulneráveis e ampliando as disparidades sociais.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

De acordo com relatos e a partir da observação, umas das razões são as relações estabelecidas por famílias que se beneficiam do acesso a bens, serviços, educação e, principalmente, à renda, em detrimento de famílias que vivenciam situações de extrema vulnerabilidades socioeconômicas no interior das terras indígenas. Ou seja, o avanço predatório do sistema capitalista, ao alterar a organização social e produtiva nas terras indígenas, tem provocado o agravamento da questão social marcada pela agudização da desigualdade social e da pobreza.

O que se depreende também é que o capital cultural agregado desses núcleos familiares pode influenciar na dinâmica social das terras indígenas, através da posição social e política alçada por esses núcleos (AMARAL, 2010). A referência do conceito de capital cultural elaborada por Bourdieu (2015) tem de ver com a necessidade da compreensão das desigualdades de desempenho escolar dos sujeitos oriundos de diferentes grupos sociais. Esse conceito se caracteriza pela diminuição do peso do fator econômico, em comparação ao peso do fator cultural, na busca por explicar as desigualdades escolares<sup>5</sup>. Fundamental aprofundar os diálogos entre o conceito de capital cultural de Bourdieu com as dimensões culturais e cosmológicas dos povos Kaingang e Guarani, buscando identificar similaridades e distinções possíveis, no contexto do ingresso, permanência e formação de profissionais indígenas.

Tommasino (2004) supõe também que a escolha de cursos pelos candidatos indígenas está fundamentada nas necessidades das comunidades em que vivem, as quais demandam profissionais nas áreas mais escolhidas, assim como por uma opção pessoal dos candidatos baseada, muitas vezes, pelas propagandas e mitos disseminados pelo mercado profissional.

Desse modo, entendemos que os dados levantados, sistematizados e evidenciados pela pesquisa documental sugerem maior aprofundamento acerca das influências que as famílias extensas, principalmente os seus anciões, avós e pais dos

<sup>5</sup> Sobre capital cultural e suas três formas, ver Bourdieu (2015).

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

acadêmicos, podem produzir nos percursos dos estudantes indígenas. Importante buscar evidenciar com maior estudo, as assimetrias possíveis e existentes entre percursos de jovens de uma mesma comunidade indígena que pertencem a famílias extensas com distinto capital cultural acerca da escolha dos cursos, das potencialidades e limitações no universo acadêmico bem como na relação com o prestígio destas famílias nos seus territórios.

### **3. CONSIDERAÇÕES**

Esta pesquisa intentou averiguar o papel das famílias no ingresso de estudantes indígenas na UEL, utilizando-se da sistematização da presença de núcleos familiares a partir da lista de estudantes indígenas matriculados nesta IES entre 2002 e 2023. Constatou-se assim que é premente ampliar as reflexões e as produções acadêmicas no que se refere ao papel das famílias que acessam a Universidade por diversos movimentos a serem ainda aprofundados.

Enquanto produtos do processo histórico, social e político, provenientes das demandas societárias para assegurar reprodução social, as políticas de ação afirmativa para indígenas são reveladoras das estratégias de luta e resistências históricas destas populações, considerando suas organizações socioculturais e suas perspectivas de lutas por direitos, intervenção e controle dos recursos ambientais existentes.

Contudo, é fundamental analisar os impactos que as políticas afirmativas criam no interior das comunidades indígenas beneficiadas, possibilitando condições de igualdade de condições de acesso ou mesmo, podendo gerar maiores ou multiplicadas desigualdades. Importante ainda que as políticas afirmativas dos povos indígenas reconheçam e se situem nos contextos históricos de cada povo e de cada comunidade, considerando suas dinâmicas próprias de organização política, relações de poder, relações com o Estado e de relações de parentesco entre os grupos familiares. Sinaliza-se assim, o aprofundamento necessário sobre os impactos da presença de estudantes e



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

profissionais indígenas na universidade e nas terras indígenas, impacto principalmente para a organização familiar nestes territórios, provocando relações de desigualdades e, ao mesmo tempo, de possível convivência com a dimensão coletiva e comunitária existentes no interior destas comunidades.

A política pública de educação superior indígena se evidencia como uma necessidade produzida por estes povos e suas organizações políticas. Para tal, reafirma-se a importância e a reivindicação por participação efetiva de estudantes indígenas nas diferentes instâncias da universidade, bem como envolver suas famílias e lideranças nos diálogos sobre qual formação acadêmica e profissional deve ser orientada e quais demandas e impactos sociais, econômicos e culturais para os territórios, na perspectiva de “aldear” esta política estadual e, portanto, a educação superior.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. Tese (Doutorado) - Doutorado em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

AMARAL, Wagner R.; KASEKER, Monica P.; CAMPOS, Margarida C. A experiência da CUIA/UEL para visibilidade e afirmação da presença indígena na universidade. In: LIMA, Ângela M. S.; CAMPOS, Margarida C.; AMARAL, Wagner R. (Orgs.) **Democratização da educação superior: ações afirmativas na Universidade Estadual de Londrina**. Londrina : Edel, 2024. p. 41-59.

AMARAL, Wagner R.; KASEKER, Monica P. A experiência do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica de Estudantes Indígenas da UEL. In: LIMA, Ângela M. S.; CAMPOS, Margarida C.; AMARAL, Wagner R. (Orgs.) **Democratização da educação superior: ações afirmativas na Universidade Estadual de Londrina**. Londrina: Edel, 2024. p. 61-79.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: CATANI, Maria A.; CATANI, Afrânio (orgs), **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2015.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

FRARE, Ismael Giachini. **O papel das famílias indígenas no ingresso de seus estudantes na Universidade Estadual de Londrina**. 2024. 77. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Estadual de Londrina, 2024.

LUCIANO, Gersem J. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SUESS, Paulo. **Em defesa dos povos indígenas: documentos e legislação**. São Paulo: Loyola, 1980.

TOMMASINO, Kimiye. **Seminário sobre Aspectos Históricos e Culturais da Sociedade Guarani no Paraná**. Secretaria Municipal de Saúde do Município de Piraquara/PR. Piraquara, 2006.

TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, Ricardo C. Kaingang. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil**. 2001. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib>. Acesso em: 23 mar. 2024.

WIESEMANN, Ursula. **Os índios Kaingang aprendem a ler**. Copyright 1999 SIL International. Disponível em: <http://www.sil.org/americas/brasil/indgrps/portnbst.htm>. Acesso em: 08 set.2006.

## II SEMINÁRIO

28, 29 e 30 de Agosto

2024

Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais

### EIXO 3 - PRÁXIS DAS LUTAS E PROTAGONISMOS



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## VOZES DA RESISTÊNCIA: ÀS ESCRIVIVÊNCIAS DAS MULHERES DE LUTA DO VISTA BELA

### Eixo: 3 - Práxis das lutas e protagonismo

Vanessa Carolina Prates Rocha<sup>1</sup>

Andrea Pires Rocha<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa o papel vital das mulheres residentes e resilientes em periferias urbanas brasileiras, como a do Residencial Vista Bela em Londrina/PR, que se organizam em coletivos e iniciativas populares para construir caminhos de transformação social, apesar das adversidades socioeconômicas. A pesquisa evidencia através da escrivivência a liderança, resiliência e capacidade dessas "Marias da Periferia" em promover pequenas, porém significativas, mudanças que visam maior equidade, fortalecimento comunitário e ampliação de oportunidades de participação e representatividade. O estudo contextualiza as desigualdades de gênero e raça que permeiam a realidade dessas mulheres, buscando analisar seu impacto singular na construção de um território mais justo e solidário.

**Palavras-chave:** Coletivos Populares, Escrivivências, Mulheres de Luta, Vista Bela.

### ABSTRACT

This article analyzes the vital role of resident and resilient women in Brazilian urban peripheries, such as the Residencial Vista Bela in Londrina/PR, who organize themselves into collectives and popular initiatives to build paths of social transformation, despite socioeconomic adversities. The research highlights through "escrivivência" (the act of writing one's own story) the leadership, resilience, and capacity of these "Marias da Periferia" (Women of the Periphery) in promoting small but significant changes aimed at greater

<sup>1</sup> Assistente Social, discente no programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina. Bolsista CAPES. Graduada em Serviço Social, [vanessa.carolina@uel.br](mailto:vanessa.carolina@uel.br)

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social e docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), atuando na graduação e na pós-graduação. Líder do Grupo CNPQ Aquilombando a Universidade, coordenadora de projetos de pesquisa e extensão. Bolsista CNPQ –PQ2 -E-mail: [andrearocha@uel.br](mailto:andrearocha@uel.br).

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

equity, community strengthening, and expanding opportunities for participation and representation. The study contextualizes the gender and racial inequalities that permeate the reality of these women, seeking to analyze their unique impact on the construction of a more just and solidary territory.

**Keywords:** Popular Collectives, Escrevivências (the act of writing one's own story), Women of the Struggle, Vista Bela.

### 1. INTRODUÇÃO

Maria, Maria  
É um dom, uma certa magia  
Uma força que nos alerta  
Uma mulher que merece  
Viver e amar  
Como outra qualquer do planeta  
Maria, Maria  
É o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que ri  
Quando deve chorar  
E não vive, apenas aguenta  
Mas é preciso ter força  
É preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria  
Mistura a dor e a alegria  
Mas é preciso ter manha  
É preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania  
De ter fé na vida

(Milton Nascimento)

Este resumo expandido versa sobre a força das mulheres e a importância da coletividade na transformação da sociabilidade. Partindo de uma perspectiva teórico-prática, serão apresentados relatos que destacam as particularidades, desafios e conquistas de iniciativas coletivas na periferia do residencial Vista Bela, em Londrina, PR. Essa exposição, que é fruto de um trabalho de conclusão de curso em Serviço Social visa oferecer uma compreensão mais profunda sobre o papel dessas ações na

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

construção de um território mais justo e inclusivo, não apenas em nossa localidade, mas também em periferias de todo o Brasil. Ao trazer à tona essas experiências concretas, busca-se estabelecer um ponto de convergência entre teoria e prática, evidenciando como a coletividade pode ser uma poderosa ferramenta de transformação social.

**2. MARIAS DAS PERIFERIAS**

As periferias urbanas brasileiras abrigam uma rica e diversa teia de coletivos e iniciativas populares, protagonizadas por mulheres que, em meio a adversidades socioeconômicas, se mobilizam para construir caminhos de transformação social. Nos debruçamos sobre a trajetória de algumas dessas "Marias das Periferias" e o papel vital das mulheres nos coletivos que, no residencial Vista Bela em Londrina, PR, têm assumido o protagonismo na construção de redes de solidariedade, empoderamento e resistência.

Por meio de relatos e análises de suas práxis, busca-se evidenciar a força motriz da coletividade feminina na construção de territórios mais justos e inclusivos, reafirmando seu papel fundamental na luta por melhores condições de vida e na promoção de uma sociabilidade pautada na equidade de gênero. Ao analisar as entrevistas com as lideranças femininas dos coletivos, submergirmos nas narrativas inspiradoras e nas experiências enriquecedoras que evidenciam não apenas a liderança, mas também a resiliência, comprometimento e capacidade de promover pequenas fissuras que causam impacto e promovem mudanças, porém significativas na reprodução das relações sociais no território. Buscamos analisar de forma mais aprofundada o impacto singular das mulheres na construção de um território mais justo, solidário e igualitário no residencial Vista Bela.

Objetivamos com a exposição de recortes das entrevistadas elucidar como suas ações e lutas contribuem concretamente para promover uma maior equidade, fortalecer os laços comunitários e ampliar as oportunidades de participação e representatividade



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

dos/as residentes, bem como na vida social e política do território. Para cumprir com o dever ético desta pesquisa e também para enfatizar a importância da atuação coletiva, optamos por nomear as entrevistadas como Marias 1, 2, 3 e 4<sup>3</sup>. Ao utilizar o nome Maria, buscamos destacar que as vozes das entrevistadas são representativas de um coletivo maior, que enfrenta desafios e luta por direitos equitativos no residencial Vista Bela.

É uma maneira de destacar que as experiências individuais compartilhadas pelas entrevistadas são representativas de um todo complexo, reforçando a ideia de que todos nós somos a base de uma estrutura social, como membros de uma comunidade, temos o poder de agir, ou não, coletivamente em prol de melhores condições de vida e justiça social. Nos termos de Lélia González, (1984)

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país) (González, 1984, p.231)

A autora traz à tona a realidade enfrentada por mulheres negras que vivem na periferia, as quais sofrem de maneira intensa os impactos da chamada "culpabilidade branca". São colocadas em uma lógica muito perversa, pois ao mesmo tempo em que são invisibilizadas, elas são a base da estrutura social e econômica do país. Infelizmente, a realidade retratada por ela na década de 1980 ainda compõe a paisagem da divisão social e racial brasileira.

<sup>3</sup> A escolha do nome Maria é simbólica, pois representa uma figura icônica e representativa das comunidades periféricas, pois como poetisa e canta Milton Nascimento, na canção lançada em 1978. Essa letra inspiradora nos lembra da importância de valorizar e reconhecer a força, a resiliência e a luta das mulheres periféricas, que enfrentam múltiplas formas de opressão e desigualdade e ao mesmo tempo demonstram a resiliência e força da mulher brasileira. Maria se torna, assim, um nome que simboliza a identidade e a voz coletiva dessas mulheres, que resistem e lutam por um futuro mais justo e igualitário.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Essas mulheres, muitas vezes, são responsáveis por sustentar sua família por meio de trabalhos precários e enfrentam a perseguição policial sistemática direcionada aos homens negros de sua comunidade, que são seus pais, seus companheiros, seus filhos, sobrinhos e irmãos. Esses homens são vítimas de violência policial, resultando em mortes frequentes, especialmente jovens negros com menos de trinta anos. Vale ressaltar que a maioria da população carcerária do país é composta por negros.

As entrevistas e análises realizadas pela pesquisa oferecem um olhar sensível sobre as experiências dessas mulheres, suas lutas diárias e as formas como enfrentam e resistem às diversas formas de opressão que enfrentam. Nas áreas marginalizadas das cidades, onde a maioria da população é composta por indivíduos negros e pardos, são as mulheres negras que se encontram em situações de maior fragilidade e risco social. E por mais que as suas histórias sejam únicas, elas se encontram atravessadas pela coletividade de suas mazelas.

**3. ESPERANÇAR É PRECISO: ENFRENTANDO AS ADVERSIDADES E CONSTRUINDO UM CAMINHO DE LUTA COLETIVA**

Em relação às entrevistadas, Maria 1, tem 40 anos é mãe solo de 3 filhos, duas mulheres e um homem, uma das suas filhas era pessoa com deficiência, faleceu em decorrência da demora no atendimento do Serviço Atendimento Móvel de Urgência, moradora do Vista Bela desde a sua fundação em 2011 liderança do Projeto formiguinhas relata que

Na realidade, você sabe que eu comecei por conta da minha filha. Eu sempre passei por dificuldades para ela ter nascido com necessidades especiais. E aí surgiu há nove anos atrás, que é o trabalho de formiguinhas, que visa fazer o bem sem olhar a quem.

Por que formiguinhas? Porque eu peço pra uma aqui, pra outra ali, e a gente vai se juntando. Então, na realidade, eu vejo que eu sou ponte, as pessoas são ponte, nós somos ponte. É fácil você falar em empatia, mas será que realmente você ou outro tem empatia? Você se coloca no lugar do outro? Então é nessa questão. Você sabe que eu já acolhi gente dentro da minha casa que eu nunca vi, dei ali meu quarto pra dormir. Sobre isso, sobre realmente

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

ter amor ao próximo e ter empatia de se colocar no lugar do outro a gente entende que os nossos problemas são nossos mais que são muito similares aos problemas dos nossos vizinhos. (Maria 1)

Maria 2, tem 34 anos, é mulher, afrodescendente, mãe solo de duas crianças, moradora do Vista Bela desde 2011. Relata que as iniciativas em grupo surgiram da tomada de consciência coletiva que proporcionou as mulheres fundadoras do Coletivo Vista Bela em Movimento a compreensão de que havia a necessidade de luta coletiva para responder às problemáticas vivenciadas pelos/as moradores/as Maria 2 menciona

7

A gente surgiu em 2016 na necessidade de união por melhorias! Entendemos que as coisas não estavam certas e que de alguma forma deveríamos nos movimentar para buscar solução para os problemas que eram de todos/as. Daí o nome vista bela em movimento (Maria 2)

Maria 3, tem 44 anos, é casada, não tem filhos, é moradora do residencial desde 2011. Relata que

A intenção inicial era fazer leituras para crianças e adolescentes, em um espaço cultural como neste caso, uma biblioteca, dentro da comunidade, possibilitando acesso a todos independente de suas idades. Contudo o que inicialmente era um projeto pequeno, devido às demandas apresentadas pelos usuários, findou em se tornar projeto social denominado pela própria comunidade como Associação Cultural Esportiva Vista Bela, que para além das rodas de leituras acoplou atividades como a exemplo, aulas de modelagem 3D, canto, capoeira, hip hop, artesanato, reforço escolar de português e matemática, atividades ambientais, atividades culturais, aulas de informática básica, ações coletivas e sociais, entre outras que já foram desenvolvidas. (Maria 3)

A Maria 4, tem 58 anos, é uma mulher negra, mãe solo de um casal de filhos, mora no território desde 2011 e também é servidora do município. Relata que a associação de moradores surgiu

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Na necessidade de ter algumas pessoas engajadas pra tá lutando pelo bairro, lutando uma luta que até hoje a gente não conseguiu ainda pois eu acredito que as pessoas são muito imediatistas se diz que tem uma coisa que vai demorar um pouco as pessoas já desanima. Todo mundo quer as coisas pra agora pra ontem e não adianta não é pra ontem é o caso das nossas escolas, nossa creche que temos aqui por exemplo são fruto de muita luta e não foi do dia pra noite. Quanto tempo a gente demorou pra conquistar e quanta luta não precisamos enfrentar?! O posto de saúde foi a mesma coisa, a gente atrás, reunião atrás de reunião. [...] Quando surgiu a ideia de a gente tá fazendo a associação muita gente se interessou foi na reunião entrou na chapa da eleição só que no entanto foi cada um para o seu lado e continua só eu e a Maria lutando pela comunidade. Mas eu acho que faço muito pouco eu deveria fazer mais, mas como trabalho eu não consigo ser mais ativa!

Com base nas análises das entrevistas realizadas, foi possível constatar que as mulheres negras residentes nos territórios periféricos das cidades enfrentam uma série de vulnerabilidades que as impõe desafios específicos para a superação do risco social. Essas mulheres assumem frequentemente o papel de provedoras de suas famílias, enfrentando a sobrecarga de responsabilidades e a necessidade de conciliar múltiplos papéis, como o de mãe, trabalhadora, cuidadora e ativista. Ademais, a violência policial é uma realidade constante nesses contextos, afetando diretamente os residentes das periferias em sua grande maioria negros. O que gera um sentimento de insegurança e medo. A criminalização desses periféricos, aliada a uma abordagem seletiva e discriminatória por parte das instituições de segurança, perpetua um ciclo de perseguição e violência que impacta negativamente as mulheres negras, que muitas vezes são deixadas sem suporte e amparo. Como fica expresso no recorte a seguir

Compreendemos que cabe a nós cuidar dos nossos jovens pois o Estado não protege ao contrário oprime a nossa juventude periférica (Maria 2)

Você já mora em um lugar que é taxado como violento. Se deixar só para o poder público, não funciona porque os problemas de Londrina não se resumem ao Vista Bela, ninguém se interessa por nós. Decidi deixar de ser conivente com o que via de errado, parei de reclamar e resolvi agir. (Maria 3)



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

No entanto, apesar desses desafios, as mulheres negras entrevistadas demonstraram uma notável resiliência e capacidade de enfrentamento. Elas se unem em coletivos e redes de apoio, buscando fortalecerem-se mutuamente e lutar por seus direitos. Por meio do ativismo comunitário, da educação popular e comunitária e da organização política, elas buscam transformar as condições de vida em suas comunidades e superar desafios estruturais de opressão.

Diante do exposto, é fundamental reconhecer e valorizar a voz e as experiências dessas mulheres negras como agentes de mudança e protagonistas de suas próprias histórias. É necessário que políticas públicas inclusivas e afirmativas sejam implementadas, visando à promoção da equidade racial e à garantia de direitos para todas as mulheres, em especial as negras e periféricas. Somente por meio de uma abordagem transversal das políticas públicas e sensível às particularidades dessas mulheres será possível construir uma sociedade mais justa e equitativa.

Através da narrativa das Marias, representantes dos coletivos populares entrevistados, encontramos relatos permeados de significados subjetivos e também objetivos que as compõem como parte de uma totalidade complexa. Representando a face mais vulnerável do território. O que elas possuem em comum? A consciência coletiva de que a atuação em busca de direitos não é uma opção individual, mas sim uma necessidade que a vida impõe. Os relatos se comunicam quanto ao anseio por maior engajamento da comunidade, como também, se entrelaçam quando as Marias enxergam a trajetória com orgulho e o reconhecimento de pequenas vitórias que puderam experienciar.

Embora os coletivos mapeados não compartilhem das mesmas pautas de luta, todos compreendem a necessidade de protagonizar reivindicações necessárias para a reprodução das relações sociais no território. Separadas por suas identidades, se encontram unidas pela objetividade imposta aos seus corpos. Sendo todas Marias da periferia que acordam cedo e vão à luta todos os dias, pois só elas sabem, o que é deixar os filhos dormirem de barriga vazia. As mulheres entrevistadas são o recorte mais



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

fidedigno das minorias brasileiras. Mulher, negra, mãe solo, esteio de família, o que demonstra que fomos assertivas no percurso metodológico que nos permitiu compreender que as periferias foram mecanismos forjados de exclusão social e segregação não somente entre as classes, mas também no que se refere a desigualdade racial no país. Como fica evidente no seguinte exposto

O maior desafio sempre foi imposto pelo Estado, visto que o coletivo assumiu uma demanda que não era suprida pelo mesmo e era cobrado do burocrático. Sendo assim, nos regularizamos e atendemos todas as exigências impostas, contudo, quando chegou o momento de solicitação de contrapartida, nos fizeram a imposição de cercear quantidade, idade e público atendido, onde optamos por declinar a proposta e continuar na formação original tendo em vista os resultados positivos, mesmo sem recursos do Estado. (Maria 3)

Em síntese, as entrevistas realizadas revelam a complexidade das vivências das mulheres negras nas periferias urbanas, evidenciando suas lutas, resistências e potencialidades. É imprescindível que não apenas suas vozes sejam ouvidas, mas que suas demandas sejam consideradas no desenvolvimento de políticas e ações afirmativas, visando à construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa para todos.

#### 4. BREVES CONSIDERAÇÕES

O mapeamento dos coletivos populares revelou a diversidade e a força dessas iniciativas locais, com a presença ativa de mulheres negras demonstrando determinação e protagonismo na busca por melhorias nas condições de vida. No entanto, desafios como falta de recursos, resistência de estruturas opressivas e necessidade de luta contínua por direitos devem ser enfrentados. A consciência coletiva, a solidariedade e o engajamento ativo de todos são fundamentais para promover mudanças sociais e garantir equidade de oportunidades e direitos. A luta por

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

um território justo, pelo direito à habitação e por uma cidade inclusiva requer o envolvimento de todos os atores sociais.

A escrevivência convida a romper o ciclo de violência e opressão, dando voz aos historicamente marginalizados pelo sistema e desafiando discursos dominantes. Devemos valorizar nossa diversidade, confirmando que as desigualdades são construídas e podem ser desconstruídas. Portanto, é essencial continuarmos a escrever nossas próprias histórias, compartilhar nossas escrevivências e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Juntos, superaremos os desafios, romperemos estruturas opressivas e construiremos um futuro onde todos tenham acesso aos seus direitos fundamentais.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. Z Cultural. Ano XV, 2º. Semestre de 2020. Disponível em:<<https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-de-nascimento-de-minha-escrita/>>. Acesso em 15 abr 2024.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

NA BASE da **pirâmide social, mulheres negras**, LBTs e com deficiência lutam por igualdade de oportunidades no trabalho e na vida. **SindSaúde-SP**, São Paulo, 20, mar 2024. Disponível em:<<https://sindsaude.org.br/novo/artigo.php?id=8486>>. Acesso em 18 abr 2024.

ROCHA, Vanessa Carolina Prates. **A ATUAÇÃO COLETIVA EM BUSCA DE DIREITOS** : o histórico de lutas do Residencial Vista Bela. 2024. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

(Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Londrina, 2024

NA BASE da **pirâmide social**, **mulheres negras**, LBTs e com deficiência lutam por igualdade de oportunidades no trabalho e na vida. **SindSaúde-SP**, São Paulo, 20, mar 2024. Disponível em: <<https://sindsaude.org.br/novo/artigo.php?id=8486>>. Acesso em 18 abr 2024.

ROCHA, Vanessa Carolina Prates. **A ATUAÇÃO COLETIVA EM BUSCA DE DIREITOS** : o histórico de lutas do Residencial Vista Bela. 2024. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Londrina, 2024

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## A NECROPOLÍTICA RETRATADA NA PRIMEIRA TEMPORADA DO PODCAST “VOZES DA COMUNIDADE”

Eixo 2: Relações étnico raciais, direitos humanos e transversalidade

Isabely Mariana Ramos da Silva<sup>1</sup>

Reginaldo Moreira<sup>2</sup>

Eduardo Yuji Yamamoto<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo examina as teorias de biopoder de Michel Foucault e necropolítica de Achille Mbembe, destacando como esses conceitos explicam a administração estatal sobre a vida e a morte, especialmente em contextos de desigualdade racial. Analisa-se a aplicação do racismo como ferramenta que legitima violências e exclusões, evidenciando como políticas públicas discriminatórias e práticas policiais exacerbam vulnerabilidades em comunidades não brancas no Brasil. O estudo propõe investigar a presença dessas dinâmicas nas falas dos entrevistados do podcast londrinense "Vozes da Comunidade".

**Palavras chave:** Biopoder; Necropolítica; Racismo; Violência; Estado.

### ABSTRACT

This article examines Michel Foucault's theories of biopower and Achille Mbembe's necropolitics, highlighting how these concepts

<sup>1</sup> Jornalista e Mestranda em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina

<sup>2</sup> Docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL), do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA), do Departamento de Comunicação. Integrante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e Educação em Saúde. Coordenador do Projeto de Extensão Entretons: Disrupturas Discursivas Decoloniais de Comunicação de Vidas que Importam. Mestre em Gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2005). Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-CAMPINAS (1994). A atuação profissional se dá na área de Comunicação Popular e Comunitária, com ênfase na área de comunicação inclusiva, gênero, teoria queer e envelhecimento.

<sup>3</sup> Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/RJ). Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Bauru/SP). Graduação em Comunicação Social e Especialização em Comunicação Popular e Comunitária, ambas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR).

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

explain state administration of life and death, especially in contexts of racial inequality. The application of racism as a tool that legitimizes violence and exclusion is analyzed, highlighting how discriminatory public policies and police practices exacerbate vulnerabilities in non-white communities in Brazil. The study proposes to investigate the presence of these dynamics in the speeches of those interviewed on the London podcast "Vozes da Comunidade".

**Keywords:** Biopower; Necropolitics; Racism; Violence; State.

### 1. INTRODUÇÃO

Quem define quem deve morrer e quem deve viver? Qual vida importa? Qual vida é digna de vida? Esse questionamento começa a ser respondido na teoria do biopoder desenvolvida por Michel Foucault.

De acordo com o pensador, o biopoder é uma forma de poder que se exerce sobre a vida gerenciando e controlando populações. Para ele, na era moderna o poder se desloca da soberania sobre a morte e passa a ser a administração da vida, que determina quais vidas são dignas de ser vividas e quais podem ser eliminadas, o biopoder faz a divisão de quem deve morrer e quem deve viver.

Para além deste pensamento, Achille Mbembe cria o conceito de necropolítica que faz uma ponte e vai também além do biopoder, enfatizando que em certos contextos políticos contemporâneos, o poder não apenas administra a vida, mas também decide ativamente quem deve morrer. Focando na soberania do Estado e em sua capacidade de impor a morte e de manejar a violência moldando e regulando populações.

Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação ao campo biológico- do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula como o termo (aparentemente familiar) "racismo" (Mbembe, 2018, p.17)



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

O racismo é uma das tecnologias que auxilia na permissão do exercício da necropolítica e da posse sobre o direito de matar, o racismo é uma ferramenta que ajuda a fazer com que a morte de um indivíduo não branco seja de certa forma legalizada e não vista como o que de fato ela é, o extermínio de uma vida humana.

Somos instruídos cotidianamente em diversos locais, inclusive na mídia, a acreditar que todas as vidas têm igual valor e que todos temos a mesma relevância para o mundo e para a sociedade, além de um poder equivalente de contribuir na elaboração de leis e na participação política. Passam a imagem de que somos parte de uma sociedade democrática composta por homens e mulheres livres e iguais, dotados do mesmo poder político. No entanto, a visão de igualdade entre todos os seres humanos têm muitos equívocos, porém não entrarei nas diversas contradições referentes a isso.

O Código Penal Brasileiro Decreta, (Lei nº 2.848/1940, art 121) temos o estabelecimento da proibição do homicídio, refletindo o valor atribuído à vida humana, porém o mesmo Estado que regulamenta essa lei é quem com sua soberania possui o poder e a força para violar a proibição de matar, e além disso de certa forma modifica o costume que define quem não deve ser morto, ou seja, essa capacidade está sujeita a condições estabelecidas pelo costume ou pela norma social, mesmo que seja errado matar alguém as circunstância e regras sociais determinam quando, quem e em que circunstâncias o ato de matar pode ser visto como algo positivo, correto e necessário. Um dos grandes casos no Brasil é o genocídio da juventude negra.

“O poder de matar opera com apelo à “exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo”, que precisam constantemente criadas e recriadas pelas práticas políticas” (Almeida, 2021, p.118)

O extermínio da população negra no Brasil realizada sem grande comoção é o resultado de um longo processo de desumanização do corpo negro que só foi possível pela combinação de diversos fatores. Que foram iniciados no período escravocrata e que

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

decorrem do legado de mais de 300 anos de escravização do povo negro no país, que mesmo após a abolição da escravatura em 1888, não foram desenvolvidas políticas públicas para integrar os negros em sua estrutura social, econômica e política. De acordo com Mbembe (2018) a escravidão pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica.

Uma definição de Estado que pode contemplar a questão racial nos termos estruturais nos é fornecida por Joachim Hirsch, para quem o Estado é a “condensação material de uma relação social de força”. Está longe de ser o Estado o resultado de um contrato social, a corporificação da vontade popular democrática, o ápice da racionalidade ou o instrumento de opressão da classe dominantes (Almeida, 2021, p.91)

É importante pontuar que a necropolítica vai além da aplicação direta da morte física e também se manifesta na alocação desigual de recursos que impactam negativamente pessoas não brancas, colocando-as em situações de vulnerabilidade e privando-as de uma vida digna. Isso ocorre por meio de políticas públicas e práticas institucionais que perpetuam desigualdades estruturais e excluem essas comunidades de oportunidades essenciais.

Por exemplo, políticas habitacionais frequentemente negligenciam áreas habitadas por minorias étnicas, resultando em condições precárias de moradia que afetam negativamente sua saúde e bem-estar. Além disso, o acesso desigual à educação e saúde de qualidade perpetua ciclos de pobreza e marginalização, limitando as oportunidades de desenvolvimento pessoal e econômico para essas populações.

Outro exemplo são as práticas policiais que, ao invés de proteger, frequentemente criminalizam pessoas não brancas em comunidades marginalizadas, aumentando sua exposição à violência e encarceramento injusto. Essas dinâmicas não apenas perpetuam a marginalização, mas também reforçam estereótipos prejudiciais que contribuem para a estigmatização social desses grupos. Podemos considerar em diversas situações esse tipo de atravessamento como uma morte em vida.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

A saúde pública, o saneamento básico, as redes de transporte e abastecimento, a segurança pública, são exemplos do exercício do poder estatal sobre a manutenção da vida, sendo que sua ausência seria o deixar morrer [...] a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição” (Almeida, 2021, p. 114-115)

Portanto, a necropolítica se manifesta tanto na gestão da morte quanto na administração da vida de formas que perpetuam desigualdades raciais e estruturais, restringindo a capacidade de indivíduos não brancos de viverem vidas plenas e dignas. Por tudo isso, o objetivo deste artigo é analisar se a necropolítica aparece no podcast contrahegemônico “Vozes da Comunidade” e se sim de que forma.

**2. A HISTÓRIA DA FAVELA DA BRATAC E DE PROGRAMAS HEGEMÔNICOS LONDRINENSES**

O bairro Jardim Nossa Senhora da Paz, mais conhecido pelo nome Favela da Bratac, começou como uma ocupação. Inicialmente, foi nomeado como Grilo da Caixa Econômica, por estar localizado em um grande lote que na época era propriedade da Caixa Econômica Federal. O local foi rebatizado diversas vezes, como Favela do Grilo, Grilinho, Jardim Nossa Senhora da Paz. Atualmente é conhecido por esse último nome e pelo seu codinome Favela da Bratac, por fazer divisa com a empresa Fiação de Seda Bratac. A ocupação teve início entre os anos de 1958 e 1959, com a migração de famílias advindas da zona rural e região. Essas famílias trabalhavam no campo, haviam perdido seus empregos em decorrência da crise do café e passaram a procurar moradias e condições de sobrevivência nas áreas urbanas. Porém, sem infraestruturas básicas do Estado para moradias com arquiteturas seguras, às famílias começaram a ocupar terrenos sem uso, foram se apoiando e começaram a construir casas. Com a expansão da ocupação, outras famílias humildes de diversos lugares vieram morar no território.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Em 1959, o bairro contava com 1248 moradores de acordo com a Companhia de Habitação de Londrina (COHABLDA) e, enquanto o bairro dava seus primeiros passos o país se encaminhava para os primeiros anos da ditadura civil- militar que começaria em 1964, mas anterior a isso já deixava marcas na trajetória dos brasileiros, em especial os mais pobres. Foi uma década marcada pela repressão, censura e violência e falta de democracia.

Na economia, o país teve um grande crescimento econômico, industrial e agrícola, entre 1968 e 1973, porém tudo estava concentrado em setores burgueses da sociedade brasileira, o que aumentou ainda mais a desigualdade social.

O Brasil iniciou a década de 70 ainda na onda do chamado “milagre econômico” com taxas de crescimento do PIB na casa de dois dígitos (11,4% em 1971, 11,9% em 1972 e o recorde, nunca superado, de 13,9% em 1973). Porém, em 1973 ocorreu uma reviravolta no cenário mundial com a primeira crise do petróleo, em meio a essa e outras crises o país foi gradualmente se abrindo para a redemocratização após a implosão da ditadura cívico- militar. Neste contexto, em 1971, a COHABLDA realizou um levantamento populacional das favelas de Londrina, a cidade havia reconhecido oficialmente nove favelas e a Favela da Bratac, na época nomeada de Grilinho, foi considerada a maior com 208 barracos, 661 crianças de 0 a 12 anos e com uma população total de 1229 pessoas.

Fenômenos na história não vão acontecendo um de cada vez, vários podem acontecer ao mesmo tempo e somado a tudo o que foi citado acima, nas décadas de 1970 e 1980 o tráfico de drogas no Brasil ganhou força principalmente com a expansão do narcotráfico internacional, especialmente de cocaína e as rotas de tráfico se estabeleceram através do Brasil, aproveitando sua extensa costa marítima e fronteiras terrestre, porém além disso o país

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Processa, importa e exporta vários tipos de drogas. Tornou-se importante centro de produção e de consumo, além de fornecer novas drogas alternativas para os mercados interno e externo e de se ter constituído em mais uma peça da engenharia do crime do narcotráfico internacional. Assim, rapidamente cresce a importância do País no comércio internacional de drogas. Aumentam então, no cenário mundial, as expectativas quanto ao seu papel no enfrentamento do mesmo. (Procópio, Vaz, 1997, p.76)

O tráfico de drogas no estado do Paraná, e especificamente na cidade de Londrina, tem suas raízes durante a expansão das rotas de narcotráfico que se desenvolveram ao longo das décadas. Embora não haja um marco exato de início, o problema se intensificou junto com o quadro nacional da época no início dos anos 70. Nessa época a Favela da Bratac contava com 1229 pessoas. Junto a isso, um outro fato significativo ocorreu na cidade, impactando a percepção pública sobre a criminalidade e a ascensão dos programas policiais sensacionalistas. À medida que as atividades ilícitas relacionadas ao narcotráfico aumentavam, a cobertura midiática sensacionalista ajudava a construir uma narrativa de pânico moral e de uma cidade sitiada pelo crime.

Em 1976, na rádio Tabajara, em Londrina, foi criado o programa sensacionalista policial “Cadeia”, criado e apresentado por Luiz Carlos Alborghetti. Com sucesso na rádio, em 1982 o programa migrou para a televisão e passou a fazer parte da programação da rede de televisão CNT Tropical, no canal 7, que tem como donos a Família Martinez. A produção era vendida como um veículo de comunicação informativo, imparcial e objetivo que tinha como foco principal transmitir notícias sobre assalto, latrocínio, tráfico de drogas, etc. Segundo Alborghetti (1999), era um “programa policial, político e informativo. Sua função não é incitar a violência, mas alterar, defender as instituições sérias, como o Judiciário e o Ministério Público”. Porém de forma indireta e direta o apresentador mostrava seus interesses pessoais, como a defesa da família paranaense, praticar assistencialismo, distribuindo cadeiras de rodas, remédios, indicando trabalho para



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

desempregados, etc. O cenário era a reprodução de uma cela de cadeia com desenhos aleatórios, rabiscos, colagens retiradas de jornais.

Alborghetti apresentava o programa lembrando um locutor de futebol falando sem parar, teatralizando alguns costumes da população, etc, mas o grande foco e objetivo do programa era denunciar a atuação criminosa na sociedade brasileira. Além, de bater com um cacetete na mesa gritando “Cadeia neles”. A programação era transmitida através de três emissoras- TV Tropical, de Londrina- TV Paraná, de Curitiba- TV Carimã, de Cascavel. O apresentador também trazia notícias de outros lugares e com fontes oficiais. Era claro a proximidade do idealizador com a polícia, pois era constante as entrevistas de delegados e pessoas ligadas a Segurança Pública do Estado do Paraná. Segundo Milton Spada (1988) o programa “Cadeia” se configurava como um fascismo na TV aberta, principalmente se forem analisados aspectos folclóricos da cultura brasileira, o fascismo utilizou sempre de métodos publicitários explorando a sociedade e o consumo e personagens como Alborghetti utilizam dos meios de comunicação para propagar suas ideologias reacionárias. O apresentador tinha diversas falas polêmicas e que podem ser analisadas na mesma linha do discurso do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), ambos com um discurso forte de família, proteção das crianças, armas e polícia. Inclusive, Bolsonaro utilizou largamente uma frase de autoria de Alborghetti “Bandido bom é bandido morto”.

Em seu trabalho, Spada (1998, p.13-14), traz algumas falas polêmicas do apresentador: “Lutei pela pena de morte, infelizmente não passou na constituinte”[...]“Vamos limpar o Paraná a qualquer custo”[...]“Os filmes pornôis ficam expostos diante dos nossos filhos”[...] “Temos que defender a família do Paraná”[...] “O exército tem que meter muita gente no paredão”[...]“Eu quero um esquadrão de elite de polícia”.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

O programa Cadeia foi “relevante para a formação da mídia policial televisiva no Brasil”, sendo segundo programa policial do Brasil, ficando atrás somente do programa apresentado por Jacinto Figueira Júnior (1927-2005), conhecido como o “O Homem do sapato branco, iniciado em 1963, na TV Cultura, enquanto o primeiro “se colocava como presença solucionadora, ou de mediação de conflitos, de cura, ou de saneamento como um médico, “Alborghetti caracteriza-se por sua agressividade diante das próprias notícias que apresenta, assim como com sua equipe técnica” (Barata, 2011, p. 125-126).

Além disso, o conservadorismo é claramente observável, a homofobia escancarada em relação a crimes cometidos por pessoas LGBTQIA + e muitas vezes esses programas utilizam a comunidade como chacota, são variados os casos de travestis que se tornaram chacota durante as programações de diversos programas nesse estilo.

Atualmente, a cidade de Londrina conta com quatro programas no estilo “Cadeia”, sendo eles: o “Tribuna da Massa”, da rede de televisão Rede Massa, afiliada ao Sistema Brasileiro de Comunicação (SBT). Tem como dono o apresentador e empresário Carlos Roberto Massa, mais conhecido como Ratinho, que também foi repórter do “Cadeia”. Os programas “Cidade Alerta” e “Balanço Geral” da rede de televisão RIC TV, afiliada à Record TV, que tem como dono Leonardo Petrelli Neto. E a Tarobá Londrina, afiliada da Band TV com o programa “Tarobá Urgente”, que tem como donos os irmãos e mãe Muffato, que herdaram a emissora do pai Tito Muffato (morto em um acidente aéreo em 1996. Desde então os irmãos Ederson, Everton e José Eduardo Muffato, e a viúva Reni Muffato são os responsáveis, o grupo também possui um conglomerado de mercados de atacado e varejo. Todos os programas citados acima tem o mesmo modus operandi do extinto “Cadeia”, incluindo as propagandas.

Nesses programas majoritariamente as periferias são enquadradas como o centro da criminalidade, não existe uma variedade de pautas em relação ao mesmo local, é feito apenas um recorte de crimes que acontecem no território, por exemplo uma festa ou arrecadação de brinquedos realizada pelos moradores do bairro não são noticiados

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

nestes veículos, apenas sobre drogas, morte, um traficante preso ou coisas pejorativas em relação ao espaço.

Os programas sensacionalistas atuais utilizam o mesmo *modus operandi* do “Cadeia” focando na exploração das tragédias diárias, não só inflamando o medo público, mas também pressionando as autoridades a adotarem medidas mais duras e visíveis contra o crime, sem abordar as raízes socioeconômicas do problema.

Ao destacar crimes e episódios violentos de forma exagerada, o programa “Cadeia” desempenhou um papel crucial na maneira como a criminalidade passou a ser percebida pela população de Londrina. Essa abordagem midiática ajudava a perpetuar estigmas e preconceitos, especialmente em relação às comunidades mais vulneráveis, como a da Favela da Bratac. Em vez de promover uma compreensão mais profunda das causas do tráfico de drogas, programas como o “Cadeia” contribuem para a criminalização da pobreza e para o fortalecimento de políticas de segurança pública focadas na repressão.

Portanto, o crescimento do tráfico de drogas em Londrina e a popularização de programas sensacionalistas como o “Cadeia” estão intrinsecamente ligados. Ambos os fenômenos se retroalimentam, criando uma atmosfera de medo e repressão que dificultou o desenvolvimento de soluções mais eficazes e humanitárias para os problemas de criminalidade e tráfico de drogas na cidade.

Esse tipo de programa também ajuda no processo de territorialização de problemas relacionados ao tráfico de drogas, como é o caso da Favela da Bratac, como se fosse um problema das periferias. Na história do local com a ajuda das mídias hegemônicas ele foi e ainda é definido por conta do tráfico de drogas, mesmo sendo uma atividade que contempla pouquíssimos habitantes do local a maioria das pessoas da cidade de Londrina só conhecem essa parcela do Jardim Nossa Senhora da Paz/ Favela da Bratac e a população majoritária sofre com abuso policial por conta do estereótipos

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

de que todos os moradores de periferia são criminosos, porém, de acordo com moradores que não quiseram ser identificados os compradores das mercadorias do bairro são pessoas de fora da comunidade, formada em sua maioria por pessoas de classe média ou classe média alta e mesmo o bairro não tendo histórico de roubo dentro do território os aplicativos de carro, como Uber e 99 mostram para seus motoristas como um local de risco o que dificulta o acesso dos moradores a outros bairros, principalmente nos finais de semana.

### 3. SOBREVIVENDO NO INFERNO: CIRANDA DA PAZ E O PODCAST “VOZES DA COMUNIDADE”

Em 2018, o Centro Comunitário do bairro foi reaberto pela moradora, Bruna Moura, formada em psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com o intuito de garantir o direito à arte, cultura, educação e lazer para as crianças da Favela da Bratac, através de oficinas e festividades, assim nasceu o Ciranda da Paz. Durante a pandemia de covid-19, o CEI Irmãs de Betânia responsável legal pelo Centro Comunitário impossibilitou o Ciranda da Paz a utilizar o espaço, por acreditar que o projeto não ia de acordo com os ideais religiosos da creche que prioriza atividades técnicas com a finalidade de formar pessoas para ser mão de obra no sistema capitalista e não oficinas formativas ou pontuais, atualmente as atividades são realizadas na praça do bairro.

Em 2022, o Coletivo passou em um edital emergencial do PROMIC com o projeto nomeado de “Vozes da Comunidade”, onde produziu uma série de três podcasts com o intuito de fazer ecoar as vozes dos moradores da comunidade. Vistos de forma pejorativa pela maioria da população externa ao bairro. O podcast promoveu um espaço para os moradores falarem sobre suas vivências, alegrias e dores sendo residentes da favela. A segunda edição do projeto, realizada em 2023, optou por trazer moradores do bairro e de outras periferias de Londrina, em três temporadas o podcast escutou 24 pessoas.

#### 4. PODCAST E NECROPOLÍTICA

O podcast “Vozes da Comunidade” falou sobre diversas temáticas que permeiam o cotidiano das periferias da cidade de Londrina. Neste momento irei trazer e analisar como a necropolítica aparece nas vozes dos entrevistados da primeira temporada de forma direta e indireta.

##### a) ROSA DO CAFÉ - VOZES DA COMUNIDADE #01

Rosa Maria Peixoto, mais conhecida como Rosa do Café, mudou-se para a Favela da Bratac em 1985, quando tinha cerca de 4 anos de idade. Foi a primeira entrevistada do podcast. É uma liderança do bairro, muito conhecida na Favela e por pessoas de bairros próximos.

Momentos em que apareceu relatos de necropolítica em suas falas:

- **DESIGUALDADE NO ACESSO À ALIMENTAÇÃO**

Rosa do Café (cf. Vozes da comunidade #01, 2022, 3min40s - 4min01s.) relata: “Na década de 80 nós passamos fome aqui na comunidade, passamos fome... só não passamos mais fome que nós íamos lá no antigo Jumbo, antiga Lojas Brasileiras, quem é mais antigo lembra, do Jumbo... e antigamente “tipo” as coisas que faltavam 15, 20 dias para vencer eles jogavam fora e nisso que eles jogavam fora, a gente pegava e eu sobrevivi assim... graças a

Deus”

- **VIOLÊNCIA POLICIAL**

De acordo com Rosa do Café (cf. Vozes da comunidade #01, 2022, 4min28s 5min05s.), “Tem fatores que a gente guarda “cê entendeu?” que é coisa de polícia que já entrou aqui e já matou pessoas, né, o abuso, né, em si, porque nem todo mundo aqui tem condições de colocar uma câmera no centro, igual na Gleba Palhano, você entendeu?”



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Algumas pessoas tem câmera, algumas pessoas não tem. Então do abuso da polícia para com a gente, entendeu? Porque pra polícia a gente não é nada, mas a gente é. Perante Deus, pra Deus, nós somos, né? Pra eles a gente não é nada, a gente é só a ralé. Ah o pessoal lá da Favela da Bratac, uma nós não é Favela , nós somos uma comunidade, entendeu? Nós somos uma comunidade, aqui onde um ajuda, o outro cê entendeu? A se levantar...”

- **ESTIGMATIZAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO**

Conforme Rosa do Café (cf. Vozes da comunidade #01, 2022, 11min05s - 13min.), “Tipo pra mim aqui todo mundo, morador, cê entendeu? Então, todo mundo tem sua vida, é claro que tem uma parte que faz, que tem uma vida, e uma parte que tem outra vida, mas não deixa de ser morador. Só que perante os olhos das pessoas pra fora cê entendeu? Parece que a gente não existe, parece que é um pedaço aqui, porque quando você cita da comunidade, tudo aqui não presta, era igual o Camargo, eu não gostava do Camargo, porque o Camargo falava mal da comunidade, mas ele nunca veio aqui pra ver nossas necessidades, nunca veio aqui pra falar “Ó eu sou o Carlos Camargo, lá da Rede Massa, e eu vim aqui pra ver a necessidade de vocês, eles nunca veio, mas ele tacava o pau, um dia eu até liguei no programa, liguei no programa dele ao vivo, porque tipo assim ele critica a favela , mas ele não vem aqui pra ver nossas necessidades, então eu acho que pra você falar mal de mim você tem que me conhecer, você tem que ir na minha casa, você tem que ver minha vida, aí depois você tira suas conclusões, mas você não me conhece, você não sabe da minha vida e você me critica, é a mesma coisa ele. Então, a favela é criticada, ela é mal falada, por coisas que não tem nada a ver, aí as pessoas quando chegam aqui, que aí andam e conhecem a comunidade, aí ve que aquilo não tem nada a ver, é ficção, é coisa da cabeça das pessoas. A gente chama o uber aqui, pra conseguir pegar um uber, demora milianos, porque quando chega aqui na BR aparece lá, que aqui é de risco, é área de risco, sabe o que os 99 faz? Volta pra tras, Uber a mesma coisa [...] não entra e eles mesmo fala, os ubers mesmo fala, pra pegar Uber aqui a pessoa

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

é conhecida, quando cê chama ai a pessoa fala “Ah fulana de tal, a eu vou lá” caso ao contrário você fica aqui ó (estala os dedos) esperando, mas por que? Porque a Favela é mal falada, mas as pessoas não vêm aqui ver as necessidades. Eles tem que vim aqui, ver como a gente vive, como a gente é, aí depois eles tira as conclusões deles.”

No final a Rosa faz um apelo para as pessoas que não conhecem a verdadeira história do Jardim Nossa Senhora da Paz.

- **VIOLÊNCIA POLICIAL, ESTIGMATIZAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO**

Segundo Rosa do Café (cf. Vozes da comunidade #01, 2022, 22min17s 24min51s.), “Por que a gente é julgado? Por que aqui é área de risco? Gente casa não fala, árvore não fala, asfalto não fala, desde quando eles não falam quem está sendo julgado? Quem está sendo julgado? Quem está sendo julgado as pessoas e nós somos julgados por que? Por 80% da comunidade ser negra, 80% da comunidade ser classe média baixa, a gente é julgado por isso, por que qual outro motivo gente? Qual o outro motivo as pessoas teriam tanto ódio da gente? Morrer morre pessoas em qualquer lugar, em qualquer comunidade morre pessoa todo dia, quantas comunidades tem em Londrina, gente? Toda comunidade morre gente todo dia, né, troca de tiro com a polícia né (risos) que vocês vendo direto ai que os cara estão trocando tiro com a polícia [...] mas a gente é julgado por que? A gente é julgado por ser negro, a gente é julgado por ser pobre e ai me perguntaram como é a vivência de uma pessoa negra na comunidade? Pessoa negra sofre, sofre na comunidade, a gente é julgado pela cor da pele e desde quando a gente é julgado pela cor da pele, pelo cabelo crespo, pelo nariz carabina e pela boca grande que a gente tem isso dai não é motivo. Eu perguntei aqui pra minha amiga qual a diferença dela comigo? Nenhuma, nenhuma, porque ela tem boca, eu também tenho, ela tem olho, eu também tenho, mas ela é branca e eu sou negra e essa é a nossa diferença, no Brasil que a gente vive [...] No Brasil você pode matar e não é julgado, cê entendeu? Se você mata um preto às vezes você passa até por certo, até por certo... você entendeu? Porque o preto no Brasil se for ver é tratado como lixo e o rap nasceu por que? O rap nasceu pra

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

defender nós, pra defender nossa comunidade, luto pela raça, luto pela cor, já dizia o Racionais. Então a gente tenta dar o melhor, a gente tenta ser o melhor, só que a gente nunca vai ser melhor, porque a gente sempre vai ser julgado pela nossa cor, a gente nunca vai ter o direito de ir e vir”.

### b) MC’S TESEU E VH - VOZES DA COMUNIDADE #02

Teseu e VH são dois MC’s jovens nascidos e criados na Favela da Bratac, a temática do episódio deles é As trocas culturais no cotidiano da vila. Momentos em que apareceu relatos de necropolítica em suas falas:

- **CONDIÇÕES DE VIDA PRECARIZADAS**

Conforme Mc Teseu (cf. Vozes da comunidade #02, 2022, 3min04s - 3min29s.), “A gente morava numa casa de 4 cômodos [...] com a minha vó, minha mãe, minhas tias, todos os meus irmãos, meus primos e depois comecei a morar com minha tia que minha mãe trabalhava e estudava depois, saia 7 horas e chegava 00h, aí foi indo”

- **VIOLÊNCIA POLICIAL**

Mc Teseu (cf. Vozes da comunidade #02, 2022, 17min17s - 17min36s.), relata: “Foi mais pela vivência, tipo, quando eu tinha 11, 12 você nunca foi muito conivente com a polícia pelo tanto de coisa que já aconteceu aqui que a gente já vivenciou, já presenciou, tá ligado? A gente já presenciou até troca de tiros da gente correr e a bala comendo.”

- **VIOLÊNCIA POLICIAL E FALTA DE ACESSO A RECURSOS DURANTE A PANDEMIA**

Segundo Mc VH (cf. Vozes da comunidade #02, 2022, 18min01s - 19min56s.), “Voltando que nem tipo você falou lá, como é visto o jeito que nós canta e tal. Vou falar tipo do dia do evento que nós vez aqui na rua de baixo, que foi assim, tava tendo algumas festas clandestinas, aí o que nós fez. Estava vindo gente de fora da vila pra cá, aí o que nós pensou o pessoal vem vem pra cá e não paga nada, querendo ou não se você vai para uma balada você paga e nós pensou assim. Nessa época a comunidade muita gente ficou

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

desempregado, cê viu lá da pandemia, do auxílio e tal. Ai o que nós fez, organizamos uma festa ali para arrecadar alimento para a comunidade e nessa pra gente fazer um show, mostrar o nosso show, porque naquela época nenhum de nós cantava em lugares assim porque não tínhamos muita oportunidade. Então, a única que vez que nós grava é de ano em ano pra cantar aqui na favela, festa do dia das crianças era quando nós cantava, esperava virar o ano e cantava de novo. Ai organizamos essa festa, colocamos banheiro químico, tinha coisas pras crianças, refrigerante, montamos o palco pra gente fazer show. Aí veio a polícia e fechou, aí no Macedão saiu lá festa organizada para traficantes, para ser promovida a venda da droga. Tipo ele ponhou que a festa foi feita pros traficantes vender a droga sendo que era o contrário, nós promoveu porque estava tendo festa e ninguém faz festa pra vender droga, não existe isso, tipo fez a festa pra nós curtir assim e nessa colocamos uma arrecadação de alimentos para ajudar a comunidade”.

- **VIOLÊNCIA POLICIAL**

De acordo com Mc Teseu (cf. Vozes da comunidade #02, 2022, 20min34s 21min03s.), “Tinha umas 10 viaturas com escudo, veio marchando mesmo, como cê o bagulho fosse tá ligado [...] Já chegou tacando bomba, essas fitas, quebrando tudo, quebrando som, cadeira [...]”

- **ESTIGMATIZAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO**

Segundo Mc VH (cf. Vozes da comunidade #02, 2022, 23min53s - 24min29s.), “Todas as favelas vive a mesma coisa, tipo querendo ou não vocês não é da favela, ai quando cês eram criança, vocês assistia, vocês ouvia falar, olha a Bratac não sei o que. Hoje em dia vocês vem aqui, organizam o projeto, é o que era falado? Você vê alguma coisa de perigoso? É o contrário, você só vê criança na rua brincando, não tem ninguém armado andando na rua, não tem ninguém dando tiro na rua, não é nada do que é retratado. É uma comunidade como qualquer outra.”

- **VIOLÊNCIA POLICIAL E ESTIGMATIZAÇÃO**



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Conforme Mc Teseu (cf. Vozes da comunidade #02, 2022, 42min15s - 44min17s.), “Na vergonha pra mídia tem uma parte que os cara coloca uma parte do Dexter no “Altas Horas” ai ele fala “Você acha justo um policial só por ter uma carteirinha que diga que ele é policial ele tem o direito de sair matando o pobre favelado ai? A gente ia colocar meio que assim. Tanto que o MC Rots [...] ele também coloca um trequinho la que tipo o cara fala “Tem dois candidatos a emprego, um morador da favela e outro da Zona Sul, pra quem eles vai dar emprego? A gente queria essa ideia, passar uma mensagem e depois jogar, ai a gente no estúdio o Nene falou tem o protesto lá da Favela e eu falei nossa moleque agora você matou a charada. [...] Olhar meu Facebook 2015, 2014, tem uma foto lá que eu tirei “Protesto na BR” [...] nós tem que estar junto [...] Aquele protesto foi por conta do finado Zé Rato, que eles matou o morador aqui dentro da casa dele, a polícia, ai a população se revoltou, mas altas histórias de eles matarem assim tá ligado? Aqui na rua mesmo uma vez tinha um cara que estava sem capacete de moto a polícia mandou ele parar e não parou, já deu nas costas dele também...[...] Mas não foi um só foi vários, que eu fui foi uns 5, 6 e parava a BR mesmo”.

### ● VIOLÊNCIA POLICIAL E ESTIGMATIZAÇÃO

Mc Teseu (cf. Vozes da comunidade #02, 2022, 44min24s - 47min25s.), relata: “Ai estava eu e os parceiros, ai tinha um moleque na boleia lá e ai ele jogou perto de nós, ai a polícia veio e enquadrrou, ai foi falou ce tinha passagem, falei que não tinha, ai falou onde cê mora? Ai falei aqui. Nós estava na frente de casa, ai as drogas estavam meio que lá na frente ai eles falou a droga é sua e eu falei não é minha, ai o moleque estava meio que assumindo, ai eles tentando fazer eu falar que era minha. Ai eu falei se fosse minha eu saia correndo e eles é você saia correndo? Eu falei lógico. Eu não devo nada pra vocês. Eu sou meio bocudo tá ligado? Não gosto de levar desaforo, nem que eu leve tapa na orelha, porque eles são folgados [...] eu acho que eu tinha uns 14 anos [...] a gente tinha chegado do colégio e estava na frente de casa. Ai eles foi entrou dentro da casa, revirou tudo, quando eles entram dentro da casa dos outros você sabe que só falta eles jogarem



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

o guarda roupa no chão e quebrar tudo, porque eles tira gaveta, tira tudo, tira roupa, joga tudo as roupas no chão, pra caçar alguma coisa e se não achar eles jogam, mano [...] se eles vê que você é meio envolvido mesmo que não está com nada, eles forjam [...] Teve outra vez que eu fui no dentista. Eu, o Perninha e o Wendrew, ai tipo nós usa boné. tudo essas fitas, tanto que o bagui é automático, você está de boné, já ficam meio pá, aí beleza nós fomos no dentista, ai vai vendo, ali tem tipo blindex, ai a gente olhando pra arrumar o boné, o cara ficou olhando pra nós e voltando não deu cinco minutos a Duster chega moendo, mano, “Vai vai vai, mão na cabeça, o que vocês está fazendo? Eu fui no dentista. No dentista? Você tem passagem? Eu falei não tenho. Ele você não tem passagem? Eu falei não tenho. Ele então passa o seu CPF ai, eu fui e passei e eles puxou, ué, quem diria em, ele você mora onde? Eu disse na Bratac e ele é um caso em, morar lá e não ter passagem, os outros piá também não tinha, ai eles ficaram bravos, carai como vocês não tem passagem? [...] foi questão de três minutos, se alguém roubar sua casa e chamar a polícia eles não chegam mais rápido que isso, nós só olhou pra empresa, pum, a política bateu. Tem vários outros casos, mas esses foram um dos”

**c) MARCELLY MARQUEZINNY - VOZES DA COMUNIDADE #03**

Marcelly Marquezinny é nascida e criada na Favela da Bratac e foi entrevistada no terceiro episódio do podcast "Vozes da Comunidade" com a temática "Vivência é Resistência" onde conta sobre suas histórias enquanto moradora e sobre suas experiências e resistências diárias enquanto mulher trans e favelada.

**● EXISTIR É DIFÍCIL**

De acordo com Marcelly Maequezinny (cf. Vozes da comunidade #03, 2022, 6min31s - 7min51s.), “Só de estar ali não é fácil, né, a gente ser trans é diferente, tudo que é diferente estranha, tudo que é diferente é novo. Então, o diferente tem que estar sempre né corrigindo, lembrando que eu não sou mais o ser homem, que nasceu ali, cresceu

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

ali e que eu me tornei o ser mulher. O ser mulher eu sai de lá pra me tornar, minha transição não foi ali dentro, foi fora, então, quando eu voltei já, foi totalmente diferente e eu quero que me respeitem, eu quero que me tratem no ela, eu não sou homem. Se eu fosse homem eu não estava lutando pela causa de ser mulher né. Só pelo fato de eu ser mulher, as pessoas julgam, porque a mulher é minoria, eu estou dentro de uma comunidade e a mulher sempre vai ser minoria [...] É uma luta constante, é ela e pronto [...] Então, a gente tenta o tempo todo, é diário isso, é diário o respeito, A gente fica sempre buscando o respeito, então, acho que isso é uma resistência [...] Eu não vou deixar de buscar esse respeito.

- **DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO**

Marcelly Maequezinny (cf. Vozes da comunidade #03, 2022, 20min51s - 22min08s.) , relata que: “Então, minha família se juntou pra eu sair um pouco da vida meio loca né, dai eles me ajudaram pagaram um curso pra mim e tal e eu fiz um curso de cabeleleiro quase um ano, oito meses...Dai eu fiz o curso e tals e eu trabalhei um certo tempo, mas como eu ja disse pra voces hoje, não é fácil, não é fácil, você entrar no mercado de trabalho por ser trans é mais dificil. O trabalho pro homossexual é super mais fácil, tem muita diferença em ser gay e ser trans,é bem diferente, as pessoas acham que é igual, mas não é igual. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, porque a gente luta por ser mulher, eles não, eles tem um lado feminino, mas “Ah é homem”, tá na visão homem, eles não querem ser tratados como ela, eles não faz questão disso, mas a gente faz. Então, você entra no salão tem muita trans que já convivi com várias e é cabeleireira, você não vai ver elas lá dentro trabalhando, agora você vai quantos gays que não tem? Quantos homossexuais que não tem dentro de um salão? Tem vários, porque não é tão preconceituoso igual nós trans, é um preconceito até entre nós, a própria comunidade, é muito complicado, mas eu penso em ter o meu salão, em nome de Jesus,

Marcelly Hairs.

- **EXPRESSÃO CULTURAL**

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

De acordo com Marcelly Maequezinny (cf. Vozes da comunidade #03, 2022, 31min33s - 31min46s.), “Desabafo da Mc Xuxú que é sobre trans e é muito linda, ela fala sobre a questão da resistência por ser trans, uma música que eu ouço quando eu quer, me dá um UP na minha vida”.

### ● RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE

Marcelly Maequezinny (cf. Vozes da comunidade #03, 2022, 34min06s - 34min25s.), falou sobre a participante Linn da Quebrada estar no BBB. “Pelo menos não deixou as trans numa esquina, né, igual muitas pessoas tarjam né como uma esquina, estão mostrando pro mundo que tem talento, né, que tem uma outra serventia, não só um objeto, igual muitos tratam. Então, isso é bom de se ver, a nossa comunidade fica feliz em ver isso”

## 5. ANÁLISE

Nos três episódios puderam ser identificados muitos elementos da necropolítica, sendo eles:

**Violência policial:** Uma forma explícita de necropolítica, onde o Estado utiliza as forças de segurança para exercer controle e repressão sobre determinadas populações. No contexto da necropolítica, a violência policial não apenas controla, mas também desumaniza e expõe esses grupos a condições de vida que levam à morte

**Estigmatização:** Processo pelo qual certos grupos são marcados e discriminados com base em características como raça, gênero, orientação sexual, entre outros. Na necropolítica, a estigmatização serve para justificar a exclusão e a violência contra esses grupos. Isso resulta em um ciclo de marginalização que perpetua a desigualdade e a opressão, dificultando ainda mais o acesso a direitos básicos e recursos essenciais.

**Dificuldade no acesso de recursos da saúde e da alimentação:** A privação de acesso a recursos essenciais, como saúde e alimentação, é uma forma de necropolítica

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

que expõe populações vulneráveis a condições de vida precárias e mortais. A falta de serviços de saúde adequados e a insegurança alimentar enfraquecem a capacidade das pessoas de sobreviver e prosperar, forçando-as a uma luta constante pela sobrevivência.

Temos outro elemento que é a necropolítica aplicada na vida de uma mulher negra trans, foram constatadas falar relacionadas a Ser difícil existir: Marcelly falou sobre a dificuldade de existir nas sociedades que vivemos. Para uma mulher negra trans, a simples existência pode ser um ato de resistência devido à constante ameaça de violência, discriminação e marginalização. aceitos e um ponto importante foi o reconhecimento e visibilidade.

Desigualdade no mercado de trabalho: Mulheres trans enfrentam barreiras significativas, incluindo discriminação aberta e velada. No setor de cabeleireiros, por exemplo, Marcelly relata que gays podem ser mais aceitos devido a estereótipos de gênero e orientação sexual, enquanto mulheres trans enfrentam preconceitos adicionais. Essa desigualdade no emprego é uma forma de necropolítica que limita as oportunidades de sobrevivência e bem-estar.

## **6. CONSIDERAÇÕES**

A necropolítica e o necropoder estão vividamente presentes nas experiências relatadas pelos três entrevistados da primeira temporada do podcast “Vozes da Comunidade”, revelando como esses fenômenos permeiam o cotidiano da Favela da Bratac. Embora a construção de uma sociedade mais igualitária pareça distante, o Coletivo Ciranda da Paz e seus entrevistados conseguiram, de certa forma, transcender suas condições de excluídos e marginalizados, demonstrando que as comunidades periféricas têm capacidade e valor incontestáveis em diversas formas, principalmente em falar sobre suas próprias vivências.

### 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alborghetti, Luiz Carlos. Apresentador do “Cadeia” se acha tranquilo. Folha de São Paulo. 1999. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/tvfolha/tv1212199918.htm>>.

Acesso em: 29 jun. 2024.

Almeida, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2021.

Barata, João Medeiros. Caminhos da cobertura televisiva das ações policiais no Brasil. Ponto - e - Vírgula, São Paulo, n. 9, p. 115-134, 1ºSemestre de 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/13924/10248>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

Carvalho, S. Economia do Brasil vive “céu e inferno” nos anos 70. Diário Do Comércio, 2022. Disponível em: [Economia do Brasil vive ‘céu e inferno’ nos anos 70](https://diariodocomercio.com.br/economia-do-brasil-vive-c%C3%A9u-e-inferno-nos-anos-70) (diariodocomercio.com.br). Acesso em: 19 jun. 2024.

Código Penal Brasileiro. Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Artigo 121. Rio de Janeiro, RJ, 1940. Site Câmara dos deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

Mbembe, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Procópio Filho, Argemiro.; Vaz, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol: 40, nº1, p.76, jun de 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mhDdvn6Mgkrqtyyy9bLrdmg/?format=pdf&lang=pt>> Acessado em: 18 jun. 2024.

Spada, Milton. Cadeia o fascismo na televisão. 1988. 34 f, p. 13-14. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em jornalismo) - Centro de comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1988.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Vozes da Comunidade #02: As trocas culturais no cotidiano da vila. Entrevistada: Mc 's Teseu e VH. Entrevistadores: Isabely Ramos e Leonardo Paloco. Londrina/PR: Samavi Studio, 19 abr. 2022. Podcast (53 min). Publicado pelo canal Ciranda da Paz. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ssS9w3jS1VU>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Vozes da Comunidade #01: Quais são as histórias por trás do nome “Favela da Bratac”. Entrevistada: Rosa do Café. Entrevistadores: Isabely Ramos e Bruna Moura. Londrina/PR: Samavi Studio, 18 abr. 2022. Podcast (29 min). Publicado pelo canal Ciranda da Paz. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8UT-X3xytbU&t=1s>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Vozes da Comunidade #03: Vivência é resistência. Entrevistada: Marcelly Marquezinny. Entrevistadores: Beatriz Melo e Gabriela Meneghelli. Londrina/PR: Samavi Studio, 20 abr. 2022. Podcast (46 min). Publicado pelo canal Ciranda da Paz. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xMFC8P-ANtQ>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## CLUBE DE LEITURA E SOCIOEDUCAÇÃO: A LETRA, O TOM E A VOZ DOS ADOLESCENTES PRIVADOS E RESTRITOS DE LIBERDADE

Eixo 3 - Práxis das lutas e protagonismos

Amarildo de Paula Pereira<sup>1</sup>

Andressa Ferreira Candido<sup>2</sup>

Flávia Fernandes de Carvalhaes<sup>3</sup>

Thayane Carolina de Almeida Rodrigues<sup>4</sup>

### RESUMO

Clube de Leitura da Socioeducação Paranaense é uma iniciativa executada por profissionais atuantes nas medidas de privação e restrição de liberdade em parceria com autores de obras literárias e personalidades que se destacam na promoção dos Direitos Humanos. Objetiva colocar os adolescentes em sintonia com discussões de temas recorrentes na sociedade, incentivando a expansão do senso crítico, das vivências e das reflexões coletivas sobre problemas contemporâneos. Tal movimento utiliza-se da literatura enquanto fomento das discussões oportunizando a ampliação da percepção sobre os aspectos que impactam a vida em sociedade e contribuem para aumentar ou diminuir a vulnerabilidade de cada cidadão.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Literatura; Direitos Humanos; Protagonismo Juvenil; Privação de Liberdade.

### ABSTRACT

<sup>1</sup> Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Governo do Paraná, Agente de Execução/Central de Vagas do Estado do Paraná, Especialista, marildopereira@seju.pr.gov.br.

<sup>2</sup> Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Governo do Paraná, Agente Profissional/Assistente Social, Especialista, andressacandido@seju.pr.gov.br.

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Londrina, Docente/Psicóloga, Doutora, fcarvalhaes@uel.br

<sup>4</sup> Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Governo do Paraná, Agente Profissional/Psicóloga, Especialista, thayanealmeida@seju.pr.gov.br

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Socioeducação Paranaense Reading Club is an initiative carried out by professionals working in measures of deprivation and restriction of freedom in partnership with authors of literary works and personalities who stand out in the promotion of Human Rights. It aims to put teenagers in tune with discussions of recurring themes in society, encouraging the expansion of critical sense, experiences and collective reflections on contemporary problems. This movement uses literature to encourage discussions, providing opportunities to expand perception about the aspects that impact life in society and contribute to increasing or decreasing the vulnerability of each citizen.

**Keywords:** Socioeducation; Literature; Human Rights; Youth protagonism; Deprivation of liberty

### 1. INTRODUÇÃO

Muitas vezes um livro revela pra gente um lado nosso ainda desconhecido. Lado, tendência, processo de expressão, tudo. O livro não faz mais que apressar a apropriação do que é da gente.  
(Mario de Andrade)

A seleção dos livros que são a centralidade dos encontros do Clube de Leitura é pautadas em temáticas sociais, políticas, culturais e econômicas como: educação, literatura, ética, arte, estética, saúde, trabalho, empreendedorismo, religião, classe, raça, gênero, democracia, convivência, etc. Tais temas foram articuladas à ação que surge motivada pelas limitações de contato impostas pelas restrições sanitárias a partir da pandemia COVID-19 (ano 2021). As restrições marcaram significativamente a rotina de um Centro de Socioeducação (CENSE) que, por si só, já é uma instituição marcada pelo “fechamento” e isolamento social, dado seu destino de receber para o cumprimento da medida socioeducativa de internação/privação de liberdade, os adolescentes que, em determinado momento, entraram em conflito com a lei.

Nesse contexto o Clube de Leitura se fez presente enquanto prática educativa que colocou em interlocução os adolescentes, profissionais, autores de obras literárias e personalidades da comunidade que se destacam pelo fazer pautado eticamente nas

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

premissas dos Direitos Humanos. Todos esses personagens passaram a compor um rico grupo de discussão que, fomentado pelo livro abriu espaço de voz aos adolescentes, bem como de escuta e partilha de percepções, vivências e oportunidades de problematizar as inúmeras realidades experienciadas pelos participantes. As temáticas selecionadas priorizam os marcadores sociais de diferenças (raciais, éticos, geracionais e de gênero) e a aposta é que tais falas, em sua pluralidade, possam ser motriz para um autêntico processo de aprendizagem que de fato engaje os adolescentes.

Tais premissas são fortalecidas por meio de exercícios de respeito ao outro, ao considerar como legítima sua história, suas dores e seus amores, num ato dialógico de partilha. Portanto, a proposta não foi construída para os adolescentes, mas sim com eles, sendo o processo aberto ao diálogo permanente. O protagonismo dos jovens no debate é fundamental para o êxito da atividade, tendo a missão de instigar a autonomia e a verbalização, bem como o respeito à dialógica das relações que entende o outro em sua totalidade.

O presente trabalho apresentará um recorte do que tem sido o Clube de Leitura e a sua repercussão. Atualmente o projeto engloba 28 Centros Socioeducativos e Casas de Semiliberdade do Paraná. Os participantes se conectam de modo remoto via plataforma Google Meet. Nesses 4 anos a nomeação de algumas obras e convidados traz a dimensão da riqueza e pluralidade promovida pelos encontros: Sérvio Vaz, denominado nosso “poeta da periferia”; Luciene Muller, com “Colo Invisível”; o rapper Renan Inquérito, com “Poesia para Encher a Laje”; Laurentino Gomes com “Escravidão”; Mário Volpi com “O adolescente e o Ato infracional”; Itamar Vieira Junior com “Torto Arado”; Ferrez com “Capão Pecado”; Padre Júlio Lancelotti com “Amor a Maneira de Deus”; Mariana Salomão Carrara com “Se Deus Me Chamar Não Vou”; Ailton Krenak com “Um Rio Um Pássaro”; Stenio Gardel com “A Palavra Que Resta” entre tantos outros aos longos de nossos quatro anos de “Clubinho”.

Procura-se sempre trabalhar com temas necessários em nossa sociedade, ou seja, os considerados “tabus” dentro dos CENSEs como homoafetividade, racismo,

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

machismo, aporofobias, histórias de vidas reais que inspiram e promovem reflexões em torno de superação e temas como empatia, amor ao próximo, direitos humanos etc.

O Clube de Leitura do autor Stenio Gardel, por exemplo, foi sobre um tema quase nunca permitido ler, falar e refletir: sobre amor entre pessoas do mesmo sexo e a reflexão foi surpreendente nos CENSEs trazendo para a fala as questões sociais, sendo que, muitas delas estão, intrinsecamente interligadas aos atos infracionais de nossos jovens. Ter espaço de voz e vez para tratar “do proibido ou criminalizado” é prevenção para que esses jovens consigam ter novas chances de se verem e olhar para o outro de outra forma, alguém da vida ilícita e “valores do crime”.

## **2. A LITERATURA É UM REENCONTRO COM A NOSSA HUMANIDADE**

A partir da breve descrição acima apresentada pode-se afirmar que o Clube de Leitura surge como instrumento de aproximação, enculturação<sup>5</sup> valorização do outro, espaço dialógico, mediado pela leitura. Sua organização se articula de modo interdisciplinar, com profissionais de diferentes áreas de atuação dos CENSEs, bem como da rede intersetorial de serviços, como representantes do Departamento Socioeducativo, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Batalhão de Operações Especiais de Curitiba, Ativistas em Direitos Humanos, Influenciadores Digitais, Universidade Estadual de Londrina e a Secretaria Municipal Educação.

Busca-se desse modo colocar em prática um processo educativo em consonância com os pressupostos socioeducativos e com o que apresenta Paulo Freire (1996), uma partilha de saberes, que gera um espaço significativo para a prevenção de situações

---

<sup>5</sup> A Enculturação acontece de forma sistemática, quando se dá através de mecanismos que se utilizam de metodologias formais para a transmissão do conhecimento e de forma assistemática, quando os indivíduos adquirem o conhecimento a partir da experiência do cotidiano, sem que haja uma demarcação formal dos ensinamentos. (LOBÃO e NEPOMUCENO, 2008, p. 3). O processo de enculturação, diferentemente do processo de aculturação, tem como objetivo principal preservar, ou fortalecer, os valores culturais de uma determinada comunidade.



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

desumanizadoras, espaço restaurativo por natureza. O anseio é de promover a educação como um processo de libertação, ou seja, de liberdade e para a liberdade, sendo que nesse percurso a leitura ganha papel de destaque. Leitura é aprendizagem, atualidade, movimento dialógico de transformação pessoal e coletiva, assim como analisa Freire: Refiro-me que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente (FREIRE, 1985, p. 13).

Outro aspecto da experiência apresentada é que o Clube de Leitura se faz a partir da premissa de horizontalidade das relações. Mais que isso, busca articular debates que possibilitam aos adolescentes falarem e refletirem sobre suas vivências, pois, marcados geralmente por processos de violência e negação de sua condição humana, eles são afastados do convívio social, ao serem internados em unidades socioeducativas que, historicamente, tentam uniformizar modos de pensar e silenciá-los em nome de uma suposta ordem social (SALIBA, 2006).

Em contraposição a esta lógica normatizadora, a proposta do Clube tem a intenção de que os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação compreendam seus processos de vida e passem a ler o mundo em uma perspectiva crítica, com a capacidade para confrontá-lo e gerar conhecimentos necessários para exercitem outras práxis em suas trajetórias, afinal, o livro é o documento que conserva a expressão do conteúdo de consciência humana individual e social de modo cumulativo. Ao decifrar o texto o leitor estabelece elos com as manifestações socioculturais que lhe são distantes no tempo e no espaço. A ampliação do conhecimento que dele decorre permite-lhe compreender melhor o presente e seu papel como sujeito histórico.

O acesso aos mais variados textos, informativos e literários, vai proporcionando a tessitura de um universo de informações sobre a humanidade e o mundo que gera

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

vínculos entre o leitor e os outros homens. A socialização do indivíduo se faz, para além dos contatos pessoais, também através da leitura, quando ele se defronta com produções significantes provenientes de outros indivíduos, por meio do código comum da linguagem escrita. No diálogo que então se estabelece o sujeito obriga-se a descobrir sentidos e tomar posições o que o abre para o outro (BORDINI e AGUIAR, 1988, pg. 9 -10).

Finalmente, destaca-se que a potência de um trabalho coletivo tem se feito na possibilidade das relações se articularem e se organizarem a partir de uma sensibilidade criativa<sup>6</sup>, considerando todas as expressões linguísticas no universo cultural dos adolescentes, como gestos, falas, gírias, silêncios, desabafos, denúncias, enfim, qualquer detalhe é utilizado enquanto material para fomentar o diálogo horizontal e construtivo. Considera-se também que o corpo carrega significados, sendo que tatuagens, marcas, cicatrizes, gestos, posturas, entre outros exemplos, se tornam disparadores dos debates. Assim, o papel de mediar o grupo é parte desafiante da proposta, pois o sujeito que conduz deve estar atento ao dito e ao não dito dos participantes, interpretando-os e deixando-os serem interpretados coletivamente, com objetivo de os participantes repensarem suas premissas de vida. Deste modo, é fundamental que o mediador se envolva dialogicamente com o grupo, evitando conclusões prévias e apressadas e questionando seus próprios preconceitos (FREIRE, 1987). Por isso, o mediador do Clube de Leitura precisa também estudar os temas que serão debatidos, para que ele possa auxiliar no processo de construção de novos significados.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

<sup>6</sup> Sensibilidade se traduz em uma atitude “terna”, porém, crítica, estabelecendo diálogo com a realidade dos adolescentes no seu contexto pessoal e social, o que exige confiar profundamente em suas potencialidades

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

O Clube de leitura se legitimou progressivamente dentro do contexto institucional socioeducativo paranaense, sendo este um processo árduo de construção de um espaço legítimo destinado à leitura e a troca de ideias e experiências junto dos maiores autores do nosso país. O sustentar desta iniciativa frente aos limites da ótica do regime fechado e do moralismo que circula em inúmeras oportunidades (e que cerceia a visão socioeducativa pedagógica) é sempre desafiador e a persistência na atividade tem bravamente superado com extrema qualidade técnica, operacional e profissionalismo.

Outras dificuldades também se materializam na estrutura física inadequada de nossas unidades socioeducativas do estado do Paraná porém, o que no início era escassez de recursos materiais para efetivação da atividade, hoje também é potência, devido a parceria estabelecida com Ministério Público do Trabalho que atualmente mantém o projeto através da ampliação da aquisição de exemplares de livros que oportunizam debates críticos a mais adolescentes em todas unidades. Quanto as estruturas dos CENSEs ainda há falta de recursos como: equipamentos de internet e demais instrumentos tecnológicos para uma melhoria das conexões, ausência de computador com acesso à internet nas bibliotecas, etc.

Ainda há desafios que pairam sobre o fazer, mesmo tendo recebido premiações nacionais em 2021 como o Prêmio Prioridade Absoluta do Conselho Nacional de Justiça e, atualmente, ser reconhecido entre as melhores práticas socioeducativas do Brasil. Nesse contexto o Clube de Leitura permanece como resistência e luta em dar continuidade e trazer para o contexto institucional socioeducativo, uma proposta cultural, pedagógica, protagonista, atrativa aos adolescentes e, que se tornou não só para os jovens, mas referendada pelos professores(as) e demais servidores da comunidade socioeducativa do estado do Paraná. A iniciativa é mantida com muito êxito para além do período pandêmico, quando a “vida real” voltou a ser exequível.

Em meio às dificuldades pautadas, destaca-se que a pandemia de COVID 19 possibilitou e positivou a perspectiva de utilização do meio digital como estratégia socioeducativa. O projeto partiu de uma proposta simples, de estar junto ao adolescente

em meio a um momento pandêmico, em que seus familiares foram proibidos de estar com seus filhos em decorrência do contágio viral da COVID 19. Desde então, os encontros do Clube de leitura se consolidaram como um espaço de troca, de acolhida, de conscientização e de reconhecimento de histórias de vida entre os jovens e os servidores, que uma vez ao mês se encontram para dividir algo, um traço de extrema significância que jamais foi imaginado: um dia reunir as 19 unidades fechadas e 9 casas de semiliberdades espalhadas em pelo estado para um encontro com objetivo comum: Um livro e seu autor(a), um tema, uma reflexão, várias vozes, trabalhos, dedicação e para concretizar a proposta de ofertar um espaço de fala e voz do jovem. Por fim, ressaltamos que o processo de ler e dialogar sobre livros que, de modo crítico, problematizam temas atuais e sociais, implicou em reverberações nos adolescentes, na equipe técnica e em representantes da rede de serviços locais, estaduais e até nacionalmente.

O Clube de Leitura, portanto, possibilitou uma reflexão coletiva sobre a atualidade e os marcadores sociais de diferença que nos constituem na vida em sociedade e que contribuem para aumentar ou diminuir vulnerabilidades no cotidiano, bem como sinalizou a necessidade de repensar as práticas e reinventar possibilidades de atuação e a potência de um Clube de Leitura da Socioeducação do Paraná.

#### **4.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BORDINI, M. G.; AGUIAR, V. T. (1988). Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto

FREIRE, P. (1985). A importância do Ato de Ler. Col. São Paulo: Editora Cortez, São Paulo

\_\_\_\_\_. (1987). Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra

LOBÃO, A. C; NEPOMUCENO, C. N. Processos Culturais: Endoculturação e Aculturação. Estudos Contemporâneos de Cultura, Fascículo 8, Campina Grande, UEPB/UFRN, 2008

SALIBA, M. G. (2006). O olho do poder: análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Editora UNESP.

## II SEMINÁRIO

28, 29 e 30 de Agosto

2024

Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais





# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## REFLEXÕES SOBRE CINEMA AFRICANO COMO MEIO PARA O FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO, REPARAÇÃO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA

**Eixo:** Relações étnico raciais, direitos humanos e transversalidade

Sara Vicelli de Carvalho<sup>1</sup>

Andréa Pires Rocha<sup>2</sup>

### RESUMO

O cinema como fonte passou também a ser entendido como um campo social, um conjunto de práticas que representa também o contexto social, as relações de sujeitos sociais relacionadas à produção, significação e consumo de filmes, proporcionando possibilidades de pensá-los sob diversas perspectivas, inclusive como representação identitária e forma de resistência. Sob esse aspecto, entendemos como de suma importância abordar o cinema por outras vias que não as condicionada pela estrutura eurocêntrica, ocidentalizante e linguagem hollywoodiana. Para isso, direcionamos nosso objeto ao cinema africano e como as produções cinematográficas se tornam fonte de representação, fortalecimento e resistência identitária.

**Palavras-chave:** Cinema; identidade; história e memória; cinema africano.

### ABSTRACT

Cinema as a source has increasingly been recognized as a social field, encompassing a set of practices that also reflects the social context and the relationships among social subjects involved in the production, meaning, and consumption of films. This perspective provides

<sup>1</sup> Mestre em História Social, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, contemplada com bolsa CAPES desde o início. Formada em História pela Universidade Estadual de Londrina. Experiência com ênfase em história da leitura e história social das ideias e cinema. Atualmente cursa graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina. [sara.vicelli.carvalho@uel.br](mailto:sara.vicelli.carvalho@uel.br)

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social e docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), atuando na graduação e na pós-graduação. Líder do Grupo CNPQ Aquilombando a Universidade, coordenadora de projetos de pesquisa e extensão. Bolsista CNPQ -PQ2 -E-mail: [andrearocha@uel.br](mailto:andrearocha@uel.br).

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

opportunities to analyze films from many angles, including their role in identity representation and resistance. From this standpoint, it is crucial to explore cinema through frameworks beyond the eurocentric, Western, and Hollywood-centric structures and language. Accordingly, this article focuses on african cinema, examining how cinematic productions serve as sources of representation, empowerment, and identity resistance.

**Keywords:** Cinema; identity; history and memory; african cinema.

### 1. INTRODUÇÃO

“Não sou uma ideia, sou uma pessoa. Não sou uma imagem, sou uma experiência” – Spike Lee (Shelton Jackson Lee)

O cinema é potência viva! É movimento que faz expandir horizontes históricos, artísticos e tecnológicos. O cinema é técnica e ação criativa que possibilita o alargamento das perspectivas acerca da vida, dos fatos, das emoções. Assim, o cinema, em seus múltiplos aspectos, é produto e produtor.

A cinematografia faz parte do movimento da história e, por uma perspectiva dialética, se desenvolve e reproduz as relações de força existentes em determinada sociedade. Por isso, também expressa seu contexto de produção, bem como a visão de mundo daqueles que o produzem (roteiristas, produtores, investidores, etc.). Desta forma, é possível entender o cinema ainda como um instrumento potencializador de ideologias, sobretudo de uma sociedade colonialista ocidental – espoliadora, “civilizadora” e imperialista.

Desde os primórdios das produções cinematográficas ocorrem inúmeras transformações. Nesse caminho, chamamos a atenção para uma reflexão de Jean-Claude Bernardet:

A máquina cinematográfica não caiu do céu. Em quase todos os países europeus e nos Estados Unidos no fim do século XIX foram-se acentuando as pesquisas para a produção de imagens em movimento.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

É a grande época da burguesia triunfante; ela está transformando a produção, as relações de trabalho, a sociedade, com a Revolução Industrial; ela está impondo seu domínio sobre o mundo ocidental, colonizando uma imensa parte do mundo que posteriormente viria a chamar-se Terceiro Mundo. [...] No bojo de sua euforia dominadora, a burguesia desenvolve mil e uma máquinas e técnicas que não só facilitarão seu processo de dominação, a acumulação de capital, como criarão um universo cultural à sua imagem. Um universo cultural que expressará o seu triunfo e que ela imporá às sociedades, num processo de dominação cultural, ideológico, estético. (BERNARDET, 1991, p. 127-128)

Tendo isso em vista, nos direcionamos a pensar o cinema como potencia que possibilita a desconstrução de “verdades” históricas – sobretudo problematizando os discursos construídos sob a ótica eurocêntrica – e que permite reconstruir outras narrativas, sob o olhar de quem escreve os roteiros e também de quem os produz – nos mais diversos âmbitos sociais, culturais, econômicos, etc. como também nas linhas e gêneros possíveis. Deste modo, o cinema, tem o poder não só de reconfigurar a historiografia <sup>3</sup>, como também de atuar na reparação narrativa dos fatos em conjunto com os lugares ocupados por quem produz as obras.

Isso posto, entendemos como de suma importância abordar o cinema por outras vias, isto é, por outras formas de construção não condicionada a estrutura eurocêntrica, ocidentalizante e linguagem hollywoodiana, tal qual nosso objeto de estudo que direciona-se mais especificamente ao cinema africano.

Para isso, atendo-nos ao fato de que o cinema é também representação de seu tempo, material substancial da e para história, que tende a refletir a memória coletiva<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> A visão do cinema como entretenimento dificultou seu reconhecimento como objeto da história por muito tempo. Foi no final dos anos de 1960, início dos 70 que o cinema ganhou lugar como objeto na historiografia. Assim, de acordo com Marc Ferro em “cinema e história” o filme não é mero reflexo do social, mas um agente da história, que realiza interpretações da sociedade e da história e por vezes, uma “contra-análise”. Nesse sentido, o historiador deve realizar uma leitura histórica da cinematografia, observando a leitura cinematográfica da história, uma vez que o filme se tornou fonte também para compreensão do mundo social.

<sup>4</sup> A memória, de acordo com Maurice Halbwachs, é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os “quadros sociais” nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

em suas produções, o trabalho de reconhecimento e reconstrução dessas fontes fílmicas tem o poder de atualizar os "quadros sociais". Ou seja, o cinema como fonte, associa-se a memória, resultando em um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*<sup>5</sup>, individual ou coletiva.

Assim sendo, visto que, as narrações (cinematográficas) buscam refazer discursivamente a trajetória do sujeito, de um grupo, de uma sociedade e são guiadas por interesses nitidamente identitários, as narrações, em suas variadas formas, devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, que assim, definem o lugar social e relações que balizaram uma existência.

Com a consciência de que a busca pela identidade é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades, compreender sua construção e os meios envolvidos nesse processo é possibilitar o reconhecimento de culturas e identidades apagadas, esquecidas<sup>6</sup> e/ou marginalizadas pela história.

Por isso, estudar aspectos do cinema não eurocêntrico, com foco no cinema negro, mais especificamente o cinema africano, seus conceitos e práticas com vistas a fortalecer a identidade e reconhecimento das culturas africanas, como dever de memória<sup>7</sup> e compreensão histórica, bem como trabalhar conceitos de identidade com foco no fortalecimento identitário é fundamental.

<sup>5</sup> Partimos do conceito de identidade de Stuart Hall, entendendo-a como dinâmico e relacional, multifacetado, em que as práticas culturais, as representações midiáticas e das estruturas de poder na formação e transformação das identidades são de extrema determinantes.

<sup>6</sup> Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1996, p.426)

<sup>7</sup> Ao que se refere à história e memória, partimos do pressuposto de que é preciso compreender os usos e abusos que ocupam a memória para consolidação de discursos predominantes, entendendo as mediações necessárias e sua importância na construção de culturas, tradições e na construção das identidades. Para isso, utilizamos textos de autores como Jacques Le Goff, em "História e Memória", Pierre Nora, "Les Lieux de Mémoire". Michael Pollak, "Memória, esquecimento, silêncio" e Maurice Halbwachs, "A Memória coletiva".



## **2. DESENVOLVIMENTO**

Considerando que o cinema desempenha um papel significativo na reprodução e perpetuação de ideários, considerando-o como meio cultural e artístico de grande influência e um veículo fundamental para a disseminação de visões de mundo, buscamos desenvolver nossa pesquisa em contrapartida a essa frente hegemônica, centrada em eurocentrismos e também nas produções *Hollywoodianas*<sup>8</sup>.

De acordo com Ismael Xavier na obra “Sétima Arte: Um culto ao moderno” de 1978, o cinema é resultado de um processo artístico, dotado de capacidade de inovar e se adaptar às transformações culturais e tecnológicas, que culmina em um sistema composto por uma linguagem própria, que até hoje predomina enquanto “a arte completa”.<sup>9</sup>

Esclarecemos que não é nossa pretensão aqui discorrer profundamente sobre a teoria do cinema, mas buscamos destacar alguns trabalhos que nos direcionam para pensar as construções fílmicas e seus impactos na sociedade. Assim, tomamos a perspectiva de Xavier como uma de nossas bases acerca do cinema como arte completa, que está em constante diálogo com o seu tempo, refletindo e moldando as experiências contemporâneas.

---

<sup>8</sup> Em linhas gerais o termo "cinema hollywoodiano" se refere a filmes produzidos em Hollywood – bairro de Los Angeles, Califórnia – considerado epicentro da indústria cinematográfica dos Estados Unidos. Devido à produção de filmes em grande escala, com altos orçamentos, técnicas de produção avançadas com intenso uso de recursos tecnológicos e efeitos visuais; estilo narrativo tradicional, mas com gêneros dominantes (como ação, aventura, comédia e drama, são particularmente prevalentes) e impacto global.

<sup>9</sup> O cinema, como "sétima arte", tem a particularidade de se reinventar e de incorporar elementos modernos e inovadores, que o torna um meio dinâmico e evolutivo. Sendo assim, o cinema não é apenas um reflexo do mundo ao seu redor, mas também um agente ativo na criação de novas formas de entender e experimentar a realidade. Ver Ismael Xavier, “Sétima Arte: Um culto ao moderno”.



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Segundo Jean-Claude Bernardet (1980), o cinema não é somente uma ferramenta para criar uma representação fictícia da realidade, mas utiliza a ilusão como componente fundamental para a construção dessa realidade. Ou seja, o cinema – seja na ficção ou no documentário – pauta-se na ilusão para criar e manipular o mundo apresentado ao espectador.

Nesse fluxo, o cinema é produto e produtor de conhecimentos, gerando frutos posteriormente a sua criação, inclusive. Nos influenciado e sendo influenciado por seu período histórico e por seus produtores, o cinema encontra-se na relação entre o que a humanidade acredita como real, na maneira como o cinema reproduz as realidades, e no potencial de dominação que apresenta por tal configuração. Nesse sentido, “Não só o cinema seria a reprodução da realidade, seria também a reprodução da própria visão do homem.” (BERNARDET, 1980, p. 17)

Isso em vista, destacamos que o cinema vai além de um reflexo da sociedade, e assim como afirmam Ella Shohat e Robert Stam (2006) é também um agente ativo na construção e na perpetuação de ideologias. Nesse sentido, o cinema pode consolidar estereótipos (pejorativos e/ou simplificados) sobre diferentes culturas, reforçando preconceitos e desinformação entre o público, o que contribui para uma compreensão distorcida e extremamente limitada das culturas não europeias.

A predominância das representações eurocêntricas, que colocam a cultura europeia e ocidental no centro das narrativas e representações, impacta também na forma como as pessoas (não europeias) veem a si mesmas e suas próprias culturas, acarretando em negação, anulação e apagamento de sua própria identidade para caber nos padrões ocidentais.<sup>10</sup>

No caso de Angola e Moçambique, é importante destacarmos que até o segundo quartel do século XX esses países estiveram sob a égide do colonialismo português, o que

---

<sup>10</sup> O cinema, ao longo da história, frequentemente tem representado a cultura europeia e ocidental como o padrão ou ideal de civilização, enquanto outras culturas são retratadas de maneira estereotipada, marginalizada ou mesmo exotizada. Isso pode reforçar uma visão de que os valores e normas europeus são universais ou superiores.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

influenciava grandemente na manutenção de suas culturas e identidade. Conjuntura que se modifica após processos revolucionários que culminaram no processo de independência em 1975. Segundo pesquisadores (FRANÇA, 2014; MARTINS, 2014), até esse período, as produções cinematográficas sofriam influências da cultura eurocêntrica no processo de produção, no entanto, pós-revolução, irão ganhar novas características. Segundo Alex Santana França,

O cinema desenvolvido em África tem se caracterizado justamente como instrumento de luta contra todas as formas de controle da liberdade, oriundas do processo de colonização europeia que afetou o continente como um todo, em todos os níveis: econômico, cultural, político e psicológico, assim como na construção de sua própria autoimagem. (FRANCA, 2013, p. 6)

Nesse sentido, é importante inserirmos nessas reflexões as históricas conexões entre Brasil, Angola e Moçambique, que decorrem desde o contexto colonial, quando pessoas do continente africano eram submetidas a uma diáspora forçada à medida que foram sequestradas e escravizadas no continente americano. O que nos leva a questionar o quanto conhecemos sobre esses países sob uma perspectiva sócio-histórica, cultural e artística, no que tange uma história de 500 anos de relação, tal como, no contexto contemporâneo.

Sob tais prerrogativas, procuramos analisar alguns filmes desses países para entendermos as problemáticas envolvidas no campo do cinema, suas implicações sociais, culturais, econômicas e identitárias, tendo em vista que a diversidade das cinematografias africanas, não podem ser entendidas como um bloco homogêneo, uma vez que explora diferentes tradições, influências e práticas cinematográficas que variam de país a outro e mesmo dentro de cada país africano.

Nessa linha, como afirma Thaís Vieira Costa, em "Dimensões críticas sobre cinematografias africanas em Cinemas Africanos: abordagens críticas", é indispensável considerar as estéticas e as formas narrativas utilizadas no cinema africano, incluindo o

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

uso de simbolismos locais, tradições orais e formas de expressão visual que são específicas da cultura africana.

Outro aspecto importante a considerarmos quando pensamos em cinema africano em contrapartida ao hollywoodiano e o cinema europeu é como interagem com as produções locais, as dinâmicas de poder e a influência das práticas e padrões internacionais sobre o ele. Da mesma forma, as condições econômicas e os desafios enfrentados por seus cineastas, incluindo a falta de recursos, infraestrutura limitada e as dificuldades na distribuição e exibição dos filmes se tornam questões fundamentais, visto que afetam a forma como os filmes são produzidos e divulgados.

Ao abordar a cinematografia africana, a autora ressalta o quanto o cinema africano oferece plataforma vital para discutir e representar a experiência do continente de maneira que valorize sua complexidade e riqueza cultural, pois busca criar uma representação mais autêntica e controlada de suas experiências, contrastando com as representações muitas vezes estereotipadas ou distorcidas de fora.

Há um esforço consciente para retratar a diversidade e a complexidade das culturas africanas, promovendo uma auto-representação que desafia as narrativas coloniais e imperialistas. Nesse sentido, os filmes africanos frequentemente abordam temas relacionados à identidade cultural e étnica, explorando como as tradições e as práticas culturais (que podem incluir representação de rituais, costumes e a influência das diásporas africanas) são preservadas ou transformadas em um contexto moderno e globalizado.

Em muitos casos, os filmes abordam questões relacionadas à independência, aos conflitos pós-coloniais e à busca por uma identidade nacional coesa, muitas vezes confrontando as tensões entre a modernidade e as tradições. Do mesmo modo, podem ser vistas narrativas em torno da resistência a opressões e injustiças, explorando histórias de luta e transformação social.

Assim, compreendemos que o cinema desempenha um papel vital na construção e reflexão sobre identidades nacionais, individuais e coletivas. Por isso, seu papel vai

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

além de obra estética e de entretenimento. Ele é representação cultural, identitária, ferramenta de ativismo social e político, instrumento de fortalecimento de identidades, reparação da história, memória e resistência.

### **3. CONSIDERAÇÕES**

Com o passar do tempo o cinema passou a ser concebido como uma representação, recorte e visão de mundo social e o foco se voltou também às práticas sociais relacionadas ao cinema como produção e apropriação considerando as relações sociais ao seu redor. Assim, a abordagem do filme como fonte passou também a ser entendido como um campo social, um conjunto mais ou menos sistemático de práticas que explica também o contexto social, as relações de sujeitos sociais relacionadas à produção, significação e consumo de filmes, proporcionando possibilidades de pensá-los sob diversas perspectivas, inclusive como representação identitária e forma de resistência.

A construção de narrativas cinematográficas muitas vezes reflete e reforça ideologias eurocêntricas, apresentando histórias, personagens e contextos que privilegiam a perspectiva ocidental. Isso inclui a idealização de heróis ocidentais e a demonização ou romantização de culturas não europeias de maneira que sustentam visões preconceituosas, excludente e de subserviência.

Ter os padrões de produção e distribuição, sendo o domínio das indústrias cinematográficas ocidentais (particularmente Hollywood) no mercado global significa que as representações e as histórias vindas dessas indústrias frequentemente se tornam normas culturais globais. Esse controle sobre a produção e a distribuição tende a marginalizar ou excluir as vozes e perspectivas de culturas não europeias.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

As representações cinematográficas podem também moldar a opinião pública e até mesmo as políticas internacionais, criando ou reforçando uma visão de mundo que favorece interesses e perspectivas europeus e ocidentais. Da mesma forma, a hegemonia das narrativas eurocêntricas no cinema contribui para uma desigualdade cultural, em que culturas não europeias têm menos visibilidade e reconhecimento.

Por isso, nos remetemos ao Hall e o papel da representação na construção da identidade, que afirma que a forma como os indivíduos e grupos são representados na mídia e na cultura tem impacto significativo na formação e percepção da identidade. Ou seja, tais representações constroem e reforçam a maneira que nos relacionamos (pessoal ou coletivamente) com o mundo. Assim, a identidade não é apenas pessoal, mas estão inseridas em relações de poder e estruturas sociais que podem limitar ou possibilitar certas formas de identidade.

Com base na premissa de que as práticas estéticas se relacionam com a identidade e a representação cultural, podemos afirmar que o cinema africano lida com questões de identidade cultural, étnica e nacional, além representar a realidade para públicos internos e externos, apoiados em narrativas sobre a própria experiência e a auto-representação. Portanto, esses filmes não apenas retratam a luta contra a opressão, mas também exaltam as conquistas e as aspirações das comunidades africanas. Nesse sentido, é possível compreender o papel do cinema africano como uma ferramenta de ativismo social e político.

Tendo isso em vista e considerando o papel do cinema na reprodução do ideário eurocêntrico e os impactos na sociedade, é possível ponderar que para enfrentar essas questões, são necessárias estratégias que promovam maior diversidade de vozes e perspectivas no cinema, como também representações mais equilibradas e inclusivas.

**4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é Cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ESTEVES, Ana Camila; OLIVEIRA, Jusciele. **Cinemas africanos contemporâneos: abordagens críticas** / Ana Camila Esteves; Jusciele Oliveira (orgs.). – São Paulo: Sesc, 2020.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. [ S. l. ]: Editora Ulisseia, 1961.

FRANÇA, Alex Santana. **O cinema moçambicano pós-colonial: outros olhares, outros discursos**. Revista Crioula, (13). Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2013.64732> Acesso em: 20/05/2023.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. São Paulo: Paz e terra, 2010.

HALL, Stuart. **A Identidade em Questão**. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/38779352/HALL\\_-\\_A\\_IDENTIDADE\\_EM\\_QUESTA%C6%92O.pdf](https://www.academia.edu/download/38779352/HALL_-_A_IDENTIDADE_EM_QUESTA%C6%92O.pdf) Acesso em 08/07/2024

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. In. La République, La Nation, Les France. Paris: Gallimard, 1997.

STAM, Robert. **A poética e a política do pós-modernismo**. In. Introdução à teoria do cinema. Campinas: Papirus, 2003.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica a imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

XAVIER, Ismail. **Sétima Arte: Um culto ao moderno**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

### MULHERES, JUVENTUDES E MEMÓRIAS: AS MARCAS AFETIVAS DA MILITÂNCIA

#### Eixo 3: Práxis das lutas e protagonismos

Débora Pedroza Morelato <sup>1</sup>

Bruna Koyama Germinara <sup>2</sup>

Sonia Regina Vargas Mansano <sup>3</sup>

#### RESUMO

O projeto objetivou investigar como as atividades de ativismo, liderança e militância impactam a vida de mulheres jovens, valendo-se de informações acessadas na internet. A pesquisa foi estruturada em duas fases: a primeira envolveu uma análise teórica do conceito de lutas sociais e suas repercussões no cotidiano. Na sequência houve um mapeamento documental a fim de identificar histórias de mulheres militantes no Paraná. Como resultado foram analisadas duas histórias de jovens militantes, seus desafios e lutas. O estudo concluiu que ações realizadas na juventude impactam as trajetórias de vida e dão visibilidade a práticas que prezam pela expansão do coletivo.

**Palavras-chave:** ativismo; liderança comunitária; militância; mulheres; história

#### ABSTRACT

The project aimed to investigate how activism, leadership and militancy activities impact the lives of young women, using information accessed on the internet. The research was structured in two phases: the first involved a theoretical analysis of the

<sup>1</sup> Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de Iniciação Extensionista pela Fundação Araucária. E-mail: debora.pedroza@uel.br

<sup>2</sup> Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Participante colaboradora do projeto de extensão. E-mail: bruna.germinara@uel.br

<sup>3</sup> Psicóloga e coordenadora do projeto. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. E-mail: mansano@uel.br

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

concept of social struggles and their repercussions on everyday life. Subsequently, there was a documentary mapping to identify stories of women militant in Paraná. As a result, two stories of young militants, their challenges and struggles were analyzed. The study concluded that actions carried out in youth impact life trajectories and give visibility to practices that value the expansion of the collective.

**Keywords:** activism; community leadership; militancy; women; history

### 1. INTRODUÇÃO

Não ande nos bares, esqueça os amigos  
Não pare nas praças, não corra perigo  
Não fale do medo que temos da vida  
Não ponha o dedo na nossa ferida  
(Elis Regina, 1982)

Evocar a memória da juventude que resistiu à ditadura militar é fundamental para a preservação da história e o fortalecimento da democracia. Esses jovens, que pagaram muitas vezes com suas vidas e liberdades, se opuseram à opressão e defenderam ideais de justiça e liberdade, consolidando-se como símbolos de coragem e resistência. Ao rememorar suas lutas, destacam-se seu legado e se promove a conscientização das novas gerações sobre a importância da resistência a regimes autoritários. Essa memória coletiva desempenha um papel crucial ao alertar continuamente sobre os riscos inerentes à perda de direitos e liberdades.

O engajamento com práticas de ativismo, liderança e militância das mulheres desempenha um papel central na promoção de transformações significativas nas dinâmicas sociais e políticas das comunidades. Ao longo do tempo, as mulheres têm enfrentado desafios sistêmicos e discriminação, respondendo a essas situações por meio de um notável ativismo. Seja na busca pela igualdade de gênero, na defesa dos direitos reprodutivos, na participação política efetiva ou no combate à violência de gênero, as mulheres têm liderado movimentos que desafiam normas estabelecidas e

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

inspiram outros cidadãos a se envolverem na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

As ações de mulheres na micropolítica cotidiana voltada para o bem comum é extensa e vai desde a liderança comunitária, passando pelo ativismo e pela militância. Há distinção entre essas denominações? Consultando a literatura, é possível conceber o líder comunitário como um agente de mudança, engajado na transformação das instituições sociais e na emancipação de indivíduos em situações de exclusão e opressão. Dentro desse contexto, os líderes comunitários conseguem identificar os recursos, potencialidades e necessidades da comunidade, contribuindo para que esta adquira poder e capacidade cívica para promover mudanças e alcançar seus objetivos (Evans, 2012 apud LOPES, 2021). Pigg (1999) ressalta que a liderança comunitária não está restrita a uma autoridade formal, podendo emergir organicamente das relações estabelecidas dentro da própria comunidade. Anteriormente, acreditava-se que a liderança era um traço inato. Entretanto, essa visão foi desmistificada, reconhecendo-se que a liderança é socialmente construída em situações cotidianas, podendo, inclusive ser ensinada e aprendida. Nesse contexto, um dos atributos do líder comunitário é descobrir as competências e capacidades do grupo, estimulando cada membro a contribuir ativamente na busca por soluções para os problemas presentes e futuros da comunidade.

Já em relação às denominações ativismo e militância observa-se que, muitas vezes no cotidiano, há uma utilização intercambiável das expressões, considerando-as sinônimas, devido à sua afinidade na promoção de ações que visam intervir nas normas sociais preexistentes. Contudo, tais termos denotam metodologias discrepantes, conforme explicitado por Veiga-Neto (2012):

A militância – como uma *actio militaris* – e o ativismo são, ambos, da ordem do agir para frente, da ação para uma mudança de posição, da ação para uma outra situação diferente da que se tem. Mas enquanto aquela se rege pela lógica da obediência hierárquica, este se funda na maior liberdade possível e permitida pela combinação entre a díade pensável-dizível e o visível (p. 273).

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

A militância pode ser caracterizada por uma estrutura que se assemelha à de um cenário de guerra. Isso envolve a definição de espaços e períodos em uma abordagem operacional, identificando locais e momentos específicos para a execução de ações relacionadas a algum tipo de conflito em curso. Ela pressupõe a participação ativa de indivíduos ou grupos em causas específicas, buscando instigar mudanças e advogar por ideais determinados. No contexto brasileiro, a terminologia militância tem sido associada a diversas formas de envolvimento político e social, abrangendo desde movimentos sociais até partidos políticos (SALLES, 2018)

Dentre as nomenclaturas aqui estudadas temos também o ativismo. Essa prática é, primariamente, caracterizada pela colaboração entre indivíduos que compartilham um senso de solidariedade e identidade. Seu propósito central é promover alterações na ordem social vigente, seja integralmente ou em partes específicas, por meio de ações frequentemente não institucionais. Dessa forma, visa influenciar os desdobramentos dos processos sociais e políticos, abarcando valores, práticas sociais e decisões institucionais de governos e organizações envolvidas na formulação de políticas públicas (MACHADO, 2007). Esse sentimento de conexão e pertencimento é essencial para fortalecer o movimento ativista. Quando as pessoas se unem em prol de uma causa comum, elas não apenas compartilham objetivos e metas, mas também se apoiam mutuamente emocionalmente. Esse vínculo fortalecido pela solidariedade é o que impulsiona o ativismo para além do simples número de participantes, tornando-o em um elemento de transformação social.

Diante do exposto, ressalta-se a urgência de manter uma atenção sensível, e constante sobre a defesa dos direitos das populações, uma vez que tais direitos permanecem sujeitos a ameaças. É crucial, portanto, promover a disseminação de informações sobre ativismo e liderança feminina, garantindo que esses conhecimentos sejam amplamente acessíveis e que os ganhos já alcançados não sejam revertidos. Essa divulgação efetiva e contínua é essencial para fortalecer a conscientização pública e



sustentar o progresso em direção à igualdade de gênero e à justiça social (PIRES, MOTTA, 2020).

## **2. TRAJETÓRIAS DE MILITÂNCIA: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**

Com esse delineamento conceitual prévio, voltamos a atenção a um mapeamento documental de mulheres ativistas que atuam no estado do Paraná, selecionando dois casos que possibilitaram compreender, em uma esfera micropolítica e localizada, quais os impasses afetivos gerados nas suas histórias de vida e sua relevância política para a comunidade. As duas histórias que aqui serão apresentadas e analisadas estiveram implicadas com as ações de militância durante a juventude, demonstrando o quanto esse momento da existência é crucial para colocar quem questiona as regras hegemônicas dos poderes vigentes e as possibilidades de transformação.

As histórias foram selecionadas a partir dos relatos presentes no livro “Depoimentos para a História: A Resistência à Ditadura Militar no Paraná” (OLIVEIRA, SAHD, CALCIOLARI, 2014). Além do livro, analisaram-se os depoimentos completos disponíveis no YouTube e foram complementados pelos artigos “Gênero, Memória e Ditadura: A Militância Política de Lídia Lucaski no Paraná” (CONRADI, 2020) e “Memórias do Sótão: Vozes de Mulheres na Militância Política contra a Ditadura no Paraná” (CONRADI, 2015). Dessa forma, entende-se que

A invisibilidade feminina foi entendida como um silêncio político embasado em estratégias de poder, por apagar as trajetórias femininas (...). E, para contrapor tal afirmação, as vozes das mulheres foram ouvidas, transcritas e analisadas. Somente elas poderiam, a partir de suas memórias, trazer à luz suas trajetórias e suas performances (CONRADI, 2015, p. 43).

Intentamos, na apresentação desses relatos, trazer à luz as histórias de vida das mulheres que, durante sua juventude, militaram contra a ditadura, valorizando não

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

apenas seus pontos de vista e vozes, mas também seus nomes e relevância histórica. Hoje, elas são reconhecidas por suas existências complexas, uma vez que são plenas de contradições, lutas, vitórias, amores, tristezas, alegrias, ressentimentos e desafios (CONRADI, 2015).

### 3. RESULTADOS: MULHERES, MEMÓRIAS E AFETOS

Tendo esse cenário em vista, apresentaremos na sequência alguns fragmentos de entrevistas das duas militantes selecionadas, que foram analisados com base no referencial teórico da Psicologia Social, atentando aos desdobramentos relacionais e afetivos dessa vinculação.

#### 3.1 Elizabeth Franco Fortes

Durante seu período de formação universitária, participou ativamente do movimento estudantil, em um contexto de intensa efervescência cultural, com acesso à leitura, cinema, teatros e grande agitação na faculdade. Em 1968, foi detida em São Paulo por participar do Congresso da UNE em Ibiúna, juntamente com outros estudantes paranaenses, sendo somente liberta uma semana depois e em seguida condenada a um ano e meio de reclusão. A experiência de detenção ilustra as dificuldades e sacrifícios enfrentados por muitos militantes em suas lutas por justiça e transformação social.

Ao longo de sua narrativa, Elizabeth destaca a importância do companheirismo e da permanência em grupo para manter a força de luta, visto que o sentimento de insegurança era constante, assim como a sensação contínua de risco de morte e a perseguição acadêmica. Essas experiências ressaltam a necessidade de contar com redes de apoio mútuo, fundamentais para sustentar as ações de resistência das militantes. Elizabeth conta que ficou muito tempo sendo vigiada, mesmo após ser solta, tentando voltar a uma vida normal. Tentou retomar o curso de Jornalismo na UFPR, mas

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

por dois anos sua matrícula foi recusada. Professores recebiam ordens para reprová-la sistematicamente, obrigando-a a mudar de instituição para concluir seus estudos.

Apesar do reconhecimento e respeito pela militância, essa atividade também implica discriminação, rotulagem negativa e falta de compreensão por parte das pessoas, estejam elas próximas ou distantes. Além disso, algumas lideranças enfrentaram dificuldades nos estudos formais devido à militância, seja por não darem continuidade, seja por demorarem mais tempo para concluir seus estudos. Para algumas jovens, a militância representou a renúncia à educação formal (BALTAZAR, 2004). Além disso, ao descrever o medo constante que sentiu após sua prisão, acompanhado por uma sensação persistente de perseguição, Elizabeth expõe:

Confesso que os primeiros dias eram assustadores, por que depois que você fica um ano e meio presa em uma cadeia, você é muito insegura, tem-se medo de tudo (...). Minha mãe via que tinha o tempo todos havia pessoas nos vigiando, não vigia somente a mim, mas a casa toda (FORTES, 2014,).

Mesmo com todas as adversidades, Elizabeth seguiu em suas atividades de militância firmando seu compromisso com a transformação social que se estendeu para além dessas práticas e trouxe efeitos significativos na organização política de nosso país.

### 3.2 Lídia Lucaski

A história de vida de Lídia Lucaski, uma militante ambientalista nascida em Araucária, cidade localizada no estado do Paraná, revela uma trajetória de engajamento político e resistência marcada por vínculos familiares, experiências pessoais e contextos históricos adversos. Seu crescente interesse pelo teatro a conectou com universitários engajados em projetos teatrais de resistência no início dos anos 1960, um contexto social crucial para o desenvolvimento de sua consciência política.

Em 1968, com a implementação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), Lídia se envolveu ativamente em diversas formas de resistência, incluindo reuniões, debates,

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

apresentações teatrais, manifestações e pichações. Sua participação nas atividades do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e sua residência na Casa do Estudante Universitário de Curitiba (CEUC) ilustram sua imersão no movimento estudantil e na luta contra a ditadura. Essa imersão no ativismo estudantil, além de uma questão de oposição ao regime, demonstrava o poder da ação coletiva. Lídia acreditava que, através da união e da mobilização das vontades individuais, seria possível criar uma força capaz de desafiar a ditadura. A experiência nas atividades do DCE e na CEUC proporcionou a construção de um sujeito político coletivo, onde cada indivíduo tinha um papel essencial na luta maior pela liberdade e justiça. Em suas palavras:

A gente se sentia muito revolucionário que podia mudar o mundo, mas não foi bem assim não (...) Era militância direta, passeatas, comício relâmpago, roda manifesto na clandestinidade, confeccionar cartazes, sair depois para rua e ser preso. Invasão de UPA, tomada da Reitoria e prisões se sucediam, não tinha mais como ficar neutro se estava contra a repressão (LUCASKI, 2014).

Com o endurecimento normativo e valorativo do regime, Lídia sabia que seria presa, e por isso, foi levada para o Rio de Janeiro. Seus contatos com membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da igreja e com Branca Moreira Alves permitiram que ela fosse conduzida à clandestinidade para fora do país. A narrativa de sua fuga e vida no exílio é permeada pela incerteza e medo, sem saber se poderia retornar ao Brasil. Sua história evidencia as múltiplas formas de engajamento e resistência, os riscos enfrentados e a coragem necessária para desafiar um regime opressor. As experiências relatadas por Lídia fornecem uma compreensão profunda dos desafios específicos enfrentados pelas mulheres militantes, ampliando a narrativa histórica sobre a resistência à ditadura e destacando a importância da memória e do testemunho na preservação dessa história de luta.

A militância, embora realizada com paixão e prazer, também acarretou desgastes, cansaço e desafios, tanto na atuação em movimentos sociais quanto na vida pessoal e familiar. Nota-se, por sua história, que apesar de proporcionar ganhos e realizações, a militância é inseparável de sacrifícios e adversidades.

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

Ao final deste percurso, fica evidente que as mulheres, ligadas a movimentos de ativismo e militância na juventude, ensinam a importância de uma abordagem cuidadosa e seletiva em relação aos encontros e afetos nas atividades coletivas. Elas destacam que nem todos os encontros coletivos são construtivos ou acolhedores, e que é crucial manter uma escuta analítica para discernir entre aqueles que fortalecem o coletivo e aqueles que podem causar desgaste e frustração. Não há garantias nas alianças estabelecidas entre grupos, pois os encontros e os afetos são diversos, variáveis e transitórios. Isso exige uma constante análise sensível sobre os vínculos e rupturas proporcionados pelos encontros, considerando as flutuações de poder que surgem dessas interações (MANSANO, et.al, 2024).

A trajetória de Lídia e Elizabeth, como revelada através de suas narrativas, vai muito além de uma simples reconstrução de eventos passados. Suas histórias representam um processo contínuo de reinvenção das próprias trajetórias de vida, profundamente marcadas por uma complexa teia de memórias e afetos que misturam ressentimentos, vitórias, frustrações e conquistas. Cada memória revisitada e cada experiência reavaliada permitem que elas ressignifiquem o passado, não apenas como uma série de acontecimentos, mas como um terreno fértil para a construção de novas perspectivas sobre si mesmas e sobre o mundo ao seu redor (CONRADI, 2020).

Ao revisitar suas vivências durante o período da ditadura militar, Lídia e Elizabeth não se limitam a relatar suas histórias; elas criam um diálogo crítico e necessário com o presente. Esse processo de autorreflexão e narrativa pessoal funciona como um poderoso ato de resistência, desafiando as tentativas históricas de apagar ou minimizar o papel das mulheres e da juventude nas lutas políticas. Ao se posicionarem como protagonistas de suas próprias histórias, elas reafirmam sua agência como sujeitos



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

políticos, reivindicando o espaço que lhes foi negado na narrativa oficial da história hegemônica (CONRADI, 2020).

Documentar e analisar as histórias dessas jovens militantes é, portanto, um ato de subversão contra a ideia largamente difundida de que a luta contra a ditadura foi predominantemente masculina. Ao revisitar essas vozes, reconhecemos e celebramos a contribuição única das mulheres na construção de novos paradigmas de ação política e resistência. As memórias de Lídia e Elizabeth não são apenas registros do passado; elas são sementes que florescem no presente, criando possibilidades de engajamento político para as gerações futuras. Essas histórias pessoais exemplificam como as memórias individuais podem ser transformadas em ferramentas de reivindicação e transformação social. Elas mostram que a luta pela justiça, pela liberdade e pelos direitos humanos é um processo contínuo e dinâmico, sempre em evolução. Através das memórias e das experiências dessas mulheres, somos lembrados de que o passado não é um fim em si, mas uma base sobre a qual o presente e o futuro podem ser constantemente reinventados e reimaginados.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAZAR, B. **Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 20, n. 2, p. 183–190, maio 2004.

CONRADI, C. **Memórias do sótão: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985).** Curitiba, 2015. 266 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná.

CONRADI, C. Gênero, Memória e Ditadura: a Militância Política de Lídia Lucaski no Paraná. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 68, n. 1, p. 261-296, dez. 2019.

ISSN 2447-8261. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/70916>>. Acesso em: 14 ago. 2024.  
doi:<http://dx.doi.org/10.5380/his.v68i1.70916>.

EVANS, S. D. **Community leadership.** *Global Journal of Community Psychology Practice*, v. 3, n. 3, p. 1-6, 2012.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

REGINA, E. **Cartomante**. Elis Ao Vivo/1995 - YouTube. Disponível em:  
<https://youtu.be/zNKccTS7tJQ?si=r4xL1qut0cKBtEmp>. Acesso em: 14 ago. 2024.

MACHADO, J. A. S. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais**. Sociologias [online]. 2007, n. 18 [Acessado 25 Abril 2023], pp. 248-285. Disponível em:  
<<https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>>. Epub 13 Set 2007. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>.

MANSANO, S; MEZZARI, D; *et al.* **Ativismo, militância e liderança de mulheres: Diálogos que constroem um bem-estar comum**. Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental, v. 5, n. 1, p. e3464–e3464, 2024. Disponível em:  
<<https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3464>>. Acesso em: 4 jul. 2024.

OLIVEIRA, A; SAHD, F; CALCIOLARI, S. **Depoimentos para a história: A resistência à ditadura militar no Paraná**. Curitiba: DHPaz, 2014.

PIGG, K. E. (1999). Community leadership and community theory: A practical synthesis. **Journal of Community Development Society**, 30(2), 196-212. PINHEIRO, D. C.; BORGES, R. C. O. **A importância da liderança comunitária no processo de desenvolvimento local**. Dezembro 2012. Email: observatoriodecultura@gmail.com.

PIRES, D; MOTTA CASTRO, A. **Todo espaço é político: ativismo de mulheres nas redes sociais**. Revista Docência e Cibercultura, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 143–161, 2020. DOI: 10.12957/redoc.2020.49604. Disponível em:  
<https://www.epublicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/49604>. Acesso em: 8 abr. 2024.

SALES, A. L. L. DE F.; FONTES, F. F.; YASUI, S. **Para (Re)Colocar um Problema: A Militância em Questão**. Trends in Psychology, v. 26, n. 2, p. 565–592, abr. 2018.

VEIGA-NETO, A. (2012). **É preciso ir aos porões**. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, 2012.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## POR UMA PSICOLOGIA QUE RIMA E LUTA COM AS JUVENTUDES

### Eixo 3 - Práxis das lutas e protagonismos

Ana Clara Totti<sup>1</sup>

Giovanna Kawana Lima<sup>2</sup>

Greiciely Soares dos Santos<sup>3</sup>

Ligia Maria Nascimento Braga<sup>4</sup>

Luma Fernandes Garcia da Silva<sup>5</sup>

Roberth Miniguine Tavanti<sup>6</sup>

Alejandra Astrid Leon Cedeno<sup>7</sup>

### RESUMO

Este relato visa apresentar as experiências de estudantes e docentes de psicologia da UEL durante a execução do Projeto Freestyle D Rua, realizado no primeiro semestre de 2024, na Casa das Artes, zona sul da cidade de Londrina. Acreditamos na potência da cultura Hip-Hop e das Batalhas de Rima como recurso estratégico para construção coletiva de práticas de cuidado, denúncia das opressões e violências, assim como instrumento teórico-metodológico a ser utilizado pela psicologia social no fortalecimento das práticas emancipadoras articuladas aos processos de elaboração do sofrimento e engajamento político nas lutas por dignidade e cidadania.

**Palavras-chave:** Psicologia Social; Juventudes; Hip Hop; Cuidado.

### ABSTRACT

This report aims to present the experiences of UEL psychology students and teachers during the execution of the Freestyle D Rua Project, carried out in the first semester of 2024, at Casa das Artes, south of Londrina. We believe in the power of Hip-Hop culture and the

<sup>1</sup> Estudante de psicologia, colaboradora, ana.clara.totti@uel.br.

<sup>2</sup> Estudante de psicologia, colaboradora, giovanna.kawana@uel.br.

<sup>3</sup> Estudante de psicologia, colaboradora, greiciely.soares@uel.br.

<sup>4</sup> Estudante de psicologia, arte-educadora, rapper e MC, colaboradora, ligia.maria.nascimento@uel.br.

<sup>5</sup> Psicóloga, colaboradora externa, lumafg@hotmail.com

<sup>6</sup> Docente do curso de Psicologia da UEL, Doutor em Psicologia Social, roberth.tavanti@uel.br.  
Docente do curso de Psicologia da UEL, Doutora em Psicologia Social, alejandra@uel.br.

<sup>7</sup> Docente do curso de Psicologia da UEL, Doutora em Psicologia Social, alejandra@uel.br.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Battles of Rhyme as a strategic resource for the collective construction of care practices, denouncing oppression and violence, as well as a theoretical-methodological instrument to be used by social psychology in strengthening emancipatory practices linked to processes of elaboration of suffering and political engagement in struggles for dignity and citizenship.

**Keywords:** Social Psychology; Youths; Hip-Hop; Careful

### 1. INTRODUÇÃO

“Cê tá vivo? FAZ RAP mas quando eu tiver morrendo, FAZ RAP Deus que nos tire tudo, mas nunca tire o RAP”

ETRA, 2024.

O presente relato de experiência é resultado das atividades de extensão do Projeto “Sarauzin” desenvolvidas, entre os meses de fevereiro a junho de 2024, por estudantes e docentes do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) em parceria com o coletivo Freestyle D Rua, na região do Jardim Perobal, zona sul, da cidade de Londrina. Vale dizer que, as ações culturais produzidas ao longo deste período - oficinas, batalhas de rima e rodas de conversa estão alinhadas às estratégias de intervenção e objetivos específicos do projeto de extensão “Entretons: Disrupturas Discursivas Decoloniais de Comunicação de Vidas que Importam”, do Departamento de Comunicação da UEL.

Em linhas gerais, buscamos com o projeto “Sarauzin” potencializar as ações públicas de cultura (BITTENCOURT, MATHEUS e TAVANTI, 2018) em territórios vulnerabilizados da cidade de Londrina, tendo como referencial teórico-metodológico a psicologia social crítica (SPINK, M.J; SPINK, P. 2014) em diálogo com a noção de Ecologia de Saberes (SOUZA, 2010) no contexto das políticas públicas em uma perspectiva cidadã. Ou seja, por meio da construção e realização de oficinas de Hip Hop, Batalhas de Rima e rodas de conversa produzidas pelo coletivo Freestyle D Rua, agentes universitários e os/as adolescentes e jovens moradores da região do Jardim Perobal,



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

objetivou-se a valorização da cultura Hip Hop, o protagonismo das juventudes locais e a articulação dos movimentos sociais e culturais com atuação nesses territórios.

A princípio, as atividades desenvolvidas consistiram na organização, articulação e mobilização de saraus na zona oeste e sul da cidade. Seguindo as pistas do trabalho desenvolvido por Tavanti (2018), tomamos como horizonte de trabalho o acompanhamento das práticas artísticas, culturais e comunitárias produzidas por coletivos culturais em diálogo com os movimentos sociais com atuação em territórios vulnerabilizados, buscando, desse modo, construir conexões e parcerias entre os/as participantes do Projeto de Extensão e os atores sociais implicados com o movimento Hip Hop, enquanto um recurso estratégico para o acesso ao direito cultural e à prática da cidadania ativa nessas localidades.

Importante ressaltar que a partir da integração gradual de MCs e Rappers como parceiros nos saraus, notamos como as Batalhas de Rima e o próprio movimento Hip-Hop estavam se multiplicando na cidade, sobretudo, no sentido da ampliação e consolidação de espaços de resistência política nas periferias e articulação de estratégias coletivas de cuidado entre adolescentes e jovens participantes.

Segundo Silva e Vasconcelos (2021): a cultura Hip-Hop e, portanto, as Batalhas de Rima são carregadas de sentidos das lutas e resistência dos movimentos sociais com atuação nas periferias dos centros urbanos, isto porque para além das denúncias referentes às opressões e violências vividas diariamente pelos grupos subalternizados, as ações culturais produzidas pelos coletivos de Hip-Hop, acabam por oportunizar novas modalidades de expressão artísticas e políticas vinculadas à elaboração dessas vivências, configurando-se como recurso para o fortalecimento das redes afetivas e comunitárias de apoio e cuidado mútuo, contribuindo, por exemplo, nos processos de enfrentamento coletivo dos problemas vivenciados e promoção da saúde mental entre os/as envolvidos/as. Através das práticas artísticas, políticas e comunitárias do movimento Hip-Hop torna-se possível compartilhar experiências e posicionar os



sujeitos enquanto portadores de potencialidade de criação, no sentido de ampliação das práticas emancipatórias e busca por estratégias de cuidado coletivas (SILVA e VASCONCELOS, 2021).

Em suma, a frente de extensão “Saruzin” optou, nesse processo, por realizar ações culturais que pudessem fortalecer a cultura Hip-Hop em territórios vulnerabilizados da cidade por meio da parceria com o Freestyle D Rua, na oferta de oficinas temáticas - história do Hip Hop, escrita poética, Freestyle e Discotecagem, Performance e Fotografia - articulação e realização de cinco Batalhas de Rima em um dos espaços comunitários da Associação Londrinense de Circo (ALC), a Casa das Artes, localizada, na zona sul, de Londrina.

## **2. A CULTURA HIP HOP**

Como forma de resistência política, articulação cultural e promoção de saúde, os/as estudantes e docentes do curso de Psicologia da UEL em parceria com o coletivo Freestyle D Rua promoveram durante os meses de fevereiro a julho de 2024, cinco Oficinas sobre a cultura Hip Hop, uma roda de conversa com o tema “Rap é compromisso!” e organizaram cinco Batalhas de Rima, tendo como público alvo adolescentes e jovens moradores em bairros periféricos, localizados no extremo sul, da zona sul da cidade de Londrina.

### **2.1.Oficina de História da Cultura Hip Hop**

A oficina História da Cultura Hip Hop foi executada pelos arte-educadores Damião Rodrigues - DJ Damião Milianos e Felipe da Silva - Mc Fefê. Onde, através da oralidade e musicalidade, os/as participantes puderam ter um panorama do surgimento e história da Cultura Hip Hop no Brasil e na cidade de Londrina.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Em nossa avaliação, oficinas sobre a história do Hip Hop voltadas às crianças, adolescentes e jovens periféricos são fundamentais, pois promovem a valorização de suas raízes culturais, promovendo processos de identificação com o movimento Hip Hop e oferecendo uma plataforma para a expressão artística e social. Ou seja, ao conhecerem as origens deste movimento cultural, estético e político como uma resposta às desigualdades, às opressões e às violências vividas por jovens negros moradores das regiões vulnerabilizadas seja nos EUA, ou nas periferias das capitais brasileiras, os adolescentes e jovens participantes se conectam com as histórias de resistência política e a criatividade dos artistas-cidadãos, encontrando inspiração para explorar sua identidade e voz.

Através desta oficina em particular, percebemos os/as participantes com muita curiosidade sobre os temas e entusiasmados com as histórias ali contadas. Após a oficina sobre a história do movimento Hip Hop realizamos uma batalha de rima, onde os/as participantes citaram algumas histórias e artistas apresentados nas oficinas, demonstrando uma domínio sobre os conteúdos compartilhados.

## **2.2 Oficina de Escrita Poética**

Foi oferecida a oficina de Escrita Poética na Casa das Artes, como uma forma de incentivo à criatividade e valorização dos conhecimentos que cada um dos participantes - adolescente e jovens - possuem em suas comunidades. Estavam presentes além dos estudantes e docentes do curso de Psicologia da UEL, os/as integrantes do coletivo Freestyle De Rua, entre outros MC's da região como Abdallah, Etra, Latina e Muhai, que fizeram a alegria de todos os/as presentes. Além deles - MC's conhecidos na cena das Batalhas de Rima da cidade, participaram também deste dia os integrantes do projeto Movimento Hip Hop de Londrina, o qual tem realizado gravações e entrevistas com vistas à construção de um documentário sobre as Batalhas de Rima na cidade de Londrina.

### **2.3 Oficina de Freestyle e Discotecagem**

Contando com a presença de jovens da periferia e a comunidade engajada, foi possível realizar a oficina de Freestyle e Discotecagem, onde os/as jovens, adolescentes e as crianças que estavam presentes na Casa das Artes tiveram contato com a controladora do Dj Damião Mili Anos, que ensinou técnicas de mixagem e produziu a alegria de todos/as. Como de costume, após a oficina, foi realizada uma Batalha de Rima com MC's iniciantes e MC's convidados, onde foi possível observar o desenvolvimento da postura e das habilidades de fala, expressão corporal e poética dos/as adolescentes e jovens participantes.

### **2.4 Oficina sobre Performance**

A oficina sobre performance realizada pela arte-educadora e rapper Lígia Braga - Cleópatra, foi recebida como mais uma forma de fortalecimento e conexão entre a comunidade e demais atores envolvidos com o Projeto "Sarauzin", deixando em evidência o impacto que a cultura Hip Hop pode proporcionar na promoção da saúde entre os/as jovens e adolescentes moradores nesses territórios.

A performance pode ser entendida como uma modalidade artística híbrida que abraça diversos tipos de linguagens, como teatro, música, artes plásticas e artes visuais. É como o corpo da(do) artista se coloca diante de sua manifestação artística, como esse corpo se envolve com o tempo e espaço criado por sua arte. Nesse sentido, essa oficina foi voltada para o trabalho da confiança, individual e coletiva, frente à arte produzida pelas crianças, jovens, adolescentes e adultos que participaram. Três pontos foram refletidos: (1) como o artista percebe sua arte; (2) como o coletivo percebe a arte vinda do artista e (3) como a manifestação artística é construída em coletivo. Ou seja, como o

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

sujeito se sente e demonstra sentir em relação a manifestação artística que produz, como o coletivo se sente e demonstra sentir em relação a arte que o/a artista está produzindo na sua frente, e como o coletivo pode construir sentidos para a arte que está sendo manifestada no espaço e tempo que aquele coletivo ocupa.

Simultaneamente, acontecia pintura corporal nas crianças, também promovida por estudantes de Psicologia da UEL, momento tão valorizado e disputado entre elas, onde a singularidade de cada um que é ouvido pode ser acolhido e recebido com afeto. Após a oficina, realizamos a batalha de rima, onde os Mc's puderam colocar em prática os temas abordados anteriormente, como presença de palco, confiança e performance nas rimas.

Essas esferas de produções artísticas possibilitam espaços de lazer, de reflexão sobre subjetividades e atravessamentos a partir da arte, além de ser um grito de resistência de quem estava presente. Um grito que reivindica a liberdade de ser quem são, de serem artistas e serem vistos e valorizados pela sua arte.

### **2.5 Oficina de Fotografia + Roda de Conversa com as lideranças das Batalhas de Rima de Londrina**

No dia 29 de junho de 2024, realizamos as últimas atividades práticas do projeto “Sarauzin” na Casa das Artes. Esse dia foi marcado pela oficina “Rap é compromisso: Hip Hop Transformando Comunidades”, conduzida pelo educador e fotógrafo Wellington Victor e pela produtora Talyta Elen. A oficina não foi apenas um espaço de aprendizado técnico sobre fotografia, mas também de engajamento político, comunitário e fortalecimento de laços afetivos.

Como de costume, nós, representantes do Sarauzin, nos mobilizamos para organizar o espaço, começando pela preparação dos lanches e a organização do local para receber os/as participantes. Após a chegada das crianças e adolescentes,

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Wellington, com sua abordagem didática e acessível, cativou-as ao apresentar a história da fotografia e o manuseio de máquinas antigas. Foi muito bonito vê-las entretidas e fascinadas com a possibilidade de capturar imagens umas das outras através das lentes das máquinas fotográficas.

Enquanto a oficina acontecia, a parte externa da Casa das Artes também se enchia de vida. Os/as participantes das Batalhas de Rima começaram a chegar e se reunir, aquecendo-se com versos improvisados. Os adolescentes e jovens que não estavam envolvidos/as na oficina de fotografia se entretinham com outras atividades, como desenhar, brincar ou jogar tênis de mesa, enquanto uma roda de conversa ocorria com as lideranças das Batalhas de Rima da cidade, mais especificamente, de outros bairros da zona sul. A presença dos representantes do Movimento Autônomo Popular (MAP) também foi significativa, reforçando a conexão entre diferentes atores sociais que apoiam o projeto. Além disso, eles contribuíram trazendo mais lanches e acompanhando as crianças presentes.

A Casa das Artes estava lindamente decorada com fotos dos eventos anteriores, adicionando uma camada de memória e celebração ao espaço, em sintonia com a temática. Após a oficina, organizamos os lanches em uma mesa na parte externa, e foi gratificante ver como além das atividades culturais, os lanches servidos durante o evento também desempenharam um papel importante, proporcionando momentos de descontração e fortalecimento de laços.

Em seguida, nos preparamos para a tão esperada Batalha de Rima, que, devido ao clima chuvoso, foi realizada na parte interna do espaço. E como de costume é esse o ponto alto dos encontros, onde a comunidade e nós representantes do Projeto Sarauzin nos reunimos para celebrar o talento e a potência dos MCs. A Batalha de Rima configurou-se como um espetáculo de habilidade e criatividade, com direito a participação mais do que especial do Professor Roberth Miniguine Tavanti, na batalha,



mas o destaque da noite foi sem dúvida a terceira vitória consecutiva do Maycon Germano, vulgo Flip.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERIFERIA CRIA COISAS ALÉM DA LOUCURA!

Referenciando o trecho da música Favela Vive 5, escrito pelo rapper Marechal, com nosso projeto podemos ver que a favela cria coisas além da loucura. Que quando se trata de saúde mental, o povo periférico produz muito além de estigmas relacionados a esse tema. Quando falamos de saúde mental, a periferia produz arte, potência de vida através da arte e da cultura.

Nos juntamos, portanto, a Gonçalves e Teodoro em seu relato como discentes extensionistas. Assim como elas vivenciaram os saraus como possibilidades de intervenção decolonial, tendo como principal referência as demandas e direitos das crianças e jovens do território e, sobretudo, a importância do enfrentamento coletivo de demarcações sociais e coloniais (POR EXTENSO, 2023), nós enxergamos a potência da criação artística e da partilha do sensível em meio à violência nas Batalhas de Rima, onde através da arte engajada pudemos construir espaços de cidadania, levando em conta às denúncias e estigmas contra as populações marginalizadas e as estratégias de elaboração e enfrentamento das desigualdades que atravessam cotidianamente a vidas dessas pessoas.

Ressaltamos, portanto, a importância dos projetos de extensão como o Sarauzin, que entrelaça arte, agir político territorializado e promoção de cuidado coletivo para com e através dele, pessoas residentes em regiões vulnerabilizadas acessem oportunidades de conhecer, ocupar e compartilhar práticas culturais, artísticas e comunitárias mobilizadas nos encontros entre agentes universitários, coletivos culturais, movimentos sociais e cidadãos comuns com voz e reconhecimento seja no relato das suas histórias de vida, insistentemente invisibilizadas pela sociedade, seja na co-construção de

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

sentidos e práticas emancipatórias a partir da criação e fruição artística e cultural nesses territórios.

## 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Lúcio Nagib, MATHEUS, Tiago Corbisier, & TAVANTI, Roberth Miniguine. Ações culturais e juventudes em M' Boi Mirim: um debate sobre políticas públicas e vulnerabilidades. Athenea Digital. **Rev. de Pensamiento e investigación Social**, 18(3), e1975, 2018.

POR EXTENSO, 12., 2023, Londrina, PR. **Anais 6º Encontro Anual de Extensão Universitária do XII Simpósio de Extensão da UEL**, 2023. p. 265-268. Sarauzim Como Possibilidade de Intervenção Político-Cultural.

SILVA, Camilla Máximo Soeiro; VASCONCELOS, Fernanda Gomes. **O rap como forma de expressão do sofrimento psíquico: uma análise do videoclipe AmarElo**. DSpace JSPUI, 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPINK, Mary Jane.; SPINK, Peter Kevin. A psicologia social na atualidade. Em: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Org.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. 3 ed. Rio de Janeiro: NAU, 2013.

TAVANTI, Roberth Miniguine. **A rebelião das andorinhas: saraus como manifestação político-cultural na zona sul de São Paulo**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2018.

### EIXO 4 - QUESTÃO DAS DROGAS, ENCARCERAMENTO E NECROPOLÍTICA

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## NECROPOLÍTICA: REFLEXOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS E NA CRIMINALIZAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA

**Eixo:** Eixo 4 - Questão das drogas, encarceramento e necropolítica

Carmen Sílvia Righetti Nóbile <sup>1</sup>

### RESUMO

Partindo do conceito de necropolítica, Achille Mbembe, como um poder que não incide somente sobre a vida, mas também sobre uma série de medidas que produzem a morte e criam condições para tal, ou seja, não é somente a ideia por fazer morrer, mas também pela ideia de deixar morrer. Busca-se, através desse conceito, uma discussão teórica, quanto aos reflexos da omissão do Estado, na execução de políticas públicas, que garantam os direitos sociais fundamentais na área da infância e adolescência e o acirramento da criminalização da adolescência, quando a promoção de tais direitos, não se concretiza de forma efetiva.

**Palavras-chave:** necropolítica; criança e adolescente; políticas públicas; omissão do Estado; criminalização da adolescência.

### ABSTRACT

Starting from the concept of necropolitics, Achille Mbembe, as a power that does not only affect life, but also a series of measures that produce death and create conditions for it, that is, it is not just the idea to make people die, but also by the idea of letting die. Through this concept, a theoretical discussion is sought, regarding the consequences of the State's omission, in the execution of public policies, which guarantee fundamental social rights in the area of childhood and adolescence and the intensification of the criminalization of adolescence, when the promotion of such rights are not effectively realized.

<sup>1</sup> Professora temporária do departamento de Serviço Social –UEL- PR. Pós doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-doutorado da UNESP (Assis-SP). Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' - UNESP-FRANCA/SP (2016). Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina/PR (2006). Graduada em Serviço Social (UELPR).

## Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

**Keywords:** necropolitics; children and adolescents; public policies; State omission; criminalization of adolescence.

### 1. INTRODUÇÃO

Nossa geração teve pouco tempo  
Começou pelo fim  
Mas foi bela a nossa procura  
Ah! Moça como foi bela a nossa procura  
Mesmo com tanta ilusão perdida  
Quebrada,  
Mesmo com tanto caco de sonho  
Onde até hoje a gente se corta  
(Alex Polari)

Acerca dos conflitos de interesses que se referem a crianças e adolescentes, podese dizer que o Brasil possui um parâmetro de solução, no caso a legislação, considerado bastante avançado: os direitos previstos no art. 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), a Lei 12.010/2009 (Lei do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes) e o Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2010, 2011). No entanto, estas legislações são apenas um dos aspectos necessários para a garantia de direitos fundamentais. Esses direitos dependem, para sua garantia, de uma ação concreta do Estado e da atuação do Poder Executivo na execução das políticas públicas que assegurem os direitos conquistados.

Desde o reconhecimento dos direitos sociais fundamentais, foi expressamente previsto que ao Estado caberia a obrigação de garantir a seus cidadãos, condições essenciais para uma existência digna. Ao mesmo tempo, em razão de esses direitos exigirem uma prestação estatal, surgiu também a discussão acerca das obrigações que devem ser cumpridas e de que forma o Estado deve implementá-las.

As declarações em favor dos direitos podem ficar apenas enunciadas e ser utilizadas para exercer o papel de instrumento ideológico de controle das expectativas



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

sociais, na medida em que a concretude dos direitos sociais previstos nos contextos constitucionais é, muitas vezes, negada pelos braços do poder público, por meio de ações, omissões, descaso e negligência. Tal limitação tem ocorrido constantemente, no interior do próprio Estado, e suscita um conflito entre a tentativa de garantir direitos sociais conquistados e o crescente desmonte do Estado Social.

A partir deste contexto, necessário se faz observar as implicações decorrentes da omissão do Estado e os reflexos sociais delas eminentes, e as consequências da falha da promoção estatal no desenvolvimento humano e, por consequência, o processo de criminalização da infância e da juventude que ocorre quando a promoção de tais direitos não se concretiza. O Estado estaria produzindo as condições de negação à vida e de exposição à morte a determinados grupos, incluindo entre eles, a criança e adolescente, especificamente, os pobres.

Nesse sentido, o conceito de Necropolítica (MBEMBE, 2018), ou seja, a “política da morte”, nos ajuda a entender melhor esse mecanismo, portanto o presente trabalho busca refletir os reflexos sociais da necropolítica nas políticas sociais e na criminalização dos adolescentes.

## **2. OS REFLEXOS DA NECROPOLÍTICA NAS POLÍTICAS SOCIAIS**

A necropolítica é um conceito do filósofo e teórico político camaronês Achille Mbembe<sup>2</sup>. Em um grande resumo necropolítica se refere a políticas de controle social, controle social pela morte. São formas como o poder político pode controlar as pessoas,

---

<sup>2</sup> Mbembe nasceu perto de Otélé nos Camarões Franceses, em 1957. Obteve seu Ph.D. em história na Universidade de Sorbonne em Paris, na França, em 1989. Foi professor assistente de História na Universidade Columbia, entre 1988 e 1991, pesquisador no Instituto Brookings entre 1991 e 1992, professor associado de História na Universidade da Pensilvânia entre 1992 e 1996, diretor executivo do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África entre 1996 e 2000. Achille foi professor visitante na Universidade da Califórnia em Berkeley em 2001 e professor visitante na Universidade Yale em 2003. Atualmente é professor-investigador de História e Política no Instituto de Pesquisa W. E. B. Dubois da Universidade Harvard.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

não apenas por decidir como estas devem viver, a partir de regras, leis e políticas; mas também, por decidir quem deve morrer e como deve morrer.

Mbembe cunha o termo em 2003, e dialoga com outros grandes filósofos, especialmente com a ideia de biopoder de Michael Foucault<sup>3</sup>. Segundo MF, o biopoder é o controle do domínio da vida pelo poder, para a necropolítica, o poder não incide somente sobre a vida, mas também sobre uma série de medidas que produzem a morte e criam condições para tal. É uma forma de gestão pela destruição dos corpos. Tudo isso, porque o autor acredita que conceitos como de Foucault, já não podem explicar mais as formas contemporâneas, como o poder político exerce controle social, através da morte. Mbembe quis atualizar o conceito de biopoder de Foucault (1999).

É justamente por isso que o termo necropolítica tem sido muito utilizado, por teóricos, por movimentos sociais, para pensar questões de segurança pública, racismo, vulnerabilidade social e, recentemente da pandemia de covid-19.

O que significa falar em medidas que produzem a morte? Uma das formas que a necropolítica poderia atuar, é pela segregação de territórios. Aqui podemos pensar na criação de zonas isoladas, para certos grupos da população, territórios esses com vigilância interna e externa, com o objetivo de impedir deslocamento dessa população e perpetuar a exclusão. Nessas áreas a vida cotidiana é militarizada, é instalado o estado de exceção<sup>4</sup>, que seria permitido matar, sem grande preocupação com os danos colaterais (sem grandes consequências).

Uma outra forma de medida que produz a morte, é a relação com o poder estatal de criar zonas de “mortos vivos” em que indivíduos vivem com tão pouco, que a distinção

---

<sup>3</sup> Paul-Michel Foucault nasceu em Poitiers na França em 15 de Outubro de 1926 e veio a falecer em 25 de Junho de 1984, em decorrência da AIDS, com a idade de 58 anos. Filósofo francês deixou uma obra espessa e ampla, composta pela escrita de doze livros, inúmeros artigos e manifestos políticos, chegando a lecionar cursos e a conceder diversas entrevistas.

<sup>4</sup> Estado de exceção é uma situação oposta ao Estado democrático de direito, em situações de suspensão de direitos causada por descontrole institucional. Caracteriza-se pela suspensão temporária de direitos e garantias constitucionais. O Estado de Exceção é uma situação de restrição de direitos e concentração de poderes que, durante sua vigência, aproxima um Estado sob regime democrático do autoritarismo.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

entre vida e morte é extremamente sutil, isso significa então que a necropolítica não é somente por fazer morrer, mas também pela ideia de deixar morrer. E é nesse aspecto que se insere o reconhecimento dos direitos sociais fundamentais, que foi expressamente previsto que ao Estado caberia a obrigação de garantir a seus cidadãos, condições essenciais para uma existência digna, no entanto, esses direitos dependem, para sua garantia, de uma ação concreta do Estado e da atuação do Poder Executivo na execução das políticas públicas que assegurem os direitos conquistados, mas tem ocorrido o crescente desmonte do Estado Social, processo acirrado a partir de 2016 (RIGHETTI, 2006; NOBILE, 2016).

Isso acarreta de certa forma, uma ação necropolítica; deixar as pessoas morrerem sem assistência, na medida em que os direitos legalmente instituídos, não são verdadeiramente efetivados, no cotidiano e na vida das pessoas.

A legislação é um dos aspectos fundamentais para a garantia de direitos e, muitas vezes, resulta das reivindicações das lutas populares. A emergência dos direitos, demanda práticas instituintes. À medida que os direitos vão se instituindo, a sociedade se mobiliza para concretizá-los, por meio da criação de serviços, programas e projetos estatais ou creches, escolas etc., exigindo a implantação e a implementação de políticas públicas.

É necessário deixar claro, que o conceito de necropolítica foi cunhado em 2003, por Mbembe, no entanto, esse processo de desmonte das políticas sociais (inclusive a política da criança e do adolescente), vem ocorrendo desde, a década de 1970, com a implantação das políticas neoliberais em vários países do mundo, que teve e têm efeitos deletérios na vida de milhões de pessoas e famílias da classe trabalhadora, pois implicam na redução do Estado enquanto agente responsável em promover a proteção social. Essas condições geram o empobrecimento da população, agravando as expressões da “questão social”, cada dia mais evidentes e, têm como resposta por parte dos estados nacionais o implante de políticas penais cada vez mais rígidas e severas, visando o controle social.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

O Brasil segue a mesma lógica e introduz, a partir da década de 1990, as políticas neoliberais, que terão seus efeitos devastadores para os direitos sociais, recém conquistados com a Constituição Federal de 1988.

Devemos lembrar que a política pública social não é uma atividade neutra, linear, de atenção à pobreza ou à desigualdade social. Tampouco é concebida ou formulada consensualmente, no âmbito do Estado, para ser aplicada à sociedade. Ao contrário, revela-se um processo tenso, complexo e contraditório historicamente, convertendo-se em conflito de interesses (IAMAMOTO, 2003).

Quando tais políticas de atendimento não são concretizadas no cotidiano, pode acarretar consequências na vida de crianças, adolescentes e famílias. E quando o Estado reduz as políticas sociais, para garantir a implementação de políticas basicamente repressivas e punitivas, buscando a criminalização; acaba agindo, prioritariamente, sobre um grupo escolhido: o pobre.

### **2.1 A criminalização da infância e da juventude**

No começo dos anos de 1970, houve o incremento das funções penais e policiais do Estado que foram ocupando lugar da política social, ocorreu os graduais cortes orçamentários na Assistência, na saúde pública, no ensino, na moradia; garantindo o deslocamento de recursos públicos de áreas sociais para a área de segurança pública, ou seja, para garantir a implementação de políticas basicamente repressivas e punitivas que envolveram tanto o setor penitenciário, como o judiciário e policial (KILDUFF, 2009).

Esse processo acarretou e acarreta consequências, principalmente, na vida da classe trabalhadora, alvo privilegiado de tais políticas, compreendidas, por alguns críticos, como o processo de criminalização da pobreza. A crescente desigualdade social, a precarização das condições de trabalho e da vida da classe trabalhadora e, como resposta a tais questões, o Estado social foi transformando-se, em “Estado penal”



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

que nega à população direitos e trata as expressões da “questão social”, como caso polícia.

Essa política de repressão penal foi iniciada nos Estados Unidos, através do Programa Tolerância Zero, e tem como objetivo trazer mais segurança às cidades que, nos últimos anos, estariam sofrendo com o aumento considerável da criminalidade e violência urbana e tiveram como consequência o aumento do número de pessoas encarceradas. A introdução da guerra na política de “tolerância zero”, não foi por acaso e deve ser relacionada às mudanças no plano internacional, a partir dos anos 1970 e sobretudo nos anos 1980, mais precisamente depois de 1983, data em que o Governo federal americano lança a “guerra contra as drogas”, o encarceramento se aplica com enorme frequência e de forma severa aos pequenos consumidores e pequenos vendedores de entorpecentes <sup>5</sup>.

Segundo Wacquant<sup>6</sup>, essa política indicou o redimensionamento do agir do Estado americano, em relação a intensificação das políticas repressivas, dando, maiores poderes e liberdade ao agir policial. Traduziu-se em uma elevação massiva do orçamento

---

<sup>5</sup> Conforme Wacquant (1999), iniciaram nos USA, a campanha de penalização da pobreza, e a promoção do que se conheceu como a “teoria das janelas quebradas”, que sustentava enfaticamente a necessidade de punir os pequenos, pois senão as demais janelas em pouco tempo estarão quebradas também. Uma janela sem conserto é sinal que ninguém se preocupa com ela e, portanto, quebrar mais janelas não teria custo algum. A teoria das “janelas quebradas” sustentava a necessidade de punir os pequenos delitos para prevenir delitos mais graves (KILDUFF, 2009).

<sup>6</sup> Loïc Wacquant (Montpellier, França, 1960) é professor de sociologia e pesquisador associado do Institute for Legal Research na Boalt Law School da Universidade da Califórnia; pesquisador do Centre européen de sociologie et de science politique em Paris. Seus interesses perpassam estudos comparativos sobre marginalidade urbana, dominação étnico-racial, pugilismo, o Estado penal, teoria social e a política da razão. Wacquant tem como uma de suas principais influências teóricas Pierre Bourdieu, produziu o vídeo intitulado “sociologia: um esporte de combate”, em que retrata um pouco do pensamento desse importante sociólogo do século XX com passagens cotidianas da vida e de sua ida ao Estados Unidos e nos movimentos de rua na França. Outra influência teórica é Michel Foucault, que fornece elementos conceituais importantes para a obra de Wacquant. A construção do discurso midiático a respeito dos guetos e a confusão conceitual que dele decorre são classificadas pelo autor como “instrumento de dominação” em sentido foucaultiano. Em relação às críticas ao neoliberalismo e à análise de como ele se estrutura, surgem também as noções de

“disciplina e segurança”, importantes na obra de Foucault. Esta influência está presente no livro “punir os pobres”, editado no Brasil, em que ele apresenta o processo histórico de substituição do Estado



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

policiais como também do judiciário e penitenciário; houve um aumento efetivo de equipamentos e policiais para garantir a vigilância dos bairros pobres; como também detenções sem claras justificativas, ou seja, aumento contínuo de pessoas consideradas “suspeitas” e, conseqüentemente cresceu o número de pessoas encarceradas. Essa política, gerou em uma série de denúncias de abuso e violência policial.

O papel fundamental da tese de Lóïc Wacquant em seu livro "As prisões da miséria", é denunciar a falácia das políticas de repressão à violência, como as de "tolerância zero" norte-americanas, as quais foram expandidas e adotadas em uma boa parte do mundo, explicitando que elas nada têm a ver com as taxas de criminalidade e demonstrando que o inchaço do aparelho do aparelho penal do Estado não é a única saída viável na atualidade. Para o autor, a solução passa pela adoção das penas alternativas, em lugar do encarceramento, e por um esforço de conectar as políticas penais e sociais do Estado, visando uma ação preventiva em relação à violência e não simplesmente repressiva.

Essa concepção política de luta contra a “insegurança”, baseado no Programa Tolerância Zero, que resulta no encarceramento da população empobrecida é logo copiada por outros países como Inglaterra; Itália, em 1997; México, em 1998; Argentina, em 1998; Brasil, em 1999, (iniciando pela cidade de Brasília), sob a alegação que tornaria as cidades mais seguras, eliminando pessoas indesejadas das ruas, praças, locais públicos e diminuindo a criminalidade através do aprisionamento dos “criminosos”. A ideia de tolerância zero passou a ser o remédio universal, a tabua de salvação para todos os males da delinquência e da desordem. Trata-se de uma política criminal e conservadora, que tem como foco um crescente processo de criminalização da pobreza, em que determinadas atitudes de grupos específicos são penalizados (KUHN e SCHEFFEL, 2016).

caritativo norteamericano pelo Estado Penal, de vigiar e punir, como também afirmou Foucault em torno do "encarceramento" dos doentes mentais nos manicômios. Outra grande influência teórica de Wacquant foi William Julius Wilson, sociólogo negro americano e professor de Harvard, que os aproximou

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

academicamente e influenciou decisivamente a obra de Wacquant, especialmente no que diz respeito a suas análises acerca da dominação racial e da marginalização da população pobre.

A criminalização do pobre e da pobreza não é novidade ou invenção do neoliberalismo. O controle social daqueles que são considerados uma ameaça ao modo de produção capitalista – trabalhadores, desempregados, sindicatos, movimentos sociais, pessoas que permanecem “vadiando” nas ruas como mendigos, prostitutas, adolescentes pobres – e atribui a estas pessoas a figura do criminoso, do diferente, do estranho, do vândalo, daquele que causa “desordem”, e “insegurança social”, havendo, portanto, a necessidade da aplicação de medidas coercitivas e punitivas, para manutenção da ordem social.

Na maioria das vezes os acusados pobres, sequer têm condição de uma digna defesa, facilitando, criminalizar os mais pobres, aqueles que não têm nada ou ninguém por si. As práticas de contenção dos necessitados, em nome da “segurança”, são afirmadas com base em leis “protetivas” que não alterariam as condições de vida dos ditos “perigosos”, mas seriam destinadas à punição de comportamentos “indesejados” pelos padrões hegemônicos.

A partir deste contexto, a precarização das vidas de crianças e adolescentes pobres, desinvestimento sistemático em políticas assistenciais, e em contrapartida, o fortalecimento das políticas punitivo-penais, baseadas na constante produção do “inimigo” personificado no jovem; acarreta uma estratégia de contenção da criança e adolescência pobre, “indesejada”, através de seu “extermínio direto ou indireto”, na medida em que perpassa por toda a sociedade a criminalização da pobreza, e o “discurso de deixar morrer” dessa população indesejada.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ECA é fruto da CF 1988 que, em seu artigo 227, estabelece que crianças e adolescentes formam um grupo de pessoas com direitos específicos e demandam

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

proteção integral do Estado, da família e da sociedade. É considerado internacionalmente uma grande conquista no sentido da garantia dos direitos fundamentais e da ampliação dos direitos sociais desse segmento da população.

No entanto, essa lei “não caiu do céu” e nem “surgiu no estalar do dedo”. Foram necessárias várias articulações com os movimentos populares, entidades que atendiam crianças, movimentos de crianças de rua, entre outros, que discutiam, principalmente, que os direitos fossem estendidos às classes populares.

Sabemos que a lei sozinha não transforma a realidade, mas é um instrumento poderoso e importante, que pode contribuir para mudanças significativas, tais como, a exigência de políticas públicas para a redução da mortalidade infantil, exploração do trabalho infantil, entre outros. As legislações são apenas um dos aspectos necessários para a garantia de direitos. Esses direitos dependem, para sua garantia, de uma ação concreta do Estado e da atuação do Poder Executivo na execução das políticas públicas que assegurem os direitos conquistados.

A partir deste contexto, necessário se faz observar as implicações decorrentes da omissão do Estado, os reflexos sociais delas eminentes, e as consequências da falha da promoção estatal no desenvolvimento humano e, por consequência, o processo de criminalização da infância e da juventude que ocorre quando a promoção de tais direitos não se concretiza. O Estado estaria produzindo as condições de negação à vida e de exposição à morte a determinados grupos, incluindo entre eles, a criança e adolescente, especificamente, os pobres.

Nesse sentido, o conceito de Necropolítica, ou seja, a “política da morte”, proporciona uma compreensão dos reflexos sociais, diante do crescente desmonte das políticas sociais e a criminalização de crianças e de adolescentes na contemporaneidade.

**4. REFERÊNCIAS**

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo, Saraiva, 1990a. (Legislação Brasileira).

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Retificado no DOU de 27.9.1990b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 3 jan. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 ago. 2009. Retificado no DOU de 2.9.2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/l12010.htm)>. Acesso em: 3 jan. 2016.

BRASIL. Rede Nacional Primeira Infância. **Plano Nacional pela Primeira Infância**. Brasília, 2010.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

JINKINS, I. Loic WACQUANT. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

KILDULF, F. **A criminalização da pobreza no marco do capitalismo contemporâneo: uma análise sobre as mudanças na política criminal Argentina e seus rebatimentos para o Serviço Social no âmbito penal**. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

KUHN, C. e SCHEFFEL, R. S. **Criminalização da pobreza: Um estudo sobre a transformação do Estado social para o Estado penal**. Emancipação, Ponta Grossa, 16(2): 255-272, 2016. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao> . Doi: 10.5212/Emancipacao.v.16i2.0005



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PEREZ, J. R. R. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999, p. 65- 73

PILOTTI, F. e RIZZINI, I. (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamerica Del Niño/Editora Universidade Santa Úrsula/ Amais Livraria e Editora, 1995.

RIGHETTI, C. S. **Poder judiciário e políticas públicas**: um estudo sobre as demandas sociais na área da infância e juventude. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

RIGHETTI NÓBILE, C. S. **Os Desafios das políticas públicas na garantia de direitos: um estudo na Vara da Infância e Juventude**. 2016. 242 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, SP, 2016.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.



### A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO NEGRO E A NECROPOLÍTICA NAS COMUNIDADES BRASILEIRAS

Eixo 4 - Questão das drogas, encarceramento e necropolítica.

Natalia Mateus de Oliveira <sup>1</sup>

#### RESUMO

Abordaremos teorias que analisam a construção racial que paira sobre as estruturas do Estado, as relações que os indivíduos negros possuem em relação a sua própria identidade e psique. As teorias apontam que o negro afasta de si o potencial humano, que foi retirado de seu corpo na tentativa de instrumentalizá-lo como ferramenta de trabalho, através do colonialismo, sendo um processo onde habita um estado de terror em que a soberania se configura no direito de matar e, enfim, ao controle organizacional e social do Estado, corroborando para a manutenção de poder.

**Palavras-chave:** Necropolítica; Poder; Estado; Instituições.

#### ABSTRACT

We will address theories that analyze the racial construction that hovers over the structures of the State, the relationships that black individuals have in relation to their own identity and psyche. Theories point out that black people take away their human potential, which was removed from their body in an attempt to instrumentalize it as a work tool, through colonialism, being a process where they inhabit a state of terror in which sovereignty is configured in the right to kill and, finally, organizational and social control of the State, contributing to the maintenance of power.

**Keywords:** Necropolitics; Power; State; Institutions.

<sup>1</sup> Advogada, Universidade Estadual de Londrina, graduada, nataliamateusoliveira@gmail.com.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## 1. INTRODUÇÃO

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura.

Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.  
Carolina Maria de Jesus.

A construção da sociedade é que nos diz como são implantados os projetos relacionados a determinado grupo. Não tão somente de forma material, mas a pessoa negra também desvencilha de si o conceito de humanidade, fator totalmente importante ao citar a necropolítica e o poder. Ou seja, é neste aspecto que podemos entender que o que acontece de fato é um plano perfeito que cerceia o negro em todos os aspectos da sua vida. O colonialismo e o capitalismo são elos que se fundem nesta análise, porque eles se complementam. Essas formas de economia denotam a dominação em relação ao outro.

Segundo Achille Mbembe (2018), a escravidão é uma forma moderna de terror, essencial para o exercício do necropoder, pois a exploração deve recair em grupos que são considerados inferiores, gerando a capacidade de quem detêm autonomia e poder político de decidir quem vive ou morre. Veremos que a dominação é exercida, maiormente em corpos negros.

## 2. O INDIVÍDUO NEGRO E O COLONIALISMO

Neusa Santos Souza (1983), ao buscar compreender a construção do negro brasileiro por intermédio da colonização e as formas de opressão, tomou a violência racista como explicação para as problemáticas que se passam em torno da identidade preta e do seu reconhecimento. No que consiste essa violência? Se forma em torno de 3 (três) fases de opressão:

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

(...) o estudo sobre as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social, levou-nos, coercivelmente, a refletir sobre a violência. violência parece-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a recusar, negar e anular a presença do corpo negro (SOUZA, 1983, p.2)

A primeira fase integra-se com a total destruição da identidade do negro pela manutenção do Ego Branco. O indivíduo negro internaliza e idealiza para si, de forma compulsória, o Ego branco, que é um ideal imaginário da branquitude. Mesmo considerando que várias desgraças que assolam o mundo são frutos da exploração dos brancos, e, sabendo que foram os brancos que causaram a escravidão, os negros transportam totalmente para si esse ideal que paira sobre a sociedade, no âmago de todos os indivíduos. Esse processo é extremamente complexo. Não é que o negro não consiga enxergar de forma objetiva e clara essa imprescindível conduta ou pensamento. Esse processo sobre ideário branco ultrapassa o pensamento individual.

A segunda etapa na qual se funda a violência é a discórdia entre o indivíduo e o seu próprio corpo. Ao existir uma imposição pela busca de um "ideal de brancura", o indivíduo negro se submete à perseguição do seu próprio corpo e imagem. Isso acontece porque o corpo que seu consciente habita é um corpo que lhe traz dor. É um corpo estigmatizado. Então, na busca por paz, tranquilidade, por um corpo que merece respeito e carinho, ele encontra uma divisão entre seu corpo e a realidade rumo a um ideário, com a intenção de inocentar sua carne. Sim, inocentar, pois o ideal branco se funde ao consciente do negro, devido a imagem do homem branco ser semelhante a pureza, a razão, a ordem e conceitos concebidos pelo homem branco europeu.

O indivíduo negro rejeita a si enquanto um ideal, pois se vê em posição de inferioridade. A partir do momento que busca pelo desenvolvimento do ego branco, o negro não tem a liberdade que achou que seria proporcionada. Nesse *status* branco, o negro é submetido também, pela lógica, a buscar sempre o que o branco buscaria e não o que ele mesmo desejaria. Essa constante pela busca do desejo dos indivíduos brancos

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

transforma os sujeitos negros em prisioneiros da vontade a qual foram obrigados a buscar. E neste sentido que se constitui o terceiro referencial da violência Racista:

O sujeito negro, possuído pelo ideal de embranquecimento, e forçado a querer destruir os sinais de cor do seu corpo e da sua prole(...) O pensamento do sujeito negro, parasitado pelo racismo, termina por fazer do prazer um elemento secundário na vida do corpo e da mente. Para o psiquismo do negro em ascensão, que vive o impasse consciente do racismo, o importante não é saber, viver e pensar o que poderia vir a dar-lhe prazer mas o que é desejável pelo branco. E como o branco não deseja o corpo negro, o pensamento vai encarregar-se de fazê-lo inexistir, desaparecer enquanto representação mental. (Souza, 1983, p.7)

Fanon (2008, p.33), quando abordou os aspectos da linguagem, também se referiu a construção da identidade do negro, através da subordinação no colonialismo. A linguagem pesa na construção da identidade do sujeito, pois segundo Fanon, assumir a língua é assumir sua cultura e seu peso civilizatório e para tanto ele sugere o exemplo do negro antilhano que terá seu valor comprovadamente ao acatar a língua francesa.

É a linguagem, para Fanon, uma das formas de sepultamento do povo colonizado. Diante do processo de colonização há um apagamento da identidade do sujeito que gera, como ele mesmo denomina, um complexo de inferioridade. Mesclando com o entendimento da primeira fase de destruição do negro pela busca do ideal branco de Neusa Santos, a linguagem e os traços civilizatórios dos países colonizadores, nada mais são do que a imposição de um ideário branco, que julgam superiores. E o negro, na tentativa de fugir dos aspectos que o afastam da margem civilizatória, busca assimilar os aspectos culturais reproduzidos, neste contexto, das grandes cidades.

Junto à análise sob o prisma da colonização, Achille Membe (2018), aborda o sistema de *plantation*, onde a humanidade do escravo é retirada através de uma perda tripla: "*lar, direitos sobre seu corpo e perda do estatuto político*" (2018,p.27), tornando assim, um complexo perfeito de subordinação, ou seja, a dominação absoluta da pessoa, tornando-a nada mais que uma pessoa sem vida, mesmo que ainda exista. Isso se deve ao ato do escravo passar a pertencer a alguém e a ser um instrumento de

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

trabalho. Ele é mantido vivo, mas em estado de terror. Entretanto, o sistema de *plantation* é considerado ilógico a ponto de que mesmo sendo considerado um instrumento, a pessoa escravizada é capaz de ressignificar pontos de sua existência utilizando o mesmo corpo que pertence a alguém.

**2.1 A construção racial do Estado**

Silvio Almeida (2018) faz um questionamento sobre o Estado e o racismo e em como se formam. Podemos constatar que nessa lógica o Estado se fundamentaria em cima das concepções econômicas e sobre as concepções de racismo. Mas a problemática surge quando as teorias liberais individualizam a questão racial como se esta fosse uma postura irracional totalmente oposta aos contextos do Estado. O sujeito Racista age de forma diversa da postura do Estado, que, em sua forma jurídica rege uma condição de igualdade entre todas as pessoas e que ao se manifestar desta forma, acredita que o próprio direito pode ser o recurso para tais atos violentos. Tudo gira em torno de um contexto social e civilizatório sobre a raça branca que estipula suas próprias diretrizes de convivência.

As teorias que analisam o estado a partir da ética se restringem a descrever aspectos institucionais e jurídicos da organização política ou não conseguem fornecer explicações suficientes sobre a relação entre raça e política.(...) Como explicar a persistência do racismo mesmo em estados que juridicamente condenam o racismo?(...)Como explicar a ação violenta de agentes do estado e suas práticas sistematicamente orientadas. Como possível considerar como um problema ético, jurídico ou de supremacia branca os milhares de jovens negros assassinados a cada ano no Brasil?(ALMEIDA, 2018, p. 70)

A partir da constatação de que as teorias liberais e normativas não seriam capazes de articular o significado potente do Estado no tocante à questão racial, a visão sobre um contrato social estipulado cai por terra e coloca em questão a construção desse Estado por suas relações de força. É neste enquadramento que se constrói o conceito de soberania e sob quais circunstâncias ela se manifesta. As teorias de soberania abarcam a construção de um Estado que foi projetado por mulheres e homens livres que



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

conseguem discernir a razão, o autoconhecimento, o pertencimento e que, através dessas manifestações, o indivíduo se completa e pode articular uma sociedade, na qual, através do exercício da razão, são livres e fixam os seus próprios limites, são teorias de teor normativo.

(...) mas porque essa relação material de força tomou a forma de um poder centralizado, impessoal e que é visto como separado da sociedade? Porque a dominação concretiza-se institucionalmente sob a lógica do estado? Porque o Poder político assumiu especificamente a forma-Estado? (Almeida, 2018, p.71)

Sob a hélice destas questões transplantadas por Silvio Almeida, que traçamos que a formação das estruturas está relacionada à forma econômica das sociedades capitalistas. São nas sociedades capitalistas que o poder político será exercido pelo Estado, com uma ótima autonomia que o separa do restante das relações. Mas como vimos, é o contrário. E nesse cenário que as relações jurídicas são construídas, pois, toda relação jurídica é predisposta por sujeitos e suas relações capitalistas em torno das coisas. O homem passa a ser constituído enquanto um sujeito de valor e precursor de direitos na sociedade capitalista e burguesa a partir momento que o seu produto e seu trabalho, passam a ser mercadorias.

Entende-se portanto que a sociedade capitalista é uma sociedade de proprietários e mercadorias (Pachukanis, 1977, p.175). Neste ponto é que o Estado passa a defender os direitos individuais e de liberdade para a sociedade que se organiza em torno das trocas mercantis. São esses mesmos indivíduos passíveis de defesa que regem a sociabilidade do Estado Capitalista, e esses indivíduos pertencem a grupos ou classes dominantes (Almeida, 2018, p. 70-71.).

O domínio de classe, tanto na sua forma organizada como na sua forma inorganizada, tem um âmbito bastante mais extenso do que o sector que pode designar-se como sendo a esfera oficial do domínio do poder do Estado. O domínio da burguesia revela-se tanto na dependência do governo em face dos bancos e dos grupos capitalistas, como na dependência de cada trabalhador particular em face da entidade que emprega e, finalmente, no facto de o pessoal do aparelho do estado estar intimamente ligado à classe reinante" (PACHUKANIS, 1977, p.175)

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Há um eminente conflito de classes, pelo qual a integração social pode ser impedida pelo domínio dessas mesmas classes dominantes ou, por uma ótica normativa, pode ser negociável em termos democráticos. Mas o mesmo modelo retratado pela condição de reproduzir os conflitos de classes produz ideologias, à qual nos deparou, em relação à exclusão de determinados grupos, seja de forma econômica e territorial, mas confere, irremediavelmente, uma segregação não só de classe, mas a combinação desse fator mais a do fator da raça e gênero. Esses conflitos comportados pelas segregações em relação à raça e do gênero, se direcionam unicamente pela tutela Estatal que irá condicionar mecanismos ideológicos para a pacificação ou remediação dos conflitos, se não de forma ideológica e pacífica, de forma violenta, na qual pode ser prestigiada pelas instituições e que segundo Almeida (2018, p.75), pelo próprio judiciário como *"o discurso calcado na meritocracia, sucesso individual e racismo"*.

**2.2 Controle social e poder**

A leitura sobre o poder nas sociedades normativas e o seu processo sobre a razão, tem origem na modernidade, com as preocupações abstratas em razão do sujeito. “Mas Achille Mbembe (2018) transporta a preocupação de seus estudos para materialização da soberania em como ele mesmo destaca, a *“instrumentalização generalizada da existência humana e destruição material de corpos humanos”* (Mbembe, 2018, p.10).

Associaremos a partir disso, as ferramentas de controle social, em busca da manutenção do poder doravante pelo racismo institucional na esfera da segurança pública. O controle social é uma meta da ordem pública, que passa a ser coordenada pela polícia como agente que serve o Estado e a seus propósitos. Mbembe (2018, p.11) traz uma perspectiva de leitura, que segundo o autor não é abstrata e é mais palpável, é ler o mundo através dos conceitos de vida e morte.

A Instrumentalização dos corpos é excepcionalmente importante ao analisar o conceito de segurança pública que tem sido exercida em nome da paz social e

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

pacificação. Neste aspecto, a vida e a morte tomam lugar da razão na busca pela verdade. A soberania se revela no ápice do poder em definir o controle da vida. O Poder que cria uma sensação de inimizade frente às emergências, trabalha para que essas emergências e um inimigo sejam criados.

O autor aborda os campos de concentração, a política de morte e os mecanismos de Guerra elaborados entre a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial, expondo que as formas de matar passam por inovações com o intuito de "civilizar" a morte para que seja mais rápida e que passe a abordar o maior número possível de pessoas, normalizando tal ato.

Ainda nos aspectos históricos, durante a Revolução Francesa se instalou como Mbembe a chama de "*fusão da razão com o terror*" (2018, p.23), que permite marcar um corpo político como um erro, tornando a razão a força política que irá se manifestar, tentando criar um espaço perfeito na sociedade, com a eliminação do corpo errado, ou seja, o inimigo.

Ao tratar de Necropoder, a ocupação colonial encontra-se no estudo com o fato de que as ocupações passam a ser nada mais do que o exercício de controle social e geográfico, criando-se fronteiras que vão abarcar ali, novas formas de se relacionar e se organizar. A partir disso há uma classificação no intuito de "*categorizar pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço*" (MBEMBE, 2018, p.39), citando como exemplo o regime do Apartheid, tecendo o conceito de soberania, ressignificando a pessoa colonizada entre "sujeito" e "objeto".

A soberania que dita o necropoder implica, segundo o autor, com o colonialismo por não abordar as diferenças dos sujeitos e negá-las. Essas diferenças entre sujeitos e territórios trazem consigo um aspecto de guerra, entropia com o estado de sítio, conferindo poder ao estado sobre as liberdades individuais, é neste aspecto que os "Soberanos" matam, renegando os espaços, os que o torna, de fato, um espaço dominado sob o aspecto colonialista, se assemelhando aqui com o controle contemporâneo das comunidades.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

(...) a ocupação colonial não equivale apenas ao controle, a vigilância e à separação, mas também à reclusão. É uma ocupação fragmentada, assemelhada ao urbanismo estilhaçado que característico do mundo contemporâneo (enclaves periféricos e comunidades fechadas: *gated communities*) (Mbembe, 2018, p.45)

Com base em dados históricos e sócio espaciais constatados na construção de comunidades através do recuo de grupos marginalizados, é possível verificar que esse espaço de guerra é construído dentro dos bairros. Ainda que o negro passe pelo processo de realocação nas cidades, de forma geográfica ou social, a ele é conferido um aspecto estigmatizado enquanto pessoa favelada na intenção de incorporá-lo a ideia de inimigo, sempre. Nesse caso é a delimitação geográfica e identidade visual das pessoas que permite a caracterização em uma guerra sem fim, a qual o Estado não consegue distinguir o inimigo. Um exemplo é a guerra contra as drogas, que alavanca a entrada da polícia em uma comunidade, expulsando das pessoas o conceito de humanidade não distinguindo de ser e do objeto a ser combatido.

O controle do Estado está totalmente interligado com o controle que ele exerce em relação a determinado grupo racial, através da lógica de dominação. A polícia exerce poder disciplinar, constituído no fato de criar um modelo perfeito de indivíduo para habitar em sociedade, o qual não questiona as condições das instituições, não questionando, portanto, seu espaço e origem na sociedade que o denomina, neste aspecto Danin (2018) aponta:

Essa função violenta, sem moderação, desempenhada pela polícia é um resquício da ditadura militar brasileira que articula o medo como uma das maneiras principais de controle social. Apesar disso, mesmo a polícia compondo um sistema panóptico ela nem sempre é exata. Há casos onde os direitos humanos e a própria concepção de justiça pública são feridos para o cumprimento de ordens superiores, ou interesses pessoais. Dessa forma, a polícia simboliza fisicamente os guardiões e protetores do Estado, de suas leis e princípios, sejam eles corretos ou não. (Danin, 2018)

Acontece que o estado de inimizade e guerra passa a ser a base normativa para o direito de matar, e imperaria. A notícia sobre a pacificação do bairro opera dentro dessas



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

diretrizes porque a forma de contenção da criminalidade passa pela ideia de guerra contra a comunidade. Alimentando as teorias que desvendam como a Segurança Pública pode ser um instrumento utilizado como desculpa de limpeza étnico racial.

### 3. CONSIDERAÇÕES

Passamos a considerar que a branquitude e o medo branco, conceitos que utilizamos na pesquisa, recaem sobre a organização dos Estados e sobre a construção pessoal e da dignidade de cada pessoa, fazendo com que a estrutura seja perfeita e que as pessoas sejam inertes às violências que sofrem.

A necropolítica aqui se enquadra na organização de um estado soberano em produzir de forma direta a morte de milhares de pessoas, através de intervenções militares e também impera na forma em que o Estado se organizou desde a colonização em relação aos ex escravizados e em sua proeminência em configurar os corpos negros em objetos.

Nas pesquisas sobre as formas de violência do racismo, acentua-se as fases em que ela ocorre, tramitando na opressão em relação a identidade do negro, que idealiza o ideário branco. A perseguição do negro em relação ao seu próprio corpo as formas de opressão estão também na busca pelos anseios do homem branco.

Juntas, essas formas de opressão tiram do negro todos os aspectos de vida que ele possui. Vivendo em estado de vida e morte, retirando o Estado, nas intervenções pelas necropolíticas, a sua última forma de vida: a física.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luis de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

DANIN, Renata Almeida. **A Construção Do Racismo Institucional Sistêmico E Seu Reflexo Na Segurança Pública Brasileira: Uma Abordagem Sociológica**. Revista direitos, trabalho e política social, Vol. 4, n. 7 (jul./dez. 2018). Disponível em: <  
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/issue/view/538>> Acesso em 19 de Agosto de 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3 ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PACHUKANIS. **Teoria geral do direito e marxismo**. Tradução: Soveral Martins. Ed. Centelha - Promoção do Livro, SARL Apartado 241 - COIMBRA, São Paulo, 1977.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

### RACISMO INSTITUCIONAL E REPRESSÃO ÀS DROGAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA

Eixo: 4 - Questão das drogas, encarceramento e necropolítica

Miguel Nogueira Avelino<sup>1</sup>

#### RESUMO

Este trabalho aborda o racismo institucional no Brasil, com foco na repressão às drogas e seus efeitos desproporcionais sobre a população negra. Explora-se a continuidade histórica da marginalização, desde a abolição até as políticas atuais, que criminalizam jovens negros com mais rigor. A análise evidencia como o racismo estrutural permeia as políticas de segurança, questionando a eficácia e a justiça dessas medidas. Considera-se a necessidade de reformular as estratégias de combate às drogas, adotando abordagens mais equitativas e menos discriminatórias, e sugere-se uma mudança cultural e educacional como caminhos para enfrentar esse problema.

**Palavras-chave:** Racismo Institucional; Lei de Drogas; Marginalização; Usuário e Traficante

#### ABSTRACT

This paper addresses institutional racism in Brazil, focusing on drug repression and its disproportionate effects on the Black population. It explores the historical continuity of marginalization, from abolition to current policies that criminalize Black youth more harshly. The analysis highlights how structural racism permeates security policies,

<sup>1</sup> Analista Jurídico, Graduando do 5º ano de Direito na Uel, e-mail: miguel.avelino150@uel.br.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

questioning the effectiveness and fairness of these measures. It considers the need to reformulate drug control strategies, adopting more equitable and less discriminatory approaches, and suggests cultural and educational changes as ways to tackle this issue..

**Keywords ou Palabras clave:** Institutional Racism; Drug Laws; Marginalization; User and Dealer

### 1. INTRODUÇÃO

“O dedo, desde pequeno geral te aponta o dedo;  
No olhar da madame eu consigo sentir o medo;  
'Cê cresce achando que 'cê é pior que eles;  
Irmão, quem te roubou te chama  
de ladrão desde cedo.”  
Djonga

A motivação para a realização desta análise do contexto histórico do racismo e seus efeitos no combate às drogas está profundamente enraizada em uma experiência pessoal e coletiva. Como homem negro, a vivência direta dos impactos do racismo estrutural evidencia a maneira como o Estado, historicamente, escolhe oprimir, reprimir e, em muitos casos, exterminar uma parcela específica da população, especialmente a negra. Desde a abolição da escravidão, que não foi acompanhada de políticas efetivas de integração social, os negros no Brasil continuam a enfrentar um sistema que, ao invés de proteger e promover igualdade, perpetua desigualdades e marginalizações.

A abolição, longe de ser um marco de emancipação plena, carregava em si um propósito velado de exclusão e extinção da população negra, deixando-a à margem da sociedade. Nesse contexto, o combate às drogas emerge como mais uma ferramenta de controle social, onde a aplicação seletiva das leis contribui para a criminalização desproporcional dos negros, reforçando estigmas e justificando práticas de violência estatal. Esta análise busca, portanto, desvendar os mecanismos históricos que

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

perpetuam o racismo no Brasil, mostrando como ele molda as políticas de repressão às drogas e legitima um ciclo contínuo de opressão.

## 2. PREMISSAS DE UM RACISMO INSTITUCIONAL

O racismo institucional no Brasil é um fenômeno enraizado nas estruturas sociais e políticas desde os tempos coloniais. A escravidão, que durou mais de três séculos, foi um dos pilares econômicos do país, e sua abolição em 1888, por meio da Lei Áurea, não representou uma verdadeira emancipação para a população negra. Ao contrário, a abolição foi realizada de forma estigmatizada e sem políticas de integração, deixando os negros à mercê de um Estado que, historicamente, não os considerava cidadãos plenos. Como destaca Silvio Almeida em sua obra *Racismo Estrutural* (2019), "o racismo institucional é a perpetuação da hierarquia racial através das práticas e políticas de instituições que não precisam ser explicitamente racistas para reproduzir desigualdades".

Após a abolição, o projeto de embranquecimento da população ganhou força, alimentado pela imigração europeia incentivada pelo Estado. A ideia era "extinguir" a população negra ao longo das gerações, substituindo-a por brancos que seriam mais "adequados" ao ideal de nação civilizada. Essa política de embranquecimento, no entanto, apenas reforçou a marginalização dos negros, que foram relegados às piores condições de vida e ao trabalho precário, enquanto o Estado construía mecanismos para mantê-los afastados dos espaços de poder e decisão.

A marginalização sistemática da população negra criou um ciclo de exclusão social que perdura até os dias de hoje, onde o racismo é naturalizado nas práticas cotidianas das instituições brasileiras. Abdias do Nascimento, em sua obra *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), denuncia o processo contínuo de genocídio da população negra, que se manifesta não apenas na violência física, mas também na exclusão social e econômica que caracteriza a vida dos negros no Brasil pós-abolição.

## **2.1 A Repressão às Drogas no Brasil: Um Instrumento de Opressão Racial**

A repressão às drogas no Brasil tem raízes profundamente racistas, sendo uma continuação das políticas de controle social direcionadas à população negra desde o período pós-abolição. Leis como a proibição do uso do pito de pango (um tipo de cachimbo usado para fumar maconha), a criminalização da capoeira e as leis de vadiagem, eram claramente direcionadas para controlar e criminalizar práticas culturais e modos de vida da população negra. Maria Lucia Karam, em sua obra *Proibição às Drogas no Brasil: A Guerra que Produz Mortes, Crimes e Danos* (2015), argumenta que a proibição das drogas no Brasil sempre esteve atrelada a uma agenda de repressão social, com foco particular nas comunidades negras e periféricas.

A Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), embora apresentada como uma tentativa de diferenciar usuários de traficantes, na prática, perpetua a seletividade penal, onde jovens negros das periferias são sistematicamente enquadrados como traficantes por possuírem pequenas quantidades de substâncias ilícitas. Em contraste, jovens brancos, mesmo quando encontrados com quantidades maiores, frequentemente são tratados como usuários, beneficiados por uma interpretação da lei que favorece sua posição social e racial.

## **2.2 Dos efeitos na Sociedade**

Os efeitos dessa repressão são devastadores para a sociedade brasileira. O Brasil é o terceiro país com a maior população prisional do mundo, com aproximadamente 780.000 pessoas encarceradas. Entre esses indivíduos, 69% são negros, o que equivale a cerca de 538.200 pessoas. Esse dado reflete a seletividade racial do sistema penal brasileiro e é uma clara manifestação do racismo institucional, onde a cor da pele determina o tratamento recebido pelo Estado. Silvio Almeida observa que "o



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

encarceramento em massa da população negra é um dos mais evidentes mecanismos de perpetuação do racismo institucional", consolidando um sistema onde a violência e a opressão são normalizadas.

Essa realidade é especialmente cruel para os jovens negros das periferias, que vivem sob constante ameaça de serem rotineiramente abordados, revistados e presos, muitas vezes sem provas concretas, mas baseados em estereótipos raciais. A diferença de tratamento entre brancos e negros no contexto das leis de drogas não é um desvio da norma, mas sim uma expressão da normalidade racista do sistema de justiça brasileiro.

A disparidade racial no sistema carcerário brasileiro é evidenciada quando se considera a população carcerária dos países com os maiores números absolutos de encarceramento. Os Estados Unidos lideram com cerca de 2.1 milhões de pessoas encarceradas, seguidos pela China com aproximadamente 1.7 milhões, e o Brasil com 780.000. A Rússia tem cerca de 490.000 presos e a Indonésia cerca de 300.000. Embora esses números revelem a dimensão global do problema, o Brasil se destaca pela alta proporção de negros na sua população carcerária, evidenciando uma disparidade racial particularmente acentuada.

Como argumenta Luiz Eduardo Soares em *Desmilitarizar: Segurança Pública e Direitos Humanos* (2018), a guerra às drogas no Brasil é, em muitos aspectos, uma guerra contra a população negra, onde o aparato de segurança do Estado se volta quase exclusivamente contra os corpos negros, perpetuando a lógica colonial de extermínio.

### **3. CONSIDERAÇÕES**

A análise do racismo institucional no combate às drogas no Brasil destaca uma continuidade histórica de exclusão da população negra, desde a escravidão até as políticas atuais. A repressão às drogas, em vez de promover segurança, funciona como um mecanismo de controle social que atinge desproporcionalmente os negros, marginalizando-os e perpetuando sua criminalização.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Essa realidade levanta questões urgentes sobre o papel das instituições públicas e da sociedade na promoção de justiça racial. Quais intervenções poderiam efetivamente reverter esse cenário? Como a sociedade pode pressionar o Estado a adotar políticas de combate às drogas que não reproduzam desigualdades?

Pesquisas futuras poderiam focar em estudos empíricos sobre o impacto dessas políticas na vida de jovens negros, além de explorar abordagens alternativas, como a justiça restaurativa e a desmilitarização da segurança pública. Comparações com países que adotaram essas medidas podem fornecer insights valiosos para reformular a estratégia brasileira.

A luta contra o racismo institucional exige, ainda, uma mudança cultural profunda, que passa pela educação e pela conscientização sobre as raízes e os impactos do racismo. Iniciativas educativas e a inclusão desse tema nos currículos são essenciais para uma sociedade mais crítica e comprometida com a igualdade racial. O enfrentamento do racismo institucional no combate às drogas é um passo crucial para a construção de um Brasil mais justo.

**4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

KARAM, Maria Lúcia. *Proibição às Drogas no Brasil: A Guerra que Produz Mortes, Crimes e Danos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: Segurança Pública e Direitos Humanos*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

### INFLUÊNCIA DA LEGALIZAÇÃO DA CANNABIS NA SOCIEDADE E NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Ana Julia dos Santos Benedito<sup>1</sup>

#### RESUMO

Desde 25 de junho de 2024, com a decisão do STF, o uso pessoal da maconha foi regulamentado no Brasil, alterando a abordagem sobre a planta. A criminalização do consumo, historicamente ligada a preconceitos contra minorias, contribui para a superlotação dos presídios e para uma política de necropolítica. A nova regulamentação, diferenciando entre usuário e traficante, pode reduzir a população carcerária e gerar economias significativas de R\$ 260 milhões a R\$ 590 milhões anuais, que poderiam ser investidas em saúde e educação. Além disso, a descriminalização ajudará a diminuir a carga sobre o sistema judicial e policial, promovendo uma justiça mais equitativa e uma economia mais eficiente.

**Palavras-chave:** *Cannabis sativa*, Regulamentação, Uso Pessoal, Criminalização.

#### ABSTRACT OU RESUMEN

Since June 25, 2024, with the Supreme Federal Court's decision, the personal use of cannabis has been regulated in Brazil, altering the approach to the plant. The criminalization of consumption, historically tied to prejudice against minorities, contributes to the overcrowding of prisons and a necropolitical policy. The new regulation, which differentiates between users and traffickers, may reduce the prison population and generate significant savings of between R\$ 260 million and R\$ 590 million annually, which could be invested in health and education. Additionally, decriminalization will help lessen the burden on the judicial and police systems, promoting more equitable justice and a more efficient economy.

<sup>1</sup> Estudante de Direito na Universidade Estadual de Londrina

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

**Keywords ou Palavras chave:** *Cannabis sativa*, Regulation, Personal use, Criminalization.

## 1. INTRODUÇÃO

[...] É a convicção de que nada é mais importante nem tem mais valor do que a droga. Tudo isso pode dar, mesmo a naturezas mais modestas, um sentido de segurança que elas não teriam, e muito menos nas suas funções profissionais.” (Benjamin, 2013)

Desde o dia 25 de junho de 2024, com a decisão do Supremo Tribunal Federal, houve o início da regulamentação e da liceidade para a utilização da planta *cannabis sativa*, mais conhecida como maconha. Com essa decisão, o sistema legislativo de regulamentação de drogas será mudado, como também a apreensão e a abordagem com pessoas que estiverem utilizando da maconha.

## 2. CANNABIS SATIVA

As legislações são criadas com o princípio para proteger um bem jurídico, dado ou valor social visto como essencial à vida em sociedade. Quando falamos de consumo de drogas, o bem jurídico seria a saúde humana, um bem de direito indisponível, que não pode ser negado, negociado, ou sub-rogado a outrem.

No entanto, a planta de onde se origina a maconha (composta pelas folhas e flores secas) e o haxixe (uma pasta extraída da seiva) tem como principal componente ativo o THC (tetrahidrocanabinol). Esse composto é conhecido por suas propriedades analgésicas, hipnóticas e espasmolíticas, com o haxixe sendo cerca de dez vezes mais potente do que a maconha em termos de efeitos.

É utilizado muitas vezes para fabricação de remédios e também para tratamento de doenças como: epilepsia, parkinson, glaucoma, câncer, etc. Então como uma planta

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

que poderia ser utilizada como medicinal, podendo ser produzida e distribuída através de receita médica, foi criminalizada?

### 2.1 Proibição do Consumo

Nas primeiras décadas do século XX, a maconha era associada a minorias marginalizadas, como mexicanos nos EUA, negros no Brasil e imigrantes árabes e indianos na Europa. Esses grupos, muitas vezes vistos com desconfiança pela classe média branca, eram frequentemente alvo de preconceitos. Nos Estados Unidos, a xenofobia contra mexicanos, que eram retratados como criminosos e promíscuos sob a influência da maconha, começou a alimentar o medo da substância.

Entretanto, a maconha também tinha uma grande importância econômica. Produtos feitos de cânhamo (uma variedade da planta *Cannabis sativa*) eram amplamente usados nas indústrias de papel, tecidos e até combustíveis e plásticos. Com o fim da Lei Seca em 1933, que havia proibido o álcool, o uso da maconha se popularizou como uma alternativa, especialmente entre as classes mais baixas e nos círculos de músicos de jazz.

Harry Anslinger, que foi nomeado chefe do recém-criado Federal Bureau of Narcotics (FBN) em 1930, começou a associar a maconha com violência, crime e degeneração moral, espalhando mitos sobre seus efeitos e ligando-a à criminalidade de minorias raciais. Sua campanha contou com o apoio de William Randolph Hearst, um poderoso magnata da mídia, que tinha interesses pessoais e econômicos na destruição da indústria do cânhamo, visto que ela competia com suas plantações de eucalipto e com os produtos sintéticos desenvolvidos pela Du Pont, uma das maiores corporações químicas da época.

A propaganda negativa, amplamente difundida pela mídia de Hearst e impulsionada pelos esforços de Anslinger, culminou na aprovação do "Marihuana Tax



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Act" em 1937, que efetivamente proibiu a planta nos Estados Unidos. Essa legislação serviu como modelo para outras nações, inclusive o Brasil, que já havia adotado leis federais contra a maconha na década de 1920.

### 3. LEGISLAÇÃO

A política de repressão ao consumo e fornecimento de drogas no Brasil começou a se consolidar na década de 1920, influenciada por pressões internacionais. Inicialmente, o foco era em substâncias como ópio e cocaína, com o Decreto nº 4.294/1921 estabelecendo penas para o comércio dessas substâncias. A maconha foi oficialmente incluída na lista de substâncias tóxicas em 1932, com penas estabelecidas para consumo e fornecimento.

Ao longo dos anos, o tráfico de drogas evoluiu para uma atividade ligada a organizações criminosas, e a legislação brasileira se tornou mais severa, especialmente com a Lei nº 8.072/1990, que equiparou o tráfico a crimes hediondos.

Em 2006, a lei nº 11.343 conhecida como a Lei de Drogas, entrou em vigor no Brasil com a intenção de estabelecer um sistema nacional de políticas públicas sobre drogas e criar uma distinção entre usuários e traficantes. No entanto, seu impacto tem sido complexo e controverso.

Para quem é pego com drogas para consumo pessoal, a lei prevê penas alternativas, como: 1) Advertência sobre os efeitos das drogas. 2) Prestação de serviços à comunidade. 3) Medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Essas penas podem durar até cinco meses (ou dez meses em caso de reincidência), e o juiz pode aplicar admoestação verbal e multa se o condenado se recusar a cumprir as medidas.

O crime de tráfico de drogas é punido com reclusão de cinco a quinze anos. Se o réu é primário, de bons antecedentes, não se dedica a atividades criminosas e não

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

integra uma organização criminosa, a pena pode ser reduzida de um sexto a dois terços. Para associação criminosa com o objetivo de traficar, a pena varia de três a dez anos.

A ausência de critérios objetivos para distinguir entre consumo pessoal e tráfico leva a uma aplicação desigual da lei, com muitos usuários sendo processados como traficantes. A população carcerária no Brasil dobrou desde a entrada da lei em vigor, com uma proporção crescente de presos por tráfico de drogas, especialmente mulheres. Sendo em 2016, 28% da população carcerária era composta por detentos por tráfico, superando outras categorias de crimes.

Com a nova decisão do STF, há um processo de regulamentação da diferença entre o consumo pessoal e o tráfico. Estabelecido que, 40 gramas de maconha ou seis plantas fêmeas a pessoas é considerado apenas usuário, não mais como traficante.

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

O consumo de drogas, especialmente a maconha, tem sido tratado como uma forma de necropolítica, onde a criminalização e a repressão desmedida têm levado ao encarceramento em massa e à marginalização de grandes parcelas da população. A aplicação rígida das leis antidrogas, como evidenciado pela Lei n. 11.343/2006, tem resultado em uma superlotação dos presídios brasileiros, afetando desproporcionalmente jovens e negros, e contribuindo para uma crise no sistema penitenciário.

A descriminalização da maconha não só pode aliviar a pressão sobre o sistema carcerário, mas também gerar benefícios econômicos significativos. Ao reduzir o número de prisões relacionadas ao consumo de maconha, o país pode economizar entre R\$ 260 milhões e R\$ 590 milhões anuais em custos com o sistema prisional. Essas economias podem ser redirecionadas para áreas mais produtivas, como saúde e educação, promovendo um desenvolvimento social mais equitativo.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Além dos benefícios econômicos, a descriminalização pode ajudar a diminuir a carga sobre o sistema judiciário e policial, permitindo que esses recursos sejam melhor utilizados para combater crimes mais graves e promover a justiça. Ao adotar uma abordagem mais equilibrada e humana em relação ao uso de drogas, o Brasil pode reduzir as injustiças e promover um ambiente mais justo e produtivo para todos os cidadãos.

Portanto, a descriminalização da maconha pode representar um passo importante na reforma do sistema de justiça e na promoção de políticas públicas que beneficiem a sociedade como um todo, ao mesmo tempo que contribuem para uma economia mais eficiente e sustentável.

### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESSA, Ilana Pinsky, Marcos A. **Adolescência e drogas**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

STABILE, Arthur. Portal de Notícias do G1 26 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/06/26/brasil-gasta-quase-r-600-milhoes-ano-com-presos-condenados-por-portar-ate-100-gramas-de-maconha.ghtml>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BENJAMIN, Walter. **Imagens de pensamento? Sobre o haxixe e outras drogas**. São Paulo: Grupo Autêntica, 2013.

SADDI, Luciana. **Maconha: os diversos aspectos, da história ao uso**. São Paulo: Editora Blucher, 2021. E-book. ISBN 9786555060645. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555060645/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

RUSSO BURGIERMAN, Denis; NUNES, Alceu. **A verdade sobre a maconha**. SUPER ABRIL: REVISTA SUPERINTERESSANTE, [S. l.], p. 1-67, 16 ago. 2002. Disponível em: [https://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/cms/grupopaginas/105/988/A\\_VERDADE\\_SOBR E\\_A\\_MACONHA\\_REVISTA\\_SUPERINTERESSANTE.pdf](https://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/cms/grupopaginas/105/988/A_VERDADE_SOBR E_A_MACONHA_REVISTA_SUPERINTERESSANTE.pdf). Acesso em: 19 ago. 2024.

RANGEL, Paulo; BACILA, Carlos R. **Lei de Drogas: Comentários Penais e Processuais, 3ª edição**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN

9788597000801. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000801/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

### CARTILHA SOBRE O USO DE SUBSTÂNCIAS EM CONTEXTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL INFANTOJUVENIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Eixo: 4 - Questão das drogas, encarceramento e necropolítica

Hewerton Gonçalves Pereira Rosa<sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho relata a construção de uma cartilha educativa sobre o uso de drogas em acolhimentos institucionais infantojuvenis. O processo se desenvolveu a partir de queixas de educadores sociais/cuidadores de Casas Lares, serviço de Acolhimento Institucional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em Londrina-PR. Assim, estruturou-se uma intervenção, numa perspectiva Freireana, com o uso de rodas de conversas, palestras e dinâmicas. Como resultado, organizou-se a elaboração de uma cartilha sobre o tema, de acordo com o que foi construído durante a intervenção, de modo a ser um instrumento de auxílio e qualificação do trabalho dos educadores/cuidadores.

**Palavras-chave:** Drogas; Acolhimento institucional; Infância; Adolescência; Intervenção.

#### ABSTRACT

This paper reports on the creation of an educational booklet about drug use in child and adolescent institutional care shelters. The process began in response to concerns raised by social educators/caregivers from Casas Lares, an Institutional Care Service under the Unified Social Assistance System (SUAS), in Londrina-PR. A Freirean-inspired intervention was structured, incorporating discussion circles, lectures, and interactive activities. As a result, a booklet on the topic was developed, based on the content created

<sup>1</sup> Psicólogo, Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), hewerton.goncalvespsi@gmail.com



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

during the intervention, to serve as a tool for supporting and enhancing the work of the educators/caregivers.

**Keywords:** Drugs; Institutional shelter; Childhood; Adolescence; Intervention.

## 1. INTRODUÇÃO

“Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, na prática e na reflexão sobre a prática”. (Paulo Freire)

O papel da família no desenvolvimento da criança e do adolescente é de relevante importância, sendo considerada uma instituição fundamental na promoção de um ambiente de proteção e afeto, responsável por possibilitar um desenvolvimento benéfico a esses sujeitos (Fonseca, 2017). Entretanto, entende-se que esse papel, na prática, não se aplica a todas as crianças e adolescentes, devido a existência de grupos familiares incapazes de promover e assegurar o cuidado mencionado, por diferentes motivos. Nestes casos, essas crianças e adolescentes podem se encontrar em um cenário de violação de direitos, o que – segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – configura um contexto de intervenção mediante medidas de proteção (Brasil, 1990).

No que se refere aos direitos por essas medidas, o ECA (Brasil, 1990) prevê, dentre diferentes encaminhamentos, o acolhimento institucional enquanto medida de proteção integral, desde que não haja mais possibilidades de permanência no núcleo familiar de origem da criança ou do adolescente.

A partir disso, o Estado brasileiro institui o chamado Serviço de acolhimento Institucional, o qual consiste em um serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É composto por diferentes modalidades a fim de garantir proteção integral a sujeitos e/ou familiares com vínculos enfraquecidos. Deve possuir perfil residencial, estar inserido na

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

comunidade e possuir uma estrutura que cumpra requisitos mínimos de segurança, higiene, habitação, acesso e privacidade (BRASIL, 2014). Atualmente, segundo a base de dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (Conselho Nacional de Justiça, 2024), há mais de 30 mil crianças e adolescentes em acolhimentos institucionais no Brasil.

Tratando-se da proteção social de crianças e adolescentes, o ECA (Brasil, 1990), prevê quatro modalidades de acolhimento voltadas ao público infantojuvenil: abrigo institucional, Casa Lar, família acolhedora e república. Para o presente trabalho, a modalidade de Casa Lar é o ponto de partida para a discussão. Esta categoria de Serviço de Acolhimento Institucional pode ser definida como:

Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. (Brasil, 2009, p. 74)

As Casas Lares atendem a população de crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 a 18 anos, que se encontram sob medida protetiva de abrigo. O número máximo de usuários por serviço deve ser de 10 acolhidos, sendo prioritariamente destinado a grupos de irmãos e crianças e adolescentes com expectativa de acolhimento de médio ou longo período. Além disso, a equipe mínima de uma Casa Lar deve ser composta por coordenador(a), equipe técnica (assistente social e/ou psicólogo), educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador (Brasil, 1990; 2009).

Tendo em vista todo o contexto explicitado sobre acolhimentos institucionais, sobretudo Casas Lares, é importante olhar e compreender questões que permeiam a vida de crianças e adolescentes dentro dessas instituições.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

De acordo com estudos, como os desenvolvidos por Dell’Aglío e Siqueira (2010) e Fernandes *et al.* (2015) a vivência de crianças e adolescentes em acolhimento institucional está muito ligada à presença de eventos estressores em suas histórias de vida, tais como a ruptura de relações familiares, maus-tratos, negligência e violência.

Além disso, as relações estabelecidas na instituição de acolhimento podem ser aversivas devido a conflitos e/ou problemas com questões de hierarquia dentro do serviço, juntamente à alta rotatividade de profissionais e à falta de um plano organizado de atividades (Fernandes; Monteiro, 2016; 2017).

Em consequência desse contexto, a partir de revisão de literatura de Epifânio e Gonçalves (2017), compreende-se a existência de diferentes aspectos negativos atribuídos a crianças e adolescentes em acolhimento institucional, como a falta de afeto, constante tutela, sentimento de vingança e culpa, estados ansiosos e depressivos, agressividade e outros. Portanto, é possível aferir, de acordo com a literatura disponível sobre o tema, que todos os eventos citados são fatores que em muito se relacionam aos estados de saúde física e mental dessa população.

Indo além, o III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira (Bastos *et al.*, 2017) aponta que, quanto à experimentação de álcool, tabaco, medicamentos não prescritos e substâncias ilícitas, a idade média de primeiro consumo varia de 13,1 a 14 anos de idade entre os menores de 18 anos entrevistados, a depender da substância, sendo o álcool a substância mais experimentada. Isto é, interpreta-se que, principalmente na pré-adolescência e adolescência, os sujeitos tendem a experimentar o uso de substâncias psicoativas, sobretudo bebidas alcoólicas.

Embora as motivações sejam diversas, de acordo com a análise de literatura de Soares *et al.* (2020), amenização de crise existencial, diversão e socialização são os principais fatores identificados em relação à finalidade do uso de drogas por

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

adolescentes. Além disso, o estudo também aponta para a quebra de relações sociais e familiares, questões da própria adolescência e fatores de vulnerabilidade enquanto razões para o possível uso de substâncias por essa população.

Avanci *et al.* (2007) acrescentam que há diferentes fatores capazes de tornar adolescentes mais suscetíveis ao desenvolvimento de problemas psicológicos: no âmbito individual (gênero, idade e traços psicológicos); no âmbito familiar (histórico de saúde mental, violência, separação, abandono e uso/abuso de álcool e outras drogas); e no âmbito sócio-cultural (pobreza, redes de apoio, violências estruturais).

Desta forma, em suma, crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional estão ainda mais sujeitas ao desenvolvimento de questões no campo da saúde mental e ao consumo de substâncias. Como posto anteriormente, diversos fatores de risco e vulnerabilidade estão presentes na vida dessa população, os quais podem vir a potencializar comportamentos de risco (como o uso ou abuso de drogas) e gerar questões de saúde física e mental, ao longo do tempo. Então, inseridos nesse contexto, essas crianças e adolescentes podem encontrar no uso de substâncias uma válvula de escape para tantas adversidades ligadas a sua realidade social.

Embora fatores aversivos estejam presentes no contexto de acolhimentos institucionais, essas instituições – a depender de suas características – podem e devem contribuir largamente com a proteção social e maior qualidade de vida dos acolhidos.

Aqui, faz-se importante enfatizar o aspecto das relações sociais estabelecidas entre acolhidos e profissionais dos acolhimentos. Pensando nas vivências das crianças e adolescentes acolhidos, as redes de apoio criadas dentro da instituição representam um fator muito importante no desenvolvimento desses acolhidos (Yunes; Miranda; Cuello, 2004). Redes de apoio estabelecidas não somente com outros acolhidos, mas principalmente com os educadores/cuidadores que trabalham na instituição.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Segundo a pesquisa de Marzol, Bonafé & Yunes (2012), a figura do educador social/cuidador é de grande importância na rede de apoio social e afetiva, sobretudo aqueles “que brincam juntos, conversam, ajudam nas tarefas escolares, compartilham atividades da casa, respeitam, protegem dos perigos e orientam” (p. 323). Por fim, concluem que, mesmo vivenciando fatores de estresse e vulnerabilidade dentro dos acolhimentos, as crianças e adolescentes podem apresentar bom desenvolvimento quando inseridas em um contexto, de fato, acolhedor e que leva em consideração suas questões sociais, afetivas e emocionais, promovendo proteção social.

Sendo assim, a partir de uma atividade de estágio curricular em Psicologia, o autor deste trabalho – em atuação no Serviço de Saúde Mental de Londrina-PR – desenvolveu, junto à equipe multiprofissional do serviço, uma cartilha de apoio técnico-pedagógico para educadores sociais/cuidadores, a partir de uma intervenção (atividade formativa) feita sobre o tema do uso de drogas em acolhimentos institucionais infantojuvenis. O objetivo do material é trazer orientações de manejo, maiores conhecimentos sobre o tema das drogas e possibilitar intervenções mais eficazes e humanizadas por esses trabalhadores.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Atividade Formativa**

A intervenção em questão foi feita no início de 2024, com a presença de 18 educadores/cuidadores no primeiro dia e de 22 participantes no segundo dia. A proposta dessa formação remete à escuta qualificada realizada pela equipe do Serviço de Saúde Mental Volante, a qual ouviu queixas de diferentes trabalhadores



ligadas ao uso de substâncias em acolhimento institucional infantojuvenil e ao desconhecimento do tema e de possíveis manejos para esse tipo de situação.

Sendo assim, junto a uma comissão de formação já existente no município de Londrina-PR, propôs-se – em uma linguagem freireana – uma formação *com* educadores, ou seja, uma ação horizontal entre profissionais dos serviços de saúde e assistência social junto a educadores/cuidadores, baseada no diálogo e troca de ideais e experiência.

A atividade, resumidamente, foi estruturada e dividida em cinco etapas: (1) *check-in*: momento de entrada para a atividade, onde os educadores puderam relaxar e se ambientar com a proposta; (2) apresentação: etapa essencialmente expositiva sobre o tema, mas pensada para ser desenvolvida junto às contribuições dos participantes; (3) primeira parte da dinâmica: orientações quanto à escolha de materiais para a dinâmica escolhida e construção de casos fictícios relacionados ao uso de drogas em acolhimento; (4) segunda etapa da dinâmica: momento de troca dos casos elaborados entre os grupos e desenvolvimento de possíveis intervenções; (5) discussão em roda: apresentação dos casos e intervenções elaborados e discussão sobre o que foi proposto.

### 2.2 Elaboração da Cartilha

A partir da intervenção prática, a proposta idealizada pela equipe do Serviço Volante foi juntar todos os assuntos trabalhados durante a formação, somado aos casos e intervenções elaborados pelos educadores/cuidadores, e instrumentalizar todas essas informações no formato de uma cartilha construída coletivamente.

Então, em cerca de três meses, o estagiário de Psicologia do Serviço Volante - autor deste trabalho - com apoio do Psicólogo do serviço, elaborou uma cartilha educativa que compila todas as informações trabalhadas durante a atividade

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

formativa de maneira ilustrada, conversada (a partir de personagens narradores) e que fornece um apoio teórico-prático para educadores/cuidadores.

A primeira parte do material é de maior característica teórica. Os mesmos pontos que foram discutidos durante a intervenção estão nessa parte da cartilha, a qual conta com oito tópicos nomeados: (a) Drogas: o que são ?; (b) Breve histórico das drogas; (c) Tipos de drogas; (d) Tipos de uso; (e) Motivações; (f) Legislação; (g) Consequências; (h) Redução de danos.

Inicialmente, a cartilha trabalha com um conceito amplo de drogas, o qual não contempla somente substâncias ilícitas, mas qualquer substância que produza mudanças fisiológicas e/ou de comportamento. A partir disso, apresenta um breve histórico das drogas, de modo a desmistificar o seu uso ao longo do tempo e em diferentes contextos. Assim, introduz-se uma diferenciação das substâncias quanto ao seu efeito no Sistema Nervoso Central (depressoras, estimuladoras e perturbadoras), além de uma diferenciação quanto à sua natureza (natural, sintética e semi-sintética).

Dando continuidade, em seguida, abordam-se os tipos de uso de substâncias de acordo com o contexto, tempo de uso e finalidade, sendo listados os tipos: (a) Ocasional; (b) Habitual; (c) Experimental; (d) Recreativo; (e) Ritualístico; (f) Tóxico ou Abusivo; (g) Medicinal; (h) Dependente. Então, são abordadas resumidamente possíveis motivações para o uso, como inserção social, histórico familiar e tratamentos. Além disso, também retrata-se a questão da legislação quanto ao uso, diferenciando-se drogas lícitas e ilícitas.

Por fim, discute-se possíveis consequências do uso nos âmbitos pessoal, familiar, jurídico e social a partir de diferentes exemplos. Logo em seguida, há uma seção dedicada à temática da redução de danos, explicitando suas contribuições para compreender o consumo de substâncias enquanto um fenômeno multideterminado e que constitui uma política pública de assistência aos usuários.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

A segunda parte do material está baseada nas contribuições práticas (os casos e intervenções) elaboradas pelos educadores/cuidadores ao longo da intervenção. Na primeira seção, os oito casos elaborados são descritos tal como em uma contação de histórias. Cada caso apresenta uma imagem que ilustra a situação descrita, uma caixa de texto onde estão destacadas as substâncias abordadas, uma ficha com as características dos personagens envolvidos e o caso propriamente dito e contado.

Já na segunda seção, organizou-se as intervenções elaboradas para cada caso em quatro grupos principais: (a) manejo imediato; (b) comunicação e organização do trabalho; (c) manejo contínuo; (d) trabalho em rede. Cada tipo de intervenção foi descrita e exemplificada com breves colocações, além de serem indicadas, com recursos visuais, para quais casos se aplicam.

Ao final da cartilha, há uma seção de possíveis encaminhamentos, na rede de saúde mental especializada de Londrina-PR, para casos de crianças e adolescentes acolhidos que fazem uso de substâncias e que necessitam de maior assistência, além da bibliografia consultada e uma página com os nomes de todos os educadores sociais/cuidadores envolvidos na construção do material.

### 2.3. Desdobramentos

Em suma, o princípio das atividades descritas foi baseado em gerar consciência crítica e promover educação continuada a partir da discussão de experiências e manejos junto aos educadores/cuidadores. Para Freire (1979), a consciência crítica possibilita uma análise crítica dos processos, de forma a superar a ingenuidade de ideais e permitir um aprofundamento, isto é, uma maior compreensão do contexto e estrutura social ligados ao fenômeno com o qual se opera.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Sendo assim, ainda segundo Freire (1979), o trabalhador social implicado em um processo de mudança poderá atuar no domínio dessa estrutura social e, assim, exercer seu papel de sujeito de transformação ao também “atuar e refletir com os indivíduos com quem trabalha para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades da sua sociedade” (p. 56). Todavia, para que esse processo seja possível, o trabalhador social deve ampliar seu repertório teórico-metodológico, prático e acerca da realidade de sua atuação.

Tendo em vista as contribuições de Paulo Freire, deve-se compreender que, atendendo a uma mudança eficaz no contexto do consumo de substâncias em acolhimentos institucionais infantojuvenis, a elaboração do material educativo foi importante para que educadores/cuidadores pudessem potencializar e se apropriar de conhecimentos para atuar como “sujeitos de transformação” na vida de crianças e adolescentes acolhidos, conscientizando-os criticamente da realidade em que estão inseridos e aplicando conhecimentos teórico-metodológicos e práticos aprendidos, quando necessário.

### **3. CONSIDERAÇÕES**

Tendo em vista tudo exposto até aqui, entende-se que as ações descritas foram de suma importância para ampliar a discussão sobre o uso de drogas em contexto de acolhimentos institucionais infantojuvenis entre os educadores/cuidadores, além de possibilitar a construção coletiva de um saber teórico e prático durante a atividade formativa, de forma horizontal e pautada na realidade dos participantes.

Faz-se importante salientar a potencialidade da referida cartilha enquanto material de inspiração e, também, de conhecimento acerca de novas experiências e metodologias. Profissionais e estudantes envolvidos no contexto de acolhimentos institucionais podem se beneficiar do material, além das próprias crianças e

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

adolescentes acolhidos, visto que práticas lúdicas, educativas e eficazes devem ser cada vez mais valorizadas e divulgadas neste campo de atuação.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVANCI, Joviana Quintes *et al.* Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes. **Psicologia: Teoria E Pesquisa**, v. 23, n. 3, p. 287–294, jul. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000300007>.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro *et al* (org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro:

ICICT/FIOCRUZ, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>.

BRASIL. **Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: Conanda, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: SNAS, 2014. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento: Crianças e Adolescentes Acolhidos**. Brasília: CNJ, 2024.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; SIQUEIRA, Aline Cardoso. Preditores de Satisfação de Vida de Jovens em Situação de Vulnerabilidade no sul do Brasil. **Psicodebate**, v. 10, n. 213, dez. 2010.

EPIFÂNIO, Thais Pacheco; GONÇALVES, Monica Villaça. Crianças como sujeitos de direitos: uma revisão de literatura sobre crianças em situação de acolhimento institucional. **Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional**, v.25, n. 2, p.

FERNANDES, Amanda Oliveira *et al.* Estresse em adolescentes abrigados. **Adolescência & Saúde**, v. 12, n. 4, p. 65-75, out.-dez. 2015. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v12n4a08.pdf>.

FERNANDES, Amanda Oliveira; OLIVEIRA-MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de. Psychological Indicators and Perceptions of Adolescents in Residential Care. **Paidéia (ribeirão Preto)**, v. 26, n. 63, p. 81–89, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-43272663201610>.

FERNANDES, Amanda Oliveira; OLIVEIRA-MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de. Comportamentos Pró-Sociais de Adolescentes em Acolhimento Institucional. **Psicologia: Teoria E Pesquisa**, v. 33, n. e3331, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3331>.

FONSECA, Patrícia Nunes da. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. **Revista Psicopedagogia**, v. 34, n. 105, p. 285-296, 2017.

MARZOL, Rosinha Mattos; BONAFÉ, Larissa; YUNES, Maria Angela Mattar. As Perspectivas de Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Sobre os Cuidadores Protetores. **Psico**, v. 43, n. 3. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7988>.

SOARES, Francisco Rafael Ribeiro *et al.* Reasons of drug use among adolescents: implications for clinical nursing care. **Rev Esc Enferm USP**, v. 54, n. e03566, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2018058003566>.

## II SEMINÁRIO

28, 29 e 30 de Agosto

2024

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

YUNES, Maria Angela Mattar; MIRANDA, Angela Torma ; CUELLO, Sandra Eliane Sena.

Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. *In*: KOLLER, Sílvia Helena (org.).

**Ecologia e desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 193-214.



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## POR UMA CONCEPÇÃO CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS

**Eixo:** Eixo 4 - Questão das drogas, encarceramento e necropolítica.

Aline Pedrosa Fioravante<sup>1</sup>

### RESUMO

A construção histórica dos direitos humanos é marcada por tensões ideológicas e contradições, pois está implicitamente relacionada ao liberalismo e interesses do capital. Requer-se um olhar crítico para a transposição entre o discurso da afirmação dos direitos em contraponto com as expressões do capitalismo na contemporaneidade, dentre elas a violência, opressão e exclusão que encontra no racismo, suas expressões máximas. A necropolítica, como gestão da morte, se revela de maneira mais explícita na relação de colonização e subjugação de povos, especialmente pela raça, num “estado de exceção”, que se perpetua relativizando condições de cidadania e de garantia de direitos. A pauta de direitos humanos demanda ser ressignificada à luz da efetividade, emancipação e pluralidade, como uma exigência ética de gestão da vida.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos, Necropolítica, Racismo.

### ABSTRACT

The history of human rights is marked by ideological tensions and contradictions, mainly due to liberalism and the interests of capital. A critical analysis is required to considerate the discourse of rights affirmation in counterpoint with the expressions of capitalism in contemporary times, among them, the violence, oppression and exclusion that finds its maximum expressions in racism. Necropolitics, as the management of death, reveals itself more explicitly in the relationship of colonization and subjugation of people, especially by race, in a “state of exception”, which perpetuates itself by relativizing

<sup>1</sup> Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (2003). Especialização em psicoterapia infanto-juvenil na Análise do Comportamento (2004). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2013). Atualmente Analista Judiciária da área de Psicologia no Tribunal de Justiça do Paraná atuando na Comarca de Londrina

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

conditions of citizenship and the guarantee of rights. The human rights agenda demands to be redefined in the light of effectiveness, emancipation and plurality, as an ethical requirement for managing life, otherwise.

**Keywords:** Human Rights, Necropolitics, Racism.

## 1. INTRODUÇÃO

Contra as ideias da força, a força das ideias.  
Florestan Fernandes

A ambição modesta deste texto é a de tecer reflexões sobre leituras e discussões vivenciadas ao longo do primeiro semestre de 2024 na disciplina de Direitos Humanos: Tensões E Resistências, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. E o que de imediato se anuncia para/em mim é a memória tácita dessas aulas, pois verifico, ao reler meus registros, sensações e pensamentos indicativos de que algo se operou e novos significados emergiram.

Assim, minha inquietação, dialoga com os impactos de novas ideias sobre um corpo histórico, singular e multifacetado, com desejos, crenças e valores que me dão contorno e perspectivas, e por este substrato, limitado e limitante, registro minha tentativa de alcançar uma dimensão mais ampla e conceitual, que versou sobre como os discursos formais e hegemônicos de Direitos Humanos se atrelam a um pensamento liberal e seus impactos dos modos de ser e viver na contemporaneidade, especialmente pelas análises trazidas pelos autores estudados.

É fundamental reconhecer que o conceito de direitos humanos requer análises críticas e históricas para que esteja vinculado a perspectivas emancipatórias e plurais de desenvolvimento e não à serviço dos discursos de dominação. Isto porque as formas de subjetivação derivadas de uma lógica capitalista, enfraquecem, fragmentam e

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

destituem a experiência humana de dignidade e sentido, ao passo que engendram contornos violentos e destrutivos na forma de nos relacionarmos em sociedade.

Tomando-se, por exemplo, a questão do racismo, que serviu ao projeto capitalista de exploração pela escravidão, as contradições se evidenciam, pois mesmo com a afirmação formal da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, a realidade contemporânea é a de violência, opressão e morte aos corpos negros, como descreve Mbembe (2016).

## 2. DIREITOS HUMANOS – CONTRADIÇÕES A SEREM CONSIDERADAS

O surgimento da concepção de direitos humanos como direitos que cabem aos seres humanos pela simples condição humana é uma história, por vezes contada de forma a-crítica, como resultado indubitável de um processo histórico de proteção do cidadão contra o poder absoluto dos Estados, conferindo-lhe liberdades e poderes de modo isonômico e universal. Todavia, existem “*camadas arqueológicas*” (Trindade, 2011, p.11) a serem recuperadas e colocadas em perspectiva para que se reconheça que a construção histórica de tais direitos é marcada por tensões ideológicas e contradições. Deste modo, requer-se um olhar crítico para a transposição entre o discurso da afirmação dos direitos e as conformações estatais e sociais, que pelas expressões manifestas de poder, influenciam diretamente as possibilidades de seu acesso e exercício (Losurdo, 2006).

O termo direitos humanos, na concepção que conhecemos hoje, surge no bojo das ideias iluministas, nas quais prevaleceram a razão em detrimento às verdades reveladas pela fé que sustentavam os regimes absolutistas da época. Como registro das ideais de bem comum, de liberdade e igualdade, no contexto da Revolução Francesa, foi promulgada a primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789. Os principais direitos fundamentais nesta Declaração são: liberdade, propriedade e segurança. Esta narrativa merece ser analisada mais detidamente, pois simplifica a luta,



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

interesses e pressões contextuais da época, assim como propaga uma perspectiva ideológica atrelada aos interesses do capital (Marx, 2010).

A crítica marxista apresentada no Dezoito Brumário (2006) desvela paradoxos do contexto histórico em que esta Declaração é anunciada, implicitamente vinculada aos interesses da burguesia, já que se refere à garantia dos direitos civis e políticos, fala de igualdade e liberdade e confere o direito à propriedade privada, mas não se preocupa e nem refere em momento algum àqueles homens não proprietários e que na miséria, também protagonizaram a revolução. Ou seja, a igualdade ficava no aspecto do direito, de alguns serem iguais perante as leis, mas não quanto à participação social na riqueza produzida coletivamente.

Verifica-se uma subordinação do Estado à sociedade civil-burguesa, criando dois tipos de homens, o real e o abstrato. Nas palavras de Marx (2010):

o homem na qualidade de membro da sociedade burguesa é o que vale como o homem propriamente dito, como o *homme* em distinção ao *citoyen*, porque ele é o homem que está mais próximo de sua existência sensível individual, ao passo que o homem político constitui apenas o homem abstraído, artificial, o homem como pessoa alegórica, moral (MARX, 2010, p. 53).

Importante considerar que esta abstração esteve no substrato das lógicas de dominação, inclusive no pensamento colonialista e escravagista. Santos (2009) considera que com a estruturação dos Estados Nacionais ao longo do séc XVIII e o fortalecimento do capitalismo, a cultura para o novo sistema econômico passa a reproduzir as relações sociais e de produção, ampliando assim as desigualdades que são essenciais para a lógica do sistema.

Em 1948, como uma resposta humanista pós-holocausto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, é um texto que possui como mérito a afirmação universalizante de proteção da dignidade humana, assim como a constituição de uma matriz jurídica e axiológica de um sistema de proteção internacional de direitos humanos. Ocorre que ainda assim, os desafios de sua compreensão histórica e contextual exigem uma postura crítica para que não sejam apenas uma utopia e um

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

recorte fragmentado da ampla multidimensionalidade e interculturalidade dos mais variados povos e nações. Boaventura de Sousa Santos (2009) adverte que contra os perigos de uma visão homogeneizante de direitos humanos, que seria uma contradição à lógica emancipatória e multicultural. Para ele, na forma como têm sido predominantemente concebidos, os Direitos Humanos são

um localismo globalizado, uma espécie de esperanto que dificilmente se poderá transformar na linguagem quotidiana da dignidade humana nas diferentes regiões culturais do globo (Santos, 2009, p. 18).

José Damião Trindade em sua obra *História Social dos Direitos Humanos* (2011) coloca o conceito de direitos humanos sob o holofote do contexto social e histórico, apontando o quanto a narrativa de direitos humanos pode estar, em determinadas situações, atrelada ao discurso dominante. O autor chega a considerar que talvez não tenha havido opressor nos últimos duzentos anos, ao menos no Ocidente, que não tivesse, em nenhum momento, lançado mão da “linguagem” dos direitos humanos, inclusive o próprio Hitler. Desta forma questiona:

Por que tem sido tão fácil falar em direitos humanos e por que essa expressão tornou-se assim maleável, tão complacente e moldável, a ponto de a vermos ser pronunciada sem rubor pelos mais insólitos personagens? O que significa ela exatamente? Ou melhor, ela ainda conserva um significado? Ou seu uso indiferente por canalhas e anjos estaria a indicar que teria perdido o sentido que teve algum dia? (Trindade, 2011, p. 16).

Identifica-se a importância de considerar que o conceito de Direitos Humanos, além de ter uma origem histórica vinculada ao liberalismo, também é incorporado nos discursos dominantes produzidos no seio do sistema capitalista como “fachada” de acesso e garantia de direitos a todos. Questionar estes discursos, assim como seus efeitos é um movimento crítico necessário para vislumbrar a efetiva emancipação da condição humana.

### 3. NECROPOLÍTICA E A RESSIGNIFICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS COMO EFETIVIDADE E EMANCIPAÇÃO

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Os direitos humanos como construção social e histórica de emancipação individual e social não se dissociam de sua perspectiva de efetividade, sendo necessário considerar que as expressões contemporâneas do capitalismo lhes dão contorno, limites e condicionantes. E no passo desta análise, verifica-se que o racismo esteve e está imbricado no processo de consolidação do capitalismo enquanto modo de produção, com impactos profundos nas construções de subjetividades.

O capitalismo erige uma biopolítica racial calcada na segmentarização e na lógica do negativo. Este circuito resulta em: autoritarismos, lógicas excludentes, tendência à dominação, afirmação de si, rechaço e tentativa de destruição das diferenças. Está agenciado pelo pólo paranóico da máquina psíquica (Hur, 2020, p. 191).

Esta compreensão permite considerar o impacto que as diferenças provocam no tecido social ruído pela exacerbação do capitalismo em sua versão neoliberal. O neofascismo, o racismo, o machismo e todas as violências segregacionistas são validados e atendem as forças de ataque às alteridades que devem ser atacadas.

Assim, nessa composição de forças que se atualiza na hierarquia de raças, etnias, de sexo-gênero, de classes sociais, de religião, culturais, de valores da moral, emergem novas formas de controle, e para além do controle. Em Aquile Mbembe, podemos considerar, a operação de uma “necropolítica”, que seja pela forma do abandono ou do estrangulamento, a soberania passa a cada vez mais a se constituir como uma “capacidade de definir quem é ‘descartável’ e quem não é” (Mbembe, 2016, p. 41), quem deve morrer ou não.

Para o autor, a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida à expressão máxima da soberania, o exercício do poder da morte (Mbembe, 2016). Se a biopolítica foucaultiana trata da “gestão da vida” (Foucault, 1979), a necropolítica, em Mbembe é também a “gestão da morte”. Para este autor, a necropolítica se revela de maneira mais explícita na relação de colonização e subjugação de povos, especialmente pela raça.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

O racismo é apontado pelo autor, como a tecnologia à serviço do capitalismo, descrevendo

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los (Mbembe, 2016, p. 128)

A condição de escravizado se vive na perda de um lar, na perda de um corpo e na perda de um status político. Mbembe (2016) considera que se operam três processos principais nas formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte. Primeiramente há uma fragmentação territorial e as margens de exclusão se evidenciam (sobretudo do espaço urbano). Num segundo e terceiro planos, há uma verticalização da soberania, viabilizada pelas novas tecnologias e pelos novos dispositivos de informação/ guerra hi-tech, além da aplicação de um moderno “estado de exceção”, que se perpetua permanentemente relativizando condições de cidadania e de garantia de direitos.

O que se observa de suas análises são os apontamentos de renovação do neofascismo, pelo esvaziamento da democracia e pelo triunfo do neoliberalismo. Some-se ainda o alcance global deste processo. Em suas palavras:

Está em curso uma inegável mudança de época, mas também de condição, engendrada pelas transformações da biosfera e da tecnosfera. Esse processo, que tem desencadeado tremores sem precedentes, é global. Seu objetivo é precipitar a mutação da espécie humana e acelerar-lhe a passagem para uma nova condição, ao mesmo tempo plástica e sintética e, consequentemente, maleável e extensível (Mbembe, 2021, p.18).

Assim, com o termo “Brutalismo”, o autor descreve o tempo contemporâneo inédito em termos de exacerbação da lógica de extração, destruição, transformação, produção e combustão, tanto em relação ao planeta quanto aos seres humanos. E neste sentido, a pauta dos direitos humanos merece amplamente ser resignificada, como



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

aponta Santos (2009) ao considerar que as lutas emancipatórias por direitos humanos precisam ser “explícita ou implicitamente anticapitalistas”(Santos, 2009, p.14).

Um caminho, aponta Mbembe, seria a “proteção da matéria viva contra as forças da dessecação” (Mbembe, 2021, p.34). Há, para Mbembe, a possibilidade de uma reversão desse processo, uma ênfase no “devir”, na retomada das antigas metafísicas africanas. Há uma força de vida que o autor atribui ao continente africano, pois ao mesmo tempo que ele é a chaga da expropriação, é também a reserva de potência para o retorno à matéria e ao campo ilimitado de permutações e estruturas novas (Mbembe, 2021, p. 30).

Compreende-se que o futuro da vida em todas suas categorias deve ser questionado de forma radical, irrompendo-se contra os processos de dominação das subjetividades, violências e opressão pelas diferenças, e assim, favorecendo modos de vidas plurais (Santos, 2009). Para este autor, o caminho seria

transformar os direitos humanos numa política cosmopolita que ligue, em rede, línguas diferentes de emancipação pessoal e social e as torne mutuamente inteligíveis e traduzíveis. É este o projeto de uma concepção multicultural dos Direitos Humanos. Nos tempos que correm, esse projeto pode parecer mais do que nunca utópico. E o é, certamente, tão utópico quanto o respeito universal pela dignidade humana. E nem por isso este último deixa de ser uma exigência ética séria (Santos, 2009, p.18).

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

Os direitos humanos emergem como uma construção social marcada por tensões ideológicas e contradições, no bojo de disputas de classes em que as ideias liberais e os interesses do capital são afirmados. Neste sentido, a mera afirmação dos direitos humanos é efêmera das expressões do capitalismo na contemporaneidade, dentre elas a violência, opressão e os processos de exclusão.

A resignificação dos direitos humanos requer que eles sejam criticamente analisados para além dos discursos, à luz da efetividade, emancipação e pluralidade, como uma exigência ética de enfrentamento do racismo e da necropolítica. Apropriar-se deste percurso de análise é também assumir compromissos mais produtivos com os



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

desafios cotidianos, nas dimensões da vida pessoal e dos compromissos éticos e profissionais, lócus da resistência, produção de sentidos contra-hegemônicos e emancipação social.

**5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- FOUCAULT, M. (1979). Microfísica do Poder (24ª ed). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- HUR, Domenico U. (2020). Desejo e política em Deleuze: Máquinas codificadora, neoliberal, neofascista e esquizodramática. POLIÉTICA. Revista de Ética e Filosofia Política, 8 (2), 173-202.
- LOSURDO, Domenico. Contra-História do Liberalismo. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.
- MARX, K. Sobre a questão judaica. trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. São Paulo: Centauro, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. Revista de Direitos Humanos. Brasília, n. 2, p. 10-18, jun. 2009.
- TRINDADE, José Damião de Lima. História social dos direitos humanos. 3. ed. São Paulo: Peirópolis, 2011.
- MBEMBE, A. (2016). Necropolítica. Revista Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez.. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em 08/mai/24.
- MBEMBE, A. (2021) Brutalismo. São Paulo: N-1 Edições.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

## JUVENTUDE, ENCARCERAMENTO E AFETOS: UMA ANÁLISE SOBRE A PANDEMIA

### Eixo 4: Questão das drogas, encarceramento e necropolítica.

Felipe Almeida de Moura <sup>1</sup>  
Sonia Regina Vargas Mansano <sup>2</sup>

### RESUMO

A vida nas prisões vem sendo amplamente estudada pelas Ciências Sociais e Humanas, que apresentam críticas contundentes a respeito das relações de poder que ali são postas em circulação. Com o advento da pandemia, em 2020, tal debate tornou-se ainda mais urgente. O presente estudo teórico teve por objetivo conhecer os impactos relacionais e afetivos da pandemia de COVID-19 nas prisões brasileiras. Para isso, valeu-se de uma abordagem interdisciplinar tendo como nortadora a Psicologia Social. Conclui-se que a pandemia colocou em evidência problemas já instaurados que foram amplamente intensificados e demandam a ação de órgãos públicos para seu real enfrentamento.

**Palavras-chave:** prisões; juventude; pandemia; afetos

### RESUMEN

La vida en las prisiones ha sido ampliamente estudiada por las Ciencias Sociales y Humanas, que presentan críticas contundentes respecto de las relaciones de poder que allí se ponen en circulación. Con la llegada de la pandemia en 2020, este debate se volvió aún más urgente. El presente estudio teórico tuvo como objetivo comprender los impactos relacionales y afectivos

<sup>1</sup> Graduando em Psicologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista de IC pelo CNPq. E-mail: [felipe.almeida.moura@uel.br](mailto:felipe.almeida.moura@uel.br)

<sup>2</sup> Psicóloga. Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UEL. Doutora em Psicologia Clínica. E-mail: [mansano@uel.br](mailto:mansano@uel.br)

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

de la pandemia de COVID-19 en las prisiones brasileñas. Para lograrlo se utilizó un enfoque interdisciplinario, guiado por la Psicología Social. Se concluye que la pandemia puso de relieve problemas existentes que se intensificaron enormemente y requieren acciones de los organismos públicos para abordarlos de manera efectiva.

**Palabras clave:** prisiones; juventud; pandemia; afectos

### 1. INTRODUÇÃO

“Tirei um dia a menos ou um dia a mais, sei lá  
Tanto faz, os dias são iguais  
Acendo um cigarro, e vejo o dia passar  
Mato o tempo pra ele não me matar”  
Racionais MC's

A questão prisional é um tema que permeou a modernidade e segue produzindo problematizações em nossos dias. A instauração e o desenvolvimento da instituição prisional foram estratégias utilizadas para fazer cumprir o rigor da lei a partir do século XIX. Ocorre que desde a medievalidade dos suplícios, pena corporal danosa (Foucault, 1999), até a assepsia das cadeias instauradas nas sociais-democracias, o conjunto de instituições composto pela segurança pública, com suas leis e ordem, encontrou na organização prisional uma forma de fazer cumprir as regras de convivência e punir de acordo com os valores hegemônicos vigentes. Isso retirou os condenados do convívio público, incluindo-os nas prisões (Foucault, 1999). Assim, é longa a história de estruturação e consolidação das instituições prisionais que foi marcada por diferentes intervenções desde a era medieval.

O presente estudo teve por objetivo conhecer os impactos relacionais e afetivos da pandemia por COVID-19 no interior das prisões brasileiras, tendo como norteadora a questão da juventude. Para alcançar esse objetivo, a presente pesquisa teórica foi dividida em três momentos. Primeiramente, apresentamos uma breve história das

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

prisões, com foco nas regras, leis e valores que permearam sua implantação e disseminação mundial. Como desdobramento dessa primeira seção, será dada atenção às maneiras como as prisões se organizaram no Brasil, atendendo necessidades específicas do poder aqui vigente. Por fim, discutiremos alguns impactos da pandemia nas relações de afeto que permeiam a vida dos detentos dentro e fora das prisões.

Ao final deste estudo, pode-se constatar que a pandemia, como um evento radical que assolou a vida planetária, trouxe impactos diversos à vida prisional, especialmente para a juventude encarcerada, com os quais ainda temos muito a aprender. Isso demanda a instauração de debates acerca da estrutura de suas regras, dos objetivos pretendidos em suas intervenções, bem como da real assistência àqueles que estão sob responsabilidade dessa instituição.

## **2. UMA BREVE HISTÓRIA DAS PRISÕES**

A história evidencia o uso do suplício no mundo medieval como estratégia para lidar com o crime. O suplício, ou qualquer uma das formas de castigo e punição físicocorporal, aplicados na época, apresentava dupla função: além de punir o infrator, demonstrava a força e o poder do soberano na pretensão de coibir possíveis novos crimes. O suplício apresentava características demonstrativas pois, difundia-se com ele, o medo de sofrer uma punição severa pelo braço forte do soberano e, com isso, buscava-se coibir a realização de futuras transgressões. Diz Foucault (1999, p. 113): “É preciso punir exatamente o suficiente para impedir”, sendo essa a máxima que regerá a economia penal e o dispositivo punitivo na transição entre os séculos XVII e XIX. O grau de severidade das punições durante o período medieval foi altíssimo, pois, em última instância, todo ato contra a norma vigente, era compreendido como um ato contra o soberano.

A figura do soberano como autoridade maior era fortificada, sustentada e disseminada pelo conjunto da soberania monárquica e seus poderes e dispositivos até o

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

século XVII. Foram estes os aparatos e saberes que mantiveram a lógica da soberania viva e respirando, lógica esta que como explicitado e demonstrado através do suplício, era fundada na dissimetria entre o poder do soberano e do súdito. O poder soberano operava a partir dessa disparidade de forças e de direitos. Foucault (2005, p. 287) esclarece: “O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver” que marcou de modo contundente esse momento histórico. Ocorre que com o passar do tempo, diante do desgaste da soberania e de falhas desse sistema, nasceu outro poder, para além do direito do soberano, denominado poder disciplinar que marcou a sociedade a partir do século XVIII. Este poder, responsável agora, especificamente, pela vigilância do corpo sem culminar em seu flagelo, voltou-se para sua gestão no campo social e institucional. Este se tornou responsável pela normalização e normatização dos corpos, para além das leis, das regras, criando a partir do saber da disciplina, uma jurisprudência da norma. Foucault (1999) assinala:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (p. 164).

Ainda sobre essa transição da ordem medieval para a moderna, é importante frisar: essas passagens, não só de tempo, mas de sistemas, redes, dispositivos e agenciamentos não substituem umas às outras de modo decisivo. As transições, até que se transformem efetivamente e se superem, são longas, paulatinas e minuciosas, tendo seu papel estendido até certo ponto até ser possível refinar e especificar seus formatos, delimitações e delineamentos. Assim, os sistemas e redes de poder anteriores ainda persistem e impactam o corpo social com seu poder-saber. Sobre essa transição vagarosa e permanente, Foucault (1979) diz:

Devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais (p. 171).



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

A transformação do sistema punitivo entre os séculos XVII e XIX marca também o fim de uma sociedade e uma sociabilidade majoritariamente punitiva, que dá lugar a um sistema não mais de punição, mas sim de julgamento e detenção. Entende-se, nessa época, que a privação de liberdade é a pena mais justa e igualitária possível, visto o seu caráter universal, já que o “ser livre” apresenta-se no século XIX como uma condição pactuada de forma uniforme no contexto social. Nesse cenário a prisão torna-se o espaço responsável pela privação física e, portanto, o veículo da punição privativa da liberdade. Torna-se também uma instituição responsável pela normalização e docilização do indivíduo, sendo aqui alvo do poder-saber disciplinar.

Como Foucault afirma: “Um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal” (1999, p. 12).

Percebe-se também uma mudança no objetivo da pena: o castigo físico não é mais visivelmente enxergado como estratégia de punição. O corpo sai do centro da questão punitiva: não mais é a deflagração do sofrimento físico que será o responsável pela punição, o objetivo é atingido pela suspensão do bem maior, do direito individual máximo: sua liberdade, o direito de ir e vir. Com a supressão do direito à liberdade, sendo agora este o meio pelo qual se faz punir, Foucault (1999) traz um questionamento da época:

Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos [...] é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma (p. 20).

A “alma” passa a ser, portanto, o intuito desse novo dispositivo de punição: ao trocar o objeto e o objetivo da punição, explicita-se a transição de poder-saber entre o mundo soberano, o mundo disciplinar e o mundo governamental organizado no Estado. O ponto chave dessa transição entre os séculos XVII e XIX é explicitado por Foucault

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

(1999, p. 13): “A certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens”. Essa mudança de valores responsável pela transição do espetáculo punitivo dos castigos físicos, cadafalsos, uso de forças, guilhotinas e suplícios, para a divulgação e a consolidação do modelo organizacional prisional, do modo de podersaber que se funda na transição do punir única e exclusivamente o corpo, para o vigiar e deter as ações desse corpo, dá contornos ao triunfo do poder disciplinar. Dentro desse contexto, a nova materialização do mundo penal e legislativo foi a prisão.

**2.1 As prisões no Brasil**

O sistema cárcere-cêntrico brasileiro funda-se conjuntamente com a abdicação de D. Pedro I, durante o período regencial. O modelo seguido no país segue a lógica penitenciária panóptica de Bentham (Da Motta, *apud* Foucault, 2006). O Brasil, ainda escravagista, apresentava um sistema centrado na punição do corpo, valendo-se majoritariamente dos castigos físicos. Esse fato só mudou oficialmente com a Proclamação da República, em 1889, momento em que se configurou o sistema carcerário como norma, entendendo que as ‘ciências carcerárias’, representadas pela criminologia e parte da sociologia, elaborariam a melhor forma de punir.

As práticas e as medidas de segurança pública no Brasil, assim como exemplificado acima com o panóptico, foram importadas da Europa e dos EUA. Este último apresenta a maior população carcerária do mundo já há alguns anos, fato que é corroborado pela adoção da política de “tolerância zero” criada e difundida pelo país a partir da dita “teoria da vidraça quebrada”, formulada em 1982 pelos criminalistas conservadores norte-americanos James Q. Wilson e George L. Keeling. Em linhas gerais, a política posta em questão afirma que todo delito, dos mais leves aos mais graves, devem ser punidos intensamente e de forma rápida, justificado pela adoção de um ditado popular: “quem rouba um ovo, rouba um boi”. Isso implica que pequenos delitos e

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

infrações não punidos fazem com que, necessariamente, a criminalidade escale para delitos maiores e mais graves. Sendo assim, a punição e a detenção imediatas seriam, sob esse ponto de vista, a solução para o problema de segurança pública enfrentado pelos estadunidenses na década de 1980.

Essa política foi posta em prática na cidade de Nova York, que aumentou o efetivo policial e aparelhou as brigadas com novos dispositivos técnicos e tecnológicos, a fim de cumprir de forma inflexível as leis responsáveis pela punição de delitos menores (embriaguez, jogatina, mendicância, atentados aos costumes e simples ameaças). Isso fez com que o número de detentos subisse de forma vertiginosa. A respeito disso, Wacquant (2001, p. 17) diz: “Em suma, o subproletariado que suja e ameaça. É nele que se centra prioritariamente a política de “tolerância zero” visando restabelecer a “qualidade de vida” dos nova-iorquinos que, ao contrário, sabem se comportar em público”.

A implementação dessa política de “tolerância zero”, segundo Wacquant (2001), demonstra com primor a origem da lógica policlesca e suas intervenções majoritariamente dirigidas especialmente contra indivíduos pretos, pobres e periféricos, geralmente jovens, que tendem a ser retirados dos centros e espaços públicos, uma vez que sua mera presença e ocupação são suficientes para que sejam realizadas inspeções policiais ostensivas a fim de afastá-los desses espaços. Analisando a América do Sul, Wacquant mostra como essa política, com dispositivos e aparatos modificados, vieram ao Brasil:

Em janeiro de 1999, depois da visita de dois altos funcionários da polícia de Nova York, o novo governador de Brasília, Joaquim Roriz, anuncia a aplicação da “tolerância zero” mediante a contratação imediata de 800 policiais civis e militares suplementares, em resposta a uma onda de crimes de sangue do tipo que a capital brasileira conhece periodicamente. Aos críticos dessa política que argumentam que isso vai se traduzir por um súbito aumento da população encarcerada, embora o sistema penitenciário já esteja à beira da explosão, o governador retruca que bastará então construir novas prisões (2001, p.20).

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Vê-se, mais uma vez, o Brasil realizando a importação de uma tendência de segurança pública estadunidense, sendo implementada de forma não pensada, não original e não coesa com as demandas específicas do território brasileiro. Isso demonstra o descaso e despreparo dos agentes do Estado e do braço da segurança pública para lidar com as particularidades do território brasileiro. O modelo estadunidense traz consigo mais uma problemática advinda da lógica policlesca que atualmente ronda o Brasil: projetos de privatização de presídios. Davis (2021) mostra:

O grande projeto de construção de prisões que começou na década de 1980 produziu os meios de concentrar e gerenciar o que o sistema capitalista tinha declarado implicitamente ser um excedente humano. Nesse ínterim, as autoridades eleitas e a mídia dominante justificavam as novas práticas draconianas de sentenciamento, que mandavam cada vez mais pessoas para a prisão na tentativa frenética de construir mais e mais penitenciárias, argumentando que essa era a única maneira de proteger nossas comunidades de assassinos, estupradores e ladrões (p.76).

Vemos, assim o trajeto para implantar um complexo industrial-prisional e o papel que ele ocupa na organização capitalista contemporânea. Com a desindustrialização do primeiro mundo e descentralização da produção, uma massa de sujeitos acaba desempregada, ficando por sua vez dependente do Estado e seus programas sociais de auxílio e assistência, que mais cedo ou mais tarde também acabaram por serem desmontados. Dentro da lógica capitalista e das prisões privadas, essa massa, esse excedente marginal humano empurrado para dentro do sistema prisional, agora gera lucro.

Para além das políticas importadas explicitadas anteriormente, outro fator decisivo para os números de detentos no Brasil hoje, se dão em função da promulgação e a implementação da Lei de Drogas (2006). A lei em questão tem por objetivo combater a utilização e a comercialização de drogas, porém apesar do esforço, a aplicação da lei falha, e acaba não combatendo as drogas, mas sim os corpos negros. Borges (2019) aponta o racismo como elemento fundador da sociedade brasileira, e esse racismo



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

estrutural e institucional instaurado e permeado na cultura nacional como um todo, se vê também presente nas políticas públicas:

Esse poder sobre corpos negros é exercido em diversas esferas. Seja na total ausência de políticas cidadãs e de direitos, como falta de saneamento básico, saúde integral e empregos dignos; seja pelo caráter simbólico de representação do negro na sociedade como violento, lascivo e agressivo, alimentando medo e desconfiança e culminando em mortes simbólicas, pela aculturação, pela assimilação e pelo epistemicídio, até as mortes físicas, que se estabelecem por violência, torturas, encarceramento e mortes (p.41-42).

Hoje, o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás somente de EUA e da China respectivamente. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, com dados referentes ao ano de 2023, a população carcerária brasileira hoje se encontra em torno de 850 mil presos, sendo 70% desses, negros. O impacto da Lei de drogas pode ser percebido através do aumento de quase duas vezes da população prisional brasileira no período de 2006-2016 com o aumento de três vezes dos detentos encarcerados pelo crime tipificado como tráfico de drogas (Campos,2018).

## **2.2 As prisões na pandemia**

A vida dos detentos nas prisões brasileiras durante e após a pandemia foi um tema amplamente debatido em estudos científicos por diferentes áreas de conhecimento. Ferreira *et al* (2021) realizam uma análise de três documentos publicados por órgãos diferentes com recomendações e precauções sobre como lidar com a COVID-19 dentro do sistema prisional de regime fechado: um de âmbito mundial (Organização Mundial da Saúde, OMS), um de âmbito nacional (Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, SBMFC) e por último um de âmbito local (FIOCRUZ). Após análise os autores demonstram diversas convergências entre as recomendações de prevenção descritas por uma série de ações básicas e genéricas que deveriam estar garantidas pelo Estado independentemente de uma pandemia e acrescentam: “Do mesmo modo, recomendações de distanciamento social e a evitação de aglomerações também são



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

encontradas nos documentos da OMS e da SBMFC, mesmo que nem sempre (ou raramente) possam ser colocadas em práticas no cárcere.” (Ferreira *et al*, 2021, p.34).

Algumas das medidas apresentadas pelos documentos foram: distanciamento físico, limitação de pessoas na cela, limitação de visitas e circulação pelas galerias e pátios, uso e disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) aos funcionários e aos detentos bem como o mapeamento regular dos casos de COVID19 dentro do sistema prisional. Estas seriam as medidas básicas de biossegurança, saúde e prevenção a serem postas em prática, segundo os documentos. Algumas recomendações adicionais para favorecer a qualidade de vida no contexto pandêmico seriam: informar os PPL sobre as razões para o isolamento, assegurar o contato com as famílias, fornecer produtos de higiene, vacinação e fornecer água. Isso implicaria uma ação de cuidado com o apenado e seus familiares, prezando por uma qualidade de vida ainda que imersos em um contexto de catástrofe sanitária. Nessa mesma direção de cuidado, Mafra *et al* (2021) relatam:

Entre os serviços penais a serem implementados no sistema prisional, o direito à saúde da pessoa privada de liberdade é um dos mais básicos e um dos mais sensíveis, justamente em razão da precariedade das condições estruturais dos estabelecimentos penais. O direito à saúde é garantido pela Constituição Federal de 1988 e sua universalidade é afirmada na Lei nº 8.080/1990 que regula o Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) traz a assistência à saúde como direito da pessoa privada de liberdade (p.112).

A privação da liberdade, nascida há séculos, segue como uma organização social dominante na contemporaneidade, sendo dever do Estado cuidar e manter saudáveis todos os indivíduos que se encontram em regime privativo. A privação de liberdade na institucionalização total pode ser vivida de diferentes maneiras e nuances. Mas, em sua dimensão de ruptura com o mundo externo, pode ser penosa e angustiante, evocando afetos como tristeza, medo, insegurança, saudade. Isso foi potencializado devido à pandemia da COVID-19. Birman (2021) caracterizou esse momento histórico a partir do conceito de catástrofe, dimensionando o poder de afetação e a complexidade que a

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

pandemia e o vírus da COVID-19 trouxeram para a população, mais especificamente no Brasil, durante os anos de 2020 e 2022. Em suas palavras:

O conceito de catástrofe remete diretamente para as linhas de força e de fuga que delineiam a constituição real do mundo na promoção da pandemia em causa, na sua efetiva multidimensionalidade. E o conceito de trauma, em contrapartida, reenvia para as coordenadas constitutivas do sujeito, que se inscreve no espaço real do mundo que foi colocado literalmente pelo avesso, isto é, pela dor e pelo sofrimento, que, como dobras ruidosas, modulam efetivamente os interstícios da experiência traumática, que incide de maneira singular sobre os indivíduos concretos (Birman, 2021, p. 13).

Em meio a essa difícil experiência planetária, pode-se dizer que o sofrimento gerado na população carcerária ainda carece de atenção e cuidado público, uma vez que suas condições de encarceramento intensificam a dor seus desdobramentos em desamparo e trauma.

### 3. CONSIDERAÇÕES

A pandemia pode ser considerada uma aceleradora de problemas sociais que já estavam instaurados no cotidiano relacional das cidades, mas que, como sua emergência, foram evidenciados de modo perturbador. Diversas instituições científicas colocaram em evidência os riscos específicos que se faziam presentes nas instituições carcerárias, alertando para as possibilidades de ampla contaminação e óbito. Medidas de biossegurança foram indicadas, mas, sem muito sucesso uma vez que o país estava sendo governado, à época, por uma gestão pouco aliada da vida e seu cuidado. A juventude preta, pobre e periférica, que em larga medida ocupam as prisões brasileiras, acabou sofrendo os maiores impactos daquela gestão. Isso implicou a perda de vidas bem como a disseminação de sofrimento em familiares que tinham seus entes encarcerados.

O que a pandemia mostrou, especificamente no que se refere à juventude presente nas instituições carcerárias, é que o amplo debate sobre as vidas e afetos que ali são vividos precisam de amplo debate, investimento e programas públicos que de fato

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

abram possibilidades de intervenções situadas para fazer a crítica necessária a essa instituição e suas normas. Diante da complexidade do cenário, cabe seguir insistindo nos estudos científicos, especialmente advindos das Ciências Humanas e Sociais, para analisar criticamente não apenas a institucionalização dos crimes e das punições, como também sua efetividade, amplitude e os reais objetivos que a sustentam nessa configuração em nossos dias.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRMAN, J. **O trauma na pandemia do Coronavírus**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BORGES, J. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** [s.l.] Editora Difel, 2021.

CAMPOS, M. S. **O novo nem sempre vem: lei de drogas e encarceramento no Brasil**. IPEA, 2018.

FERREIRA, J. F. Recomendações convergentes? Documentos sobre a proteção à saúde prisional durante a pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Execução Penal**, p. 19–39, 2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975/1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MAFRA, D. F.; MATOS, L. M.; GOMES, P. M. G.; CARVALHO JUNIOR, J. C.;

COSTA, L. M. Atuação do Departamento Penitenciário Nacional na Pandemia da COVID-19 com Foco na Prevenção e na Atenção à Saúde no Sistema Prisional. **Revista Brasileira De Execução Penal-RBEP**, v. 2, n. 1, p. 109–132, 2021.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

**POTENCIALIDADE DE OFICINAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DE PRIVAÇÃO  
DE LIBERDADE FEMININA**

Eixo 4: Questão das drogas, encarceramento e necropolítica

Jeniffer Seles de Oliveira<sup>1</sup>

Julia Sanches Lobato<sup>2</sup>

Emily Maria Costa<sup>3</sup>

Alícia Gomes dos Santos<sup>4</sup>

Margarida de Cássia Campos<sup>5</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho objetiva refletir criticamente o uso de oficinas pedagógicas como ferramentas educativas que garantem os direitos de mulheres em privação de liberdade à educação e ao exercício das atividades intelectuais e artísticas. Através da metodologia qualitativa, considera-se o encarceramento em massa na lógica penal que não provê a garantia de direitos. Analisa-se o processo histórico que estabeleceu o sistema carcerário como uma continuidade do sistema escravista colonial. Assim, compartilhando experiências das integrantes do projeto de extensão financiado pelo Governo do Estado do Paraná, por meio do Programa Universidade Sem Fronteira, denominado de “Grades em Transgressão: Novos horizontes de inclusão e inovação social para mulheres”. Por último, considera-se a potencialidade emancipadora de oficinas pedagógicas em espaços de privação de liberdade pautadas no estímulo de consciência crítica.

<sup>1</sup> graduanda em psicologia na Universidade Estadual de Londrina (discente) [jeniffer.selesdeoliveira@uel.br](mailto:jeniffer.selesdeoliveira@uel.br)

<sup>2</sup> psicóloga, graduada na Universidade Estadual de Londrina (profissional recém formada) [julia.sanches.lobato@uel.br](mailto:julia.sanches.lobato@uel.br)

<sup>3</sup> graduanda em serviço social na Universidade Estadual de Londrina (discente) [emily.maria.costa@uel.br](mailto:emily.maria.costa@uel.br)

<sup>4</sup> graduanda em artes visuais na Universidade Estadual de Londrina (discente) [alicia.gomes.santos@uel.br](mailto:alicia.gomes.santos@uel.br)

<sup>5</sup> Doutora em Geografia e professora do departamento de Geografia/Uel, [mcassiacampos@uel.br](mailto:mcassiacampos@uel.br)



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

**Palavras-chave:** Mulheres em situação de privação de liberdade; Oficinas pedagógicas; Garantia de direitos.

## ABSTRACT

The present work aims to critically reflect on the use of pedagogical workshops as educational tools that ensure the rights of women in incarceration to education and the practice of intellectual and artistic activities. Through qualitative methodology, it considers mass incarceration within a penal logic that fails to guarantee rights. It analyzes the historical process that established the prison system as a continuation of the colonial slave system. Thus, it shares the experiences of the participants in the extension project funded by the Government of the State of Paraná through the University Without Borders Program, entitled “Grades in Transgression: New Horizons of Inclusion and Social Innovation for Women.” Finally, it considers the emancipatory potential of pedagogical workshops in spaces of incarceration, based on the stimulation of critical consciousness

**Keywords ou Palabras clave:** Women in situations of deprivation of liberty; educational workshops; guarantee of rights.

## 1. INTRODUÇÃO

A prisão se tornou um buraco negro no qual são depositados os detritos do capitalismo contemporâneo. (Angela Davis, 2018)

A privação de liberdade está prevista no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, 1940) e amparada pela LEP (Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), de modo que a sentença seja cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A LEP também instaura as diretrizes que compõem os direitos e deveres das pessoas em situação de privação de liberdade, reafirmando os direitos humanos garantidos na Constituição Federal de 1988, além de regulamentos para abranger as especificidades deste contexto. Dentre eles, encontra-se no Artigo 18, “A assistência educacional



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”, sendo obrigatório a presença do ensino de primeiro grau, assim como supletivos (Brasil, 1984, Art. 18º-A, parágrafo 20). Concomitantemente, são propostos o ensino profissionalizante, o aperfeiçoamento técnico (Brasil, 1984, Art. 19º) e a existência de bibliotecas, providas de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Na mesma legislação, em concordância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), enfatiza-se no Art. 41º- VI, da LEP o direito ao “exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena”, enquadrando-se inclusive como possíveis programas de remissão de pena pelo trabalho, esporte, leitura, estudo e atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer e cultura).

Para fins comparativos, quando se leva em consideração o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) Mulheres, publicado em 2018, apenas 21% das mulheres em privação de liberdade estão envolvidas em atividades de ensino escolar e 4%, em atividades educacionais complementares. Nesse sentido, o projeto de extensão Grades em Transgressão “Novos Horizontes de Inclusão e Inovação Social para Mulheres”, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), financiado pelo Programa Universidade sem Fronteiras (USF) do Governo do Estado do Paraná e ao Fundo Paraná, com atividades entre setembro de 2023 e agosto de 2024 foi desenvolvido com a proposta de promover a inclusão e reinserção social por meio de atividades educacionais capazes de tornar o processo de cumprimento da pena mais humanizador, visando fomentar a construção de uma rede integrada de apoio.

O projeto é composto por uma equipe multidisciplinar que integra alunos de graduação e profissionais recém-formados de psicologia, pedagogia, serviço social, ciências sociais, artes plásticas e geografia, o projeto se tece nas frentes de pesquisa e extensão. As atividades desempenhadas se baseiam na elaboração de artigos e grupos de estudo, implementação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a realização de

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

oficinas pedagógicas voltadas para as pessoas em situação de privação de liberdade (PPL) da Cadeia Pública de Santo Antônio da Platina.

A Cadeia Pública que configura o espaço de atuação do projeto é uma instituição feminina voltada ao cumprimento de penas privativas de liberdade, em regime fechado. Segundo a LEP, as cadeias públicas são estabelecimentos destinados a “presos provisórios” (Brasil, 1984, Art. 102º), entretanto, a depender do município, na falta de um estabelecimento adequado, no caso as penitenciárias, a prisão civil e administrativa serão efetivadas neste espaço (Brasil, 1984, Art. 201º).

Este é o caso da instituição de Santo Antônio da Platina, anteriormente configurada como um estabelecimento masculino e, após ser reformada em 2018, configurou-se como um estabelecimento penal feminino. Algumas rebeliões marcaram o período entre 2018 e 2020, assim como o contexto de superlotação e precariedade. A reforma e as mudanças estruturais na instituição trouxeram consigo a proposta de um estabelecimento adequado ao número de PPLs e com infraestrutura para reinserção social (Bannwart, 2020).

Entretanto, no período de atuação do Projeto foi evidenciada a ausência de EJA, cursos profissionalizantes, biblioteca consolidada, programas que incentivassem a atividade física ou projetos de ensino complementar e lazer, apesar da presença de espaços que pudessem abarcar tais atividades. Logo, através dos diálogos iniciais com as PPLs, foi possível compreender os impactos da ociosidade e das condições precárias no processo de subjetivação e na saúde mental das mulheres ali presentes.

Assim, este artigo tem por objetivo compartilhar as experiências das integrantes do Projeto Grades em Transgressão, provenientes dos encontros com as PPLs ao longo das atividades do projeto, abrangendo particularmente a descrição do planejamento e a prática da oficina “Consciência Cotidiana”. Para discussão crítica da potencialidade do uso de oficinas pedagógicas, construídas dialogicamente com o público, foi abordado como referencial teórico o livro “Memórias da Plantação” (2008), de Grada Kilomba. A

análise interseccional do sistema penal e da privação de liberdade feminina segue na perspectiva de Juliana Borges, tendo como foco o livro “Encarceramento em Massa” (2018).

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Metodologia**

A metodologia utilizada para elaboração deste trabalho configura-se como quali-quantitativa, com base no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) Mulheres publicado em 2018 e nos livros “Encarceramento em Massa”, de Juliana Borges (2019) e “Memórias da Plantação”, de Grada Kilomba (2008). A escolha pelo INFOPEN 2018 se faz em decorrência da revisão sistemática dos dados, apresentados conforme um panorama comparativo entre os anos de 2000 e 2016, e as discussões que contextualizam-os, em contraponto às edições mais recentes do INFOPEN que ainda se encontram no modelo tabelar.

O livro “Encarceramento em Massa” (Borges, 2019) foi a principal referência para composição dos Grupos de Estudo, desenvolvidos entre as integrantes do projeto, proporcionando a formação teórica a respeito da privação de liberdade feminina no Brasil, em uma perspectiva interseccional. Além disso, a obra Memórias da Plantação, de Grada Kilomba, foi escolhida para compor a discussão acerca da oficina pedagógica “Consciência Cotidiana”, ministrada pela colaboradora externa Alícia Gomes dos Santos, aluna de Artes Plásticas na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

A Oficina foi planejada e estruturada através da metodologia característica do campo das artes, que consiste na sensibilização, reflexão e produção artística. No primeiro momento da oficina, foi apresentada a música “Mágico de Oz”, composta e produzida pelo grupo Racionais MC's (1997), seguida pelo debate acerca dos “pontos

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

marcantes da poesia, bem como, a forma que esta é colocada, os meios linguísticos (gírias periféricas) utilizados e como a realidade crua ali descrita é trabalhada como meio artístico para denunciar abusos e evidenciar lacunas”

(informação verbal)<sup>6</sup>.

Os materiais distribuídos às PPLs foram folhas sulfite, lápis e canetas, fazendo com que a expressão destas mulheres fossem ouvidas e reconhecidas, sua subjetivação, narrativas e simbolizações, através de desenhos, poesias, prosas e na interação com as pessoas presentes naquele espaço. Nesse momento, as integrantes do projeto assumiram a postura de apoio e orientação, dialogando com as mulheres, acolhendo-as e por fim realizaram o fechamento da Oficina. Posteriormente, as observações e percepções de cada uma das integrantes foram discutidas em grupo, explorando as limitações e potencialidades daquele encontro, para que assim fossem elaborados registros no formato de diários de campo.

## **2.2 Resultados e discussão**

Como citado anteriormente, o INFOPEN Mulheres 2018 desenvolveu um levantamento acerca das mulheres em situação de privação de liberdade, das condições dos estabelecimentos penais e um panorama comparativo entre 2000 e 2016. Em relação ao perfil destas mulheres, evidencia-se que a maioria destas mulheres são negras (62%), jovens (50% têm entre 18 e 29 anos), mães (74%), solteiras (62%) e com o ensino fundamental incompleto (45%) (INFOPEN Mulheres, 2018). Além disso, quando leva-se em consideração a tipificação penal que levou à condenação, 62% consistem no tráfico de drogas e 20% em crimes patrimoniais. A leitura destes dados dispara a reflexão das estruturas que promovem tal cenário, principalmente ao se analisar o crescimento

---

<sup>6</sup> Informação fornecida por Alicia Gomes, colaboradora externa do Projeto Grades em Transgressão, em abril de 2024



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

exponencial do encarceramento feminino, que no período entre 2000 e 2016 aumentou 656%.

A partir da contextualização histórica e de uma análise crítica do sistema penal, é possível conceber a consolidação do encarceramento desde o período pós-abolição da escravidão, o qual visou perpetuar as desigualdades sociais e sustentar o sistema capitalista, tendo suas raízes no colonialismo e no racismo. Essas ideologias fundamentam a estruturação da sociedade brasileira, adaptando-se ao longo das transformações sociais e históricas para garantir a permanência da hegemonia e dos grupos privilegiados por este sistema. A obra explora amplamente o conceito de ideologia, entendendo-a como o conjunto de ideias que legitimam e sustentam a estrutura dominante. Assim, a compreensão de como essas ideias se manifestam na sociedade é também influenciada pela própria ideologia, que permeia diferentes esferas sociais.

Nesse sentido, tanto a fundamentação colonial, patriarcal e racista da sociedade brasileira, sustentada pela ideologia hegemônica pautada na meritocracia e no neoliberalismo, estão presentes também no aparato estatal, elas compõem os projetos e os planos de gestão. Um dos expoentes se faz no policiamento repressivo direcionado às populações subalternas, assim como a decisão de desassistência por parte do Estado à contextos de vulnerabilidade social marcadas pela precarização. Estes mecanismos mantêm as desigualdades sociais e os privilégios das classes dominantes. O reflexo no sistema penal pode ser identificado desde a abordagem policial, aparentemente movida pela política de Guerra às Drogas (Lei de Drogas (Lei 11,343/2006, artigo 33) e com o monopólio da violência intitulada legítima. E se estende até as instâncias jurídicas, analisadas por Borges (2019) como uma continuidade das inquisições, em decorrência da precariedade da assistência jurídica e a exclusão do sujeito do processo de julgamento, que é pautado em uma linguagem técnica característica do Direito. Assim, o sistema penal funciona como uma continuidade do sistema escravista colonial, por mais



que, estando engendrado no modelo de sociedade brasileiro e na ideologia hegemônica, perspectivas de questionamento ou o próprio abolicionismo penal são encaradas como impensáveis ou utópicas.

As questões de gênero e sexualidade também compõe a perspectiva de análise interseccional, de modo que Borges (2019) tem como foco a construção histórica dos papéis de gênero, em um recorte dos papéis de cuidado atribuídos à mulheres cis, e como eles se expressam no sistema penal, em intersecção com o racismo. Como discutido por Davis no capítulo “Como gênero estrutura o sistema prisional”, do livro “Estarão as prisões obsoletas?” (2003), às mulheres são atribuídas a submissão e a pacificidade, de modo que, “criminosos do sexo masculino eram considerados indivíduos que tinham simplesmente violado o contrato social, as criminosas eram vistas como mulheres que tinham transgredido princípios morais fundamentais da condição feminina.” (Davis, 2003, p.8). Assim, as mulheres em situação de privação de liberdade são atravessadas pela dupla invisibilização e culpabilização, tanto pela transgressão do contrato social quanto pelo não cumprimento das imposições dos papéis de gênero. Em última instância isto se evidencia na frequente situação de abandono por parte dos familiares e amigos das PPLs, caracterizado pela ausência de visitas ou contatos por outros meios de comunicação.

A oficina Consciência Cotidiana, organizada pela colaboradora externa do projeto “Grades em Transgressão: Novos Horizontes de Inclusão e Inovação Social para Mulheres”, Alícia Gomes dos Santos, do curso de Artes Visuais foi escolhida para a apresentação e discussão neste resumo a fim de detalhar o processo de produção, devolutivas e temas que emergiram a partir da produção da atividade proposta. A Oficina teve como objetivo “Incentivar as mulheres privadas de liberdade a refletirem sobre

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

consciência existencial, proporcionando uma experiência de olhar para o seu próprio cotidiano e usar da arte para se expressar e ser ouvido.” (informação verbal)<sup>7</sup>.

O desenvolvimento da atividade promoveu a garantia do direito à livre expressão pessoal de cada uma das PPL's, as referências despertaram uma identificação e reflexão coletiva sobre temas como ancestralidade, consciência existencial e racialidade. Foram compostas manifestações artísticas materializadas pela escrita, oralidade e desenhos. Revelou-se a potencialidade do movimento da equipe de expressar que não existe um “padrão” ou um certo ou errado como propõe a escrita acadêmica, pois, o falar sobre a realidade é muito maior que se encaixar em padrões de escrita. De tal modo reafirma-se que falar sobre elas mesmas é um direito de suas existências. Segundo Grada (2020, p. 58-59) “Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevem a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro.”

O livro “Quarto do despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus, usado como referência pela colaboradora, escrito por uma mulher periférica sobre sua história, afirmava este lugar de direito de escrever sobre sua realidade sem estar sujeita e sob o crivo de uma dominação que também atravessa a escrita.

Os temas mais frequentemente identificados foram relacionamentos, saudade, sonhos, solidão, angústias, medos, anseios, desejos. A atividade resgatou memórias afetivas associadas a momentos de convivência com familiares e amigos, momentos de diversão, espaços ao ar livre que simbolizam a saudade e expectativa de vivenciá-los novamente.

Durante a Oficina as PPL's se apropriaram do direito de se expressarem sem as amarras que a própria instituição sustenta através das punições e destituição da autonomia do fazer, pensar e expressar. Tal panorama serviu de ponto de partida para

<sup>7</sup> Informação fornecida por Alicia Gomes dos Santos em abril de 2024

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

pensar a oficina apresentada, a ideia de favorecer um ambiente e atividade que sustenta este lugar de poderem ser e se expressarem. A autora Grada Kilomba aponta para objetificação dos corpos negros e a violência que os tira do lugar de se tornarem de fato sujeitos na sociedade e afirma “eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político” (Kilomba, 2020,

p.28) o escrever e se expressar, portanto, se torna o ocupar, por direito, o lugar de ser sujeito e não mais objeto, ter sua existência assegurada no seu lugar de expressão.

Ao olharmos para o sistema prisional, além dos corpos enrijecidos pela privação e destituídos de liberdade, o livre pensar e expressar também se tornam engessados e capturados, lugar onde simbolicamente também não é possível ser sujeito. A atividade proposta pôde lembrá-las deste lugar possível de se conectarem com suas histórias, emoções, sentimentos e costurar memórias afetivas que resistem e ainda reverberam em sua máxima necessidade de afirmar e reafirmar subjetivamente suas vidas. Portanto, as experiências expostas neste artigo podem servir de base para grupos que pretendam atuar em estabelecimentos penais por meio de oficinas pedagógicas, permitindo o diálogo e articulação entre projetos e movimentos sociais que lutam pela humanização das PPLs e o abolicionismo penal.

### **3. CONSIDERAÇÕES**

Através da análise dos direitos previstos pela LEP (1984) em comparação com a situação dos estabelecimentos penais, disponibilizada pelo INFOPEN Mulheres (2018), é possível reconhecer a precarização do sistema penal brasileiro, principalmente em relação ao acesso à educação ou atividades educacionais complementares. Em paralelo, compreende-se que o sistema penal em si é um mecanismo para perpetuação do modelo escravista colonial, tendo em vista manter

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

as desigualdades sociais características de uma estrutura de sociedade fundamentada no racismo e na exploração colonial.

Nesse âmbito, frente ao sistemático processod apagamento da individualidade dos sujeitos, retirada da autonomia e silenciamento da expressão da subjetividade, práticas centradas na reafirmação da subjetividade, ancestralidade e legitimação do sentir, apresentam sua potencialidade no contexto de privação de liberdade. As oficinas pedagógicas constroem espaços que façam ecoar tais vozes, para que sejam ouvidas, através de produções artísticas desenvolvidas em um processo dialógico com os elementos que compõem o cotidiano. Assim, a divulgação de um recorte da Oficina Consciência Cotidiana, juntamente com a análise fundamentada em referenciais teóricos como Borges (2018) e Kilomba (2008) tem por objetivo o diálogo com demais iniciativas comprometidas na criação de novos horizontes para as mulheres em situação de privação de liberdade.

#### 4- REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2021.;São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres** (2a ed.). Brasília, DF, 2018.

DE JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo, Sp: Editora Ática, 2020.

DAVIS, Angela Yvonne. **Estarão as prisões obsoletas?** 1 ed. Rio de Janeiro. Editora Difel, 2018. Tradução de Marina Vargas.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro. Editora Cobogó, 2020.

### O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA MULHERES ENCARCERADAS

**Eixo:** Questão das drogas, encarceramento e necropolítica.

Sandra Barbosa de Souza <sup>1</sup>

Marleide Rodrigues da Silva Perrude<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a discussão do direito à educação para mulheres encarceradas. O referencial parte da problematização do Direito à Educação a partir dos autores Cury (2002) e Arroyo (2015), contextualizando com as autoras Davis (2018) e Borges (2018), respectivamente no Brasil e nos Estados Unidos da América. A metodologia utilizada foi qualitativa, conforme em Ludke e André (1986). Por fim, apresento os dados do último InfopenMulheres (2019), com o perfil das mulheres no sistema penal. Desta forma espera-se com esse trabalho a reflexão da importância da educação como um processo essencial para a humanização.

**Palavras-chave:** Direito; Educação; Mulheres; Humanização.

#### ABSTRACT OU RESUMEN

This work aims to discuss the right to education for incarcerated women. The framework starts from the problematization of the Right to Education from the authors Cury (2002) and Arroyo (2015), contextualizing it with the authors Davis (2018) and Borges (2018), respectively in Brazil and the United States of America. The methodology used was qualitative, as in Ludke and André (1986). Finally, I present data from the latest INFOPEN- Mulheres (2019),

<sup>1</sup> graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual de Londrina (discente)

<sup>2</sup> Pedagoga, Docente da Universidade Estadual de Londrina, Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, doutora em educação - [perrude@uel.br](mailto:perrude@uel.br)



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

with the profile of women in the penal system In this way, this work is expected to reflect on the importance of education as an essential process for humanization.

**Keywords:** Right; Education; Women; Humanization.

## 1.INTRODUÇÃO

“[...] Eu pensava:”É só as pretas que vão presas.”(Jesus,1986,p.27)

Este trabalho advém da pesquisa de Iniciação Científica (IC), realizada vinculada ao projeto de extensão “Grades em Transgressões: Novos Horizontes de Inclusão Social para Mulheres”, desenvolvido pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), financiado com recursos do Fundo Paraná pelo Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) do Governo do Estado que busca oferecer ações de inclusão e reinserção para mulheres em situação e privação de liberdade, na Cadeia Pública Feminina de Santo Antônio da Platina no Norte do Paraná. O projeto trabalha em diversas frentes, envolvendo pesquisa, ensino e extensão, com uma equipe multidisciplinar de recém formados e estudantes de graduação dos cursos de: pedagogia, psicologia, serviço social e artes visuais , na oferta de ações humanizadoras que envolvam garantia de direitos humanos e dignidade humana por meio da organização de oficinas pedagógicas, rodas de conversas, atividades de cunho artístico, organização e implementação de uma biblioteca, entre outras atividades.

O objetivo deste trabalho é discutir o direito à educação como potencial humanizador para mulheres encarceradas, e como justificativa tem se as experiências vivenciadas no projeto com a articulação das integrantes do projeto com a implementação da EJA - Educação de Jovens e Adultos.

A metodologia utilizada foi qualitativa baseada em Ludke e André (1986), a partir de um fenômeno social, apresentamos o referencial teórico baseado em Carlos Jamil

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Cury (2002), Miguel G.Arroyo (2015) contextualizando o Direito à Educação, e as autoras Angela Davis (2018) e Juliana Borges que abordam o encarceramento em massa, e por fim os dados do Infopen-Mulheres (2019).

Assim espera-se com esse trabalho a reflexão da importância da educação do indivíduo, não somente como um direito subjetivo, mas social e coletivo no sentido de garantir o acesso à cidadania e humanização para aqueles que por um longo tempo na história tiveram o acesso à educação negado.

**2. DESENVOLVIMENTO**

O Direito à educação, é um conquista advinda da modernidade, construída sobre luta e conflitos de interesses, ao qual se constituíram valores que permeiam a sociedade. O Direito à Educação, não nasce como um direito natural, mas da necessidade de se abrir um caminho, para as “luzes” nos indivíduos e assim ter a oportunidade de mais igualdade e mérito. (Cury, 2002)

Cury (2002) apresenta uma contextualização, sobre a “instrução”, como caminho para o alcance da racionalidade, autonomia do sujeito, para a conquista de um direito subjetivo, à participação social e autogovernar-se. O Estado é o garantidor desta “Instrução”, sinônimo de educação, assim a visão moderna europeia era a coerção do Estado, para o oferecimento a educação a todos, visão essa apoiadas nas concepções liberais do período.

O direito à educação se remete ao séc. XIX e XX, fruto de lutas dos movimentos sociais e operários, que vinham a educação como “ponto” para outros bens sociais e políticos (Cury, 2002), um documento de base internacional é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em que destaco o seguinte artigo “ Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza [...]” (ONU, 1948, art.2º).

A construção histórica do direito à educação não é a mesma nos países colonizados, tanto pela exploração excessiva, a industrialização tardia a construção social hierárquica escravocrata. O Brasil sendo um país elitista, o direito ao ensino fundamental ocorre desde 1934, em 1967, o ensino primário de quatro para oito anos tornam-se obrigatórios, mas o acesso efetivo sempre foi uma dificuldade, pois o acesso se concentram nas mãos das elites, e o estado reconhece a educação como direito público subjetivo somente em 1988.(Cury,1988)

A Constituição Federal de 1988, contempla a Educação como um direito social no Art. 6º da CF. reafirmando no Art. 205 como: “ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania [...] (BRASIL, 1988, Art.205)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, conjuntamente com a C.F. de 88 , concebe a educação com uma direito, como o recorte trata-se de mulheres em situação de privação de liberdade, a modalidade de ensino a ser ofertada é a EJA, que também é assegurada no Art. 37 e 38 da LDB.

Mas o direito à educação apresentado tem uma dimensão subjetiva, ou seja individualista, todavia Arroyo (2015) apresenta o direito à educação como coletivo, vinda dos coletivos raciais, de gênero, trabalhadores e camponeses que sofreram e ainda sofrem com a segregação social ou escravocrata histórica. O autor apresenta a dimensão relacional do direito à educação com outros direitos sociais, como a vida, terra entre outros.

Segundo Arroyo (2015), é preciso analisar o direito à educação também como um direito coletivo, para assegurar esse direito a indivíduos ou grupos discriminados, negligenciados, vítimas de um sistema capitalista exploratório, assim o direito à

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

educação é um reprodutor da segregação social e racial. Portanto, o direito à educação para mulheres em situação de privação de liberdade (PPL's), é complexo pois essas mulheres são estereotipadas, por vezes pela condição as que levou até encarceramento, mas antes sofrem pelo fato de serem mulheres, muitas negras e provedoras de seu próprio lar.

O direito à educação está garantido na LEP - Lei de Execuções Penais nº 7.210, de 11 de Julho de 1984, que em sua estrutura inicial já garantiam a educação para PPLs, mas duas alterações importantes realizada na estrutura inicial da LEP, a primeira LEI Nº 12.433, DE 29 DE JUNHO DE 2011, apresenta instruções em relação a remição de pena por trabalho e por estudo. A segunda Lei nº 13.163, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015, apresenta complementações na oferta educacional que antes apresentada o 1º grau obrigatória, e passou a partir de 2015, a contemplar a universalização previsto na constituição e ofertar o ensino médio regular ou supletivo, prevista no art.18-A, a também a previsão da oferta dessas modalidade para a EJA - Educação de Jovens e Adultos.

A autora Angela Davis (2018), indaga que não é possível pensar uma sociedade como hoje está, sem o sistema penal, involuntariamente pensamos nas prisões e penitenciárias de forma natural. O encarceramento em massa, tornou -se com o passar da construção americana, como o depósito dos indesejados, pois “[...] ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global”.(Davis, 2018, p.15)

Davis (2018), demonstra que os crimes cometidos tinham a “tendência” de “imputar crime a cor”, os crimes cometidos por brancos tinham propriedade a direitos e garantias, já os crimes cometidos por negros tinham seus direitos negados. A segregação racial realizada e legalizada pela Lei Jim Crow e os linchamentos, demonstram a complexidade de um sistema baseado na racialização, que mesmo com a período pos-escravidão não foram extintos, mas mudaram a roupagem, como por exemplo os Codigos



# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Negros dos Estados Sulistas, que apenas rearticular os códigos escravistas, agora para a população prisional negra.

Para Davis (2018) as punições de homens e mulheres eram diferentes, as mulheres brancas eram destinadas a instituições psiquiátricas, consideradas insanas e doentes, mas as mulheres negras eram criminalizadas como marginais.

Direcionando o olhar para o Brasil, Juliana Borges (2018), o Brasil surge e se desenvolve sob o eixo de sustentação de exploração e escravização, o corpo negro era visto como coisa ou propriedade, de 1500 a 1822, o período colonial foi fundamentado nas orientações Filipinas, as punições eram violentas e tortuosas de cunho físico e psicológico.

A mulher nesse período, se fosse branca, era “dona de casa” e “mãe”, a mulher negra era coisa ou propriedade assim como o homem negro, mas além de ser utilizada como unidade de trabalho, também era sexualizada, sofria maus tratos e abusos sexuais. (Borges, 2018)

A população penitenciária feminina, em junho de 2017, era composta por 37.828 mulheres distribuídas em 1.507 unidades prisionais. Segundo o Infopen-Mulheres (2019), o déficit total de vagas era de 5.991, resultando em uma taxa de ocupação de 118% nas instituições penais. Em relação à faixa etária no cenário nacional, 47,33% tinham entre 18 e 29 anos, 22,66% entre 35 e 45 anos, 18,33% entre 30 e 34 anos, e 10,14% entre 46 e 60 anos. No que se refere à etnia/cor no contexto nacional, 63,55% das mulheres eram pretas ou pardas, e 35,59% eram brancas. No Paraná, 56,40% eram brancas e 42,30% pretas ou pardas (Infopen-Mulheres, 2019).

A escolaridade dessas mulheres também é um fator importante. No Brasil, 44,42% tinham ensino fundamental incompleto, 13,49% ensino fundamental completo, e 15,27% ensino médio incompleto. No Paraná, destaca-se que 53,00% tinham ensino fundamental incompleto e 16,43% ensino médio incompleto, havendo uma diferença



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

percentual de 8,59% entre as mulheres com ensino fundamental incompleto no Paraná e a média nacional (Infopen-Mulheres, 2019). Diante desses dados, podemos compreender que a população carcerária feminina tem um perfil predominantemente composto por mulheres negras ou pardas, jovens/adultas e pauperizadas.

Posto essas indagações, as autoras Davis(2018) e Borges(2018) apresentam pensarmos em um movimento de desencarceramento, um mundo sem as prisões, mas para isso as escolas seriam uma alternativa poderosa, mas sozinha insuficiente, posto que precisamos pensar estruturalmente, primeiro eliminando a violência em comunidades pobres e de pessoas negras, outras alternativas figuram em melhorar o sistema de saúde, principalmente de pessoas com doenças mentais ou ainda a retirada da criminalização de drogas e prostituição.

Mas essas alternativas sozinhas dificilmente trariam uma mudança no sistema penal, é necessário uma compreensão diferente do crime e punição, hoje as instituições penais seguem projetos políticos, lucrativos e midiáticos, e o seu encarceramento, possui um “tendência” a punir determinadas pessoas socialmente racializadas e moralizadas, Davis (2018) exemplifica uma mudança interessante como a justiça restaurativa, mas cabe aqui ressaltar trata-se de uma mudança de concepção de sociedade.

### **3. CONSIDERAÇÕES**

O direito à educação é uma conquista da era moderna, mas sua construção está fundamentada em um direito subjetivo dos indivíduos, as discussões realizadas demonstram a importância de tratar o direito à educação também como coletivo, para proporcionar aos indivíduos historicamente marginalizados o acesso à cidadania e humanização.

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Desde o período escravocrata, as mulheres, especialmente as negras, foram submetidas a estereótipos que as reduziram a objetos de trabalho e exploração sexual. Essas mulheres sofreram historicamente, e hoje, como reflexo dessa exclusão e da estrutura social criada, a maioria das mulheres encarceradas são negras/pardas e jovens. A garantia de uma educação, assegurada pelos aparatos legais, oferece a essas mulheres novas possibilidades de reflexão crítica sobre si mesmas e sobre seu entorno, promovendo sua humanização e permitindo a conquista da plena cidadania no processo de reintegração à sociedade.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G.O Direito à Educação e a Nova Segregação Social e Racial Tempos Insatisfatórios ?**Educação em Revista**.Belo Horizonte,v.31,n.03,p. 15- 47 Julho-Setembro 2015. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/edur/a/TvhHNQd9rys6nwV9ghM9t9M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12433&ano=2011&ato=adaATVE1UMVpWTdf7>. Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.163, de 9 de setembro de 2015**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13163.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13163.htm). Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 10 jul. 2024

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, 1996. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) . Acesso em: 09 de jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – **INFOPEN Mulheres** -Junho de 2017. Brasília, DF Disponível em: [https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-sinteticos/in\\_fopenmulheres-junho2017.pdf](https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-sinteticos/in_fopenmulheres-junho2017.pdf) Acesso em: 01 de mai de 2024.

BORGES, Juliana. **O que é: encarceramento em massa ?** Belo Horizonte - Minas Gerais: Letramento: Justificando.2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação: Direito à igualdade, Direito à Diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, julho/ 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de ago. 2024.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Editora Bertrand Brasil, 2018.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1986.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf/>. Acesso em: 09 de jun. de 2024.

### RELATO DE EXPERIÊNCIA - RACIONAIS MC'S E O DIÁLOGO COM A REALIDADE DO SISTEMA PRISIONAL

**Eixo 4:** Questão das drogas, encarceramento e necropolítica

Jorge Willian da Silva dos Santos <sup>1</sup>  
Andréa Pires Rocha <sup>2</sup>

#### RESUMO

Este resumo aborda a experiência de um recém-formado em Serviço Social, negro, pobre e periférico na Residência Técnica Profissional voltada a atuação na Execução Penal. A intenção segue na problematização do regime Penitenciário diante da poética de Racionais MC's e trazer considerações referente a estratégias e reflexões sobre políticas públicas relacionadas a pessoas privadas de liberdade.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Racionais MC's, Pessoa Privada de Liberdade.

#### ABSTRACT

This summary addresses the experience of a recent graduate in Social Work, black, poor and peripheral in the Professional Technical Residency with a focus on working in Criminal Execution. The intention continues to problematize the Penitentiary regime in light of the poetics of Racionais MC's and brings considerations regarding strategies and reflections on public policies related to people deprived of liberty.

**Keywords:** Social Work, Racionais MCs, Person Deprived of Liberty.

## 1. INTRODUÇÃO

Aqui estou mais um dia  
Sob o olhar sanguinário do vigia

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Você não sabe com é caminhar  
Com a cabeça na mira de uma HK  
Metralhadora Alemão ou de Israel  
Estraçalha ladrão que nem papel.  
(Racionais MC's, p.83, 2018)

A escrita afiada da discografia do grupo de MC's brasileiros, conhecido por *Racionais MC's*, constituído por 4 jovens negros, expõe uma realidade ainda presente no Brasil. Os *Rappers* Paulo Eduardo Salvador (Ice blue), Paulo Soares Pereira (Mano Brow), Edivaldo Pereira Alves (Edi Rock) e Kleber Geraldo Lelis Simões (KL Jay), trazem em suas músicas a realidade da classe trabalhadora brasileira e, em tom de revolta, denunciam o genocídio contra a população negra, periférica e pobre. O disco *Sobrevivendo no Inferno*, traz o massacre do Carandiru (1992), enquanto um importante exemplo de arte que dá visibilidade às contínuas tragédias presentes no cotidiano da população brasileira enquanto projeto de gerenciamento da miséria por meio da violência.

Na música *Diário de um Detento* os artistas vocalizam o dia a dia de um interno, uma pessoa presa, um privado de sua liberdade. Vamos de certa forma usufruir da primeira parte da música dos artistas para discorrer e relacionar a experiência e reflexão como pessoa negra, periférica e Assistente Social. A intenção desta exposição é evidenciar a experiência enquanto pessoa negra com ensino superior atuando como Assistente Social Residente no regime fechado com homens, em grande parte jovens, privados de liberdade pelo cometimento de variados crimes. Jovens reclusos em unidade penitenciária, cada um com histórias e realidades diferentes das minhas, porém, também muito próximas, a ponto de serem conhecidos, vizinhos ou amigos que não via há muito tempo.

A música foi composta por Jocenir Prado (ex-privado de liberdade) junto a Mano Brow, a interpretação ficou por conta de dois membros do grupo Racionais MC', ou seja, o próprio Brown e Ice Blue. Na primeira parte da música Brown discorre como se estivesse escrevendo em um diário o que ocorreu em um dia na grande São Paulo "dia primeiro de outubro de mil novecentos e noventa e dois, oito horas da manhã" (Racionais



MC's, p.83, 2018). O vocalista inicia narrando a realidade posta naquele espaço, observa como é estar sob o olhar do vigia fortemente armado, com metralhadoras de alto rendimento. Mas, não deixa de problematizar que aquele vigia, ao mesmo tempo, é um cidadão servindo ao Estado. Refere que o clima é tenso e não possibilita a fuga, pois de “uma a cem a chance de fugir é zero”.

Buscando relacionar o lado profissional junto a música, acredito que posso tecer reflexões partindo dos dois anos frequentando unidades penais no Município de Londrina-PR, por meio do programa de Residência Técnica (RESTEC) da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR (polo Paranavaí). Da mesma maneira dizer que estar sob o olhar do vigia, também era uma vivência minha enquanto pessoa negra, periférica e pobre que ao acessar o ensino superior e a pós-graduação ocupa e apresenta-se a uma realidade não comum para nós através da educação.

## **2. UM JOVEM NEGRO SENTADO DO OUTRO LADO DA MESA**

Ao me propor a trabalhar no regime penal, passei a me sentar do outro lado da mesa, não sendo um privado de liberdade, mas sim um residente técnico em Serviço Social. Esse lugar causa gastura, choque e incomoda parte da equipe técnica, quando compreendem que o trabalho de pessoa com a minha história, será desenvolvido na unidade em uma perspectiva da ética profissional, dos direitos humanos, sociais e de acesso a políticas públicas.

Ainda na primeira parte da música fica evidente pelos artistas a sensação de esquecimento em que estes privados de sua liberdade têm seja pela família, por “Deus”, pelo juiz e por seus vínculos. Brown destaca como os dias são iguais e não tem mudanças, a ociosidade presente faz que a única coisa possível a se pensar são negativas, a dor, a tristeza, a violência e por ser um espaço policialesco, militarizado e punitivista torne hostil para os internos e a sua rede socioafetiva.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Trazendo para experiência enquanto profissional em unidade penal não foi diferente sendo negro e periférico. É importante destacar que antes de ser um profissional com ensino superior, o que chega primeiro ainda segue sendo o indivíduo enquanto negro no espaço, neste sentido as estratégias para se manter no campo estiveram sempre presentes a realidade de sobrevivência desde a infância.

As diferentes correntes ideológicas presentes na sociedade fazem que as pessoas ajam de maneira preconceituosa, discriminatória, segregadora, violenta e genocida em ambos os campos institucionais, transitando por exemplo no regime penitenciário ao campo acadêmico e/ ou universitário, quero dizer, isso, variando o campo institucional, o racismo e principalmente o racismo institucional passa a ser muitas vezes sutil e organizado, mas estando em vários momentos presente. Cabe a nós sociedade civil que ocupam estes espaços e nos apropriamos das teorias, nos protejamos para acessar e usar da própria burocracia a nosso favor, em tudo que seja possível a ser feito.

Neste sentido, ousar dizer que na atualidade as pessoas negras, pobres e periféricas têm criado estratégias para ocupar espaços. No caminho, a educação tem sido um dos principais instrumentos para que pessoas negras ocupem espaços para atender, assistir e acompanhar os seus. Ser exemplo, modelo para que se inspirem e busquem outros caminhos que não sejam os já colocados enquanto possibilidade para nós que é o desemprego, a fome, a privação de liberdade, o analfabetismo, a falta de oportunidade ou melhor as mazelas da questão social.

**2.1 As histórias que têm o racismo como ponto de ligação**

A massa encarcerada no Brasil segue crescendo e tem características estereotipadas que mantém um grupo racializado, dito como minoria, privado de sua liberdade. Sendo este grupo o mesmo que forma os desempregados, sem moradia, com a escolaridade incompleta, pessoas negras, pobres e periféricas. Ainda usando a

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

primeira parte cantada pelo MC Mano Brown e dados referente ao sistema penal para dar continuidade na reflexão. Mano Brown coloca:

Cada detento, uma mãe, uma crença  
Cada crime, uma sentença  
Cada sentença, um motivo, uma história  
De lágrima, sangue, vidas e glórias  
Abandono, miséria, ódio, sofrimento  
Desprezo, desilusão, ação do tempo  
Misture bem essa química  
Pronto: eis um novo detento  
(Racionais MC's, p.84, 2018)

Após o primeiro dia na residência técnica, começo a participar e a ter contato direto com pessoas privadas de liberdade e seus familiares, vivenciando de perto suas realidades. E, para além disso, ao somar minhas vivências cotidianas com as histórias relatadas nos atendimentos, pude estar convicto de que Mano Brown traz à tona reflexões teóricas, poéticas e musicais sobre o sofrimento, não apenas das pessoas encarceradas, mas também de seus núcleos familiares. A vinculação dessa realidade à minha experiência revela que as histórias se repetem, seja no Paraná ou em São Paulo, com diferenças apenas no Registro Geral (RG) e nos nomes. A diferença mais perceptível é que, para aqueles privados de liberdade, o tempo parece passar em câmera lenta.

As histórias contadas são as mais variadas e, assim como na rua, a unidade de privação de liberdade também tem suas regras, padrões, estéticas e uma ética própria que refletem, de certa forma, a realidade das ruas. Ou seja, a instituição violenta retroalimenta relações violentas entre as próprias pessoas presas, como canta Mano Brown:

Lamentos no corredor, na cela, no pátio  
Ao redor do campo, em todos os cantos  
Mas eu conheço o sistema, meu irmão, há  
Aqui não tem santo  
Rá'tá'tá'tá preciso evitar  
Que um safado faça minha mãe chorar

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Minha palavra de honra me protege  
Pra viver no país das calças bege  
Tic, tac, ainda é 9:40  
O relógio da cadeia anda em câmera lenta  
[...]  
Amanheceu com sol, dois de outubro  
Tudo funcionando, limpeza, jumbo  
De madrugada eu senti um calafrio  
Não era do vento, não era do frio  
Acertos de conta tem quase todo dia  
Tem outra logo mais, eu sabia  
Lealdade é o que todo preso tenta  
Conseguir a paz, de forma violenta  
Se um salafrário sacanear alguém  
Leva ponto na cara igual Frankenstein  
Fumaça na janela, tem fogo na cela  
Fudeu, foi além, se pão, tem refém  
(Racionais MC's, p.85 e 88, 2018)

Os artistas em sua narrativa trazem por meio da poética o episódio do Massacre do Carandiru (1992). O que prova que esse sistema só fortalece a lógica da violência tanto fora, como dentro das prisões. A violência que até os dias atuais é elemento que impera nas relações. São essas questões que atravessam a atuação profissional de ponta a ponta, seja a violência estrutural, a violência do racismo e o estímulo da violência entre pessoas. Trabalhar com esses sujeitos apresenta particularidades e contradições, pois embora o Código de Ética Profissional do Assistente Social preconize a luta pela libertação e emancipação plena do indivíduo, no sistema penitenciário essa prática torna-se paradoxal, pois os sujeitos estão, de fato, privados de liberdade.

## 2.2 Racismo e Segurança Pública

O racismo e a política de segurança pública são pilares fundamentais para o bom funcionamento e controle de uma sociedade capitalista neoliberal. O Estado, portanto, assume o lugar de responsável por proteger a propriedade privada, garantir a integridade física e moral dos cidadãos considerados dignos de proteção, bem como o

# Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

respeito às leis e à ordem pública. Portanto, as instituições prisionais desempenham suas ações de maneira punitiva e violenta.

Hoje, tá difícil, não saiu o sol  
Hoje não tem visita, não tem futebol  
Alguns companheiros têm a mente mais fraca  
Não suportam o tédio, arruma quiaca  
Graças a Deus e à Virgem Maria  
Faltam só um ano, três meses e uns dias  
Tem uma cela lá em cima fechada  
Desde Terça-feira ninguém abre pra nada  
Só o cheiro de morte e Pinho Sol  
Um preso se enforcou com o lençol  
Qual que foi? Quem sabe não conta  
la tirar mais uns seis de ponta a ponta  
Nada deixa um homem mais doente  
Que o abandono dos parentes  
(Racionais MC's, p.85 e 86, 2018)

Violência de um sistema que em nada recupera e protege. Ao contrário disso, os teóricos sempre demonstram o quanto a privação de liberdade é enlouquecedora. Assim, fica mais que evidente, o quanto a música composta na década de 1990 é atual, pois, mesmo havendo avanços no que se refere a posituação de direitos, a necropolítica neoliberal e a lógica juvenicida recaí sobre uma parcela da juventude preta e pobre.

O ser humano é descartável no Brasil  
Como modess usado ou bombril  
Cadeia guarda o que o sistema não quis  
Esconde o que a novela não diz  
(Racionais MC's, p.89, 2018)

Segundo Rocha (2020), o juvenicídio brasileiro se configura a partir do racismo estrutural, que desde o contexto colonial tem se voltado a controlar, violentar, matar e prender pessoas negras que naquele contexto eram escravizadas. Com o fim da abolição, essa lógica é ressignificada por meio das legislações penais e da guerra às drogas.



**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

Os dados da população carcerária no Brasil escancaram essa lógica perversa, violenta e punitivista. Os números são alarmantes, segundo os dados do Sistema da Secretaria Nacional de Política Penais (SISDEPEN<sup>1</sup>), do período de janeiro a junho de 2023 eram 649.592 mil pessoas em celas físicas, sendo 644.305 em unidades Estaduais, 489 em celas Federais e 4.798 em outras carceragens. Logo, pessoa privada de liberdade em regime de prisão domiciliar era uma média de 190.080 mil pessoas, entre 92.894 com monitoramento eletrônico e 97.186 sem monitoramento eletrônico.

Ao pensar em pessoas privadas de liberdade no estado do Paraná podemos dizer com base em informações que o número de homens em regime fechado atualmente, considerando possíveis oscilações, a existência de uma média de 36.164 pessoas, sendo 26.735 em regime fechado, 1.702 em regime semiaberto, 269 com medida de segurança e 7.458 em unidades provisórias.

No trajeto, os números da massa encarcerada no Brasil e no estado do Paraná ainda são exorbitantes. Massa essa que, antes de estar privada de sua liberdade, sofre com as mazelas da questão social. Neste sentido, existe a necessidade em se refletir quem é esta população que está privada de liberdade? Quais as suas principais demandas? A privação de liberdade tem surtido efeitos? Se o desemprego e a dependência de substâncias psicoativas não têm se tornado um dos principais motivos para o envolvimento criminal? Não será a guerra às drogas a maior das problemáticas no país?

### **3. CONSIDERAÇÕES**

Este relato coloca em diálogo três elementos: o lugar do profissional; a realidade prisional; a poética capaz de trazer elementos que ajudam a pensar na realidade

---

<sup>1</sup> ferramenta para coleta de informações do sistema penitenciário brasileiro respaldado e criado para atender a Lei nº 12.714/2012 que dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança dizem muito sobre a perversão no regime penitenciário do país.

**Direitos humanos,  
antirracismo e olhares transversais  
nas políticas sociais**

prisional. A alimentação da massa carcerária no Brasil vive a máxima de que a violência segue sendo um paradoxo para manter o aparato da Segurança Pública juntamente ao uso do aparato jurídico, pensado para prender uma população de perfil específico, a partir de crimes contra propriedade e tráfico de drogas, os quais, na maioria absoluta das vezes não provocam violência contra pessoa. O que leva ao exacerbado encarceramento em massa que coloca o Brasil no trágico lugar de terceiro país do mundo com maior número pessoas privadas de liberdade. A guerra às drogas é um grande pretexto para controlar e implementar o genocídio da juventude preta e pobre.

Ou seja, são inúmeras as mudanças estruturais que podem mitigar toda essa lógica de violência que observei atuando no sistema penal. Por tudo isso, as reflexões permitem tecer reflexões sobre mudanças necessárias neste sistema de segurança antes do investimento no encarceramento: câmara na farda policial; criação de programas que orientem, fiscalize e acompanhe as operações policiais dentro de territórios periférico; se reflita e se crie estratégias sobre os índices de homicídio e genocídio da juventude; a adoção de uma gestão eficaz para além da compra de armamento.

Para concluir, cabe se pensar e refletir onde está a polícia e os espaços institucionais em que vem ocupando. Neste trajeto também é importante se pensar como se colocam questões presentes a tempos particularmente a superlotação das unidades penais, a atuação do judiciário para criminalizar a pobreza e como as privatizações e terceirizações no sistema prisional seguem tomando parte na escalada no caminho a investimentos e financiamentos.

São grandes os elementos que precarizam ainda mais a vida de quem está submetido a violência do sistema carcerário, os quais são em maioria absoluta jovens negros e pobres. Valendo por fim, trazer a necessidade de se escutar as demandas das pessoas privadas de liberdade e a sua realidade, para melhor gerir os projetos em unidades penais. Por mais que as contradições sejam inevitáveis, lutar por direitos humanos e garantia de direitos em uma instituição penal já é ato revolucionário.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RACIONAIS MC's. **“Sobrevivendo no Inferno / Racionais MC's”**, São Paulo: Companhia das Letras, 1º ed. São Paulo, 2018, p. 83 a 89.

BRASIL. Secretaria Nacional de Política Penais - SISDEPEN. **Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário: Período de Janeiro a Junho de 2023**. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMWE0YWJkMTQtNzQ4Mi00NDQ1LWE5ZDMtODA5NDA0ZTZkYjg0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: Agosto, 2024.

ROCHA, Andréa Pires. O juvenicídio brasileiro: racismo, guerra às drogas e prisões. Londrina: EDUEL, 2020.

